

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

LESLIE SEDREZ CHAVES

USOS DA INTERNET NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS EM REDE
NA LUTA PELA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL:
Estudo de caso da Agência Afropress

São Leopoldo
2014

LESLIE SEDREZ CHAVES

**USOS DA INTERNET NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS EM REDE
NA LUTA PELA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL:
Estudo de caso da Agência Afropress**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
Área de Concentração: Processos Midiáticos,
Linha de Pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Denise Cogo

São Leopoldo
2014

C512u

Chaves, Leslie Sedrez.

Usos da internet nos movimentos sociais negros em rede na luta pela igualdade racial no Brasil: estudo de caso da Agência Afropress / Leslie Sedrez Chaves. – 2014.

195 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2014.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Cogo

1. Afropress. 2. Afro-brasileiro. 3. Comunicação em rede. 4. Movimentos sociais negros. 5. Internet. I. Título.

CDU 659.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

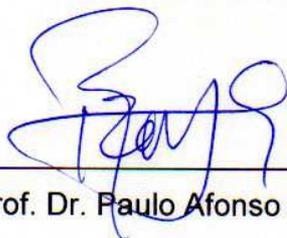
LESLIE SEDREZ CHAVES

“USOS DA INTERNET NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS EM REDE NA LUTA PELA IGUALDADE RACIAL NA BRASIL: Estudo de caso da Agência Afropress”

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovada em 23 de maio de 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Afonso Zarth – UNIJUÍ



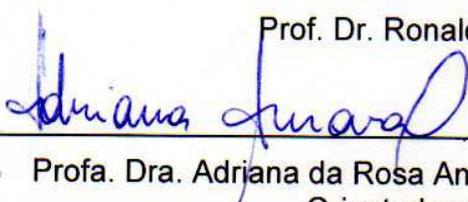
Profa. Dra. Liliane Dutra Brignol – UFSM



Profa. Dra. Laura Cecilia Lopez – UNISINOS



Prof. Dr. Ronaldo Cesar Henn – UNISINOS



Profa. Dra. Adriana da Rosa Amaral (Presidente da banca, representando a Orientadora Denise Maria Cogo)

Si la rama quiere florecer, que honre a las raíces.

Frédéric Pacéré Titinga

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e à CAPES, pela oportunidade de ter acesso ao conhecimento.

À professora Denise Cogo, por me incentivar a alçar voos mais altos.

Aos professores do PPGCC e aos colegas, pelos aprendizados e trocas de experiências.

À equipe da Afropress e demais profissionais que participaram da pesquisa, pela parceria essencial para a realização deste trabalho.

Aos professores José Carlos Sendín Gutiérrez e Carmen Caffarel Serra, à Cátedra UNESCO de Investigação em Comunicação e África, e à Universidad Rey Juan Carlos, sede da cátedra, por me receberem com generosidade para a realização do estágio de doutorado sanduíche em Madrid, na Espanha.

À Fundación Mujeres por África, de Madrid, pela oportunidade que me ofereceram de vivenciar minha ancestralidade.

À professora Amparo Huertas Bailén, pelo carinho e disponibilidade com que me recebeu no Instituto de la Comunicación de la Universitat Autònoma de Barcelona (InCom-UAB), em Barcelona, na Espanha.

Aos amigos que me acolheram durante minha estada no Colegio Mayor Casa do Brasil, em Madrid. Especialmente aos amigos Sueli Dias, Juliana Carvalho, Túlio Raposo e Fernando Bastos, que se tornaram irmãos para a vida toda.

Ao sr. Pascual Gonzalez Cerdan e à sra. Maricarmen Ortiz Valero, e seus filhos Ricardo e Guillermo, que foram minha família em Madrid.

Aos meus pais José Adair e Ineida Jane Chaves, por serem fundamentais sempre em minha vida, e aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, pelo apoio.

Aos meus padrinhos Sérgio e Lucinda da Silva, e minha prima Ingrid da Silva, por estarem incondicionalmente ao meu lado.

Ao meu namorado Kamir Silva, pela compreensão e incentivo.

À Deus e aos Orixás, que tornam tudo possível.

RESUMO

Esta tese faz uma reflexão acerca dos usos da internet pelos movimentos sociais negros em rede na comunicação de suas agendas de luta pela igualdade racial. Através do Estudo de Caso da atuação da Agência Afroétnica de Notícias Afropress, são pensados os agenciamentos, práticas, e tensões envolvidos na experiência de uso da internet em um projeto comunicacional focado na militância contra o racismo. Fundada em maio de 2004 em São Paulo, a Afropress é uma das primeiras agências de notícias especializada em assuntos relacionados à cidadania e identidade dos afrodescendentes, busca da igualdade racial e luta contra o racismo, também denunciando situações de discriminação. Seu site **www.afropress.com.br** é a principal interface de atuação e visibilidade da entidade, que também tem perfis nos sites de relacionamento Facebook, Orkut e Twitter, e ainda no site de compartilhamento de vídeos YouTube. O objetivo da investigação foi lançar um olhar à experiência da Agência à luz dos eixos teóricos da comunicação em rede, internet, movimentos sociais e luta pela igualdade racial, relacionando esses pontos para entender a atuação do ativismo pela igualdade racial nesse momento em que a sociedade, dentro de suas diversas temporalidades, vive a era da informação. A investigação tem caráter qualitativo e a estratégia metodológica utilizada para análise dos dados é o Estudo de Caso. Como técnicas de construção dos dados empíricos, foram utilizadas a Observação, a Entrevista, e ainda as pesquisas bibliográfica e documental. Entre os resultados da investigação, foi possível verificar que a comunicação continua sendo uma estratégia importante na militância negra, e tem se afirmado cada vez mais nos processos de lutas pela igualdade racial, com a inserção das tecnologias da comunicação e informação, especialmente da internet, que também potencializou a atuação em rede dos movimentos sociais negros. Ainda, constatou-se que a Afropress simultaneamente exerce a função de mídia jornalística engajada, e espaço de empoderamento dos movimentos sociais negros, de visibilidade, de discussões, tensões e geração de práticas em torno das agendas de luta pela igualdade racial.

Afropress. Afro-brasileiro. Comunicação em rede. Movimentos sociais negros. Internet.

ABSTRACT

This thesis reflects on the uses of the internet by black social movements in network in the communication of their agendas of struggles for racial equality. Through the Case Study of the performance of Afropress News Agency, are thought the agencements, practices, and tensions involved in the experience of using the internet in a communicational project focused in activism against racism. Founded in May 2004 in São Paulo, the Afropress is one of the first news agencies specializing in issues related to citizenship and identity of African descents, the pursuit of racial equality and fight against racism, also denouncing discrimination. Its web site www.afropress.com.br is the main interface of activity and visibility of the organization, which also have profiles on Facebook, Orkut and Twitter, and also on YouTube. The aim of the investigation was to cast an eye on the experience of the Agency in the light of theoretical axes of network communication, internet, social movements and the struggle for racial equality, linking these points to understand the role of activism for racial equality in a moment when society, within its several temporalities, lives the information age. The methodological approach built for this research is qualitative and the methodological strategy for the analysis of the data is the Case Study. As construction techniques of empirical data we have used Observation, both for the routine work of Afropress, as for the materiality of the object represented by its web site; the Interview, and also the bibliographic and documentary research. Among the research results, we could verify that communication is still an important strategy in black activism, and has increasingly affirmed itself in the processes of struggle for racial equality, with the insertion of information and communication technologies, especially of the internet, which also potentialized the network performance of black social movements. Still, it was observed that the Afropress simultaneously exercises the function of engaging news media, and space of the empowerment of the black social movements, visibility, discussions, tensions and of the generation of practices around the of struggle for racial equality agendas.

Afropress. Afro-Brazilian. Network communication. Black social movements. Internet.

RESUMEN

Esta tesis reflexiona sobre los usos de internet por parte de los movimientos sociales negros en red en la comunicación de sus agendas de lucha por la igualdad racial. A través del Estudio de Caso de la actuación de la Agencia de Noticias Afroétnica Afropress, son pensados los agenciamientos, las prácticas y las tensiones involucradas en la experiencia de uso de internet en un proyecto comunicacional enfocado en el activismo contra el racismo. Fundada en mayo de 2004, en São Paulo, Afropress es una de las primeras agencias de noticias especializadas en asuntos relacionados a la ciudadanía y a la identidad de los afrodescendientes, búsqueda de la equidad racial y lucha contra el racismo, además de denunciar situaciones de discriminación. Su página web, www.afropress.com.br es la principal interface de actuación y visibilidad de la organización, que también cuenta con perfiles en las páginas de relacionamientos Facebook, Orkut y Twitter, además de compartir videos en YouTube. El objetivo de la investigación ha sido lanzar una mirada hacia la experiencia de la Agencia a la luz de los ejes teóricos de la comunicación en red, internet, movimientos sociales y lucha por la equidad racial, relacionando esos puntos para entender la actuación del activismo por la equidad racial en este momento en que la sociedad, dentro de sus diferentes temporalidades, vive la era de la información. Esta investigación tiene carácter cualitativo y la estrategia empleada para el análisis de los datos es el Estudio de Caso. Como técnicas de construcción de datos empíricos, se han empleado la Observación, tanto de la rutina de trabajo de Afropress, como de la materialidad del objeto representada por su página web; la Entrevista y, además, investigaciones bibliográficas y documental. Entre los resultados de la investigación, fue posible verificar que la comunicación sigue siendo una estrategia importante en la militancia negra, y se ha afirmado cada vez más en los procesos de lucha por la igualdad racial, con la inserción de las tecnologías de la información y la comunicación, especialmente de internet, que también ha fortalecido el rendimiento en red de los movimientos sociales negros. Aún, se encontró que la Afropress ejercita simultáneamente la función de medio de comunicación comprometido con las luchas de los afrodescendientes, y espacio de empoderamiento de los movimientos negros sociales, visibilidad, discusiones, tensiones y generación de prácticas alrededor de las agendas de lucha por la igualdad racial.

Afropress. Afrobrasileño. Comunicación en red. Movimientos sociales negros. Internet.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Ato público do MUCDR nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo	87
Imagem 2 – Perfil no Orkut e Blog	107
Imagem 3 – Primeira versão do site	111
Imagem 4 – Espaço para comentários das notícias	112
Imagem 5 – Seção Tv Afropress	113
Imagem 6 – Espaço para anúncios na primeira versão do site	114
Imagem 7 – Nova versão do site	115
Imagem 8 – Seção Afroress TV	116
Imagem 9 – Perfis da Afropress no Facebook, Orkut e Twitter.....	117
Imagem 10 – Espaços para anúncios na nova versão do site	118
Imagem 11 – Redação da Afropress.....	119
Imagem 12 – Canal Afropress USA no YouTube.....	122
Imagem 13 – Matéria da Afropress reproduzida pelo portal Áfricas	126
Imagem 14 – Matéria Jornal Brasil de Fato e matéria Afropress.....	139
Imagem 15 – Imagem original da campanha e publicações em sites.....	158
Imagem 16 – Repercussão do caso Januário Alves de Santana na imprensa.....	163
Imagem 17 – Manifestação no estacionamento do hipermercado Carrefour, Osasco, SP	169

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Presença da Afropress na internet.....	100
Diagrama 2 - Presença de Dojival Vieira dos Santos na internet.....	100
Diagrama 3 - Dimensões das redes envolvidas nos processos de produção e circulação da Afropress	101
Diagrama 4 - Relações da Afropress e Dojival nos campos sociais.....	101
Diagrama 5 - Dimensões sociais constituintes das redes envolvidas nos processos de funcionamento da Afropress.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação entre os Censos 2000 e 2010	46
Tabela 2- Percentual de pessoas de 15 anos ou mais que autodeclararam sua cor/raça.....	49
Tabela 3- Proporção de pessoas de 15 anos ou mais, por áreas de inter-relação social em que a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil, segundo as Unidades da Federação selecionadas – 2008	51
Tabela 4 - Taxa bruta de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) da população residente, segundo os grupos de cor ou raça selecionados e sexo, Brasil, 1988, 1998 e 2008 (em % da população de 18 a 24 anos que frequentava o ensino superior)	54
Tabela 5 - Proporcionalidade percentual do rendimento-hora dos trabalhadores pretos e pardos em relação ao rendimento-hora dos trabalhadores brancos.....	55
Tabela 6 - Quantidade de textos por categoria de veículo.....	59
Tabela 7 - Quantidade de textos por veículos regionais.....	59
Tabela 8 - Quantidade de textos por veículos de circulação nacional.....	60
Tabela 9 - Foco central do debate sobre a questão racial	60
Tabela 10 - Posicionamentos sobre o sistema de cotas raciais nos textos opinativos	62

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	APORTE TEÓRICO DE CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	20
2.1	Movimentos sociais em rede na sociedade contemporânea.....	20
2.2	Espaço comunicacional, de materialização da rede e de instituição de sentidos e dinâmicas: a internet como ambiência da militância.....	35
2.3	Contexto racial brasileiro: desigualdades raciais X fase afirmativa.....	45
2.4	Eugenia, exaltação à mestiçagem e mito da democracia racial: raízes do racismo brasileiro.....	65
2.5	Comunicação nos movimentos sociais negros em rede: Táticas e usos.....	79
3	ABORDAGEM METODOLÓGICA	93
4	A EXPERIÊNCIA DA AFROPRESS	104
4.1	Trajetórias e dinâmicas de constituição.....	104
4.2	Articulações e tensões	131
4.3	Produção de sentidos e práticas nos processos de atuação.....	155
4.4	Caso Januário Alves de Santana.....	160
5	SEMPRE UM PONTO DE PARTIDA	172
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180
	ANEXO A - DOCUMENTO PROTOCOLADO JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO POR DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS.....	185
	ANEXO B - AMEAÇA A DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS POR E-MAIL.....	186
	ANEXO C - AMEAÇA A DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS POR COMENTÁRIO DE NOTÍCIA NO SITE DA AFROPRESS.....	189
	ANEXO D - AMEAÇA A DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS PELO ORKUT	190
	ANEXO E - AMEAÇA À ESPOSA, DOLORES MEDEIROS, E À ENTEADA DE DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS, PELO ORKUT.....	191
	ANEXO F – AMEAÇA A DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS POR UM E-MAIL HACKEADO DE OUTRA PESSOA	195

1 INTRODUÇÃO

O exercício da cidadania passa pelo compromisso com a sociedade e o entendimento de que, mesmo possuindo inúmeras especificidades, o mundo é um só e os fenômenos vão afetar direta ou indiretamente a todos, por esse motivo, devem ser de interesse da totalidade do grupo social. Pesquisar pode ser uma maneira de cumprir o papel de cidadão, pois ao eleger um tema de investigação atentando para esse fato, os diferentes olhares acerca dos acontecimentos podem gerar entendimentos e novas propostas para a resolução de problemas. Nesse sentido, a academia deve dialogar e caminhar junto com a sociedade, já que faz parte dela e nutre-se de suas contribuições. Para pensar tal processo, ao direcionar o foco investigativo à realidade, é importante citar Bachelard (1974) para lembrar que o “fato científico” é conquistado, construído e constatado. Faz parte do processo de escolha do objeto a apreensão do mundo, algo que não é feito imediatamente, uma vez que os sentidos não estão dados a priori. Para que isso ocorra, é necessário que o ser humano se ampare em “lentes” pelas quais vai perceber, interpretar e avaliar a realidade. É interessante considerar que tais “lentes” sempre partem de um determinado “lugar de onde esse sujeito fala”.

Então, como bem nos apontam Barros e Junqueira (2006, p. 34), o ato de observar o mundo é fruto de uma “operação muito complexa”, onde entram em relação o observador, seus “esquemas interpretativos”, o observado e o contexto onde se inserem esses e outros elementos. Os autores ainda chamam atenção para outro ponto crucial, que é a natureza fluída e autorreflexiva dos objetos de estudo das ciências sociais, onde a comunicação pode ser incluída. Trata-se de objetos que podem interagir com o observador e as leituras que este faz a respeito das características e modos de ser deles. Assim, neste contato, é possível acontecerem transformações, tanto nos objetos, quanto no observador. Não há como negar que a presença do pesquisador no ambiente de investigação por si só, já provoca mudanças no recorte observado.

Esses foram alguns dos pressupostos que nortearam a escolha do objeto da presente pesquisa de tese. Processo construído ao longo de um percurso que se iniciou na graduação em Jornalismo pela Unijuí em 2004, com a abordagem do tema da representação e identidade afro-brasileira em suas relações com a comunicação, através da monografia “O negro no telejornalismo”. Texto que compreendeu uma análise da situação da participação dos jornalistas negros no ramo do telejornalismo e uma discussão sobre a entrada do jornalista

Heraldo Pereira no grupo de apresentadores do Jornal Nacional. Esse caminho continuou no curso de Mestrado em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde foi elaborada a dissertação “Da mídia para a sala e aula: o Projeto A Cor da Cultura nas apropriações de professores e alunos da escola Wenceslau Fontoura”, defendida em maio de 2009. Neste trabalho, foi realizado um estudo empírico embasado pelas teorias dos Estudos de Recepção e pelos Estudos Culturais, com alunos e professores da escola. A investigação tratou da experiência de implantação do Projeto A Cor da Cultura (uma parceria de organizações da sociedade civil com o governo federal), que utiliza a estética midiática para introduzir nas escolas públicas do país o ensino da História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras.

No ano de 2010, com o ingresso no Doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos dou continuidade a essa trajetória. As motivações iniciais de pesquisa no curso foram as relações entre a visibilidade midiática dos debates referentes ao Estatuto da Igualdade Racial e seus processos de constituição e implantação. Naquele momento, o objetivo era investigar de que forma incidiam nessa política pública as discussões ocorridas no campo midiático.

Com o decorrer do curso, essa ideia foi sendo amadurecida pelas leituras, reuniões de orientação, disciplinas, nas discussões do grupo de pesquisa “Mídia, Cultura e Cidadania” do PPGCCOM da Unisinos, e em conversas com colegas. Maturação que trouxe mais questionamentos como:

- 1) Os discursos que circulam na esfera midiática refletem nas decisões do Estado a respeito de políticas públicas para os afrodescendentes? Se sim, de que forma?
- 2) Qual é o papel da comunicação na luta contra o racismo e a desigualdade racial?
- 3) Como os movimentos sociais negros expõem suas demandas na sociedade?
- 4) De que meios os movimentos sociais negros se utilizam para expor suas demandas na sociedade?
- 5) De que forma os movimentos sociais negros se posicionam e participam dos embates na esfera midiática?

Em meio a essas indagações, fui apresentada ao trabalho da Afropress, Agência Afroétnica de Notícias. Fundada em maio de 2004 na cidade de São Paulo, a Afropress é uma

das primeiras agências de notícias¹ que trata principalmente de assuntos relacionados à cidadania e identidade dos afrodescendentes, busca da igualdade racial e luta contra o racismo, também denunciando situações de discriminação. Trabalhando com conteúdos jornalísticos desde 2005, quando realizou a cobertura da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, promovida pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) em Brasília, a Agência mantém seu site no endereço eletrônico (www.afropress.com) desde sua fundação, de forma ininterrupta. Trata-se da principal interface de atuação e visibilidade da organização, que também tem perfis nos sites de relacionamento Facebook, Orkut e Twitter, e ainda no site de compartilhamento de vídeos YouTube.

Quando foi criada, a Agência Afropress era vinculada à Organização Não Governamental (ONG) ABC sem Racismo, entidade sediada na cidade de São Paulo que atua na promoção de projetos de combate ao racismo. Em agosto de 2012, a Afropress se desligou da ONG ABC Sem Racismo e deu continuidade à sua atuação como uma pequena empresa de comunicação. Contudo, mesmo tendo modificado sua razão social, a Afropress ainda pode ser considerada uma organização pertencente aos movimentos sociais negros, de acordo com a perspectiva de Joel Rufino dos Santos (1994), que entende como movimentos sociais negros todas as entidades e ações de qualquer tempo e de qualquer natureza com a função de preservação da cultura afrodescendente e combate ao racismo. Com ponto de vista similar, Nei Lopes (2004, p. 455) considera que o movimento negro pode ser entendido como um “conjunto de entidades privadas integradas por afrodescendentes e empenhadas na luta pelos seus direitos de cidadania”, principalmente as surgidas após a década de 1960 e partidárias de uma mesma agenda internacional de luta.

O trabalho da Afropress é realizado por uma rede formada por cerca de 20 colaboradores voluntários situados em diferentes regiões do Brasil e em outros países². Integram esse grupo profissionais com formação acadêmica (como historiadores, jornalistas, sociólogos, etc.), e sem formação acadêmica, assim como pessoas com e sem vinculação com os movimentos sociais negros. Essa rede é coordenada pelo jornalista e advogado Dojival Vieira dos Santos, que, junto com os colaboradores, mantém o trabalho e o site da Agência

¹ Há diversas experiências de comunicação midiática dos movimentos sociais negros na internet e em outros meios, que não estão no formato de agência de notícias. Nesta modalidade a Afropress é pioneira, mas hoje já existem outras agências especializadas no mesmo tema.

² A Afropress tem dois correspondentes na Alemanha, um nos Estados Unidos, um na Inglaterra, e um na Venezuela.

sem remuneração e sem qualquer suporte financeiro do governo ou de outras instituições. Em função de dificuldades financeiras, para dar continuidade ao projeto é que a instituição modificou sua razão social de ONG para pequena empresa em 2012, na perspectiva de possibilitar a captação de recursos para a entidade.

Por seu trabalho de militância na difusão de informações a respeito da população afrodescendente, a Agência já foi alvo de ataques de *hackers* que a tiraram do ar, além de ter sofrido ameaças dirigidas a seu editor-chefe, pela internet e por telefone. Após diversos ataques ao site, e inúmeras denúncias de outras vítimas, os responsáveis foram presos pela polícia brasileira sob a acusação de crime de racismo.³ Mas além dos ataques de *hackers*, a atuação da Agência também gerou um relevante trabalho de divulgação e debate na imprensa a partir do caso de agressão física e discriminação racial sofridas pelo técnico em eletrônica e segurança da Universidade de São Paulo (USP), Januário Alves de Santana, no estacionamento do hipermercado Carrefour, na cidade de Osasco, região metropolitana de São Paulo. O episódio, divulgado na seção de notícias, reforçou a prática de denúncia de casos de racismo pela Agência e inaugurou o trabalho de Dojival Vieira dos Santos como advogado em causas de discriminação racial, sugerindo que o ativismo da Afropress não se limita ao jornalismo, mas articula o comunicacional com a intervenção em outras instâncias sociais de luta pela igualdade racial. Entre os episódios de racismo já divulgados pela Afropress, o caso Januário foi o que gerou maior notoriedade pública e ainda é representativo por ter sido o primeiro caso de discriminação racial no Brasil onde os envolvidos na agressão foram indiciados pelo crime de tortura motivada por discriminação racial.

As inquietações acerca da relação da comunicação com a identidade dos afrodescendentes, as lutas contra o racismo e pela igualdade racial articularam-se e direcionaram meu olhar acerca da Agência e desse trabalho que ela desenvolve. Nesse processo, a experiência da Afropress foi sendo construída como objeto de estudo da presente pesquisa de tese de doutorado.

A intenção é, a partir do estudo de caso da atuação da Afropress, pensar os usos da internet pelos movimentos sociais negros em rede na comunicação das agendas de luta pela

³ O líder dos ataques foi o estudante da Universidade de Brasília, Marcelo Valle Silveira de Melo, que além de atacar outros sites e a Afropress e ameaçar o editor-chefe do veículo, mantinha no ar sites com conteúdo que incitava a pedofilia e o racismo. O estudante foi condenado a seis anos e sete meses de prisão, além de 192 dias-multa, o equivalente a R\$ 3.508,03, por crimes de racismo com base na Lei brasileira 7.716/89, que enquadra o racismo como crime inafiançável.

igualdade racial. Deste modo, a questão de pesquisa que se formula é a seguinte: Que práticas e agenciamentos são gerados a partir do uso da internet pelos movimentos sociais negros na comunicação em rede, para a criação de fluxos informacionais em torno da militância contra o racismo e pela valorização dos afrodescendentes?

Com base nesse questionamento mais amplo, o objetivo do trabalho é lançar um olhar à experiência da Agência à luz dos eixos teóricos da comunicação em rede, internet, movimentos sociais e luta pela igualdade racial, relacionando esses pontos para entender a atuação do ativismo pela igualdade racial nesse momento em que a sociedade, dentro de suas diversas temporalidades, vive a era da informação, onde os meios misturam suas lógicas na organização da vida e oferecem outras possibilidades de usos e direcionamentos para os atores sociais. Como objetivos específicos deste estudo têm-se:

- a) Verificar as motivações para a construção da agenda de lutas e ações da Afropress;
- b) Identificar e analisar pontos de tensões em um ambiente de comunicação em rede;
- c) Entender como a Agência estabelece articulações em rede envolvendo seus colaboradores, os diversos setores da sociedade, as entidades e os ativistas dos movimentos sociais negros e os conglomerados de mídia;
- d) Compreender os usos da internet pela Agência;
- e) Mapear os processos de produção e circulação das notícias produzidas pela Agência.

Através do estudo desse caso, a construção do presente trabalho investigativo justifica-se pela busca de caminhos para o entendimento mais aprofundado das concepções que os movimentos sociais negros contemporâneos têm acerca do papel da comunicação e do uso da internet como estratégias de militância. Ainda interessa refletir sobre a visão desses grupos acerca das possibilidades que podem se abrir a partir do desenvolvimento de projetos comunicacionais focados no fortalecimento da luta por igualdade racial, como uma maior articulação em rede entre as diversas entidades, ativistas e setores dos movimentos, e o empoderamento dos atores envolvidos nesse processo.

O interesse pelas inter-relações entre cidadania e identidade afro-brasileira e racismo advém do entendimento da importância que essa temática tem para o contexto sócio-histórico do país, tendo em vista que as desigualdades e a perpetuação de estereótipos e preconceito raciais acabam colaborando para a manutenção de assimetrias sociais e econômicas. A relação dessas questões com a comunicação vem do fato de minha formação ser em Comunicação

Social, mas principalmente, pela percepção de que contemporaneamente o sistema midiático, como um todo, tem um papel fundamental na construção e reconstrução de valores, identidades, visões de mundo, e ainda na circulação desses sentidos. Processo no qual os meios, cada vez mais, têm assumido centralidade, sendo dinamizados em diversas situações e complexificando ainda mais a vida em sociedade.

Conforme nos diz Silverstone (2002), o sistema midiático é onipresente e somos crescentemente dependentes dele, “é uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea” (p. 12). Por estar tão entranhada nas nossas atividades cotidianas e ser parte importante de nosso processo de constituição enquanto sujeitos é que a mídia deve ser estudada

como dimensão social e cultural, mas também política e econômica, do mundo moderno. Estudar sua onipresença e sua complexidade. Estudá-la como algo que contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados (SILVERSTONE, 2002, p. 13).

Nesse sentido, a mídia aqui é entendida como um processo, isto é, como uma experiência que não é uniforme, tem nuances e temporalidades diversas e se desenvolve no social, sendo “historicamente específica” (SILVERSTONE, 2002, p. 17). Por esse motivo é tão importante prestar atenção às vivências com relação à mídia como fenômenos singulares, que têm características relacionadas aos cotidianos onde estão inseridas. É no cotidiano o espaço onde a mídia imprime sua presença ativa, trabalhando os valores simbólicos em circulação, criando e negociando representações, alimentando e sendo alimentada pelo “senso comum” (SILVERSTONE, 2002).

A mídia depende do senso comum. Ela o reproduz, recorre a ele, mas também o explora e distorce. Com efeito, sua falta de singularidade fornece o material para as controvérsias e os assombros diários, quando somos forçados – em grande medida pela mídia e, cada vez mais, talvez apenas pela mídia – a encarar os sentidos comuns e as culturas comuns dos outros. O medo da diferença (SILVERSTONE, 2002, p. 21).

Esse “choque” entre diferentes pensamentos acerca da realidade que em alguns momentos a mídia promove, constituindo-se numa importante instância do espaço público hoje, também é um dos focos do presente trabalho investigativo. Pois, a discussão sobre o objeto de estudo em questão envolve o debate de aspectos como identidade étnica, representação, cidadania e as lutas dos movimentos sociais negros no Brasil, em sua interface

com a comunicação midiática e as operações de circulação e produção de sentidos e valores simbólicos. Assim, “na medida em que a mídia, precisamente, medeia a dialética entre a classificação que forma a experiência e a experiência que dá colorido à classificação, precisamos investigar as consequências de tal mediação. Temos de estudar a mídia” (SILVERSTONE, 2002, p. 32). Desse modo, a presente investigação aborda a experiência da Afropress enquanto projeto comunicacional focado no fortalecimento da luta contra o racismo e por igualdade racial.

Além desses aspectos, a escolha pelo tema e construção do objeto de pesquisa também refletem um comprometimento pessoal relacionado à minha condição de jornalista e pesquisadora negra. Considero-me e me assumo como uma profissional que se identifica com as questões referentes às condições de vida dos afrodescendentes e acredita que tem o compromisso de participar dessas discussões, tanto por ser uma afro-brasileira, quanto por crer que a academia precisa ter interface com o mundo da vida e oferecer contribuições para a busca de uma sociedade mais justa. Esse comprometimento dos acadêmicos e da universidade com o social torna-se mais relevante, sobretudo, quando as pesquisas são financiadas com recursos públicos, como é o caso do presente trabalho, possibilitado por bolsa de estudo modalidade 2 oferecida pela CAPES.

Embora, durante minha trajetória acadêmica eu tenha sempre pesquisado sobre a questão dos afrodescendentes, não sou associada a nenhuma entidade dos movimentos sociais negros. Entretanto, já prestei serviços como jornalista a algumas organizações do setor, que acabaram contribuindo para o desenvolvimento de meu trabalho enquanto pesquisadora. Durante o segundo semestre de 2007, trabalhei na redação de um informativo de atividades da Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN, distribuído em formato impresso. E, de janeiro 2011 a janeiro de 2013, fui consultora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho do Escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT no Brasil, produzindo quatro boletins eletrônicos sobre as ações desenvolvidas pelo programa durante esses anos.

A presente pesquisa de tese tem caráter qualitativo e compreende um Estudo de Caso da atuação da Agência Afroétnica de Notícias Afropress, conforme já foi citado. Essa estratégia metodológica foi utilizada a fim de possibilitar uma análise mais aprofundada sobre o caso específico. A Observação, tanto da rotina de trabalho da Afropress, quanto da materialidade do objeto representada pelo seu site; e a Entrevista Semiestruturada, foram as

técnicas de construção dos dados empíricos utilizadas na condução da investigação. Ainda foram adotadas como procedimentos metodológicos do trabalho as pesquisas bibliográfica e documental. Epistemologicamente, a investigação se alinha à perspectiva das epistemologias do Sul (SANTOS, 2009), isto é, situa-se “do outro lado da linha”, ao Sul metafórico, que pode ser interpretado como campo epistêmico que busca discutir formas de promover a justiça social. Dentro desta proposta, o trabalho foi desenvolvido na concepção de pensamento pós-abissal (SANTOS, MENESES, 2009), em que são considerados e respeitados diferentes pontos de vistas acerca do objeto de pesquisa, entre estes os legados históricos e culturais africanos e afro-brasileiros. Esse e outros pontos referentes à metodologia da pesquisa serão explicitados com mais profundidade em um item específico.

Apresentados aqui os caminhos percorridos ao encontro do tema e objeto da pesquisa, e os objetivos pretendidos, nas segunda e terceira partes do trabalho são tratados respectivamente o aporte teórico que baseou a construção da Afropress enquanto objeto de estudo da tese, e a abordagem metodológica da investigação.

A quarta parte do estudo trata especificamente da experiência da Agência, sobre a qual é realizada a descrição e análise da trajetória, a partir dos processos de constituição, de articulações e tensões, e de produção de sentidos e práticas envolvidos na atuação do veículo. Ainda é abordado nessa parte o caso da discriminação racial seguida de agressão física sofrida por Januário Alves de Santana. O episódio foi escolhido para análise em função da representatividade que teve na história da Afropress, na atuação do editor-chefe, e para a sociedade, uma vez que promoveu o debate sobre o problema do racismo e a geração de práticas para o combate do preconceito e da discriminação raciais, entre as quais a inédita decisão judicial do indiciamento dos agressores por crime de tortura motivada por racismo. O objetivo da realização da análise desse caso foi, além de ressaltar a importância desse acontecimento tanto para a Agência quanto para a sociedade, evidenciar em uma situação concreta os processos analisados anteriormente.

Na última parte são explicitadas as reflexões acerca do processo de pesquisa e dos resultados do estudo, bem como das questões que podem se abrir com o presente trabalho e das que continuam latentes.

2 APORTE TEÓRICO DE CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

2.1 Movimentos sociais em rede na sociedade contemporânea

O contexto mundial contemporâneo mostra-se cada vez mais complexo, com crescentes conflitos, contradições e desigualdades de ordem social, econômica e cultural, trazendo novos desafios na busca de entendimento e de soluções para os problemas e mudanças advindos com a política neoliberal globalizada.

Em torno desse objetivo, se unem grupos de resistência com vistas a enfrentar a dominação através de projetos alternativos que contestam a nova ordem global, a qual tem sido percebida por diversos grupos da população mundial não mais com o deslumbramento que as elites proclamam, mas sim de maneira mais crítica, onde as pessoas tendem a lutar contra a privação de seus direitos econômicos, culturais e políticos; disparidades que se acentuaram com a configuração dos novos tempos.

Dentro do conjunto de tais projetos alternativos podem ser incluídos os movimentos sociais, que estão cada vez mais sensíveis às transformações da sociedade, se pluralizam e se segmentam, passando por diferentes momentos de organização e inclusão de múltiplas demandas de lutas. Scherer-Warren (1999, p.15) define os movimentos sociais como uma categoria ampla de “práticas sociopolítico-culturais” que compreende diferentes formas de associativismo civil e sujeitos sociais, os quais se conectam e criam diversas redes de relações em busca de transformações que, de acordo com a autora, podem ter fundo social, sistêmico ou civilizatório.

É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político, ou com múltiplas práticas efetivas. Pode-se, pois, falar dos movimentos pela paz, ecológico, feminista, negro, de direitos humanos, de democratização da esfera pública, de combate à pobreza ou exclusão social, e assim por diante. Portanto, movimento social é a síntese de múltiplas práticas, produto das articulações de sujeitos e associações civis (SCHERER-WARREN, 1999, p. 16).

Gonh (2010, p. 13) distingue os papéis das ONGs e organizações do Terceiro Setor e apresenta as relações desses tipos de mobilizações com os movimentos sociais. Segundo a autora, as ONGs, entre as décadas de 1970 e 1980, eram instituições de apoio aos movimentos sociais, lhes ofereciam suporte atuando no fortalecimento da representatividade e na conscientização dos grupos organizados. Eram as chamadas ONGs cidadãs, movimentalistas

ou militantes, as quais tinham perfil ideológico e projeto político definido. Outra função dessas organizações era pensar e produzir meios alternativos para resolução de problemas sociais. Na década seguinte, 1990, há uma diversificação e um crescimento no panorama de mobilizações sociais, período em que surgiram as entidades do Terceiro Setor. São instituições que se apresentam geralmente como apolíticas, sendo mais articuladas a empresas e fundações e são regidas por variadas “lógicas que vão da ótica do mercado a entidades com projetos emancipatórios” (GOHN, 2010, p. 14). Essa época coincide ainda com o reposicionamento de algumas ONGs, que passaram a atuar na dianteira dos movimentos sociais e outras até se desvincularam dos movimentos e começaram a trabalhar de forma independente, se fragmentando e canalizando seus escopos para temas e assuntos especializados.

Já Machado (2007) não faz essas diferenciações claramente e identifica um ponto comum que une os grupos mobilizados, apesar de reconhecer a existência de especificidades nas formas de organização e atuação dos movimentos sociais e das ONGs.

Embora os movimentos sociais não possam ser confundidos, a rigor, com organizações sociais tais como as ONGs, de fato as distinções são frequentemente difíceis de serem feitas. Muitos movimentos sociais, ao se desenvolverem, acabam por adquirir um caráter mais institucional como representantes legítimos ou mediadores de certas demandas e interesses de um segmento específico da sociedade. Por tal razão, muitos autores se referem a sindicatos, organizações religiosas, ligas urbanas, movimentos de bairro, microagregações políticas, associações de camponeses, coletivos feministas e outros, igualmente como “movimentos sociais”. Possivelmente o caráter comum que eles têm é que suas bases estão na sociedade civil e, por outro lado, são portadores de uma legitimidade *frequentemente* não institucional (MACHADO, 2007, p. 255, grifo do autor).

No presente trabalho, a expressão movimento social será utilizada para referenciar as mobilizações fundamentadas na sociedade civil, conforme fala Machado (2007), mas sem deixar de reconhecer as importantes distinções históricas e de perfil de atuação presentes nas diferentes configurações dos grupos sociais organizados. Ainda, a ideia de movimento social como uma categoria ampla que envolve uma gama de práticas sociopolítico-culturais impulsionadas por múltiplas redes de relações sociais, de Scherer-Warren (1999), embasa o referencial teórico desse conceito chave para esta pesquisa.

Conforme se está refletindo, em meio às transformações da sociedade contemporânea, tais movimentos sociais têm criado novas práticas e arranjos de gerenciamento interno e de relacionamento com outras organizações, tornando cada vez mais complexos seus modos de

atuação. Tendo como embasamento o trabalho coletivo, as modificações nas estratégias de organização e relacionamento também têm cunho ideológico, na medida em que buscam relações políticas mais horizontalizadas, com maior respeito e reconhecimento à diversidade cultural e de opiniões, e a possibilidade de conectar o local ou específico com o global, ou com interesses mais gerais de uma cidade ou região (SCHERER-WARREN, 1999, p.28).

A partir dessas rearticulações, esses grupos também entram na lógica da organização atual da sociedade estabelecendo redes de movimentos sociais, as quais compreendem relações horizontais através de práticas sociopolíticas menos institucionalizadas entre sujeitos, grupos e organizações da sociedade civil, unidos em torno de uma mesma causa de valor coletivo. Para Scherer-Warren (1999, p. 50-51), essa forma de trabalho conjunto reflete uma concepção da realidade que busca superar a visão tradicional, que divide a sociedade em dois polos conflitantes. Ela ressalta ainda, que na noção de rede é considerada a complexidade do tecido social, constituído por setores heterogêneos e campos diversos, repletos de contradições e divergências. No entanto, além do conflito, já presumido num espaço de tantas nuances, a partir desse modo de organização entende-se que é possível também a existência da cooperação e da solidariedade.

É a participação cidadã na esfera pública que vai possibilitar a um indivíduo constituir-se sujeito. Essa atuação gira em torno, principalmente, de dois eixos de reivindicações (SCHERER-WARREN, 1999, p.65): a construção e defesa de identidades culturais e diversidades – gênero, étnica, etária, religiosa etc. – e o compromisso com valores éticos comuns à coletividade - solidariedade, preocupação com o destino de um povo, nação e até da humanidade. A articulação entre tais dimensões que vai motivar a criação de “mobilizações cidadãs inovadoras para a efetivação de políticas sociais.” Isto porque, mesmo que as lutas mais recentes apontem para a busca de reconhecimento das diferenças e por esse motivo se setorizem, os valores éticos comuns permeiam o coletivo e acabam criando um elo entre sujeitos e movimentos diversos, que se concretiza através da formação de redes e parcerias. Conforme aponta Scherer-Warren (2008, p. 507), o potencial de formação de redes de movimentos reside nas conexões que os atores sociais estabelecem entre suas demandas específicas de lutas e os sentidos subjetivos que emergem delas. Tais elos, traduzidos em formas expressivas, comunicativas e agendas políticas com eixos compartilhados por diferentes organizações, geram identidades coletivas que propiciam a articulação em rede dos movimentos. A autora ressalta ainda que,

Não se trata de recorrer a um universalismo abstrato, sem referência concreta e substantiva ao cotidiano dos sujeitos submetidos à exclusão ou à discriminação; nem a um relativismo da diferença que não considere os possíveis processos de opressão ao “diferente” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 507, grifo da autora).

O objetivo é vincular as lutas dos diversos movimentos a pontos comuns das agendas desses grupos e simultaneamente respeitar as especificidades de cada um deles. Isso através de um movimento de “tradução de vivências históricas”, as quais podem ser diferentes, mas constituem suas subjetividades com base nas experiências de sofrimento do presente, fator que possibilita a construção de uma identidade comum em torno de uma utopia (SCHERER-WARREN, 2008, p. 512).

Partindo dessa tensão entre respeito à diversidade e busca de integração entre ideários, Scherer-Warren (2008) faz uma análise dos movimentos sociais latino-americanos e elenca os principais níveis constitutivos das redes de movimentos. O primeiro desses níveis é o da estrutura de poder, ponto que também foi discutido pela pesquisadora no Projeto “As múltiplas faces da exclusão social” (Projeto AMFES) (SCHERER-WARREN, 2006). De acordo com a autora, as redes se formam com base em relações organizacionais mais horizontalizadas, entretanto, essa estrutura também é permeada por elos que detêm representações políticas legitimadas pelo grupo, hierarquizando sua atuação. Fator que é visto de maneira positiva e necessária para o andamento das ações da rede.

Pressupõe-se, frequentemente, que, numa organização em rede há uma distribuição do poder, os centros de poder se democratizam, ou, como há muitos centros (nós/elos), o poder se redistribui. Isso é parcialmente verdadeiro, porém, mesmo em uma rede há elos mais fortes (lideranças, mediadores, agentes estratégicos, organizações de referência, etc.), que detêm maior poder de influência, de direcionamento nas ações, do que outros elos de conexão da rede. Tais elos são, pois, circuitos relevantes para o empoderamento das redes de movimento. As redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento. Portanto, o que interessa é saber como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente os mais excluídos e que, frequentemente, são as denominadas “populações alvo” desses mediadores (SCHERER-WARREN, 2006, p. 121-122, grifo da autora).

O segundo nível de constituição das redes de movimentos é o das narrativas e o doutrinário. Esses dois elementos se articulam nas práticas discursivas fazendo a ligação entre a memória de um histórico de discriminação e exclusão, e o legado atual. “É dessa forma que redes de mulheres, de indígenas, de negros e de camponeses relembram a tradição colonial,

patriarcal e patrimonial, o poder das oligarquias locais, a expropriação no campo econômico e a subordinação nos campos políticos, sociais e culturais” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 512).

O nível da informação e comunicação é o terceiro apontado e tem relação com o anterior, na medida em que faz referência à difusão de informações para a construção de uma opinião pública, e também ganha importância porque se refere ao uso de recursos disponibilizados pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação, tanto para a comunicação entre as redes, quanto para a formação de uma rede de simpatizantes ao grupo.

Ainda dentro do aspecto comunicativo, está o quarto e último elemento constitutivo das redes de movimentos, o nível dos vínculos sociais e pessoais e sua capacidade de gerar mensagens de conexão, mobilização e empoderamento. Esse nível se refere à importância das relações estabelecidas presencialmente entre os movimentos, através da participação em fóruns e outros momentos de encontro, onde acontecem debates mais intensos e se estabelecem relações mais duradouras entre os grupos que formam a rede. Apesar do reconhecimento da relevância das tecnologias da comunicação para agilidade e amplitude do processo comunicativo da rede, a baixo custo, os contatos presenciais são mais valorizados pelos grupos envolvidos, em função da intensidade dos laços que formam, tanto entre sujeitos, quanto entre organizações. O resultado entre a combinação de interações virtuais com presenciais é a articulação de ações que acontecem nos espaços local e regional, junto à busca de publicização midiática e visibilidade em uma esfera pública ampliada, conectando os espaços locais com os nacionais, regionais e internacionais (SCHERER-WARREN, 2008, p. 514).

Dessa forma, os diversos tipos de movimentos sociais estão cada vez mais percebendo a importância da articulação em rede para potencializar a concretização de seus objetivos. Fazem parte desse processo de articulação os espaços de mediações, como os fóruns, onde os grupos de movimentos se ligam entre si, buscando construir redes com mais autonomia, mas também se ligam com o Estado. Conforme aponta Scherer-Warren (2006, p. 114), reside nesses dois modos de conexão uma tensão permanente na atuação dos movimentos sociais, uma vez que, por um lado, podem se constituir em “um agente de pressão autônoma da sociedade civil”, ou, por outra via, podem trabalhar em parceria “com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas”. Essa tensão pode gerar conflitos

nos movimentos ou nas redes de movimentos, cisões ou modos de atuação combinados, em que esses grupos simultaneamente cobram e participam das ações dos governos.

O dinâmico processo de formação das redes trouxe relevantes mudanças na atuação dos movimentos, promovendo a ultrapassagem de uma série de limites e a integração de fronteiras de diversas ordens.

A sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes interorganizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã. As redes de movimentos sociais possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras *territoriais*, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; *temporais*, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; *sociais* em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada. Essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com defesa da democracia na diversidade (SCHERER-WARREN, 2006, p. 126-127, grifo da autora).

Independente da multiplicidade das causas pelas quais esses diversos grupos se mobilizam, seus diferentes modos de organização e atuação, o principal mote dos movimentos sociais é a busca pelo exercício pleno da cidadania. Conforme aponta Scherer-Warren (1999), está acontecendo uma reconstrução do conceito de cidadania, que se remetia essencialmente ao direito a ter direitos, e hoje tem se modificado junto com a configuração social, a qual está provocando a evolução e o surgimento de diferentes direitos, que expandem as categorias de tipos de direitos, tradicionalmente divididos em civis, políticos e sociais⁴.

Diante dessa realidade, autores, como Evelina Dagnino (1994), apontam a necessidade da ampliação da definição de cidadania que

⁴ T. H. Marshall (1967) cunhou essa divisão em um de seus textos que se tornou fundador da discussão sobre cidadania. Baseado nessa definição, Liszt Vieira (2001) delimita as três vertentes de direitos. Os direitos civis, de primeira geração, ligados à concepção liberal clássica, relacionam-se aos “[...] direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, segurança etc” (p.22). Ainda dentro desse grupo estão os direitos políticos, os quais “[...] dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio universal etc” (p.22). Na segunda geração estão os direitos sociais, referentes ao direito ao trabalho, saúde, educação aposentadoria, seguro-desemprego e demais garantias de acesso aos meios de vida e bem estar social (p.22). Vieira (2001) aponta ainda o surgimento dos direitos de terceira geração, ou direitos difusos, que se ligam aos direitos à paz, ao meio ambiente, ao desenvolvimento e outros, conferidos a grandes grupos humanos como a nação, etnias, ou até a humanidade. E cita também as discussões mais recentes, que já estão tratando dos direitos de quarta geração, relativos à bioética, pela proteção da vida e regulação das ações desenvolvidas pela engenharia genética.

[...] deriva e, portanto, está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os do tipo urbano – e aqui é interessante anotar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. Na organização desses movimentos sociais, a luta por *direitos* - tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constitui a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania (DAGNINO, 1994, p.104, grifo da autora).

A autora liga cultura à política e defende que a democracia assume um novo caráter a partir dessa relação. De acordo com a estudiosa, a cultura democrática é o principal meio para transformações, uma vez que os problemas da sociedade são resultados ou as “provas” da organização do conjunto das relações sociais. A esse fenômeno Dagnino (1994) dá o nome de “autoritarismo social”, o qual organiza as pessoas em categorias de classe, raça e gênero, definindo seus papéis e “lugares” que devem ocupar no grupo.

Conforme a autora define, o “autoritarismo social”

[...] engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade (DAGNINO, 1994, p.105).

A noção de cidadania e democracia, portanto, transcende o nível formal, o qual está ligado ao sistema político, se aproximando do campo cultural e das relações humanas. A partir dessas reflexões, a autora acrescenta mais uma característica ao conceito de cidadania: a *estratégia política*. Essa qualidade confere um perfil mais dinâmico e mutável ao termo, pois está relacionado a um processo histórico permeado por interesses específicos. Dessa forma,

[...] não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política (DAGNINO, 1994, p.107).

Assim, tal conceito passa de um sistema de normas para se relacionar a novas “propostas de sociabilidade”, de organização de uma sociedade formada por “sujeitos sociais ativos”, que decidem quais direitos reivindicar e buscam seu reconhecimento como cidadãos de fato. Nesse sentido, a luta pelos direitos não se restringe somente ao aspecto legal, ou garantido pelo Estado, mas incorpora mudanças de atitude e mentalidade do tecido social que

resultem em relações mais equânimes e melhores condições de vida, tanto materiais, quanto no campo das relações humanas.

Uma das razões fundamentais da sedução que a noção de uma nova cidadania exerce hoje em dia é a possibilidade de que ela traga respostas aos desafios deixados pelo fracasso tanto de concepções teóricas como de estratégias políticas que não foram capazes de articular essa multiplicidade de dimensões que, nas sociedades contemporâneas, integram hoje a busca de uma vida melhor. Dessa capacidade de articular os múltiplos campos onde se travava hoje no Brasil a luta pela construção da democracia e pelo seu aprofundamento, depende o futuro da nova cidadania enquanto estratégia política (DAGNINO, 1994, p.115).

No Brasil, essa ampliação da concepção de cidadania, combinada a um contexto de desigualdades sociais, trouxe mais uma mudança em relação à postura dos cidadãos e de entidades da sociedade civil na reivindicação de seus direitos: a judicialização da cidadania. Trata-se da busca da justiça como legitimadora e como estratégia para a garantia de acesso aos direitos. Tal busca pode ser observada tanto por atores individuais, quanto por coletividades, como os movimentos sociais. No campo coletivo, a constituição de políticas públicas pode ser um exemplo de judicialização de direitos com vistas a garantir a efetivação dos mesmos. A política de cotas raciais para ingresso nas universidades, julgada constitucional em 2012 pelo Superior Tribunal Federal, é um desses casos. A situação de desigualdade social, aliada a uma conscientização dos cidadãos em relação aos seus direitos e sua condição, e a organização desses atores em torno de movimentos sociais negros, geraram as pressões que gradativamente prepararam o terreno, junto com outros aspectos conjunturais, para sedimentar a aprovação do sistema de cotas nas universidades brasileiras. Por outro lado, é importante lembrar que a judicialização da cidadania no Brasil convive com a morosidade e incapacidade operativa de efetivação do “estado de direito”, e ainda algumas vezes com o fenômeno da marginalização, desqualificação e até criminalização dos movimentos sociais pelo próprio Poder Judiciário, que por ora representou o caminho para a garantia de mais direitos (MATOS, RIFIOTIS, 2010, p. 250).

Dessa forma, nesse contexto permeado por contradições, hoje as lutas que deram origem às organizações, instituições e aos movimentos se pluralizam, tecnificam, complexificam e autonomizam umas às outras. Assim, as demandas cidadãs não se limitam ao acesso, mas sim exigem a qualidade em cada segmento que acessam (GARRETÓN, 1994).

Por lo tanto, las formas de organización para conquistar esa ciudadanía cambian, y esto a su vez nos plantea que el tipo de demanda por una multidimensionalidad ciudadana también se ha transformado en un desdoblamiento en dos dimensiones: el acceso y la calidad (GARRETÓN, 1994, p.103).

Portanto, essa nova compreensão de cidadania, além de estar ligada ao “direito de ter direitos”, leva em consideração a cultura para construir caminhos de mudança na sociedade atual. Assim, se amplia e se refina a concepção do que é ser cidadão e o eixo de partida para sua definição desloca-se do geral para o específico, passa a centrar-se na busca de preservação da identidade. Isto é, está embasado em “una extensión de derechos irrenunciables que provienen precisamente de la diferencia y no de la igualdad básica de los seres humanos” (GARRETÓN, 1994, p.104).

Também é a partir da cultura e da importância da identidade dentro do conceito de cidadania, que Alain Touraine (2005) define o que ele denomina de novos movimentos sociais, os quais são identificados por novos atores e novos objetivos, e atualmente são mais culturais que sociais. Entre os principais pontos que o autor aborda para tratar dessa questão está a ruptura do vínculo social. Segundo o estudioso, a sociedade atualmente vive um vazio social no qual os grupos de proximidade, como a família, os meios escolar e profissional passam por uma crise, que conduz os indivíduos à solidão. As consequências negativas desse vazio social atingem com mais força às categorias mais frágeis e dependentes, sobretudo os mais jovens, os idosos e todos os que estão economicamente desfavorecidos e estão fora do mercado de trabalho, grupos invisibilizados socialmente (TOURAINÉ, 2005, p. 91).

Entretanto, Touraine (2005) também ressalta que, mesmo nesse cenário, há muitos indivíduos que são capazes de criar atividades coletivas ou individuais, que lhes deem satisfação. O essencial é recusar tanto o otimismo do progresso (acrescenta-se aqui o adjetivo tecnológico), quanto o pessimismo da sociologia crítica, que só vê a decadência.

Es preciso, ciertamente, percibir de qué forma el individuo es manipulado por la propaganda y la publicidad, pero también hay que descubrir al actor social presente en esse individuo, e incluso el sujeto que está en él y que se bate contra la sociedad de masas, la impersonalidad de los mercados y la violencia de la guerra (TOURAINÉ, 2005, p.94).

Diante da sociedade contemporânea e da diversidade de condutas dos indivíduos, o autor aponta o surgimento do sujeito como dimensão chave da reconfiguração dos movimentos sociais. Para Touraine (2005), o sujeito emerge no retorno a si mesmo, nas

relações interpessoais, e a importância desse debate para a discussão sobre os novos movimentos sociais reside na perspectiva de que é a singularidade de cada indivíduo que deseja ser reconhecida como um ser de direito. Conforme o estudioso,

Hablo de sujeto porque coloco enfrente del orden social, y fuera de la dinámica de la personalidad, la representación por los seres humanos de su propia capacidad de creación, reflexión y evaluación. Admito que las conductas sean consideradas sociales cuando se las pueda contemplar como otras tantas respuestas a una posición social, pero las conductas definidas por sus orientaciones hacia una figura del sujeto, es decir, de la libertad, de la igualdad y la creación, son de otra naturaleza. Es aquí donde nos encontramos con las religiones, los movimientos sociales, políticos y culturales, y en particular en el dominio de las artes, con todo lo que evoca esa relación de los hombres consigo mismos a través de la cual se forman juicios de valor (TOURAINÉ, 2005, p.156).

Assim, o autor posiciona o sujeito no centro de sua análise sobre a sociedade, ressaltando as singularidades dos indivíduos e suas capacidades de discernimento e de tomar posicionamento sobre as questões da vida. Nesse sentido, no caso específico da discussão sobre os movimentos sociais, é apontada a mescla entre as identidades dos movimentos com as identidades dos sujeitos, a ponto de uma se mimetizar à outra. A ideia do mimetismo torna-se interessante para tratar dessa relação porque representa uma afinidade e semelhança acentuada entre dois elementos, mas ao mesmo tempo não deixa de lembrar que, apesar da similaridade, ainda trata-se de duas partes. É importante ter em vista essa questão na medida em que, segundo Touraine (2005), a figura do sujeito revela-se a partir de um exame de consciência do ator, entretanto essa manifestação da consciência não assegura que um movimento social esteja integralmente na consciência desse ator participante. Isto é, a reivindicação por salários melhores ou pela adequação de carga horária de trabalho é mais comum do que a consciência de uma luta mais abrangente, que veja a demanda em questão como parte de uma conjuntura mais global. Ainda que esse olhar mais amplo esteja presente no íntimo dessas lutas, para ser percebido por todos, deve ser liberado de outros tipos de expressão e reivindicação (TOURAINÉ, 2005, p.152).

Em geral, são os acontecimentos históricos que revelam os conflitos e os movimentos de oposição latentes nos sujeitos. “Es así como las tensiones con el mundo islámico han llevado a algunas mujeres a adoptar posturas feministas antiislámicas extremas, que sin duda estaban latentes en ellas pero que no habían tenido ocasión de formular tan claramente” (TOURAINÉ, 2005, p.153).

Pensando nessa perspectiva mais identitária, centrada na figura do sujeito e fugindo do ponto de vista do embate entre minorias e majorias, o autor introduz nas suas discussões sobre movimentos sociais a ideia de direitos culturais, que se refere ao direito de ser singular.

Se trata, pues, no ya del derecho a ser como los otros, sino a ser outro. Los derechos culturales no se dirigen sólo a la protección de una herencia o a la diversidad de las prácticas sociales; obligan a reconocer, contra el universalismo abstracto de la ilustración y de la democracia política, que cada uno, individual y colectivamente, puede construir condiciones de vida y transformar la vida social en función de su manera de combinar los principios generales de la modernización y las “identidades particulares” (TOURAINÉ, 2005, p.184, grifo do autor).

Para Touraine (2005, p.183-185), a perspectiva dos direitos culturais é a mais adequada para tratar dos movimentos sociais porque leva as democracias a refletirem sobre si mesmas e a transformarem-se para reconhecer os direitos sociais de todos os cidadãos. Os direitos culturais estão ligados positivamente aos direitos políticos e, portanto, à cidadania, apesar de serem mais amplos que ela. Pois, segundo o estudioso, os direitos culturais invocam totalidades concretas mais definidas, sólida e profundamente, que a cidadania, ou ainda, que a noção de pertencimento a uma classe, uma vez que se referem às questões identitárias ligadas ao reconhecimento e respeito mútuos. Também, mesmo estando ligados à identidade, que remete à especificidade, os direitos culturais são coletivos porque acabam atingindo a todos, já que abrem jurisprudência a todos os grupos, por exemplo, “el derecho a una vida religiosa no es sólo el derecho de un grupo a practicar su religión; es también, y en la misma medida, el derecho de cada individuo a cambiar de religión, y a expresar una opinión cualquiera juzgada herética por una determinada Iglesia” (TOURAINÉ, 2005, p.187).

Entretanto, conforme aponta o autor, os direitos culturais devem ser associados aos direitos sociais e políticos universais, para assegurar que não se tornem antidemocráticos, uma vez que a apelação à identidade pode servir tanto a orientações liberais e democráticas, quanto a um comunitarismo autoritário, ou a equívocos como a busca da pureza étnica, racial ou religiosa. Dessa forma, atualmente o desafio dos movimentos sociais, independente da natureza que possuam, é assimilar o princípio do universalismo da cidadania, mas de maneira concreta, o construindo levando em consideração as relações de poder e os conflitos culturais que estão presentes na sociedade.

Os movimentos sociais são uma categoria muito particular no interior do vasto conjunto das ações de reivindicação (TOURAINÉ, 2005, p. 188). Conforme o autor:

Un movimiento social, sean cuales sean su fuerza y su forma, se sitúa en un nivel más elevado. Es el actor de un conflicto, que actúa con otros actores organizados, cuyo objetivo es el uso social de los recursos culturales y materiales a los que los dos campos en conflicto atribuyen una importancia central (TOURAINÉ, 2005, p. 189).

Dentro dessa categoria estão os novos movimentos sociais, que para Touraine (2005, p. 192), são considerados os movimentos nascidos depois da década de 1970 e que têm como característica principal a inauguração da entrada da cultura no campo político, através de suas demandas inéditas para a época. A novidade destes movimentos, segundo o autor, está na atitude desses grupos em manifestar as contradições entre as forças técnicas e econômicas descontroladas e a diversidade de espécies e culturas, de atividades locais e línguas, elementos que contribuem para a formação da subjetividade de cada indivíduo.

Nos movimentos sociais anteriores à década de 1970, como o movimento operário, de acordo com o autor, os objetivos econômicos são, ao mesmo tempo, a expressão de um conceito de classes e da vontade dos assalariados de serem respeitados, onde as identidades profissionais e locais se sobressaem. Diferente dos novos movimentos sociais que

[...] no tienen por principio la transformación de las situaciones y relaciones económicas; defienden la libertad y la responsabilidad de cada individuo, solo o colectivamente, contra la lógica impersonal del beneficio y la competencia. Y también contra un orden establecido que decide lo que es normal o anormal, lo que está permitido o prohibido (TOURAINÉ, 2005, p. 194).

Também compartilham da opinião de que existem novas formas de mobilização social, Johnston, Laraña e Gusfield (2001). De acordo com os autores, o surgimento de novas formas de ação coletiva propiciou a elaboração de novos marcos interpretativos que pudessem dar conta da diversidade e complexidade de movimentos sociais inéditos para a época. Assim, os estudiosos identificaram oito características comuns a essa nova categoria de movimentos sociais:

1 – “Estos movimientos no tienen una relación clara con los roles estructurales de sus seguidores” (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 2001, p. 6).

Em relação ao pensamento marxista, há uma tendência de que a formação da base social dos novos movimentos sociais transcenda a estrutura de classe. Isto porque, de acordo com os autores, a origem social dos participantes desses movimentos tem suas raízes em grupos sociais bastante difusos, como idade, gênero, orientação sexual, ou diferentes setores

profissionais, que não necessariamente têm sua participação relacionada a questões estruturais.

2 – “Sus características ideológicas contrastan notablemente con las del movimiento obrero y con la conceptualización marxista de la ideología, como el elemento unificador y totalizante de la acción colectiva” (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 2001, p. 7).

Até o surgimento das novas formas de mobilização, os movimentos sociais costumavam ter sua interpretação enquadrada a alguma das ideologias tradicionais mais difundidas. De acordo com seu modo de ação e reivindicações, eram analisados sob o ponto de vista conservador ou liberal, de posição política de esquerda ou direita, capitalista ou socialista. Entretanto, começaram a se apresentar dificuldades de classificar os novos movimentos sociais de acordo com essas concepções ideológicas, em função da pluralidade de ideias e valores que os caracteriza e por, com frequência, terem uma orientação pragmática e buscarem reformas institucionais que ampliem os sistemas de participação em decisões de interesse coletivo. Para os autores, reside aí a importância do papel político dos novos movimentos sociais, pois suas lutas implicam num esforço de dinamização da democratização da vida cotidiana e de expansão das dimensões civis da sociedade frente ao crescimento daquelas vinculadas ao Estado.

3 – “Estos movimientos con frecuencia implican el desarrollo de nuevos aspectos de la identidad de sus miembros que antes tenían escasa importancia” (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 2001, p. 7).

Assim como Touraine (2005); Johnston, Laraña e Gusfield (2001) defendem que os novos movimentos sociais focam suas reivindicações e fatores de mobilização em questões de caráter cultural e simbólico relacionadas com a identidade, em substituição à exclusividade das reivindicações econômicas, que caracterizam o movimento dos trabalhadores das indústrias. As novas mobilizações, geralmente, apresentam-se associadas a uma série de crenças, símbolos, valores e significados coletivos, que estão relacionados com sentimentos de pertencimento a um grupo, com a imagem que seus membros têm de si mesmos e com novos significados que dão sentido a suas vidas cotidianas e a como se constituem de maneira coletiva. Segundo os autores, as novas identidades coletivas que estão em jogo nessas mobilizações se constroem nos âmbitos público e privado, e as identidades de origem “antiga” são reconstruídas em combinação com novas orientações.

4 – “Difuminación de la relación entre el individuo y el grupo” (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 2001, p. 8).

Muitos movimentos contemporâneos se manifestam e se expressam através de ações individuais, ao invés de o fazerem em grupos mobilizados, ou em um contexto grupal. Esse fato representa uma interpenetração entre as esferas pública e privada, que se expressa no lema “o pessoal é o político”, cunhado durante a segunda onda feminista. De acordo com os autores, outra interpretação desses cenários é o entendimento de que os movimentos que necessitam de uma clara base estrutural, ou de uma classe, se convertem em fonte das definições particulares que cada um de seus membros faz de si mesmo, e sua ação consiste em uma complexa combinação de autoafirmações de identidades individuais e coletivas.

5 – “Los nuevos movimientos con frecuencia implican aspectos íntimos de la vida humana” (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 2001, p. 8).

Muito ligado aos dois últimos tópicos debatidos, esse aspecto dos novos movimentos sociais se refere a reivindicações que dizem respeito a variados aspectos da vida diária, como os modos de comer e vestir, os comportamentos sexual e corporal, os modos de enfrentar problemas pessoais, entre outros, que são da ordem íntima e privada e ultimamente têm integrado a agenda de lutas de diversos grupos de mobilização social.

6 – “Otra característica común consiste en el uso de tácticas de movilización radicales, de resistencia y perturbación en el funcionamiento de las instituciones, que también se diferencian de las tradicionalmente practicadas por el movimiento obrero” (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 2001, p. 8).

Os novos movimentos sociais geralmente empregam novas pautas de mobilização, caracterizadas pela não violência e pela desobediência civil, que com frequência representam um desafio às normas de comportamento vigentes através de uma representação de caráter dramático. Entre as diversas manifestações desse tipo é possível destacar o protesto pelos direitos civis dos negros norte-americanos. Liderada por Martin Luther King, a histórica Marcha sobre Washington reuniu 200 mil manifestantes pacificamente, e umas de suas principais influências foram as mobilizações encabeçadas por Ghandi na Índia.

7 – “El surgimiento y la proliferación de nuevos movimientos sociales está relacionado con la crisis de credibilidad de los cauces convencionales para la participación en la vida pública en las democracias occidentales” (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 2001, p. 9).

Este aspecto está relacionado à crise dos partidos tradicionais, ou à decadência do sistema de representatividade política. Segundo os autores, os novos movimentos sociais tendem a manter um alto grau de autonomia e desprezo em relação às estruturas partidárias. Fator que motiva a ação coletiva pela reivindicação de formas alternativas de participação e decisão sobre os assuntos de interesse coletivo, mais diretas e próximas dos indivíduos implicados neles. Entretanto, é importante analisar cada movimento atualmente, uma vez que as relações entre as mobilizações sociais e as estruturas partidárias não são tão cristalizadas. Há negociações nesse processo e, em alguns casos, um diálogo ou trabalho conjunto com os partidos. Esse é o caso de alguns grupos pertencentes aos movimentos sociais negros brasileiros, que defendem uma agenda relacionada aos afro-brasileiros, porém ligados a uma sigla partidária.

8 – “En contraste con la estructura de cuadros y las centralizadas burocracias de los partidos de masas tradicionales, la organización de los nuevos movimientos sociales tiende a ser difusa y descentralizada” (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 2001, p. 9).

A tendência dominante entre os diversos tipos de novos movimentos sociais é a autonomia dos pequenos grupos em relação às organizações regionais e nacionais das mobilizações das quais fazem parte. Para os autores, esta característica das consideradas novas mobilizações sociais é designada como o elemento “autorreferencial” desses grupos. Tal qualidade se constitui em outra importante diferença em relação à estrutura hierarquizada e centralizada dos movimentos dos trabalhadores das indústrias. Segundo Johnston, Laraña e Gusfield (2001), as lideranças características dos novos movimentos tendem a ser flexíveis, mutantes e pouco profissionalizadas. Também a respeito desse aspecto, é interessante fazer uma análise mais específica sobre os diversos novos movimentos sociais, uma vez que atualmente a diversidade não está somente nas demandas reivindicadas, mas também nas formas de organização dos grupos. Por exemplo, cada vez mais os movimentos têm profissionalizado suas lideranças e criado estruturas organizacionais mais complexas e estáveis, que por vezes podem se mesclar a modelos mais informais ou combinar aspectos hierárquicos com arranjos em rede mais horizontalizados.

Apesar de enumerar essas características mais frequentes nos novos movimentos sociais, os autores relativizam a presença de tais qualidades dizendo que não pretendem que todos os movimentos apresentem todos os traços listados. Ainda, discutem a ideia do “novo”, defendendo que nem todos os movimentos contemporâneos podem ser considerados assim.

Dessa forma, segundo os autores (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 2001, p. 6), o objetivo de identificar essas características nesses movimentos é interpretar muitos deles em relação às diferenças que os separam de formas anteriores de ação coletiva. Outra razão apontada é a criação de um novo marco interpretativo para movimentos atípicos, como os que possuem uma longa tradição, mas surgiram com características dos novos movimentos, como metas mais difusas e diferentes pautas de mobilização para seu contexto temporal.

Os autores também chamam a atenção para o fato de que essas características que podem estar presentes nos novos movimentos sociais não são independentes dos laços que eles mantêm com o passado, nem implicam em ausência de continuidade com movimentos anteriores, ainda que esse aspecto varie em cada movimento (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 2001, p. 9).

Por esse motivo, é importante considerar a existência de mudanças nas formas de mobilização social, porém é interessante que se examine os movimentos em específico, tendo-se em conta que os fenômenos sociais derivam de processos históricos.

2.2 Espaço comunicacional, de materialização da rede e de instituição de sentidos e dinâmicas: a internet como ambiência da militância

Já é praticamente consenso a constatação da presença cada vez mais frequente da internet nos diversos âmbitos da vida social. Conforme assinala Castells (2009, p. 100), os usuários “vivem com a internet”, e dentro de suas variadas aplicações, seja no trabalho, para contatos pessoais, na obtenção de informação e entretenimento, nos serviços públicos, na política ou na religião; ela “es el tejido de la comunicación de nuestras vidas”.

No presente trabalho, a internet é pensada a partir da articulação de três perspectivas: como artefato cultural, como tecnologia midiática e como política. A concepção da internet enquanto artefato cultural considera a inclusão da tecnologia no cotidiano, como um elemento da cultura, onde se entrelaçam online e offline, que passam a compor uma só dimensão, o mundo da vida. A partir do conceito de artefato cultural deriva a compreensão de que há “diferentes significados culturais em diferentes contextos de uso”, e, por conseguinte, a internet é concebida como objeto dotado de múltiplas faces e possibilidades de apropriações (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011, p. 42). Aqui, liga-se a essa ideia de artefato cultural o entendimento da internet como tecnologia midiática, geradora de práticas sociais que desenham os objetos de estudos, atentando nesse processo de construção para a inter-

relação entre online e offline e as dimensões simbólica e material de tais objetos. Nessa abordagem, a internet é vista como “mídia que permite práticas e estratégias comunicacionais que estão articuladas com os diferentes tipos de cultura” (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011, p. 44).

Por último, combina-se aos dois entendimentos apresentados, a visão política sobre a internet e a tecnologia num sentido mais amplo. Política aqui se refere às relações de poder, aos embates no campo simbólico, e tem duas angulações nesta pesquisa:

A política que aparece ou pode ser defendida *em torno* da mídia é uma política de acesso e regulamentação, e a política que pode ou não ser possibilitada dentro da mídia é uma política da participação e da representação, em ambos os sentidos da palavra, em que novas formas de democracia podem surgir; ou, de fato, novas formas de tiranias (SILVERSTONE, 2002, p. 58).

A partir desses pressupostos, com o objetivo de delinear melhor o objeto de pesquisa e seu contexto, é importante debater as diferentes configurações que assume a comunicação na contemporaneidade, principalmente com o advento da internet.

De acordo com Castells (2009, p. 87), o processo de comunicação se define pela tecnologia da comunicação, pelas características dos emissores e receptores da informação, seus códigos culturais de referência, seus protocolos de comunicação e o alcance do processo. O autor inicia sua discussão acerca da comunicação na era da sociedade em rede abordando o alcance do processo comunicativo em si mesmo, distinguindo comunicação interpessoal, onde receptores e emissores são atores diretos do processo comunicativo; da comunicação de massa, em que o conteúdo da comunicação é difundido ao conjunto da sociedade. A partir desses dois tipos de comunicação e da entrada da internet nesse processo, o estudioso apresenta um terceiro modo de comunicar e o define como histórico: a autocomunicação de massas. Essa modalidade é caracterizada por possibilitar o uso da comunicação ponto a ponto e, ao mesmo tempo, o envio de mensagens de muitos a muitos, onde os indivíduos podem gerar e selecionar os conteúdos e definir os possíveis receptores, por isso é considerada autocomunicação. E ainda, pelo potencial que esses conteúdos veiculados na internet têm de chegar a uma audiência global, esse modo de comunicação também ganha caráter massivo.

Las tres formas de comunicación (interpersonal, comunicación de masas y autocomunicación de masas) coexisten, interactúan y, más que sustituirse, se complementan entre sí. Lo que es históricamente novedoso y tiene enormes

consecuencias para la organización social y el cambio cultural es la articulación de todas las formas de comunicación en un hipertexto digital, interactivo y complejo que integra, mezcla y recombina *en su diversidad* el amplio abanico de expresiones culturales producidas por la interacción humana (CASTELLS, 2009, p. 88, grifo do autor).

O surgimento dessa terceira forma de comunicação com os usos da internet e seu entrelaçamento com os demais modos de comunicar já existentes, configuram uma das chaves mais importantes do fenômeno que têm sido descrito por estudiosos da área como convergência da comunicação ou convergência midiática, a qual segundo Castells (2009, p. 89-90), se originou a partir de uma série de transformações em cada uma das dimensões do processo comunicacional.

De acordo com Jenkins (2008), a convergência não ocorre nos suportes tecnológicos, na dimensão material por meio da qual circula o fluxo de informações. Ela acontece no modo de pensar dos sujeitos individualmente e no seio das relações sociais entre as pessoas. Porque, conforme o autor aponta, “cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana” (JENKINS, 2008, p. 30).

Assim, essas transformações também atingem as formas como os indivíduos e as organizações se relacionam com a mídia, mesclando as funções de produtor e consumidor. Jenkins (2008, p. 29-30) designa como “participantes” esses sujeitos em interação midiática, pois podem exercer, em alguns momentos, simultaneamente os dois papéis (produtor e consumidor) nesse processo, onde antigos e recentes veículos de comunicação se encontram e mídias corporativas e alternativas dialogam. Portanto,

A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. Lembrem-se disto: a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final. Não haverá uma caixa preta que controlará o fluxo midiático para dentro das casas. Graças à proliferação de canais e à portabilidade das novas tecnologias de informática e telecomunicações, estamos entrando numa era em que haverá mídias em todos os lugares. A convergência não é algo que vai acontecer um dia, quando tivermos banda larga suficiente ou quando descobriremos a configuração correta dos aparelhos. Prontos ou não, já estamos vivendo numa cultura da convergência (JENKINS, 2008, p. 43).

Em meio às contradições sociais, econômicas e políticas, o aumento do acesso à internet no mundo - apesar de ainda haver desigualdades -, a difusão dos sistemas de banda

larga e conexão sem fio, o desenvolvimento de softwares avançados, muitos deles com código aberto que permite o download gratuito e a elaboração de conteúdos em diversos formatos, propiciaram o crescimento da autocomunicação de massas, e conseqüentemente da convergência, e a organização de redes horizontais de comunicação interativa digital que conectam o local e o global a todo o momento (CASTELLS, 2009, p. 102). Dessa forma, esse modo de comunicar não é só compartilhado pelos usuários da internet, mas também está sendo cada vez mais utilizado pelas grandes corporações de comunicação como forma de ampliar seu espectro de difusão e de suprimento de conteúdos, a baixo custo e com eficiência, e como meio de interação com as audiências. Conforme também destacou Jenkins (2008), tal cenário reflete um processo de complementaridade entre os meios tradicionais e os novos modos de comunicar mais independentes que têm lugar na internet, e, segundo o prognóstico de Castells (2009, p. 108), também se revela uma nova realidade midiática, cujos contornos e efeitos serão delineados nas lutas por poder político e empresarial, na medida em que os proprietários das redes de telecomunicação tomem posições para controlar o acesso e o tráfego a favor de seus sócios e clientes privilegiados.

Este es un nuevo ámbito de comunicación y, en última instancia, un nuevo medio sustentado por redes de ordenadores que hablan un lenguaje digital y cuyos emisores están repartidos e interaccionan por todo el mundo. Es verdad que el medio, incluso un medio tan revolucionario como este, no determina el contenido ni el efecto de sus mensajes. Pero tiene el potencial de hacer posible una diversidad ilimitada y la producción autónoma de la mayoría de los flujos de comunicación que construyen el significado en el imaginario colectivo. Sin embargo, son organizaciones e instituciones influenciadas en gran medida por las estrategias empresariales de rentabilidad y expansión de mercados las que procesan y modelan (aunque no determinan) la revolución de las tecnologías de la comunicación y las nuevas culturas de comunicación autónoma (CASTELLS, 2009, p.108).

Assim, como ressalta Jenkins (2008, p. 41-42), o panorama atual da comunicação está sendo delineado pela convergência midiática. Tal fenômeno oferece um ponto de vista mais esclarecedor a respeito das transformações sofridas pelos meios de comunicação, especialmente nos últimos dez anos, uma vez que o fenômeno da convergência abrange o processo comunicacional de uma maneira ampla, enfocando as mudanças ocorridas nos protocolos de produção e consumo da mídia e considerando os meios de comunicação como sistemas culturais, o que implica em entender que não há substituições entre os meios, e sim relações entre os mesmos. E ainda, que são os sistemas de distribuição, os meios utilizados

para acessar os conteúdos veiculados pelo meio, os quais vão se tornando obsoletos e são suplantados por outros tecnologicamente mais avançados.

(...) a convergência representa uma mudança de paradigma – um deslocamento de conteúdo de mídia específico em direção a um conteúdo que flui por vários canais, em direção a uma elevada interdependência de sistemas de comunicação, em direção a múltiplos modos de acesso a conteúdos de mídia e em direção a relações cada vez mais complexas entre a mídia corporativa, de cima para baixo, e a cultura participativa, de baixo para cima (JENKINS, 2008, p. 325).

Refletindo sobre esses atravessamentos do contexto social contemporâneo, Castells (2009) destaca transformações em três âmbitos principais que propiciaram a convergência. O primeiro é a tecnologia, setor que sofreu profundos avanços, sobretudo, com a digitalização da comunicação, a interconexão entre os computadores, o desenvolvimento dos softwares, o aumento da transmissão por banda larga, e a cada vez mais onipresente comunicação local-global por redes sem fio de acesso à internet.

A segunda dimensão apontada é a estrutura institucional e organizativa da comunicação que, de acordo com o autor, nas últimas duas décadas passaram por importantes modificações. Entre as mais relevantes estão a comercialização generalizada dos meios de comunicação; a globalização e concentração das empresas de comunicação em poder de conglomerados e redes; a segmentação, personalização e diversificação dos mercados de meios de comunicação especialmente com base na identificação cultural da audiência; a formação de grupos empresariais multimídia, que abarcam diversas formas de comunicação, incluindo a internet; e uma maior convergência empresarial entre operadoras de telecomunicações, fabricantes de computadores, provedores de internet e empresas proprietárias dos meios de comunicação.

A dimensão cultural do processo de transformação multinível da comunicação é o terceiro âmbito abordado e se refere ao ponto de cruzamento de dois pares de tendências contrapostas. São elas o desenvolvimento paralelo de uma cultura global e de múltiplas culturas identitárias; e a ascensão simultânea do individualismo e do comunitarismo. Para o Castells (2009), a capacidade ou incapacidade para criar protocolos de comunicação entre esses marcos culturais contraditórios define a possibilidade e qualidade da comunicação entre os sujeitos de distintos grupos. Ele acrescenta também, que a diversidade de redes de comunicação culturalmente distintas e a Web 2.0 podem ser os protocolos de comunicação que tenham pontes para aproximar as distâncias culturais ou, por outra via, fragmentar mais a

sociedade em pequenas ilhas culturais e trincheiras de resistências. Assim como as transformações desse tempo, a resposta para este enigma está em processo de construção, e os resultados serão vistos mais além.

Castells (2009) ressalta ainda, que os elementos que constituem as profundas transformações por que passam os processos comunicativos no mundo representam as relações de poder que fundamentam a revolução do sistema de comunicação multimodal. Fator que se evidencia principalmente, de acordo com o autor, na persistente desigualdade na inclusão digital, tanto entre diferentes países, quanto dentro dos países, a qual é regulada pelo poder aquisitivo dos consumidores e pelo desenvolvimento de infraestrutura de comunicação.

Ainda que haja um aumento no acesso à internet e às redes sem fio, as diferenças continuam grandes no acesso à banda larga e no âmbito educacional direcionado à capacitação e desenvolvimento de competências para trabalhar com aparatos digitais, o que acaba por ampliar as estruturas de dominação por classe, etnia, idade e sexo. Outros problemas, igualmente relevantes, são a influência da publicidade nas empresas de comunicação, que pode subordinar a inovação cultural e o entretenimento, ao consumismo comercial; e a vigilância promovida pelas burocracias governamentais, elites políticas e aparatos ideológicos e religiosos, que reduzem a privacidade e a liberdade de expressão e comunicação na internet (CASTELLS, 2009, p. 91).

Por outro lado, o autor também aponta que atores sociais de diversas partes do mundo perceberam o potencial das redes de comunicação e o estão utilizando para colocar em prática seus projetos, defender seus direitos, e lutar por cidadania comunicativa, buscando participação nas deliberações dos gestores da comunicação. Do mesmo modo, nesse contexto da convergência da comunicação, Jenkins (2008) assinala a busca por protagonismo dos indivíduos que são consumidores, ou usuários, das mídias, entre elas a internet.

A convergência, como podemos ver, é tanto um processo corporativo, de cima para baixo, quanto um processo de consumidor, de baixo para cima. A convergência corporativa coexiste com a convergência alternativa. Empresas midiáticas estão aprendendo a acelerar o fluxo de conteúdo midiático pelos canais de distribuição para aumentar as oportunidades de lucros, ampliar mercados e consolidar seus compromissos com o público. Consumidores estão aprendendo a utilizar as diferentes tecnologias para ter um controle mais completo sobre o fluxo da mídia e para interagir com outros consumidores. As promessas desse novo ambiente midiático provocam expectativas de um fluxo mais livre de ideias e conteúdos. Inspirados por esses ideais, os consumidores estão lutando pelo direito de participar mais plenamente de sua cultura (JENKINS, 2008, p. 46).

Entre os que se mobilizam dentro desse novo ambiente comunicativo estão os movimentos sociais, que têm o objetivo de pôr em circulação ideias e ideais, fazer intercâmbios, interagir com quem desejam apoiar ou criticar e ainda “driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura” (MORAES, 2000, p. 142). Segundo Machado (2007), as tecnologias de comunicação e informação, sobretudo a internet, já são mais do que instrumentos para os movimentos sociais, elas propiciaram o surgimento de novas formas de mobilização e ativismo. Para o autor, a apropriação estratégica de tais tecnologias pelos movimentos sociais fez com que emergisse uma nova “cultura organizacional”, a qual passou a caracterizar esses grupos pela atuação cada vez mais em rede, pela formação de amplas coalizões e pela agregação de grupos por valores identitários comuns (MACHADO, 2007, p. 249). Características que também aponta Moraes (2000) nessa relação dos movimentos sociais com a esfera digital.

As ferramentas da *Web* podem propiciar aos movimentos sociais uma intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando-lhes a visibilidade pública. Outro fator positivo é a constituição de comunidades virtuais por afinidades eletivas. Formam-se, assim, coletivos em rede, por aproximações temáticas, anseios e práticas comuns de cidadania. Eles compartilham ações sociopolíticas, tendo em vista o fortalecimento dos laços comunitários e de uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, de cooperação e de participação (MORAES, 2000, p. 154).

Machado (2007, p. 273-276) faz uma análise dos movimentos sociais que atuam utilizando a internet, ou as “redes telemáticas”, conforme ele nomeia, e elenca dez características mais marcantes desse modo de mobilização. A primeira é a “proliferação e ramificação dos coletivos sociais”, provocada, segundo o autor, pela rapidez e maior alcance das tecnologias da informação e comunicação, as quais ampliam as possibilidades de surgimento de novas mobilizações, bem como a integração entre seus membros e entre diferentes coletivos. Esses fatores, aliados ao aumento da circulação de informações, da interação e afiliação de participantes aos grupos de mobilização, favoreceram ainda as ramificações dos movimentos sociais.

Em segundo lugar estão a “horizontalidade e flexibilidade das redes”, características que, de acordo com o estudioso, são cada vez mais frequentes nas organizações sociais atualmente, na medida em que as mesmas mantêm relações menos hierarquizadas, mais flexíveis e conectadas a múltiplas “microrredes”.

A “tendência coalizacional” é o terceiro traço apontado, o qual se refere à crescente atuação em rede dos movimentos em torno de objetivos comuns, através da infraestrutura comunicativa proporcionada pela internet.

“Existência dinâmica ou segundo objetivos ou fatos”, é enumerada em quarto lugar e diz respeito à facilidade tanto de ampliação, quanto de dissolução das mobilizações sociais mais recentes diante da concretização de um objetivo ou do fracasso.

“Minimalismo organizacional-material”, quinta qualidade listada, tem relação com o custo de funcionamento dos movimentos sociais, que vislumbram na internet a possibilidade de começar a operar a baixo custo, o que também incentiva a associação de membros, a criação de novos grupos e a integração entre diferentes coletivos.

Em sexto lugar estão “universalismo e particularismo das causas”, referentes às reivindicações dos movimentos sociais, que podem estar ligadas a causas bem específicas e locais, e simultaneamente a objetivos vinculados a lutas mais amplas, mais universais, como, por exemplo, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, o combate à discriminação e ao racismo etc.

“Grande poder de articulação e eficiência”, é a sétima característica listada, e aborda a capacidade que os movimentos sociais possuem de mobilizar seus atores de forma cada vez mais rápida e intensa para protestos e manifestações.

As últimas três características mencionadas pelo autor são “estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas”, “multiplicidade de identidades/circulação de militantes”, e “identidade difusa dos sujeitos sociais”, que foram agrupadas aqui por tratarem de temas afins, no caso, as questões da identidade e identificação dos participantes dos movimentos sociais. As “estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas” se referem à importância que recebe o compartilhamento de identidades e visões de mundo na formação das redes de mobilizações, em detrimento da questão da localidade, que deixa de ser fundamental na decisão de participar de um coletivo social. Dentro de uma lógica semelhante, estão a “multiplicidade de identidades/circulação de militantes” e a “identidade difusa dos sujeitos sociais”, que se referem às diversas nuances que apresenta a identidade dos indivíduos e, por consequência, as variadas, e por vezes tênues, identificações desses atores engajados nos movimentos sociais com as causas defendidas por estas mobilizações. Esses fatores possibilitam tanto a militância de um indivíduo em diversas coletividades simultaneamente, quanto o desligamento dos indivíduos desses grupos.

Sobre esse debate dos movimentos sociais contemporâneos que utilizam a internet como apoio, estratégia, ou espaço de atuação, etc., é importante ressaltar que, além da diversidade de demandas de luta, há entre esses grupos diferentes modos de organização, de relação com seus locais de origem, de militância, e temporalidades (MARTÍN-BARBERO, 1987). Dessa forma, é necessário relativizar as características apontadas, entendendo que nem todas estarão presentes na totalidade das coletividades sociais da atualidade, ou podem estar combinadas com outras qualidades não listadas aqui.

Dentro dessa linha, de ponto de vista menos entusiasmado, Tilly (2005) reconhece as significativas mudanças que estão acontecendo na atuação dos movimentos sociais frente ao novo contexto comunicacional contemporâneo em comparação com o cenário que se apresentava no século XX, como a maior visibilidade e, muitas vezes, a atenção e intervenção internacional nas mobilizações em nível nacional ou global, porém também enfoca alguns pontos que devem ser levados em conta na análise desses grupos no contexto atual.

A partir de seus estudos sobre as mobilizações em 2001 contra o governo do então presidente das Filipinas, Joseph Estrada, o autor destaca que pôde assinalar quatro advertências importantes nas reflexões acerca da relação entre as tecnologias de comunicação e informação e a atuação dos movimentos sociais (TILLY, 2005, p. 14). A primeira delas é evitar o determinismo tecnológico, reconhecendo que as novas características dos movimentos sociais resultam de mudanças em seus contextos sociais e políticos, mais do que das inovações tecnológicas.

Em segundo lugar está a advertência de que, igualmente aconteceu nos séculos XIX e XX, as inovações nas comunicações do século XXI sempre operam de duas maneiras: Por um lado diminuindo os custos de articulação entre os ativistas que já estão conectados entre si, mas por outro lado excluindo de maneira mais definitiva aqueles que não têm acesso aos novos meios de comunicação, incrementando a desigualdade nas comunicações.

Recordar que a maior parte das atividades dos movimentos sociais do século XXI continua dependendo de formas de organização local, regional e nacional que já predominavam no final do século XX, é o terceiro alerta dado pelo autor.

Por último, ele acrescenta ainda, que ao mesmo tempo em que se aponta que a globalização está moldando a distribuição mundial dos movimentos sociais, deve-se evitar a suposição de que a confrontação entre globalização e antiglobalização domina na atualidade a cena dos movimentos sociais.

Para Tilly (2005, p. 14), ignorar essas advertências seria não ver as mudanças sociais reais que estão afetando as reivindicações coletivas em nível mundial, bem como, a persistência de assuntos locais, regionais e nacionais abordados pelos movimentos sociais.

Desde que Howard Rheingold y muchos otros entusiastas de la tecnología afirmaram que las nuevas tecnologías de la comunicación están definiendo la organización y estrategia de los movimientos sociales, nos es más fácil reconocer que desde el comienzo los activistas de los movimientos sociales han respondido a los medios de comunicación. Ya habíamos puesto de manifiesto que el enorme crecimiento de los medios escritos durante los siglos diecinueve e veinte dio nueva resonancia a los movimientos sociales mucho antes de la era electrónica. La rádio y la televisión jugaran un papel importante durante el siglo veinte.

(...) Deberíamos tener mucho cuidado antes de adoptar una postura determinista acerca de las comunicaciones en cualquiera de sus formas, general o particular: generalmente, suponiendo que cada una de esas innovaciones por sí mismas transformaron la vida social y la acción política; particularmente, imaginando que Internet o los teléfonos móviles proporcionarun un poder de comunicación tan grande que desvinculan a la gente de sus relaciones y prácticas sociales previas (TILLY, 2005, p. 17-18).

Portanto, de acordo com o ponto de vista do autor, as transformações dos movimentos sociais fazem parte de um processo mais amplo, que inclui a relação com os meios de comunicação, mas não se restringe só a esse ponto, e, o mais importante, estão ligadas às ações, às ideologias e à história dos atores sociais que integram essas mobilizações.

Para explicar o papel dos meios de comunicação na atuação dos movimentos sociais contemporâneos, Tilly (2005) faz uma analogia com uma análise desenvolvida pela estudiosa Zelizer (2005)⁵ a respeito das relações econômicas. Segundo Zelizer (2005) existem “circuitos comerciais” que definem as relações sociais entre os integrantes de grupos que participam de transações econômicas. Tais circuitos estabelecem regras que criam uma estrutura institucional que reforça o crédito, a confiança e reciprocidade dentro do grupo, mas também organizam a exclusão e a diferenciação em relação aos que não pertencem a esse grupo. Os circuitos transcendem os limites das comunidades, dos lares e organizações, mas conectam seus participantes em formas significativas de coordenação, comunicação e interdependência (ZELIZER, 2005 apud TILLY, 2005, p. 18). Essa elaboração conceitual é transposta para pensar o tema dos movimentos sociais em relação com os meios de comunicação.

O autor utiliza a ideia de “circuitos políticos”, que compreendem redes de conexão entre ativistas políticos, uma combinação de fronteiras, controles, negociações políticas,

⁵ ZELIZER, Viviana. Circuits within capitalism. In: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard. **The economic sociology of capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 289-322.

meios de comunicação e relações significativas. Conforme Tilly (2005, p. 18), com suas ações os movimentos sociais constroem e transformam os circuitos políticos. Dentro desse processo, os meios de comunicação são utilizados como marcadores das diferenças entre os diversos tipos de relações que, de acordo com os atributos de cada veículo, podem ser estabelecidas, reforçadas, facilitadas, mantidas ou excluídas.

Una vez involucrados en un circuito político, los participantes negocian puntos de encuentro entre los medios, las transacciones y las relaciones sociales significativas, al tiempo que establecen y controlan las fronteras entre los de dentro y los de afuera. En lugar de un determinismo de las comunicaciones, encontramos participantes políticos activamente implicados en innovación organizativa (TILLY, 2005, p. 18).

Desse modo, os movimentos sociais são vistos como protagonistas das mudanças em suas estruturas ao longo do tempo, que, entre outros elementos, utilizam os meios de comunicação para compor suas estratégias de ação, construir e divulgar suas demandas de reivindicação, estabelecer suas conexões e organizar suas estruturas. É a partir dessa visão de protagonismo dos movimentos sociais em suas relações com a esfera midiática, que é analisado o objeto do presente estudo.

2.3 Contexto racial brasileiro: desigualdades raciais X fase afirmativa

Inserido no contexto de mudanças da sociedade, dos movimentos sociais e da concepção de cidadania, o Brasil vê emergir com mais força movimentos de contestação e luta ligados a demandas cada vez mais específicas. Kabengele Munanga (2011) destaca ainda que o país está em uma fase importante de amadurecimento, principalmente no que tange às discussões referentes às condições de vida dos afro-brasileiros e do desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para as necessidades dessa camada da população.

Nos últimos dez anos, o debate sobre a questão racial, em termos de conscientização, adiantou bastante. Havia uma época em que dizer que há racismo no Brasil era considerado como um crime de lesa-pátria. Ninguém se atrevia a dizê-lo, com medo de sofrer repreensão política.

Antigamente o debate ocorria somente nos meios acadêmicos, mas hoje é difundido no tecido da sociedade, principalmente no seio das entidades do movimento negro. Apesar de o movimento negro ter atuação há longas datas (desde que os negros aqui pisaram como escravizados), creio que nos últimos dez anos, graças ao debate sobre ação afirmativa, a questão do negro foi ampliada (MUNANGA, 2011, p. 3).

Essa atmosfera tem gerado, portanto, modificações nas mentalidades não só dos movimentos sociais, como também dos setores civil e político da sociedade brasileira. Os números do último Censo⁶ no Brasil, realizado em 2010, fizeram emergir um dado importante para se pensar esse contexto de transformação. Pela primeira vez na história de tal pesquisa, o percentual de negros ultrapassa o de brancos na população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza esse mapeamento desde o ano de 1940, os brancos correspondem a 47,73% do total de brasileiros, enquanto que os negros, número que corresponde à soma dos percentuais de pretos e pardos, chegam aos 50,74%. Completam esses dados os indígenas, representando 0,43% da população, e os amarelos, com 1,09%.

É importante ressaltar também que é a primeira vez que a pergunta relacionada à cor e raça fez parte do questionário básico do Censo, o qual é aplicado a todos os brasileiros. Em anos anteriores a questão fez parte apenas do questionário completo, o qual é realizado em uma amostra de domicílios, que tem amplitude suficiente para oferecer um quadro estatístico representativo a sobre a população do Brasil.

Abaixo segue um quadro comparativo entre o último Censo e o anterior, realizado há dez anos, demonstrando que os únicos grupos que diminuíram seus percentuais foram os das pessoas que se declaram brancas e dos que não souberam dizer qual era sua cor ou raça.

Tabela 1 – Comparação entre os Censos 2000 e 2010

Cor/Raça	2000		2010	
Branca	91.298.042	53,77%	91.051.646	47,73%
Preta	10.554.336	6,22%	14.517.961	7,61%
Parda	65.318.092	38,47%	82.277.333	43,13%
Amarela	761.583	0,45%	2.084.288	1,09%
Indígena	734.127	0,43%	817.963	0,43%
Ignorada	1.132.990	0,67%	6.608	0,003%
TOTAL	169.799.170	100%	190.749.191	100%

Fonte: Censo 2010 – IBGE – Síntese de Indicadores

⁶ Em sua décima segunda edição, o Censo visitou aproximadamente 58 milhões de domicílios, nos 5.565 municípios de todo o território nacional, coletando dados referentes às condições sociais e econômicas da população formada por 190.755.799 habitantes.

A Bahia, como comprovado em Censos anteriores, continua sendo o Estado brasileiro que tem o maior número de pessoas que se declaram pretas. Um total de 2.397.249 habitantes, 17,10% da população, se definiu como preta para o IBGE em 2010. O Estado de São Paulo é o mais populoso do país, concentrando 41.262.199 habitantes, 21,6% dos brasileiros. Também é a unidade da federação que em números absolutos tem a maioria de brancos, 26.371.709, amarelos, 558.354, e pardos, 12.010.079.

Entre os anos de 2000 e 2010, de acordo com o Censo, a taxa de crescimento da população negra chegou a 2,5% ao ano, enquanto que o mesmo índice da população branca foi próximo de zero. O IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontaram duas possíveis razões para a ocorrência desse fato. A primeira atribui o aumento da população negra brasileira à maior taxa de fecundidade entre as mulheres negras.

O estudo “Dinâmica demográfica da população negra brasileira”, realizado pelo Ipea com base nos números do Censo de 2010 e em dados coletados entre os anos 1999 e 2009, revelou que tanto as mulheres negras, quanto as brancas diminuíram as taxas de fecundidade total⁷. No período analisado, entre a população negra o número de filhos caiu de 2,7 para 2,1; e na população branca passou de 2,2 para 1,6. Um registro interessante a se assinalar é que em 2009, nos dois grupos, as mulheres tiveram taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição, isto é, o número de nascimentos não foi suficiente para repor o número de mortes, o que significa uma desaceleração no crescimento populacional. Portanto, apesar de a taxa de fecundidade das mulheres negras ser superior a das brancas, ainda assim, essa diferença não reflete a proporção do aumento da população preta e parda registrado no último Censo. Dessa forma, tal justificativa não procede.

A segunda razão mencionada pelos institutos de pesquisa refere-se ao aumento no número de pessoas que passaram a se declararem pretas ou pardas. Essa hipótese, que parece a mais plausível, baseia-se nos processos sócio-históricos do Brasil nos quais atuaram, e estão em constante ação, os movimentos sociais negros em busca de reparações das desigualdades raciais que se arrastam até hoje, e de valorização da cultura, história e estética africana e afro-brasileira, além do fortalecimento da identidade dos afrodescendentes.

Em 2008, dois anos antes da edição de número 12 do Censo, a contagem mais recente feita no Brasil, o IBGE realizou um estudo específico sobre a questão da raça no país. Intitulada “Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das

⁷ Refere-se ao número médio de filhos que uma mulher tem até o final da vida reprodutiva.

Categorias de Classificação de Cor ou Raça (PCERP)”⁸, a investigação teve o objetivo de entender, para posteriormente aprimorar, o sistema de classificação da cor ou raça aplicado nas pesquisas domiciliares realizadas pelo Instituto, entre essas o Censo.

Os dados foram coletados em uma amostra composta por pessoas a partir dos 15 anos de idade, selecionadas aleatoriamente, residentes nos aproximadamente 15 mil domicílios localizados nos Estados do Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e o Distrito Federal. Nas entrevistas, foram tratados diferentes critérios de identificação, como a autoclassificação, abordada a partir de uma pergunta aberta, na qual também se sondaram algumas dimensões que poderiam identificar a cor e raça “para as pessoas em geral” e para o entrevistado em particular, como por exemplo, cultura, traços físicos, origem familiar, cor da pele etc. Em outro dos tópicos, os entrevistados eram questionados se entre uma série de opções de identificações apresentadas, tais como afrodescendente, indígena, amarelo, negro, branco, preto e pardo, se reconheciam em alguma das categorias. Além disso, eram aplicadas questões sobre a educação e ocupação profissional dos pais do entrevistado. Paralelamente à autoclassificação, o entrevistador, através de uma resposta aberta, também atribuiu ao entrevistado uma cor ou raça. Dentro do conjunto de questões aplicadas nas entrevistas, muitas perguntas comportaram múltiplas respostas.

Em um país onde a discussão sobre relações raciais está permeada pelo discurso de que a miscigenação impossibilitou a definição da raça e cor das pessoas, um dado importante revelado pelo estudo do IBGE é que 96% dos pesquisados afirmam saber a própria cor ou raça, sendo capazes de se autoclassificar. Através de uma questão aberta, 68% dos entrevistados acabaram apontado uma das cinco categorias de classificação do IBGE, além das variações “negra” e “morena”, que contava com as gradações “morena clara” e “morena escura”. Apareceram ainda outras nomenclaturas, mais curiosas, que foram declaradas por menos de 1% dos pesquisados.

Dos Estados onde a pesquisa foi realizada, o Amazonas foi o que apresentou o menor percentual de pessoas se declarando da cor “branca”, com 16,2%, e a maior proporção de respostas para a categoria “morena”, com 49,1%. O maior percentual de registros para a classificação “negra”, com 10,9%, foi encontrado no Distrito Federal, localidade em que se

⁸ Pesquisa completa disponível no endereço:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm > Acesso em 10.01.2012.

repetiram as proporções de autodeclarados da cor “branca” e “parda”, ambas com 29,5%. Na tabela abaixo, os percentuais de cada grupo em relação ao total de entrevistados:

Tabela 2 - Percentual de pessoas de 15 anos ou mais que autodeclararam sua cor/raça

Cor/ Raça	Percentual de Pessoas de 15 anos ou mais de idade	Cor/ Raça	Percentual de Pessoas de 15 anos ou mais de idade
Total (1)	47.540.099	Brasileira	0,8
Branca	49,0	Mulata	0,6
Morena	18,7	Mestiça	0,6
Parda	13,6	Alemã	0,5
Negra	7,8	Clara	0,4
Morena Clara	3,0	Italiana	0,4
Preta	1,4	Indígena	0,4
Amarela	1,5	Outras	1,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Cor ou raça declarada de forma espontânea.

(1) Exclusive sem declaração.

Quanto ao cruzamento da autoclassificação da cor ou raça solicitada aos entrevistados, com a definição atribuída pelos entrevistadores, a pesquisa apontou uma correspondência significativa entre as definições dos dois grupos. A exceção ficou por conta do uso da categoria “morena”, mais citada pelos entrevistados (21,7%), do que entre os entrevistadores (9,3%), no total dos participantes do estudo. O Estado da Paraíba foi onde a discordância ficou mais acentuada entre as respostas dos entrevistados e entrevistadores. Um percentual de 45,7% dos entrevistados se autodeclararam de cor “morena”, enquanto apenas 4,3% dos entrevistadores utilizou esta categoria para classificá-los.

Em uma das fases da pesquisa, os entrevistados também foram indagados quanto a quais dimensões seriam as mais importantes para se chegar a tais categorias de definição de cor e raça, enfim, o que inclui ou exclui alguém de um dos grupos citados. Quando os pesquisados foram solicitados a dizer o que utilizavam como critérios de autoidentificação, a

resposta mais frequente foi “a cor da pele”, apontada por 73,8% do total da amostra, seguida de “origem familiar” (antepassados), com 61,6%, e “traços físicos” (boca, nariz, cabelo, etc.), 53,5%. Na questão referente à identificação das “pessoas em geral”, repete-se no primeiro lugar o critério “a cor da pele”, mas com um aumento de percentual chegando a 82,3%, porém os “traços físicos” ganham mais importância, com 57,7%, e a “origem familiar” aparece na terceira posição, sendo citada por 47,6% dos entrevistados.

Após essa primeira parte referente à identificação, a pesquisa abordou a percepção dos entrevistados em relação à influência dos aspectos cor e raça em alguns setores da vida social. Entre os resultados, registraram-se mais da metade dos entrevistados apontando que a cor ou raça tem influência na vida das pessoas. Do total da amostra, 63,7% deram resposta afirmativa a essa pergunta, e entre os Estados pesquisados o maior percentual foi encontrado no Distrito Federal, com 77%, e o menor no Amazonas, com 54,8%. É interessante atentar para o fato de que em todos os Estados pesquisados o percentual de respostas positivas em relação à influência de cor e raça no cotidiano foi maior que 50%. Números que podem denotar um movimento de tomada de consciência dos brasileiros, não só em torno do reflexo dessas categorias na vida das pessoas, mas também representa a percepção das tensões presentes nas relações raciais no país.

Esse pensamento fica mais explícito ainda com a pesquisa ao se verificar que o “trabalho” foi citado como o setor mais atingido pela influência da raça ou cor, com um percentual de 71% dos entrevistados. Na segunda posição está a “relação com justiça/polícia”, apontada por 68,3% da amostra, seguida por “convívio social”, com 65%, “escola”, 59,3%, e “repartições públicas”, 51,3%.

Tabela 3 - Proporção de pessoas de 15 anos ou mais, por áreas de inter-relação social em que a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil, segundo as Unidades da Federação selecionadas - 2008

Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por áreas de inter-relação social em que a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil (%)								
Unidades da Federação selecionadas	Casamento	Trabalho	Escola	Atendimento à saúde	Repartições públicas	Convívio social	Relação com justiça/polícia	Outra
Total	38,4	71,0	59,3	44,1	51,3	65,0	68,3	2,1
Amazonas	33,8	54,0	46,8	44,6	46,9	50,7	60,2	0,1
Paraíba	49,5	71,7	60,9	52,6	58,3	65,4	61,1	0,4
São Paulo	37,8	72,6	61,3	43,4	50,5	65,8	71,5	2,6
Rio Grande do Sul	35,6	65,6	51,0	39,3	47,7	62,9	60,7	1,4
Mato Grosso	39,2	71,7	62,4	51,6	56,7	65,4	62,1	1,1
Distrito Federal	48,1	86,2	71,4	54,2	68,3	78,1	74,8	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Esses dados estatísticos contribuem ainda mais para corroborar uma realidade que, com frequência, está encoberta nas entrelinhas das relações sociais, mas está fortemente presente na cultura e no imaginário da população desse país multirracial e com um histórico de escravidão com características tão peculiares, como é o Brasil. Os resultados apresentados por essa pesquisa do IBGE também refletem os frutos de um longo e contínuo processo de luta dos movimentos sociais negros brasileiros, que entre seus relevantes avanços galgados têm a conquista de importantes espaços de discussão sobre o tema das relações raciais. Luta que, junto com outros aspectos conjunturais, colocaram esse debate na pauta do poder público, da sociedade e da mídia.

Explicitado pelos números do Censo 2010 e pela Pesquisa das Características Étnico-raciais da População de 2008, o reconhecimento de que o quesito cor ou raça tem grande relevância na organização da sociedade brasileira representa não apenas valores simbólicos e juízos de valor sobre pessoas com determinadas características físicas, mas também hierarquias conformadas por assimetrias econômicas originárias de um sistema escravocrata e

resultantes de um processo de abolição da escravidão excludente, que reverbera até hoje. Portanto, os aspectos simbólicos se associam aos econômicos e políticos, afetando-se mutuamente, apesar de manterem suas autonomias inerentes às características de cada um desses campos. Esse fator faz com que haja uma consonância entre as “linhas de classes” e as “linhas de cor” no Brasil, a ponto de ambas se ratificarem reciprocamente (PAIXÃO, ROSSETTO, MONTOVANELE, CARVANO, 2010).

Tal interpretação não implica o desconhecimento da óbvia realidade de que tanto existem brancos pobres como também há afrodescendentes que integram as distintas classes sociais. Antes, o que se quer dizer é que, tanto em um como em outro grupo, as aparências fenotípicas portadas criam situações de confirmação ou deslocamento específico dentro dos correspondentes estratos. No contingente de cor ou raça branca, seja em qual classe for, a posse de um determinado fenótipo atua como uma espécie de capital humano, aumentando a probabilidade da mobilidade social ascendente. No caso dos afrodescendentes o fenótipo, atua como um capital humano às avessas. Com isso, para este último grupo, diante das situações de pobreza material e privações de todo tipo, tal condição passa a ser encarada pelas coletividades como algo perfeitamente normal ou aceitável. Por outro lado, quando os indivíduos deste último grupo se encontram em condições sociais mais favoráveis, é gerada toda sorte de constrangimentos ao efetivo gozo das prerrogativas que a posse dos bens econômicos, financeiros e materiais poderia garantir naquilo que a tradição sociológica norte-americana classificaria de incongruência de *status* (PAIXÃO, ROSSETTO, MONTOVANELE, CARVANO, 2010, p. 23).

Essa conclusão sobre a relação do racismo com a estruturação das classes sociais está presente no “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2009-2010: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça”, publicação organizada pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laerser), sediado no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). No Relatório, foi analisada a evolução das desigualdades segundo a cor e a raça, e grupos de sexo no país, fundamentada em indicadores sociais atualizados das bases de dados do IBGE e dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os índices são organizados e interpretados de acordo com duas categorias de cor: brancos e pretos & pardos, os dois últimos agregados no mesmo grupo representando a população negra.

Foi apresentado pelo Relatório um panorama interessante a respeito do acesso ao ensino superior em relação aos grupos citados, no qual foi cotejada a situação dessa questão nos anos 1988, 1998 e 2008. Trata-se de um trecho de 20 anos da história da sociedade brasileira, onde foi possível verificar um incremento proporcional de 197,8% no número total

de estudantes do ensino superior no país, já que entre 1988 e 2008 a taxa bruta de escolaridade subiu de 8,6% para 25,5%. O maior salto nos índices de acesso ao ensino superior foi registrado, principalmente, entre os anos 1998 e 2008, quando houve um crescimento de 14,7 pontos percentuais no número total de estudantes, que passou de 10,9% para 25,5%. De acordo com os organizadores do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, a elevação dos índices é reflexo da crescente adoção de políticas de ação afirmativa pelas universidades públicas, e dos programas federais de incentivo para o ingresso nas instituições privadas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), além das iniciativas dos movimentos sociais negros, como a criação de cursinhos pré-vestibulares populares direcionados a estudantes negros e de baixa renda. Apesar da boa notícia do aumento do número de estudantes frequentando o ensino superior brasileiro, as desigualdades entre brancos e pretos & pardos, homens e mulheres ainda persistem.

Em todo o período pesquisado (de 1988 a 2008), o crescimento da taxa bruta de escolaridade no ensino superior referente ao total dos estudantes brancos foi de 23,4 pontos percentuais, passando de 12,4% para 35,8%. Enquanto entre os pretos & pardos, esse aumento foi de 12,7 pontos percentuais, partindo de 3,6% para 16,4%. Dentro desses 20 anos, o percentual de brancos nas universidades é praticamente o dobro do percentual dos estudantes pretos & pardos. Essa diferença torna-se ainda mais evidente quando se verifica o aumento proporcional dessas taxas no mesmo período. O aumento proporcional do número de estudantes brancos nas universidades representou 189,2%, já entre os pretos & pardos esse índice representou um aumento de 350,4%. Por um lado, esses dados demonstram a defasagem do acesso de pretos & pardos à universidade, taxa que durante os primeiros dez anos pesquisados (de 1988 a 1998) permaneceu cristalizada em torno dos 4%. Esse fato também trouxe a constatação de que nessa época, praticamente a totalidade dos universitários brasileiros era da cor branca. De outro ponto de vista, uma elevação proporcional de 350,4% no número de estudantes pretos & pardos na universidade é bastante significativa, porque sinaliza um ritmo de evolução acelerado. No entanto, mesmo com esse vigoroso crescimento proporcional nas taxas, as discrepâncias entre brancos e pretos & pardos quanto ao acesso ao ensino superior ainda são grandes.

Outro dado interessante ainda referente ao assunto, é que nos dois sexos houve um aumento na taxa bruta de escolaridade no ensino superior. Entretanto, a população feminina

apresentou nessas taxas índices de crescimento maiores do que os da população masculina. Na universidade, as mulheres continuam sendo maioria, sejam elas brancas ou pretas & pardas, no entanto as assimetrias nos acessos desses dois grupos ainda é expressiva.

De 1988 a 2008, os homens brancos tiveram uma elevação de 12,3% para 31,7% na taxa bruta de escolaridade, e os pretos & pardos de 3,1% para 13,0%. A taxa dos brancos é 18,7 pontos percentuais maior que a dos pretos & pardos, uma diferença proporcional de 144,1%. No mesmo período, esses indicadores entre as mulheres brancas passaram de 12,4% para 39,9%, e entre as pretas & pardas, as taxas cresceram de 4,1% para 20,0%. A população feminina branca tem a taxa bruta de escolaridade no ensino superior 19,9 pontos percentuais maior que a preta & parda. Proporcionalmente, os índices apresentados pelas brancas é o dobro dos mesmos indicadores verificados entre as pretas & pardas.

Tabela 4 - Taxa bruta de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) da população residente, segundo os grupos de cor ou raça selecionados e sexo, Brasil, 1988, 1998 e 2008 (em % da população de 18 a 24 anos que frequentava o ensino superior)

		1988	1998	2008
Homens	Branco	12,3	15,0	31,7
	Pretos & Pardos	3,1	3,2	13,0
	Total	8,2	9,4	21,6
Mulheres	Branca	12,4	18,4	39,9
	Pretas & Pardas	4,1	5,0	20,0
	Total	8,9	12,3	29,6
Total	Branco	12,4	16,8	35,8
	Pretos & Pardos	3,6	4,0	16,4
	Total	8,6	10,9	25,5

Fonte: IBGE, microdados PNAD

Tabulações LAESER: Fichário das Desigualdades Raciais

Nota 1: a população total inclui os indivíduos de cor ou raça amarela, indígena e ignorada

Nota 2: nos anos de 1988 e 1998 não inclui a população residente nas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins em 1998)

No outro extremo, referente aos índices de analfabetismo, as diferenças raciais também persistem. É o que revelaram os números do último Censo realizado pelo IBGE. Em 2009, entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo da população branca era de 5,9%, esse indicador é maior que o dobro para os pretos, com 13,3%, e pardos, com 13,4%. No analfabetismo funcional, que abrange as pessoas a partir dos 15 anos de idade com menos de quatro anos completos de estudo, a distância entre brancos, pardos e pretos se mantém acentuada. Em relação ao total da população, nos dez anos pesquisados, entre 1999 e

2009, houve uma queda no percentual de analfabetismo funcional de 29,4% para 20,3%. Todavia, quando se analisa separadamente as populações preta e parda, essa taxa tem um aumento significativo, chegando a 25,4% e 25,7%, respectivamente. A assimetria de cor ou raça se evidencia mais ao confrontar esses números com o indicativo apresentado pelos brancos, que era de 15%. Assim, taxa de analfabetismo funcional dos brancos em 2009 era aproximadamente cinco pontos percentuais menor que os índices do total da população, mas em relação às taxas dos pretos e pardos torna-se cerca de dez pontos percentuais menor. A distância se repete também quanto à quantidade de anos estudados. A população branca com 15 anos ou mais de idade, em 2009, atingia uma média de 8,4 anos de estudo. Contudo, foi registrada entre os pretos e pardos uma média de 6,7 anos de estudo.

Um fator diretamente proporcional ao acesso à educação é a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, os rendimentos que advém do ofício desempenhado. Mais uma vez, as diferenças raciais vão aparecer como variáveis que acentuam as desigualdades sociais no Brasil. De acordo com o Censo 2010, no comparativo dos últimos dez anos, os rendimentos de pretos ou pardos ainda são inferiores aos de brancos. Apesar de a diferença entre os indicadores de rendimento desses grupos ter diminuído nesse período, ela ainda persiste. Em 1999, o rendimento-hora dos pretos representava 47% do rendimento-hora dos brancos, e o dos pardos equivalia a 49,6%. Uma década mais tarde, em 2009, tanto pretos, como pardos apresentaram rendimento-hora equivalente a 57,4% do índice dos brancos. Na relação entre anos de estudo e proporcionalidade do rendimento-hora a situação é a seguinte:

Tabela 5 - Proporcionalidade percentual do rendimento-hora dos trabalhadores pretos e pardos em relação ao rendimento-hora dos trabalhadores brancos

Anos de estudo	Trabalhadores pretos	Trabalhadores pardos
Até 4 anos	78,7	72,1
De 5 a 8 anos	78,4	73
De 9 a 11 anos	72,6	75,8
12 anos ou mais	69,8	73,8

Fonte: Censo 2010 – IGBE – Síntese de Indicadores Sociais 2010

Além das diferenças na valorização da hora trabalhada, as desigualdades também aparecem quando se examinam as posições na ocupação, ou seja, a posição hierárquica do

trabalhador dentro da empresa. Do total de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas, em 2009 o IBGE contabilizou que eram empregadores 6,1% dos brancos, e apenas 2,8% dos pardos e 1,7% dos pretos. Ainda, a proporção de pretos e pardos trabalhando informalmente é maior que a dos brancos. Os pretos representam 17,4% do total de empregados sem carteira assinada, e os pardos 18,9%, já os brancos são 13,8%.

Com o objetivo de dar mais visibilidade e aumentar a consciência da sociedade sobre os desafios enfrentados pelas pessoas de ascendência africana, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 2011 como o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. A iniciativa estimulou a organização de várias atividades em diversos países, como memoriais, seminários, eventos culturais e outras ações para discutir o tema, promover o conhecimento da contribuição sociocultural e histórica da diáspora africana espalhada pelo mundo. A intenção também é que a partir dos debates sejam criadas medidas efetivas para a busca da igualdade racial e do combate à discriminação por cor ou raça. De acordo com a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros⁹, para o Brasil e a América Latina a instituição do Ano dos Povos Afrodescendentes teve um papel muito importante porque rememorou e deu mais visibilidade à Declaração e Programa de Ação resultantes da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Para Bairros, divulgar e enfatizar as resoluções tomadas há dez anos na III Conferência é uma forma de os movimentos sociais negros reforçarem o comprometimento dos governos da região com a agenda da igualdade racial. Entretanto, essa percepção não é consensual, já que há críticas lançadas por alguns segmentos dos movimentos sociais negros às programações alusivas à data. Alguns grupos cobraram ações mais efetivas em prol da igualdade racial, por julgarem que as discussões por si só não são suficientes para encontrar meios de diminuir as desigualdades.

Com a finalidade ampliar as reflexões iniciadas no Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, sobre o racismo e a situação de vida da população negra no contexto mundial, foi estabelecida, por meio da resolução A/66/460¹⁰ da ONU, a Década Internacional dos Povos Afrodescendentes. O decênio, de 2013 a 2022, marca o período em que se

⁹ Entrevista completa está disponível no site da Seppir localizado no endereço: <http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/01/ministra-luiza-bairros-faz-uma-avaliacao-sobre-ano-internacional-dos-povos-afrodescendentes> Acesso em: 20.04.2012.

¹⁰ Documento completo da resolução disponível em: <http://www.un.org/ga/search/viewm_doc.asp?symbol=A/66/460> Acesso em: 06.05.2012.

intenciona expandir as discussões, a busca de implementação de políticas públicas, e ainda a conexão em rede dos diversos movimentos sociais negros do mundo.

No Brasil, o debate em torno da questão do negro se intensificou mais no início da década de 2000, principalmente a partir das políticas públicas para a promoção da igualdade racial, que têm sido um dos temas recorrentes de discussões, e, não raro, objetos de polêmicas e divergências. A Lei 10.639/03¹¹, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras na educação básica; a modificação e aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, o qual tramitou durante quase dez anos no Congresso Nacional; a reserva de cotas para estudantes negros nas universidades, consideradas constitucionais por unanimidade no Supremo Tribunal Federal; ou quaisquer outras ações fundamentadas no quesito étnico, ou de raça/cor, para definir seus beneficiados, geram discussões e questionamentos sobre a legitimidade dessas atitudes do Estado.

Esses embates ficam ainda mais evidentes quando são abordados pela mídia, que, indiscutivelmente, se configura como um dos principais espaços públicos de circulação de opiniões, concepções e interesses. A esfera midiática, ao conferir mais visibilidade aos temas e atores sociais envolvidos nos processos, acaba se configurando como ambiente onde se dão as disputas pelo poder. Dessa arena, também participam os movimentos sociais, os quais têm feito pressão, apesar de nem sempre terem acesso ao espaço que julgam necessário para divulgar sua versão sobre os fatos e expor suas demandas.

Em dezembro de 2012, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI, com apoio da Fundação Ford e da Fundação W. K. Kellogg, publicou um estudo¹² sobre como o tema do racismo é abordado pelos jornais impressos brasileiros. A investigação, intitulada “Imprensa e racismo: uma análise das tendências da cobertura jornalística”¹³, foi realizada entre os anos de 2007 e 2010 e compreendeu a análise de 45 jornais diários impressos em

¹¹ A lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/96) tornando obrigatório na educação básica o ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras, foi ratificada pela lei 11.645, de 10 de março de 2008, que acrescentou a história e cultura indígenas ao seu texto original.

¹² Realizaram o estudo uma equipe de pesquisadores e um conselho consultivo composto por especialistas no debate das questões raciais integrantes das organizações dos movimentos sociais negros Criola, Instituto da Mulher Negra Geledés, Instituto Mídia Étnica, Afirme-se! e Fórum Nacional de Juventude Negra; e ainda da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial – Cojira, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, Instituto Patrícia Galvão, Observatório de Favelas, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - Seppir, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Onu Mulheres e Fundo Brasil de Direitos Humanos.

¹³ O documento completo elaborado pela ANDI com os resultados do estudo está disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/Imprensa-e-Racismo_FINAL_14dez-2012.pdf>

diversos Estados do país. Cinco desses jornais com abrangência nacional, sendo eles O Estado de São Paulo, Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e Valor Econômico; e os demais 40 com abrangência regional ou local.

Aspectos quantitativos e qualitativos foram analisados nas 1602 notícias envolvendo a temática do racismo que fizeram parte do corpus da pesquisa. Os textos foram selecionados através de uma ferramenta eletrônica de clipping que fez uma busca das matérias que contivessem pelo menos uma das palavras-chaves determinadas, ou suas variações¹⁴. Esse clipping foi realizado em 336 dias de publicação dos jornais definidos de acordo com a técnica da “Semana Composta”¹⁵, que compreende um sorteio de sete dias ao longo de cada mês, dentro do período que compreendeu a pesquisa. De acordo com os coordenadores da investigação, a escolha se justificou porque “o método prevê que o comportamento editorial de um veículo apresenta características parecidas, de acordo com o dia da semana” (ANDI, 2012, p 10), assim, combinado à extensão do tempo da pesquisa (4 anos), resultou na seleção de uma amostra mais fidedigna. Ainda, a metodologia da ANDI determinou que as notícias selecionadas tivessem no mínimo 500 caracteres, dos quais pelo menos 200 deveriam tratar especificamente de questões ligadas ao universo temático da pesquisa. Esse corpus foi submetido a uma avaliação e classificação qualitativa através de um conjunto de variáveis relacionadas a aspectos formais e de gênero jornalístico (reportagem, artigo, coluna etc.), ao tipo de fonte consultada, modos de enquadramento e de foco dos temas de interesse do estudo, autoria, menção a dados estatísticos, políticas públicas, entre outros elementos. Além dos procedimentos citados, somam-se à metodologia da investigação mais uma série de processos de avaliação, classificação, análise e interpretação do material coletado.

De acordo com a ANDI, em geral as coberturas jornalísticas sobre racismo são tecnicamente superiores em qualidade, em comparação com diversas abordagens noticiosas analisadas em pesquisas anteriores pela entidade. O estudo conclui que a maioria dos textos analisados (73,9%) discute o tema de forma contextualizada, apresentando informações relevantes que auxiliam na construção da problemática apresentada. Quanto ao espaço que ocupam nos periódicos, a pesquisa apurou que tais coberturas estão localizadas em áreas

¹⁴ As palavras-chaves utilizadas para o rastreamento dos textos foram: Afrodescendente(s), afro-descendente(s), afro descendente, afrobrasileiro(a)(s), afro-brasileiro(a)(s), afro brasileiro(a)(s), quilombola(s), racismo, racial(is), raça(s), racialização, preconceito(s), discriminação(ões), negritude, intolerância religiosa, ação(ões) afirmativa(s), religião(es) de matriz africana, pardo(a)(s), negro(a)(s), preto(a)(s).

¹⁵ HANSEN, Anders. Content Analysis. In: HANSEN, A et al. Mass communication research methods. New York: NY University Press, 1998.

consideradas nobres. Em relação aos gêneros jornalísticos, o racismo e os assuntos que fazem parte dessa temática são tratados com frequência através de textos opinativos.

Quantitativamente, é um periódico de circulação regional que lidera a lista dos jornais que mais abordam a questão racial. O veículo em questão é o jornal A Tarde, da Bahia. Em segundo lugar nesse ranking, está o jornal O Estado de São Paulo, o qual tem circulação nacional. Entretanto, ainda que um veículo de circulação regional seja o líder em publicar matérias sobre racismo, os veículos de circulação nacional são os que abrem maior espaço para a discussão desse tema, apresentando um número maior de textos por publicação. Na tabela a seguir é possível confirmar essa informação:

Tabela 6 - Quantidade de textos por categoria de veículo

Veículos	%	Textos	Jornais	Textos por jornal
Regionais / locais	69,0	1.105	40	27,6
Circulação nacional	31,0	497	5	99,4

Fonte: Pesquisa Imprensa e Racismo: Uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília: ANDI, 2012.

A seguir as tabelas contendo os cinco primeiros colocados na lista dos veículos de circulação regional que mais apresentaram matérias sobre a questão do racismo, e os índices dos jornais de abrangência nacional.

Tabela 7 - Quantidade de textos por veículos regionais

Veículos Regionais	Textos	%
A Tarde/BA	210	13,1
Diário de Pernambuco/PE	74	4,6
Jornal do Brasil/RJ	57	3,6
A Gazeta/MT	53	3,3
A Gazeta/ES	53	3,3
TOTAL	447	31,1

Fonte: Pesquisa Imprensa e Racismo: Uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília: ANDI, 2012.

Tabela 8 - Quantidade de textos por veículos de circulação nacional

Veículos de circulação Nacional	Textos	%
O Estado de S. Paulo	134	8,4
Correio Braziliense	116	7,2
Folha de S. Paulo	115	7,2
O Globo	113	7,1
Valor Econômico	19	1,2
TOTAL	497	31,1

Fonte: Pesquisa Imprensa e Racismo: Uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília: ANDI, 2012.

Quanto ao comportamento dos jornais mapeado de acordo com as regiões do país, Nordeste, com 24,9%, Sudeste, com 17,4%, e Sul, com 13,8%, abrigam os periódicos que apresentam maior percentual quantitativo de matérias sobre o assunto, seguidas das regiões Centro-Oeste, com 7,9%, e Norte, com 3,9%.

Em termos qualitativos, o estudo revelou os temas mais debatidos nos textos dos jornais pesquisados. As cotas raciais, principalmente para ingresso nas universidades, é o assunto mais abordado pelos periódicos, seguido de discussões sobre igualdade e desigualdade de raça e etnia, e violência, conforme é possível verificar na tabela:

Tabela 9 - Foco central do debate sobre a questão racial

Tema	%
Ações afirmativas e cotas	18,0
Igualdade/desigualdade de raça/etnia (dados e reflexões)	16,5
Violência	9,3
Aspectos culturais	8,8
Comunidades quilombolas e acesso à terra	6,9
Mercado de trabalho	6,2
Políticas públicas	4,5
Práticas religiosas	4,3
Repercussão de eventos	4,1
Efemérides (ex. Dia da Consciência Negra)	3,7
Mídia e racismo	2,4
Ensino de História da África	2,1
Outros debates educacionais	3,7
Questões institucionais das autoridades da área	1,7
História e preservação do patrimônio cultural	1,6
Saúde da população negra	1,6

Tema	%
Relações entre raça/etnia e gênero	1,1
Outros	3,5
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa Imprensa e Racismo: Uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília: ANDI, 2012.

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

O levantamento feito pela ANDI registrou que, de uma maneira geral, dos textos que abordam a questão das cotas, 21,5% se posicionam radicalmente contra a adoção dessa política pública, 27,1% apresentam posicionamento favorável, enquanto 28,8% apenas descrevem o funcionamento do sistema sem emitir opiniões. A proximidade entre os percentuais demonstra a necessidade de debates mais amplos sobre a questão, envolvendo os diversos setores da sociedade e a divulgação de informações claras sobre essa política pública e os impactos que ela pode gerar na organização social, política, econômica e cultural do país.

Já quando se analisa separadamente os textos do gênero opinativo, tais percentuais se distanciam. A avaliação específica desse gênero jornalístico ganha importância em função da frequência com que o tema do racismo é abordado nesse formato. De acordo com a pesquisa, 32% de todos os textos jornalísticos que tratam da questão do racismo e seus desdobramentos, são opinativos, fato que confere caráter ideológico à cobertura sobre o assunto. Quando o tema é o sistema de cotas raciais, o formato editorial é o que apresenta maior diferença entre os percentuais de posicionamento: 19% dos textos se posicionam a favor do sistema de cotas e 58% são contrários. Sobre os editoriais, a ANDI ressalta a importância de lembrar “que registram o posicionamento institucional do veículo em relação à determinada questão, o que tem impactos relevantes na produção noticiosa e na opinião pública em geral, que tendem a reforçar a posição do veículo” (ANDI, 2012, p. 75). A seguir a tabela com todos os tipos de textos opinativos identificados na pesquisa:

Tabela 10 - Posicionamentos sobre o sistema de cotas raciais nos textos opinativos

	Favorável	Contrário	Favorável e contrário, mas com um claro peso dedicado à primeira opção	Favorável e contrário, mas com um claro peso dedicado à segunda opção	Favorável e contrário na mesma proporção	Não emite opiniões sobre o tema, limitando-se a descrevê-lo	NFPI	Totais por tipo de texto
Artigos assinados	28%	39%	14%	9%	6%	3%	2%	100%
Carta do leitor	44%	25%	13%	6%	0%	6%	6%	100%
Entrevistas	14%	57%	7%	0%	7%	7%	7%	100%
Colunas/notas assinadas	34%	30%	25%	8%	2%	2%	0%	100%
Editoriais	19%	58%	0%	15%	8%	0%	0%	100%
Enquetes	25%	50%	0%	25%	0%	0%	0%	100%

Fonte: Pesquisa Imprensa e Racismo: Uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília: ANDI, 2012.

O debate sobre as cotas raciais também liderou os picos de cobertura jornalística durante os quatro anos (2007-2010) de realização da pesquisa. Em 2007 as cotas ocuparam com intensidade a mídia, quando foi abordado o caso de dois estudantes gêmeos, um de pele mais escura e outro de pele mais clara, que tentaram ingressar na Universidade de Brasília pelo sistema de cotas e apenas um deles foi considerado afrodescendente¹⁶. De acordo com o estudo, o tema se manteve em pauta, embora com menos intensidade, até 2009, quando retornou aos jornais a partir da aprovação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Planapir (Decreto 6872) e da realização da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Em 2010, foi registrado um novo pico de cobertura com os embates sobre a Arguição de Descumprimento do Preceito Fundamental (ADPF 186) ao sistema de cotas da UnB, impetrada pelo Partido Democratas (DEM) no Supremo Tribunal Federal (STF). As notícias abordavam principalmente as mobilizações em prol da realização de uma audiência pública sobre a ação, a qual se fosse julgada procedente acabaria com o sistema de cotas em todas as universidades. O julgamento aconteceu em abril de 2012 e a ADPF 186 foi considerada improcedente pela unanimidade dos juízes do STF.

¹⁶ Sobre este caso ver documentário produzido pela TV Câmara, de Brasília. **RAÇA Humana**. Direção: Dulce Queiroz, Produção: Pedro Henrique Sassi e Pedro Caetano. Brasília: TV Câmara, 2010. 1 DVD (40 min).

No segundo semestre de 2010, ocorreu o maior pico de cobertura jornalística de todo o período pesquisado, quando as discussões em torno do sistema de cotas continuaram e se uniram aos debates a respeito da aprovação, pelo Senado Federal e sanção pela Presidência da República, do Estatuto da Igualdade Racial. Sobre a distribuição das notícias ao longo do estudo, a ANDI lançou uma interpretação que confere relevância ao papel dos movimentos sociais negros brasileiros.

Enfim, a curva de distribuição semestral de notícias sobre racismo – suas motivações – evidencia a força do movimento em prol da igualdade racial, que, claramente, pautou os jornais no período analisado, a partir da construção e proposição de dispositivos de enfrentamento à violência simbólica do racismo. É importante registrar, também, a contribuição de duas datas do calendário anual do Movimento Negro na manutenção do debate público sobre a temática – uma no primeiro semestre; outra, no segundo: o 13 de maio (fim oficial da escravatura no Brasil) e o 20 de novembro (morte do herói negro Zumbi dos Palmares, quando se celebra o Dia da Consciência Negra), efemérides que motivam reflexões sobre as condições socioeconômicas e culturais deste segmento populacional na atualidade (ANDI, 2012, p. 24).

Além de estudar as tendências das coberturas jornalísticas, e também debater os temas mais recorrentes nas matérias, a investigação ainda fez uma análise especial das coberturas a respeito dos homicídios de adolescentes e jovens negros, que está entre os assuntos mais importantes da agenda pela igualdade racial no país. Sobre esse ponto se concentra uma das principais constatações do estudo: “a análise aponta a propensão dos jornais impressos brasileiros em dissociar as violências físicas praticadas contra a população negra e o debate sobre seu contexto primordial de produção – ou seja, a violência simbólica do racismo” (ANDI, 2012, p. 8). Das 1602 notícias da amostra selecionada na pesquisa, um percentual de apenas 3,30% faz menção a homicídios ou chacinas contra a população negra, relacionando a violência à questão racial. Nas conclusões sobre esse dado, a investigação constatou que o modo de estruturação dos noticiários policiais favorece a desvinculação entre racismo e violência, o que representa um desserviço na luta contra a discriminação e o preconceito no país. Uma das razões apontadas pelo estudo para a ocorrência desse problema é a conduta de “negligência noticiosa”, que ignora as informações que podem servir de subsídio para estabelecer uma relação entre os crimes e a condição social e étnico-racial das vítimas, e, com frequência, constrói as narrativas somente a partir da fonte policial. Assim, essa importante realidade acaba invisibilizada e deixa de ser discutida na esfera midiática, bem como outros pontos relacionados a esse tema, como a prática policial de considerar o negro como suspeito

padrão, e ainda nessa lógica, a abordagem de consumidores negros em estabelecimentos comerciais. Esse quadro contribui para o silenciamento dos que sofrem discriminação e, conseqüentemente, para a reafirmação do racismo.

Além do jornalismo, esse silenciamento se repete em outras áreas do campo midiático. Silva e Rosemberg (2008) organizaram e sistematizaram um levantamento dos discursos raciais na mídia brasileira. Foram localizados e consultados, materiais publicados entre os anos de 1987 e 2002 que tratam direta ou indiretamente de temas raciais/racistas referentes somente a negros e brancos, sem referência a outros grupos étnicos.

Para efeitos do levantamento, os pesquisadores utilizaram o termo mídia de uma maneira ampla, abrangendo “a produção cultural de massa, em diferentes formas e meios, incluindo, também, a literatura, a literatura infanto-juvenil e os livros didáticos” (SILVA, ROSEMBREG, 2008, p. 74). O mote principal para a realização do estudo parte do entendimento de que o Brasil constitui uma sociedade racista e que “a mídia brasileira participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira, uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros” (SILVA, ROSEMBREG, 2008, p. 74).

A pesquisa analisou os materiais midiáticos e os organizou nas seguintes áreas: literatura e cinema, imprensa, televisão, literatura infanto-juvenil, livro didático e pesquisas acadêmicas sobre o tema mídia e racismo. No apanhado geral, entre as principais conclusões encontradas, as quais se reproduziram em todas as áreas pesquisadas, aparecem o posicionamento do branco como “representante natural da espécie”, a ausência das discussões sobre as desigualdades raciais, a invisibilização do negro ou a representação estereotipada, ou ainda restrita a temas determinados, como futebol/esporte, carnaval, escravidão.

Por outro lado, entre os resultados do levantamento, também se constatou que a discussão a respeito da representação do negro na mídia esteve na pauta dos principais debates acerca de políticas públicas e práticas antirracismo e pela valorização da herança cultural afro-brasileira. Esse tema está presente nas agendas de lutas das diversas entidades dos movimentos sociais negros, que pressionam os meios de comunicação e as autoridades políticas competentes, criticando as representações vigentes, e reivindicando reparação. Entretanto, a partir do estudo, os pesquisadores consideram que, apesar dos esforços dos movimentos sociais, da realização de pesquisas sobre as desigualdades raciais, e da implementação de políticas governamentais de combate à discriminação, as mudanças ainda

são limitadas e “parecem ter repercutido de forma mitigada e selecionada no discurso midiático brasileiro, que sustenta e produz a dimensão simbólica do racismo à brasileira” (SILVA, ROSEMBREG, 2008, p. 112).

2.4 Eugenia, exaltação à mestiçagem e mito da democracia racial: raízes do racismo brasileiro

O peculiar racismo à brasileira, persistente até hoje, começa a se delinear no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Época em que o país vivia um complexo contexto histórico permeado por acontecimentos como a abolição da escravatura, a proclamação da República, e a chegada da concepção eugenista à ciência brasileira. Tratava-se de um conjunto de preceitos desenvolvidos na Inglaterra em 1883, que teve como um dos seus principais pensadores Francis Galton, primo do autor de “A origem das espécies” (1859), Charles Darwin. Fundamentado nas discussões sobre a teoria da seleção natural trazidas pela obra do primo, Galton buscou desenvolver um estudo inédito a respeito da hereditariedade humana, e reunindo duas expressões gregas o batizou de “eugenia”, que significa “bem nascido” (CONT, 2008, p. 202). Assim, a teoria compreende

[...] um conjunto de ideias e práticas relativas a um “melhoramento da raça humana” ou, como foi definida por um dos seus seguidores, ao “aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo como base o estudo da hereditariedade” (MACIEL, 1999, p.121).

Segundo essa corrente de estudos, os indivíduos eram classificados, de acordo com certos critérios, em duas categorias, a “superior” ou a “inferior”. O padrão de qualidade, os que estariam no topo da pirâmide social como os melhores, seriam os integrantes da raça branca. Essa classificação era realizada em termos biológicos, isto é, o futuro do sujeito era determinado pela hereditariedade. Assim, ao nascer já seria possível traçar a trajetória de vida dele, que seria dada pela natureza.

Justificavam-se, assim, as condições de vida pelas condições biológicas, o que equivale dizer que o pobre era pobre por ser inferior, nascendo predestinado à pobreza. [...] Todavia, esse quadro não era aplicado apenas a indivíduos, mas, principalmente, às raças, baseando-se num determinismo racial (se pertence a tal raça, será de tal forma) fazia com que a hierarquia social fosse traduzida por hierarquia racial (MACIEL, 1999, p. 121-122).

Dessa forma, eram incentivadas diversas práticas para que o “projeto de melhoria da sociedade” fosse levado adiante. Entre essas práticas, que em alguns países se transformaram em políticas públicas e leis, estavam a endogamia, o casamento somente entre pessoas da “raça superior” para a geração de filhos da mesma categoria; e a segregação e esterilização dos indivíduos classificados como inferiores. Com base nesses pressupostos foi cometido um dos crimes mais bárbaros da história da humanidade, o nazismo. Esse representou o ápice da crença na supremacia da raça branca, quando, além das práticas da endogamia e esterilização citadas antes, também foram assassinadas milhões de pessoas que não se enquadravam nos moldes ditados pela eugenia. Essa pseudociência se espalhou por diversos países, encontrando muitos adeptos ao redor mundo.

No Brasil, o principal defensor do pensamento eugenista foi Renato Kehl, que inspirou diversos médicos partidários dessas ideias ao iniciar sua campanha pró-eugenia por volta de 1917. Entretanto, desde meados do século XIX, os discursos referentes ao determinismo racial como resposta às dificuldades de progresso da nação brasileira já circulavam no país, vindos através das expedições científicas e viagens dos intelectuais da elite com o apoio do Rei Dom João VI, em 1822, após a chegada da família real. Mais tarde, e também com mais intensidade, veio o incentivo de Dom Pedro II (1831-1888), considerado o “rei mecenas” e grande contribuinte do desenvolvimento das ciências e das artes no Brasil. Nesse período, também aportam no país intelectuais europeus viajantes, com o objetivo de descrever e analisar a realidade social local. “Gustave Le Bon, Arthur de Gobineau e Louis Agassiz foram alguns dos viajantes que descreveram a situação promíscua em que viviam negros e mestiços, que se ocupavam da vadiagem” (DIWAN, 2007, p.89).

Em suas análises, esses estudiosos criticavam um dos traços mais marcantes da organização social brasileira, a miscigenação, considerada o motivo da degeneração do povo e do atraso no desenvolvimento da nação. O mestiço era considerado por esses estudiosos e também pelo eugenista Kehl, um ser inferior, um “quase-híbrido”, ou seja, um sujeito proveniente de duas espécies diferentes ao qual faltava apenas a esterilidade para ser totalmente classificado como tal (MACIEL, 1999, p. 132). Entre os cientistas da época que partilhavam desse ideário em relação à classificação das raças e à miscigenação, ainda é importante citar o médico-legista e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues. O médico acreditava na inferioridade da raça negra, e influenciou o grupo de estudos conhecido como

“Escola Nina Rodrigues”, da Faculdade de Medicina de Salvador, a primeira do Brasil (DIWAN, 2007, p. 92).

Entre o final de década de 1920 e início dos anos 1930, duas preocupações assolavam os eugenistas: a redução da imigração europeia para o Brasil, e o aumento da imigração asiática. No ano de 1929 já se contavam cerca de 50 mil imigrantes asiáticos no país (DIWAN, 2007, p. 117). O fato era visto como problema porque os adeptos da eugenia consideravam que os asiáticos estavam fora do padrão dito superior, e uma vez misturados à população, seus traços físicos seriam “insolúveis” e sempre visíveis. Em 1932 foi estabelecida pelo então recente Ministério do Trabalho, uma comissão para tratar dessa e de outras questões referentes à imigração. Trabalharam nas análises e formatação de relatórios sobre o assunto, o consultor jurídico do governo na época e presidente da comissão, Oliveira Vianna, e ainda Miguel Couto, Roquette-Pinto e Renato Kehl. O objetivo era construir um “anteprojeto de regulamentação da imigração para o Código de Imigração” (DIWAN, 2007, p. 119). Dois anos mais tarde, os resultados desses estudos foram enviados à Assembleia Constituinte (1933-1934), quando foi implementada a Lei de Imigração, restringindo a entrada de asiáticos e judeus. A medida, que estava em consonância com a ideologia nazi-fascista e as políticas migratórias restritivas dos Estados Unidos, esteve em vigor por pouco tempo, sendo retirada da Constituição em 1937, após o golpe do Estado Novo. Apesar disso, a eugenia ainda continuou como plano de fundo das políticas governamentais brasileiras. A Era Vargas foi marcada claramente por inspirações de cunho nazista e eugenista, como por exemplo, através do partido Ação Integralista Brasileira (DIWAN, 2007, p. 119-120).

Durante cerca de 40 anos, os debates e a busca de realização de ações para implementar a eugenia foram bastante intensos entre a elite intelectual e o governo brasileiro. Fluxo que somente foi interrompido e silenciado após o início dos conflitos da Segunda Guerra Mundial e a adesão do Brasil no bloco dos Aliados em 1942, e ainda a aproximação do país com os Estados Unidos (DIWAN, 2007). Também a divulgação dos horrores praticados no regime nazi-fascista contribuiu para que a eugenia passasse cada vez mais a ser associada às ideias de intolerância e violência.

Mesmo tendo diversas instituições científicas e governamentais a seu favor e conquistando um número significativo de estudiosos e cientistas adeptos, a eugenia não foi implementada de fato no Brasil. A concepção de “supremacia branca”, na qual os que não se enquadram ao padrão devem ser eliminados, foi substituída pela admissão da “superioridade

branca”, onde há a hierarquização entre as raças e a exclusão, ou simplesmente não inclusão dos considerados “diferentes” ou “inferiores”. Isto porque o país passou, e continua passando, por um processo de miscigenação intenso que acabou criando uma nação multirracial e não birracial e claramente polarizada, como é o caso de países europeus, ou dos Estados Unidos, por exemplo. Essa foi uma das principais ambiguidades que os estudiosos brasileiros enfrentaram ao defenderem e tentarem implantar a eugenia. Fato que não impediu a circulação de diversos conceitos eugênicos presentes em muitos discursos até hoje, e nem deixou menos danoso o racismo que persiste no Brasil.

Sem condições (e nem interesse da maioria) de reverter o processo de miscigenação, as elites intelectual, científica e política brasileiras elaboram uma maneira de racionalizar essa realidade formulando a ideologia assimilacionista (SKIDMORE, 1991), conhecida também como branqueamento, que vai desembocar no mito da democracia racial. Ou seja,

A elite brasileira ofereceu uma resposta engenhosa. Inverteu o pressuposto básico dos supremacistas brancos. Aceitou a doutrina da superioridade branca inata, mas argumentou que, no Brasil, o branco prevalecia através da miscigenação. Ao invés de “mongrelizar¹⁷” a raça, a mistura racial estava “embranquecendo” o Brasil. Longe de ser uma ameaça, a miscigenação era a salvação do Brasil. Já que não havia meios para prová-lo cientificamente, os brasileiros simplesmente reiteravam que a experiência brasileira sustentava seus argumentos (SKIDMORE, 1991, p. 7).

Assim, a miscigenação, além de ser uma alternativa para continuar levando à diante de maneira velada as ideias eugenistas, também se tornou sinônimo de progresso de uma sociedade que vinha apresentando crescentes problemas sociais advindos das transformações políticas e econômicas em vigor naquele momento. Igualmente nesse período, entre fim do século XIX e início do século XX, começa a surgir a preocupação, tanto do governo, quanto de uma elite intelectual brasileira, com a identidade nacional do Brasil. Para esse grupo tornava-se urgente responder às perguntas: “Quem é o Brasil?”, “Quem são os brasileiros?”

No entanto, antes de construir uma identidade para a nação, era necessário que se apagassem as marcas negativas que causavam discrepâncias. A mais forte delas foi o período escravocrata, e também a mais viva na memória, visto que a abolição ocorreu apenas um ano antes da proclamação da República, o novo projeto de país que se avistava. Para isso, o Estado brasileiro procurou aplicar uma política de esquecimento. Entre as ações com esse

¹⁷ Hibridizar

objetivo estava a eliminação de tudo que pudesse comprovar, gerar pedidos indenizatórios por parte dos fazendeiros, e documentar o período escravocrata.

É assim que 1890 Ruy Barbosa¹⁸ deliberou sobre a queima dos documentos que aludissem à escravidão. No mesmo ano o poeta pernambucano Medeiros de Albuquerque compôs o Hino da República, que diz em um de seus versos “nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país...” (DEUS, 2001, p.185).

O objetivo da tática da composição do Hino, segundo a pesquisadora Zélia de Deus (2001, p.185), era “impingir o esquecimento e imprimir a ideia de isenção de responsabilidade pelas desgraças do ‘longínquo’ e ‘inacreditável’ passado”. A atitude do Estado até pode ter silenciado informações importantes a respeito da escravidão no país em favor da construção de uma nova identidade nacional, entretanto, apagar essa passagem da história não é tão simples, pois os reflexos desse período persistiram tanto nas condições socioeconômicas da população, quanto na formação cultural do brasileiro.

Após essa tentativa do governo de decretar o esquecimento da escravidão (DEUS, 2001), o movimento Modernista, em 1922, foi um dos primeiros a buscar refletir sobre a formação de um ideário de nação, e encontrar onde estavam os sinais da “brasilidade”, o que poderia dar uma “cara” ao país. Intelectuais e artistas como Euclides da Cunha, Aluísio Azevedo, Lima Barreto, entre outros, exploraram tentativas de compreender a pobreza, a exclusão social, as contradições da corte imperial e os impasses a serem enfrentados pela República diante de tantas mazelas sociais. Problemas agravados pela então recente abolição da escravatura, que gerou uma massa de excluídos proveniente do antigo sistema de trabalho, e trouxe um novo contingente populacional originário das políticas imigratórias.

Nesse mesmo ano, e ainda com o tema Brasil no centro da pauta, foi realizada a Semana de Arte Moderna, na cidade de São Paulo. O movimento Modernista, resultado dessa efervescência, discutiu a questão do nacional, mas deslocou um pouco seu olhar do viés social (embora o assunto ainda se mantivesse no plano de fundo das discussões) partindo para a esfera artística. O debate, então, passou a girar em torno da relação entre cultura estrangeira importada, e brasilidade. Oswald de Andrade anunciou seu Manifesto Antropofágico, no qual a proposta era “digerir” a cultura europeia e trazê-la para a realidade brasileira. O resultado seria uma arte verdadeiramente brasileira e não uma cópia da arte europeia.

¹⁸ Ruy Barbosa era Ministro da Fazenda na época.

A década de 1930 continuou sendo pontuada pelo desejo de unidade nacional, e representa o período em que foi consolidada uma das marcas mais significativas da formação cultural brasileira: o mito da democracia racial¹⁹, quando se intensificou a difusão da ideia de que índio, negro e branco se unem harmonicamente para construir o Brasil. Apesar de ter conquistado mais legitimidade nessa época, a crença de que as relações raciais eram pacíficas entre os brasileiros já circulava muito antes de ser cunhada a expressão “democracia racial”, que tem uma carga semântica específica (GUIMARÃES, 2002), relacionada a um ponto de vista sobre uma passagem histórica relevante para a construção identitária do país.

A ideia de que o Brasil era uma sociedade sem “linha de cor”, ou seja, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou a posições de riqueza ou prestígio, era já uma ideia bastante difundida no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, bem antes do nascimento da sociologia. Tal ideia, no Brasil moderno, deu lugar à construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais. Mais ainda: a escravidão mesma, cuja sobrevivência manchava a consciência de liberais como Nabuco, era tida pelos abolicionistas americanos, europeus e brasileiros, como mais humana e suportável no Brasil, justamente pela ausência dessa linha de cor (GUIMARÃES, 2002, p.2).

Há registros da propagação desse pensamento que datam de meados do século XIX, não só por parte dos pensadores brasileiros, mas principalmente dos estudiosos e abolicionistas norte-americanos, como já foi mencionado, e mesmo da população negra daquele país, que guardava em seu imaginário o Brasil como uma nação onde havia a possibilidade de se abrigar do racismo que sofriam em sua terra de origem (AZEVEDO, 1996, p. 152). Esse imaginário é denominado pelos especialistas da área como “mito do paraíso racial”. Segundo estudos da historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo (1996), na metade do século XIX, ganhavam cada vez mais força os movimentos abolicionistas transatlânticos,

¹⁹ Também se ocupou das discussões acerca do mito da democracia racial e da situação do negro no Brasil, a chamada Escola Paulista de Sociologia. Os teóricos deste grupo, dentre os quais se destaca Florestan Fernandes, consideravam que a noção de democracia racial então propagada era um artifício simbólico de dominação política utilizado para desmobilizar a população negra e reforçar o preconceito racial. Esses estudiosos procuravam na estrutura social e econômica da época (entre as décadas de 1940 e 1960), as explicações para as desigualdades raciais entre os brasileiros (GUIMARÃES, 2003; IANNI, 1996). Formada por um grupo de pesquisadores que, entre outros temas, influenciaram profundamente os estudos acerca das relações raciais no país, a Escola Paulista de Sociologia deixou referenciais que continuam permeando investigações posteriores. Assim, na presente tese optou-se por trabalhar mais fortemente com outro grupo de autores que desenvolveram pesquisas mais recentes, mas que dialogam com as ideias da Escola Paulista. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 26, p. 25-33, 1996.

os quais se reuniam para combater o regime escravocrata ao redor do mundo, mas, sobretudo nessa época, especialmente em duas nações que ainda os desafiavam: os Estados Unidos e o Brasil. Em ambos os países a escravidão envolvia grandes interesses econômicos, poderio político e a certeza de que tal sistema de regimento de mão de obra era o mais eficaz de todos para a geração de lucro e manutenção do controle social. Ainda, essas duas nações “causavam especial indignação, pois, além de escravizarem grande número de pessoas, contavam com classes de senhores de escravos solidamente enraizadas” (AZEVEDO, 1996, p. 152).

Porém, conforme aponta Azevedo (1996), apesar de a escravidão ser um regime onde a agressividade e os severos maus tratos para com os cativos serem rotineiros em todos os locais onde foi adotada, fato comprovado principalmente pelos relatos de viajantes, os Estados Unidos foram apontados pelos movimentos abolicionistas como os principais representantes dessa violência.

Desde as primeiras décadas do século XIX, esses abolicionistas, em suas reuniões periódicas e conexões internacionais diversas, sugeriam que a escravidão do Sul dos Estados Unidos era a pior do mundo, tanto no presente quanto em termos de toda a história da humanidade (AZEVEDO, 1996, p. 152).

Assim, os senhores de escravos norte-americanos tornaram-se o principal foco das críticas dos abolicionistas, os quais se baseavam na ideia de que tais escravocratas, além de serem rotulados como mais hostis, tinham outro forte motivo, mais do que qualquer outro país adepto desse sistema, para serem censurados: o fato de constituírem uma nação que nasceu de um ideal de liberdade com princípio iluminista “proclamado na Declaração de Independência segundo o qual todos os homens nascem com direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca de felicidade” (AZEVEDO, 1996, p. 152). Portanto, a prática de escravizar pessoas era avaliada pelos abolicionistas como um comportamento inaceitável e incompatível com os valores libertários motivadores da luta das 13 colônias norte-americanas contra o jugo dos ingleses em 1776.

A propagação desse pensamento foi uma das estratégias de combate utilizadas pelos movimentos transatlânticos pró-abolição, com o objetivo de sensibilizar e persuadir para angariar mais adeptos no mundo todo. Todavia, ao frisar a questão da violência e da incompatibilidade ideológica da escravidão com o ideário político estadunidense, os abolicionistas também foram construindo a memória do regime escravocrata daquele país. Simultaneamente, enquanto buscavam provar, através de exemplos e analogias com outras

nações, quão nefasta era a escravidão norte-americana, eles contribuíram para a constituição de “uma história comparada da escravidão nas Américas” (AZEVEDO, 1996, p. 153).

Nesse cenário, gradativamente o movimento abolicionista dos Estados Unidos vai se radicalizando até chegar a empreender, em 1830, uma campanha pelo fim imediato e incondicional da escravidão. Como plano de fundo dessa campanha, está o Brasil, o qual se torna a principal variável das comparações entre regimes escravistas, prática que era a tônica do discurso dos abolicionistas transatlânticos da época. Conforme avalia Azevedo (1996, p. 153), tal “esforço comparativo” se desdobrou em dois eixos. O primeiro diz respeito à comprovação de que os senhores de escravos do sul dos Estados Unidos eram os mais violentos do mundo. Citado por Azevedo (1996, p. 153), o advogado e um dos fundadores da Sociedade contra a Escravidão da Nova Inglaterra, David L. Child²⁰ encontrou explicação para o comportamento desses senhores analisando os sistemas de escravidão antiga e moderna. Em livro publicado no ano de 1833, o autor diferenciou os dois regimes, defendendo que o antigo tinha cunho humanitário, pois surgiu como uma alternativa a morte para os prisioneiros de guerra. Já o sistema moderno se constituiu exclusivamente a partir da busca de lucro resultante da exploração, tanto da força de trabalho, quanto do tráfico de seres humanos. Todavia, ainda que admitisse as atrocidades cometidas pelos traficantes de escravos no processo de captura, transporte e comercialização de pessoas, Child observou que a escravidão moderna mantinha princípios humanos herdados do sistema antigo, como a garantia de proteção legal dos escravizados e de seus direitos de ter propriedades e de comprar a própria alforria. Segundo o advogado, esses preceitos foram ditados pelo código civil romano com base na concepção cristã de que a escravidão é oposta aos direitos naturais dos seres humanos, e esse legado foi apreendido por todos os países escravistas modernos, excetuando os Estados Unidos. A forma utilizada para comprovar esse pensamento foi a comparação com a escravidão brasileira, considerada a mais justa para com os escravizados em termos de tratamento e leis de proteção (CHILD, 1833, p. 20 apud AZEVEDO, 1996, p. 153).

O segundo eixo sobre o qual se motivou o “esforço comparativo” dedicou-se a demonstrar como o preconceito racial crescente nos estados livres do norte dos Estados Unidos

²⁰ CHILD, David L. (1833). The despotism of freedom: or the tyranny and cruelty of American republican slave-masters, shown to be the worst in the world: in a speech, delivered at the first anniversary of the New England Anti-Slavery Society, 1833. (Boston, The Boston Young Men's Anti-Slavery Association, for the Diffusion of Truth).

era o mais nocivo do mundo (AZEVEDO, 1996). Child, então, recorreu às comparações históricas para provar que o racismo norte-americano era singular em sua crueldade. Para o autor, tanto a violência contra os escravizados, quanto o racismo em relação aos negros livres, eram frutos da inconsistência da Revolução Americana, que se pautou pela busca e defesa da liberdade no norte, mas convivia com um forte sistema de escravidão no sul. Esse contraste entre liberdade e opressão era o que provocava o problema da intolerância racial, de acordo com Child. Segundo ele, no Brasil, além de não haver esse contexto dissonante, o racismo de brancos contra negros era inexistente, fato que ratificava sua tese de que o preconceito era resultado do processo histórico do país, não sendo um elemento imutável fruto da natureza, e nem proveniente da razão.

Child não foi o único a argumentar sobre a escravidão estadunidense utilizando-se de comparações com o regime escravocrata brasileiro para confirmar suas ideias. Cada vez mais abolicionistas se valeram desse esquema para o mesmo fim, prática que contribuiu para a construção de uma imagem do Brasil no exterior e também em âmbito nacional, a qual mantém muitos traços ainda persistentes no imaginário a respeito das relações raciais no país até hoje.

O Brasil, elevado ao patamar de paraíso racial na terra, alimentava sonhos e esperanças de muitos que lutavam pela abolição da escravidão e do racismo nos Estados Unidos. [...]

Assim, ao invés de simplesmente continuar a se referir ao Brasil como exemplo de sociedade de relações raciais harmoniosas a ser emulado pelos Estados Unidos, abolicionistas negros como Martin R. Delany começaram a pensar no Brasil como um possível refúgio para os afro-americanos livres (AZEVEDO, 1996, p. 154-155).

Portanto, as constantes comparações e, mais tarde, a visão de que a nação brasileira poderia ser o porto seguro dos ex-cativos norte-americanos, criaram e coroaram o “mito do paraíso racial” no Brasil. Fábula que teve suas peças montadas pela vivência dos abolicionistas dos Estados Unidos junto ao sistema escravocrata de seu país, e pela experiência de alguns deles com a escravidão brasileira. Entretanto, de acordo com Azevedo (1996, p. 155), um dos mais importantes estudiosos que participou de maneira significativa desse processo foi Henry Koster, o qual não era essencialmente abolicionista, porém foi um escritor muito bem relacionado com abolicionistas ingleses, e acabou se envolvendo com o movimento posteriormente. Dessa forma, foi lido por militantes pró-abolição de diversas partes do mundo, incluindo os brasileiros, e tornou-se referência citada frequentemente quando se tratava de confirmar o quanto as relações raciais no Brasil eram harmônicas.

Koster, nascido em Portugal e filho de pais ingleses, viveu em Pernambuco entre os anos de 1809 e 1811. Chegou ao Brasil em busca de sossego e com o intuito de se recuperar de um problema de saúde. Recuperou-se e adaptou-se rapidamente aos costumes brasileiros, arrendando uma fazenda de cultura de açúcar e se tornando senhor de escravos. O escritor, então, tomou uma propriedade totalmente organizada, onde os negros escravizados já trabalhavam sob a vigilância de feitores, restando-lhe somente desfrutar do ambiente com tranquilidade. Para ele, a escravidão brasileira não era violenta, contava com senhores tolerantes, e integrava sem dificuldades os libertos à sociedade (AZEVEDO, 1996, p. 156). Portanto, suas interpretações a respeito da sociedade brasileira, principalmente no quesito convivência entre brancos e negros, foram baseadas em um curto período de residência no país e em sua experiência particular e localizada. Detalhe que não foi empecilho para a propagação dessas impressões elaboradas por Koster, e nem foi atentado pelos demais teóricos abolicionistas que beberam da fonte do autor para compor seus argumentos.

A difusão desse discurso marcou uma mudança de raciocínio dos abolicionistas brasileiros a respeito da escravidão no país, das implicações que esse sistema trazia para a organização social da nação, e de quais seriam as possíveis consequências decorrentes das escolhas pela manutenção ou abolição de tal regime de trabalho. Pois,

Os primeiros reformadores antiescravistas do Brasil enfatizaram os perigos vividos por uma minoria de senhores brancos em meio a uma maioria de escravos e negros livres pobres. Para esses abolicionistas, que escreveram isoladamente durante a primeira metade do século XIX, uma guerra de raças tão sangrenta quanto a de São Domingos se desenhava no futuro próximo do Brasil, caso não se tomassem medidas seguras e graduais de emancipação dos escravos. Mas, a partir de meados da década de 1860, pode-se perceber uma mudança de perspectiva dos abolicionistas quanto ao futuro brasileiro. Com base nas fontes abolicionistas internacionais que atestavam o caráter harmonioso das relações raciais brasileiras, os abolicionistas brasileiros se sentiram cada vez mais à vontade para afirmar, como o fez Joaquim Nabuco, que a escravidão no Brasil era "uma fusão de raças", enquanto nos Estados Unidos era "a guerra entre elas". Nabuco pretendia, com isso, persuadir os senhores de que os conflitos sociais resultantes do regime de trabalho escravo poderiam ser rapidamente solucionados após a abolição da escravidão, uma vez que, a seu ver, a animosidade racial nunca se desenvolvera entre senhores e escravos no Brasil (AZEVEDO, 1996, p. 157).

Dessa forma, é possível entender que “o mito da democracia racial brasileira tem raízes tão longínquas quanto as lutas dos abolicionistas contra a escravidão e contra o racismo” (AZEVEDO, 1996, p. 159). Trata-se do resultado de um processo que foi se desenvolvendo aproximadamente durante um século até chegar, em meados da década de 1930, à obra de Gilberto Freyre, autor considerado ícone dessa discussão.

Segundo o pesquisador Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2002), Freyre foi o primeiro estudioso na sociologia moderna que resgatou o “mito do paraíso racial”, o reconstituindo a partir de um viés científico. A construção da ideia de “democracia racial”, que se tornou amplamente divulgada, tem início em 1937, ano em que Gilberto Freyre profere em Lisboa a conferência “Aspectos da influência da mestiçagem sobre relações sociais e de cultura entre portugueses e luso-descendentes.” Em seu discurso no evento, defende que a “democracia social” seria o “legado mais original e significativo” que a civilização luso-brasileira deixara à humanidade (GUIMARÃES, 2002, p. 4).

A partir dessa afirmação depreende-se que Freyre passou por diversos termos até chegar à expressão “democracia racial”, mas sempre girando em torno do tema das relações raciais. Inicialmente, conforme já foi mencionado, utiliza o termo “democracia social”, depois passa a falar em “democracia étnica”, quando se envolve na militância contra o integralismo. Nesse período, o estudioso sofre diversos ataques dos partidários da Ação Integralista Brasileira, como ameaças de agressões físicas, boletins anônimos, pichações de palavras ordem e ofensas nos muros de sua casa, atos que culminaram, em setembro de 1943, na divulgação de um “contundente manifesto de cunho integralista” (GUIMARÃES, 2002, p. 5), de autoria do Diretório dos Estudantes da Universidade de Direito do Recife. Diante da publicação do documento de cunho ofensivo,

A mobilização das forças democráticas e de esquerda em defesa de Gilberto foi imediata. Entre estas, estava a União de Estudantes da Bahia, logo secundada por várias instituições baianas, que convidou Freyre para uma visita à Salvador, oportunidade em que lhe seriam prestadas diversas homenagens de desagravo. O convite foi aceito em novembro do mesmo ano e, no dia 26, Gilberto leu a primeira de suas conferências na Faculdade de Medicina da Bahia (GUIMARÃES, 2002, p. 5).

Nessa conjuntura em que o mundo vivia as tensões dos regimes Nazistas e Fascistas, que ecoavam no Brasil com o integralismo, Freyre condenava veementemente o racismo. Ele separava a democracia social da democracia política, esta última em sua visão era precária, tanto na nação brasileira, quanto na portuguesa, sendo sobreposta pela primeira, que era considerada o principal esteio da harmonia em ambas as sociedades. Apesar das afinidades que os regimes governamentais brasileiro e português tinham com os sistemas alemão e italiano, o estudioso defendia que Brasil e Portugal possuíam um “antídoto” infalível contra a tirania racista: a tradição da mestiçagem (GUIMARÃES, 2002, p. 7). Para ele, o

caráter ibérico da formação sociocultural brasileira era o que garantia a harmonia social do país. Assim, defendia tudo que fosse genuinamente luso-brasileiro, e o que estivesse fora dessa matriz era considerado uma ameaça à democracia nacional (GUIMARÃES, 2002).

Durante a década de 1940, dentro do período em que ocorrem esses debates, o movimento negro compartilhava da concepção da harmonia entre as raças (seja como peculiaridade brasileira ou como ideal de relação racial) e já mencionava o termo “democracia racial”, mesmo que ele ainda não tivesse sido cunhado por Freyre, que era um dos aliados desse movimento social na época. Foi só nos anos 1960 que esse intelectual brasileiro, um dos principais responsáveis pela legitimação científica da ideia da harmonia entre raças no Brasil, se apropriou da expressão (GUIMARÃES, 2002). Ele passou a utilizá-la para admitir que a sociedade brasileira era heterogênea, mas essa característica não implicava em conflito, pois, pelo contrário, a gramática das relações sociais no país era a miscigenação. Entretanto, acrescentou a essa conjuntura o caráter hierárquico, mas não político, entre as diferentes raças, o qual também, para o estudioso, não impediria a harmonia racial. Dessa forma, quando

[...] a situação polarizou-se na África, com as guerras de libertação, e no Brasil, com o avanço ideológico da “negritude” e do movimento pelas “reformas de base”, Freyre voltou a brandir a “democracia racial” ou “étnica”, desta vez para contrapor-se aos ideais igualitários das esquerdas, e em defesa do que considerava uma cultura não apenas luso-brasileira, mas luso-tropical. Ironicamente, tratará a “negritude” como um mito racial (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Freyre, então, envolveu-se em uma campanha a favor do colonialismo português, recebendo, para elaborar e divulgar seus estudos, forte incentivo do governo de António de Oliveira Salazar, no poder em Portugal durante o período de 1933 a 1968. Devido ao sucesso e credibilidade científica da obra *Casa Grande & Senzala* (1933), que pensa as bases da organização social brasileira e o papel da colonização portuguesa nesse processo, o pensamento de Gilberto Freyre foi incorporado à propaganda estatal portuguesa no contexto ditatorial do governo de Salazar (PINTO, 2009). Essa que é considerada uma das mais importantes obras de Freyre já lança os primeiros fundamentos da ideia de Lusotropicalismo.

Para Gilberto Freyre, no Brasil, tanto o negro africano, como o índio, foram elementos que civilizaram o branco português e este na sua “intrínseca” aclimatabilidade, no amalgamento inter-racial, logo deixou de ser português para tornar-se luso-brasileiro. O português para Freyre já era um mestiço em Portugal, dessa maneira, por essas condições inatas, jamais poderia se desenvolver historicamente um Brasil branco e europeu. Esse será um dos termos centrais do lusotropicalismo. Dessa confluência inter-racial, inaugurou-se no Brasil um novo

processo civilizatório que, conforme o autor haveria por se estender a todos os espaços de colonização portuguesa. E para melhor justificar o sentido da instrumentalização do modelo explicativo freyriano pelo Estado salazarista, *Casa grande & senzala* sugere o português como herói colonizador, portador de um conjunto específico de práticas de colonização que o tornam único na experiência histórica das colonizações (PINTO, 2009, p. 151-152).

Conforme aponta Guimarães (2002, p. 18), também foi nesse cenário dos anos de 1960 que o movimento negro, ao se aproximar das influências do movimento negritude e das origens culturais africanas, começou a tensionar o ideal de “democracia racial” proposto por Freyre. Expressão que a militância negra propôs décadas antes com uma conotação diferente. Assim, ao longo da história da discussão sobre o assunto, o termo “democracia racial” ganhou diversos significados, foi aclamado, criticado e apropriado de muitas formas. Resumidamente, refletiu, durante as décadas de 1930 e 1940, uma oposição aos regimes de governo totalitaristas vigentes na Alemanha e na Itália na época; já nos anos de 1950 foi aproximado do “universo individualista ocidental” ganhando a conotação de ideal de igualdade de oportunidades e respeito aos direitos civis e políticos; para então a partir de 1960 retomar seu sentido original, elaborado por Freyre, referente essencialmente à mestiçagem como mote da harmonia racial, tornando-se para a militância negra e para intelectuais, como os da escola de Florestan Fernandes, a tradução do racismo à brasileira, o mito e a “chave interpretativa da cultura” e das relações sociais no Brasil (GUIMARÃES, 2002, p. 19).

Com o objetivo de investigar mais aprofundadamente o racismo velado, e por vezes travestido de cordialidade, característico do Brasil, alguns estudiosos propõem discutir as relações raciais brasileiras incluindo além do negro, o foco no branco. A proposta é considerar nas discussões os traços da identidade racial do branco a partir das ideias sobre branqueamento (BENTO, 2002). Essa dimensão identitária é definida como “branquitude” (BENTO, 2002), ou “branquidade” (SOVIK, 2004). A ideia é preencher uma lacuna fundamental para o entendimento das relações raciais no Brasil, abordando os papéis do negro e do branco nos processos históricos e simbólicos envolvidos nesse assunto. Manter somente a figura do negro como objeto de estudo e problematização das desigualdades raciais torna unilateral a discussão sobre um fenômeno que é relacional, e consequentemente responsabiliza e culpabiliza exclusivamente os afrodescendentes pelo problema.

A pesquisadora Maria Aparecida Bento afirma que grande parte dos pesquisadores brancos que se debruçam sobre o tema das desigualdades e discriminação raciais, mesmo os mais progressistas, com frequência não percebem o papel de seu grupo racial nos processos

que envolvem as relações raciais. A pesquisadora relata a experiência do Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), onde é diretora executiva, para ilustrar essa situação. De acordo com Bento (2002), mesmo os profissionais brancos que buscam cursos de formação no CEERT, como, por exemplo, os que participam de movimentos sindicais e lutam contra a opressão e as desigualdades, acabam silenciando diante do papel do branco nesse processo.

Eles reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. Há desigualdades raciais? *Há!* Há uma carência negra? *Há!* Isso tem alguma coisa a ver com o branco? *Não!* É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes. Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa (BENTO, 2002, p. 26-27).

A esse comportamento de combater e indignar-se com as desigualdades e injustiças, mas só quando essas afetam ao próprio grupo de pertença, a autora dá o nome de “indignação narcísica” (BENTO, 2002, p. 28). No caso específico das relações raciais, a pesquisadora explica que,

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil tem um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo branco. Freud identifica a expressão do amor a si mesmo, ou seja, o narcisismo, como elemento que trabalha para a preservação do indivíduo e que gera aversões ao que é estranho, diferente. É como se o diferente, o estranho, pusesse em questão o “normal”, o “universal” exigindo que se modifique, quando autopreservar-se remete exatamente à imutabilidade. Assim, a aversão e a antipatia surgem (BENTO, 2002, p. 29-30).

Dessa forma, a questão da branquitude ou branquidade está ligada à imagem, aos papéis desempenhados nas relações sociais, por esse motivo, conforme aponta Sovik (2004), os meios de comunicação constituem um dos principais campos de estudos para examinar esse tema. De acordo com a pesquisadora, esses estudos ganham ainda mais importância na medida em que a produção cultural de massa veicula a cultura hegemônica e “o resultado, em geral, é de aparência branca, pois a branquidade continua sendo uma espécie de projeto para a Nação” (SOVIK, 2004, p. 370). Além disso, a estudiosa ainda completa que a mídia é um campo de crenças que têm efeitos materiais, pois os discursos que circulam através desse

espaço participam da coesão social, fornecendo sentidos e produção simbólica para a construção de polos de identificação aos indivíduos e grupos “a partir de contextos econômicos, políticos, sociais diferentes” (SOVIK, 2004, p. 376). Dar atenção aos valores que constituem a ideia de branquidade em conjunto com os estudos relacionados com o negro, pode ser um caminho eficaz para entender o que está nas entrelinhas das relações raciais no Brasil. A força do mito da democracia racial e a exaltação à miscigenação como principal traço da negação das desigualdades raciais na formação do povo brasileiro são meandros que acabam sendo reforçados pela ocultação do debate acerca da branquidade. Enquanto essa dimensão não for considerada e discutida de maneira mais ampla, a discriminação e a hierarquização étnica têm um terreno favorável para serem disseminadas, tanto no imaginário de negros, quanto de brancos, uma vez que

[...] a afirmação de todo brasileiro ser mestiço permite que, sob certas condições econômicas e sociais, o papel social ideal associado a ser branco possa ser desempenhado por não brancos, e as hierarquias se preservam. Assim, o papel de destaque da branquidade na etnicidade dominante se hegemoniza, conseguindo a aceitação de setores subalternos predominantemente negros e negro-mestiços (SOVIK, 2004, p. 372).

Especificamente a respeito do campo midiático, o debate sobre os papéis de negros e brancos e os sentidos envolvidos no processo das relações raciais torna-se fundamental na medida em que “no contexto dos relatos implícitos nos meios de comunicação, a discussão da branquidade levanta o desafio de reinventar e também de derrubar as ficções de irmandade e de parentesco que sustentam o racismo brasileiro” (SOVIK, 2004, p. 384).

2.5 Comunicação nos movimentos sociais negros em rede: Táticas e usos

O sistema escravocrata brasileiro, o qual tem características bastante específicas e se desenvolveu permeado por negociações, contradições e violentos conflitos entre a casa grande e a senzala, sempre conviveu com movimentos de oposição por parte dos escravizados. Uma das manifestações mais marcantes dessa resistência foi a preservação das diversas culturas provenientes da África, espalhadas pelo mundo na diáspora africana. A musicalidade, a oralidade, e a ritualidade mantiveram vivas essa herança cultural, que no Brasil mesclou-se ao contexto local, mas conservou muitos dos seus elementos simbólicos tradicionais, dando origem à cultura afro-brasileira. Tais elementos são considerados por Cogo e Machado (2010,

p.6) os precursores da formação das “redes sociocomunicacionais”²¹ de resistência aos racismos e desigualdades”, as quais compreendem os usos de diferentes tecnologias da comunicação como estratégia na busca de igualdade racial e de combate à discriminação. Comunicação que permeou a trajetória e continua presente na atuação dos movimentos sociais negros brasileiros.

Dessa forma, os movimentos sociais negros são considerados um dos movimentos sociais mais antigos do país, pois suas lutas têm origens anteriores à colonização europeia, remontando aos tempos das batalhas entre as diversas civilizações africanas. Mais tarde, com o início da escravidão no Brasil e no mundo, insurgem novas manifestações e outras já existentes continuam ganhando força.

Essa ideia se aproxima da definição de movimentos sociais negros elaborada pelo pesquisador e ativista Joel Rufino dos Santos:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como “clubes de negros”), artísticas (como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia), culturais (como os diversos “centros de pesquisa”) e políticas (como o Movimento Negro Unificado); e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1994, p.157).

A perspectiva do autor é compreendida como militante por alguns estudiosos, já que ele inclui nos movimentos sociais negros um grande leque de tipos de mobilizações dos afrodescendentes. No entanto, no presente trabalho, essa conceituação é considerada válida, pois se leva em conta que nesses grupos primários foi fortalecida ou teve início a formação das noções de organização, de luta, e de pertencimento identitário nos participantes, gerando as bases para os movimentos seguintes.

Em termos historiográficos, é sinalizado como o início dos movimentos sociais negros no Brasil o surgimento dos primeiros movimentos políticos de mobilização racial. Nesse sentido, a definição apresentada por Nei Lopes vai ao encontro desse pensamento, porque entende movimentos sociais negros como:

²¹ Redes sociocomunicacionais é uma expressão cunhada pelas autoras para designar especificamente ações e usos das tecnologias da comunicação na trajetória dos movimentos sociais negros no Brasil (COGO, MACHADO, 2010).

Nome genérico dado, no Brasil, ao conjunto de entidades privadas integradas por afrodescendentes e empenhadas na luta pelos seus direitos de cidadania.

Numa visão mais restrita, a expressão diz respeito às organizações nascidas a partir do final de década de 1960 e que se incluem dentro dessa denominação. As diferenças entre estas e as organizações anteriores seriam, entre outras, sua continuidade temporal e o fato de compartilharem uma agenda internacional, graças, hoje à popularização das viagens aéreas e do progresso dos meios de comunicação, particularmente da internet (LOPES, 2004, p. 455).

Assim, nesse ponto de vista, as primeiras manifestações consideradas integrantes dos movimentos sociais negros foram os clubes sociais negros. Surgidas no período pós-abolição, essas agremiações foram constituídas com os propósitos de instituir espaços de convivência social para a população negra, - uma vez que a mesma era proibida de frequentar os clubes sociais das elites - e também de criar meios para melhoria das condições de vida e ascensão social dos afro-brasileiros. As entidades desempenhavam atividades assistencialistas, recreativas e culturais. Uma das principais ações dos clubes sociais negros era a promoção de cursos de alfabetização e profissionalizantes. Alguns desses grupos reuniam também classes de trabalhadores negros, como ferroviários, portuários e ensacadores de produtos diversos.

O pesquisador e historiador Petrônio Domingues (2007) fez um breve mapeamento de alguns dos principais clubes sociais negros surgidos na época no país:

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RS, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente (DOMINGUES, 2007, p.102).

No Rio Grande do Sul, foram contabilizadas mais de 50 sociedades recreativas, educativas e culturais negras, algumas já foram extintas, outras, porém são centenárias e ainda estão em funcionamento até hoje (ESCOBAR, 2010)²².

Junto a esse processo despontou a imprensa negra, que teve seu embrião nos manifestos que os líderes da resistência negra fixavam por diversos espaços públicos das

²² Os dados são resultado da dissertação de mestrado “Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial”, defendida na Universidade Federal de Santa Maria (RS) pela pesquisadora especialista em Museologia e mestre em Patrimônio Cultural, Giane Vargas Escobar, em 2010.

idades. Tratava-se dos pioneiros jornais murais que denunciavam as desigualdades e divulgavam as demandas dos afrodescendentes na época. Os primeiros registros do surgimento da imprensa negra propriamente dita datam de 1833. Um dos veículos importantes no período foi o periódico “O Homem de Cor”, do Rio de Janeiro, de propriedade de Francisco de Paula Brito e onde Machado de Assis deu início a sua carreira. Iniciativas semelhantes se proliferaram por diversos Estados do país.

Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi *A Pátria*, de 1899, tendo como subtítulo *Orgão dos Homens de Cor*. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinela*, em 1920. No município de Campinas, *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o *Clarim da Alvorada*, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo (DOMINGUES, 2007, p.104, grifo do autor).

Outro centro importante de proliferação de veículos da imprensa negra foi o Estado do Rio Grande do Sul. Circularam “O Exemplo”, de 1892 a 1930, em Porto Alegre; “A Hora”, de 1917 a 1934, em Rio Grande; “A Revolta”, no ano de 1925, em Bagé; “A Navalha”, em Santana do Livramento, no ano de 1931; e em Pelotas, no ano de 1905, “A Cruzada”, e “A Alvorada”, o jornal da imprensa negra com maior tempo de circulação do país. Passando por apenas três períodos de interrupções, seu funcionamento ocorreu entre os anos 1907 e 1910, 1930 e 1937, e por último, 1946 e 1957 (SANTOS, 2003; MACHADO, 2010). Esse periódico, que teve também a participação de mulheres em sua redação, era pautado pelos pensamentos e aspirações de uma elite negra urbana formada por operários, sendo produzido no clube social negro pelotense, “Fica Ahi Pra ir Dizendo” (SANTOS, 2003; MACHADO, 2010). A ligação dos jornais da imprensa negra com os clubes sociais negros era uma condição frequente da maioria dos veículos com esse perfil na época.

Na grande imprensa brasileira, são pontuadas ainda as participações do jornalista negro José do Patrocínio, como proprietário de dois jornais, “Gazeta da Tarde” (1877-1887) e “A cidade do Rio” (1887-1903); e do poeta, também negro, Cruz e Souza, divulgando pensamentos abolicionistas em diversos jornais de Florianópolis.

Nesta época, a maior parte dos movimentos sociais negros ainda não tinha um programa político definido, nem um projeto ideológico mais abrangente. A politização e sistematização dos ideais dos movimentos vão sendo desenvolvidas gradualmente em grupos organizados localizados em alguns pontos do país, como foram os casos das entidades Centro

Etiópico Monteiro Lopes (1909), e Centro Cívico Alcides Bahia (1924), ambos de Pelotas, e outras mobilizações localizadas em Rio grande e Bagé²³. Esse processo de rearranjo ocorre com mais intensidade a partir do início da década de 1930, quando surge a Frente Negra Brasileira (FNB). Fundada em 1931 a partir da união da equipe do jornal da imprensa negra “O Clarim da Alvorada” e de um grupo dissidente do Centro Cívico Palmares²⁴, a FNB foi uma das entidades negras mais representativas desse momento no Brasil, chegando a ter braços em diversos Estados e conquistando um grande número de adeptos. Na mesma época surgiram outras iniciativas semelhantes, no entanto, a organização está entre as mais importantes, pois oferecia serviços médicos e odontológicos, cursos de formação política, de artes e profissionalizantes, mantinha uma escola, grupo musical e teatral, time de futebol, e departamento jurídico, além da publicação do jornal “A Voz da Raça”. “Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados” (DOMINGUES, 2007, p. 106).

A Frente Negra Brasileira conquista tanto prestígio que chegou a tornar-se partido político em 1936, tendo certo diálogo com o governo Getúlio Vargas, que recebeu seus representantes em audiência e atendeu uma das solicitações do grupo: permitir o ingresso de oficiais negros na guarda civil em São Paulo. Entretanto, junto com todas as manifestações políticas vigentes, o partido FNB foi extinto no ano seguinte, assim que foi estabelecido o regime ditatorial do Estado Novo. Até o final da primeira Era Vargas, os movimentos sociais negros e quaisquer outros ficaram paralisados pela repressão.

Passado o período ditatorial, o Brasil vivia um momento de efervescência política, quando foram realizados diversos eventos para debater o contexto sociopolítico do país. Nesse clima, também ressurgiram as manifestações de organizações dos movimentos sociais negros, os quais perceberam a estagnação da condição de desigualdade e discriminação dos afrodescendentes na sociedade e acabaram desenvolvendo uma concepção mais abrangente da luta que era necessária empreender naquele momento. Por outro lado, a nova etapa dos movimentos já não tinha a mesma capacidade de unificação (DOMINGUES, 2007).

²³ LONER, Beatriz Ana. Negros: organização e lutas em Pelotas. In: História em Revista, Volume 5. Pelotas: UFPel, 1999, p. 07-27. Apud DOMINGUES, 2007.

²⁴ O Centro Cívico Palmares foi uma organização negra de caráter político engajada na luta contra o racismo, fundada em 1926, que passou a ser exclusivamente recreativa em 1929, quando teve sua coordenação modificada, o que gerou uma série de divergências e afastando da entidade um grande número de lideranças e intelectuais negros.

Uma das instituições mais importantes originadas nesse ressurgimento dos movimentos sociais negros foi a União dos Homens de Cor (UHC), também chamada de Uagacê, fundada em Porto Alegre no ano de 1943. A entidade buscava a melhoria efetiva da situação econômica e intelectual dos negros e a inclusão dessa população em todos os setores da sociedade. Para atingir esses objetivos, a UHC estabeleceu um organograma amplo e detalhado na atribuição de funções dos seus integrantes. Além disso, também procurou estar presente em diversos Estados, através de representantes, ou de escritórios mantidos nas cidades. De acordo com Domingues (2007), em meados da década de 1940, a entidade possuía contatos em pelo menos 10 Estados brasileiros e em inúmeros municípios do interior. Assim como a Frente Negra Brasileira, as lideranças da UHC mantinham um diálogo com o governo e também foram recebidas pelo presidente Vargas para apresentar as reivindicações do movimento. A entidade oferecia serviços de assistência médica e jurídica, cursos de alfabetização, participava de ações de voluntariado, de campanhas eleitorais, e, principalmente, utilizava o campo da comunicação como estratégia de trabalho, através da promoção de debates na imprensa local e publicação de jornais próprios. Mais tarde, surgiram outras organizações com o mesmo nome, ou inspiradas no trabalho da União dos Homens de Cor, ou formada por dissidentes da entidade (DOMINGUES, 2007).

Nessa mesma época, também começava a se organizar outro grupo bastante representativo na história dos movimentos sociais negros brasileiros: O Teatro Experimental do Negro (TEN). A iniciativa, criada em 1944, na cidade do Rio de Janeiro, trabalhava no combate ao racismo, defendia os direitos civis dos negros e lutava pela instauração de uma legislação antidiscriminatória. Foi um dos primeiros grupos a propagar as ideias do movimento “Negritude”, originado na França sob a liderança por Aimé Césaire, Léon Damas, Léonard Sainville e Aristide Maugée, que teve cunho internacional e depois fundamentou a luta pela libertação dos países africanos.

A entidade, que tinha como um de seus líderes principais Abdias do Nascimento, utilizava o teatro como meio de atuação, através da formação de um grupo de teatral integrado por atores negros, mas também se preocupava com a formação da população afrodescendente, oferecendo cursos de alfabetização e corte e costura. Além da cultura e da educação, também utilizava a imprensa negra como estratégia de ação, publicando o jornal “Quilombo”, e atentava muito para o racismo presente nos valores simbólicos em circulação na sociedade,

principalmente na arte, no sistema educacional e nos meios de comunicação, conforme aponta Abdias do Nascimento:

O TEN visava a estabelecer o teatro, espelho e resumo da peripécia existencial humana, como um fórum de ideias, debates, propostas, e ação visando à transformação das estruturas de dominação, opressão e exploração raciais implícitas na sociedade brasileira dominante, nos campos de sua cultura, economia, educação, política, meios de comunicação, justiça, administração pública, empresas particulares, vida social, e assim por diante. Um teatro que ajudasse a construir um Brasil melhor, efetivamente justo e democrático, onde todas as raças e culturas fossem respeitadas em suas diferenças, mas iguais em direitos e oportunidades. Dentro desse objetivo, o TEN propunha-se a combater o racismo, que em nenhum outro aspecto da vida brasileira revela tão ostensivamente sua impostura como no teatro, na televisão e no sistema educativo, verdadeiros bastiões da discriminação racial à moda brasileira (NASCIMENTO, 2004, p. 221).

O TEN ainda foi muito atuante no cenário dos movimentos sociais negros, pois fundou entidades e organizou eventos importantes que ampliaram as discussões em torno de debate contra o racismo e as desigualdades raciais. Essas entidades foram o Instituto Nacional do Negro, e o Museu do Negro. Quanto aos eventos, promoveu o I Congresso do Negro Brasileiro, os concursos de beleza para escolha da Rainha das Mulatas e da Boneca de Pixe, e mais tarde, o de artes plásticas, que gerou discussões na sociedade da época, porque seu tema foi Cristo Negro. No entanto, quando se inicia a ditadura em 1964, o Teatro Experimental do Negro perde força, sendo praticamente extinto em 1968, quando Abdias do Nascimento partiu para o autoexílio nos Estados Unidos (DOMINGUES, 2007).

Entre as décadas de 1940 e 1960, a imprensa negra tem um salto de crescimento com a publicação de inúmeros jornais de protesto que se proliferavam pelo Brasil. Por ordem cronológica, no período circulavam em São Paulo os jornais “Alvorada” (1945), “O Novo Horizonte” (1946), “Notícias de Ébano” (1957), “O Mutirão” (1958) e “Níger” (1960) e ainda a revista “Senzala” (1946). Em Curitiba havia o jornal União (1947), no Rio de Janeiro o “Redenção” (1950) e o “A voz da Negritude” (1952), e em Pelotas, o “A Alvorada”, citado anteriormente, retomava seu último ciclo de funcionamento, que duraria até 1957. Porém, esse momento de florescimento, tanto das publicações negras quanto das entidades com o propósito de lutar pela igualdade racial, é interrompido pela instauração do regime ditatorial militar de 1964. Os movimentos sociais negros se esvaziam e se desarticulam. A discussão em torno do racismo fica proibida, assim como qualquer outra tentativa de contestação política.

A reorganização da luta da população negra só foi retomada fortemente a partir do final da década de 1970. Entretanto, algumas iniciativas de organização ainda aconteceram no início da década, como a formação do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), a circulação de alguns poucos jornais negros no país, e a fundação do Grupo Palmares (1971) em Porto Alegre, certamente a entidade mais importante desse período, porque foi a primeira a se mobilizar pela substituição das comemorações do 13 de Maio pelo 20 de Novembro, em alusão ao dia da morte do líder do Quilombo de Palmares, Zumbi. A data, proposta pelo poeta e estudioso Oliveira Silveira, celebra o Dia Nacional da Consciência Negra, e faz parte do calendário escolar e do calendário oficial brasileiro desde 2003. Com a mudança, o 13 de Maio passou a representar um dia de denúncia do racismo.

Ainda surgiu no Rio de Janeiro em meados dos anos 1970, o movimento “Soul”, depois chamado de “Black Rio”, que misturava o samba ao soul norte-americano, reunindo a juventude negra dos subúrbios cariocas com o intuito de valorizar a cultura negra e fortalecer a autoestima dos adeptos através de atividades culturais pacíficas. Nesse mesmo Estado também foi fundado, em 1976, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN).

Embora relevantes para a história dos movimentos sociais negros, essas ações aconteceram de forma localizada e não tiveram a amplitude necessária para o enfrentamento do problema da discriminação e desigualdades raciais em tempos de regime ditatorial. Nesse sentido, a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978, em São Paulo, representou o retorno mais efetivo do protagonismo político dos movimentos de contestação ao racismo no Brasil.

Nesse período eclodem pelo mundo diversas manifestações pela causa negra, entre as principais estão a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, capitaneada por Martin Luther King, Malcon X e organizações como os Panteras Negras; o movimento Negritude, na França; e as mobilizações pela libertação dos países africanos, especialmente os de língua portuguesa. Sob a influência dessas mobilizações, o Movimento Negro Unificado (MNU) elabora suas diretrizes e ideologia de luta, baseando-se em uma concepção marxista²⁵ unida à questão da raça para leitura das desigualdades sociais.

²⁵ Segundo Domingues (2007, p. 112) “o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista. Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro”.

No dia 18 de junho de 1978, diversos grupos, organizações e equipes de jornais negros se reuniram em São Paulo com o objetivo de começar a rearticular o movimento. No encontro, os presentes decidem criar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), com a proposta de aglutinar todas as entidades antirracistas, para promover a luta em escala nacional.

Poucos dias depois, em 7 de julho, a entidade organizou sua primeira ação. Foi realizado um ato público nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, em protesto à morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, resultante da tortura cometida por policiais; e à discriminação racial sofrida por quatro garotos negros impedidos de treinar vôlei infantil no time do Clube de Regatas Tietê, o qual ironicamente hoje abriga a Universidade Zumbi dos Palmares, direcionada principalmente a estudantes negros. O evento reuniu aproximadamente duas mil pessoas e recebeu apoio de diversas entidades negras do país. A seguir duas fotos capturadas no momento da manifestação pelo fotógrafo e militante do movimento, Januário Garcia.

Imagem 1 - Ato público do MUCDR nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo



Fonte: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/orgulho-da-cor>
Crédito das imagens: Januário Garcia

Durante a primeira Assembleia Nacional de Organização e Estruturação do MUCDR, no dia 23 de julho, foram aprovados o estatuto, a carta de princípios e o programa de ação da instituição. No mesmo encontro, ainda foi realizada uma mudança no seu nome, com a inserção da palavra Negro, passando a entidade a ser denominada Movimento Negro

Unificado Contra a Discriminação Racial. Mais tarde, o nome foi simplificado para Movimento Negro Unificado, representando a ligação do grupo com a luta contra a discriminação racial. O uso da palavra Negro, também marcou um posicionamento ideológico em relação ao termo, pois o movimento passou a assumi-lo enquanto expressão positiva, representativa da militância antirracista.

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. Nesta nova fase, a estratégia que prevaleceu no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade. A tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo. Pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: “negro no poder!” (DOMINGUES, 2007, p. 114).

O MNU não consegue a união coesa que esperava, porém passa a atuar de forma decisiva em importantes setores da sociedade, principalmente na educação, através de críticas às concepções racistas e estereotipadas apresentadas sobre os afrodescendentes em materiais didáticos; da reivindicação da inclusão da história da África e de uma reinterpretação da posição do negro na historiografia brasileira, e de capacitação para professores sobre esses temas. Tais solicitações foram os embriões da Lei 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 2003 após a aprovação do Congresso Nacional, mencionada anteriormente no presente trabalho.

Ainda, é nesse momento que os movimentos sociais negros passaram por um processo de “africanização”, que compreendeu a valorização da cultura afro-brasileira, com a adoção dos padrões de beleza e nomes próprios afros, o resgate da culinária, indumentária e religiosidade. Aconteceu uma reconstrução e reconhecimento das características étnicas específicas das matrizes africanas presentes no Brasil. Em contrapartida, começa a haver o combate à mestiçagem, a qual passa a ser vista como uma estratégia a serviço do branqueamento da sociedade. Os casamentos inter-raciais eram condenados por diversas instâncias dos movimentos.

A imprensa negra se revitalizou, novos jornais e revistas surgiram e participaram dos desdobramentos de todos esses fatos. Esses veículos propagavam os ideais das entidades, eram espaço de contestação e meio de circulação das informações e dos interesses dos afrodescendentes, os quais ainda eram pouco retratados pela mídia considerada hegemônica,

embora a mesma já tivesse reconhecido a existência de um movimento social negro organizado no país.

A partir da década de 1980, há uma grande proliferação de entidades de luta contra o racismo. Esse fenômeno complexifica ainda mais o contexto dos movimentos sociais negros, que sempre foi multifacetado. Por esse motivo, é referido no plural, como forma de representar as diversas concepções de luta e entendimentos da questão racial brasileira, as divergências e contradições internas. Tais dissonâncias não invalidam, nem diminuem a importância dos movimentos sociais negros no contexto político do país, embora dificultem mobilizações mais amplas.

Assim, Domingues (2008) aponta diversas tendências na atuação dos movimentos sociais negros contemporâneos. Algumas das principais serão retomadas e condensadas aqui:

- Especialização e proliferação de entidades e ONGs: Como já foi citado, na década de 1980 em diante são criadas centenas de entidades negras por todo o país. Esses grupos têm diversos perfis organizativos. Há núcleos, associações, clubes, comissões dentro de outras entidades, e organizações não governamentais. Desde os anos 1980 até os dias atuais, além do aumento da quantidade, registra-se também a especialização da área de interesse e atuação dessas iniciativas, que passaram a se dedicar cada vez mais a setores específicos dentro da luta contra o racismo e pela igualdade racial. Há, por exemplo, grupos voltados à área da educação, da saúde da população negra, da saúde reprodutiva da mulher negra, ligados ao amparo dos empresários, outros destinados ao enfrentamento do racismo através do Direito, ou à resolução de problemas psíquicos decorrentes da discriminação, entre outros diversos.

O fator apontado como preocupante se refere principalmente às ONGs, ou organizações com caráter semelhante, que, apesar de representarem uma saída para a melhoria de condição de vida, podem acabar substituindo o trabalho que é de responsabilidade do poder público e direito do cidadão. Outro problema se refere à vulnerabilidade política dessas organizações, que, muitas vezes, acabam atreladas a governos ou entidades internacionais de financiamento e se arriscam a perder autonomia ou suas metas originais.

- Luta por ações afirmativas e políticas públicas específicas: Atualmente os movimentos sociais negros têm empreendido uma intensa busca pela elaboração e adoção de ações afirmativas, ou políticas reparatórias para a população negra. Trata-se de medidas que visam minimizar ou eliminar as desigualdades sociais por meio de políticas públicas que reparem grupos que historicamente sofreram discriminação negativa e estiveram em

desvantagem no acesso a oportunidades, é o caso dos negros, mulheres, deficientes físicos e homossexuais. Recentemente no Brasil houve uma vitória nesse aspecto com a indicação pelo Superior Tribunal Federal da constitucionalidade do sistema de cotas raciais nas universidades federais brasileiras. No mesmo espírito das ações afirmativas, também há uma campanha dos movimentos pela implementação de políticas públicas específicas para resolução de problemas específicos da população afrodescendente. Essa reivindicação não conseguiu espaço no poder público. Apesar de ter somado avanços, as instâncias governamentais ainda não enxergam o problema do racismo como estrutural da sociedade, mas sim como um fator resultante das desigualdades sociais provocadas por questões econômicas.

- Institucionalização do movimento: A criação de órgãos ou secretarias específicas dedicadas a tratar das questões raciais nos diversos níveis de governo nos anos 1980 representou um importante avanço resultante das lutas dos movimentos sociais negros, pois garantiu a presença de representantes afro-brasileiros junto ao poder público, com o papel de intensificar os debates e a adoção de medidas para a melhoria da condição de vida dessa população. Entretanto, hoje, nota-se na maior parte desses organismos uma excessiva burocratização, poucos investimentos financeiros, e a dificuldade de diálogo com as entidades negras. Esses elementos acabam resultando, muitas vezes, na inoperância desses órgãos. Outro problema delicado, objeto de divergências e de boa parte dos conflitos nos movimentos sociais negros, é a cooptação de lideranças pelo governo através do oferecimento de cargos nesses órgãos destinados a tratar das relações raciais. Ligados ao Estado, esse líderes correm o risco de passar a legitimar e reproduzir o *status quo*, silenciar os setores mais radicais do movimento e, por fim, escamotear as tensões entre o poder público e os grupos que continuam nos embates por melhorias.

- Partidarização e sindicalização do movimento: Após a abertura política da década de 1980, muitos ativistas negros ingressaram em partidos políticos com o objetivo de inserir na política partidária a causa do combate ao racismo. Os partidos, por sua vez, abriram espaço para esse debate, criando setores e incluindo em seus programas medidas antidiscriminatórias, e de promoção da igualdade racial. No mesmo sentido discutido no tópico anterior, trata-se de uma questão complicada que envolve uma série de conflitos gerados pelas diferentes posturas assumidas pelas lideranças envolvidas nesse processo. Em função dessas divergências e descontentamentos, alguns setores dos movimentos sociais negros apontam a necessidade da

criação de um projeto partidário alternativo e autônomo, uma espécie de partido negro, que teria como eixo o voto racial. No entanto, essa proposta não tem a adesão da maioria.

O setor sindical também tem recebido a inserção de militantes negros em seus quadros. A ideia é articular lideranças negras e sindicais no combate à discriminação racial no ambiente de trabalho, trazendo o combate ao racismo para o cotidiano, representando uma ampliação na luta pela causa. Atualmente, existem, nas principais centrais sindicais e nos sindicatos, secretarias específicas para tratar das relações raciais. Entretanto, apesar de ser um avanço na promoção da igualdade racial, esses organismos ainda têm certa dificuldade de realizar suas ações, já que com frequência sofrem isolamento por parte das diretorias dos sindicatos. Há casos também em que esses organismos exercem papel simbólico ou burocrático e acabam deixando de questionar a responsabilidade das organizações sindicais na perpetuação das desigualdades raciais, dificultando o enfrentamento da concepção da maioria do movimento sindical de que o racismo é uma questão secundária.

Observando a história dos movimentos sociais negros, é possível perceber a complexidade de sua constituição e atuação, e a presença da comunicação como estratégia e aparato de luta ao longo dessa trajetória, seja através da participação em espaços da mídia hegemônica ou da atuação em meios próprios. A imprensa negra configurou-se como um desses elementos comunicativos, local de debate e irradiador dos ideais da militância, experiência que atualmente se desdobra para outros meios, e se configura a partir da constituição de redes sociais, ou “redes sociocomunicacionais”, conforme apontam Cogo e Machado (2010, p.20).

As redes sociocomunicacionais são constituintes da trajetória da negritude, acompanhando a conformação da experiência da diáspora africana pelo mundo e no Brasil e seus processos de resistências e lutas por igualdade. À musicalidade e à linguagem corporal que distinguem a trajetória das redes de negritude no Brasil, se agregam e combinam contemporaneamente, usos de tecnologias da informação e comunicação, como o jornal mural, a imprensa negra, o rádio, a televisão, o vídeo, o cinema, em suas vertentes massivas e comunitárias e, mais recentemente, a Internet.

É no ciberespaço que tem crescido o número de veículos dedicados a tratar das questões relativas à luta por igualdade racial. A Afropress é uma dessas mídias, que participa ativamente da militância negra e coopera no sentido de dar visibilidade a tais embates, utilizando a internet como principal meio de atuação, e modo de potencializar a troca de informações, conforme será exposto ao longo do presente trabalho.

Entre as diversas experiências comunicacionais na internet empreendidas pelos movimentos sociais negros, e por atores que não necessariamente estão engajados em entidades ou movimentos, mas se dedicam a lutar contra o racismo e pela valorização da cultura afro-brasileira, a Afropress destaca-se por seu pioneirismo no formato de agência de notícias, e sua busca por gerar um fluxo informacional capaz de chegar a outros meios de comunicação onde a discussão dos assuntos relacionados ao tema das desigualdades raciais não é realizada ou ainda é insuficiente. Segundo o editor-chefe da Agência, o objetivo é comunicar para a sociedade e mostrar que o racismo é um problema de todos os brasileiros.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Conforme destacam Santos e Meneses (2009, p. 9), “toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e (...) qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural, como em termos de diferença política”, e vai gerar diferentes epistemologias de acordo com o cenário em que está inserido. Desse modo, torna-se importante posicionar a presente investigação como forma de esclarecer o ponto de vista da construção do trabalho e dos seus resultados, bem como evidenciar o tipo de interpretação e intervenção no mundo que esse conhecimento potencialmente intenciona produzir.

O reconhecimento da existência dessa diversidade epistemológica, a valorização dos diversos saberes e a promoção do diálogo horizontal entre conhecimentos, a chamada ecologia de saberes (SANTOS, 2009), foram designados como epistemologias do Sul. Esse conceito, formulado inicialmente por Boaventura de Sousa Santos em 1995 e reelaborado pelo próprio autor e por discussões de diversos outros estudiosos, se refere a um Sul metafórico entendido “como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (SANTOS, MENESES, 2009, p. 12). Posicionar-se ao Sul metafórico também significa estar “do lado dos oprimidos pelas diferentes formas de dominação colonial e capitalista” (SANTOS, MENESES, 2009, p. 13).

Para Santos (2009, p. 23), o pensamento moderno ocidental divide a realidade social em dois universos de acordo com distinções invisíveis: o universo “deste lado da linha”, e o universo “do outro lado da linha”. É o que o autor chama de “linha abissal”, onde os que são considerados posicionados “no outro lado da linha” são excluídos de forma radical, uma vez que são vistos como irrelevantes e incompreensíveis. Isto é, produzem formas de conhecimento que não se adéquam aos preceitos da ciência moderna ocidental, que detém o monopólio da distinção universal entre o que é verdadeiro e falso.

O presente trabalho se situa “do outro lado da linha”, se localiza ao Sul metafórico, tanto na escolha do tema de pesquisa, quanto na interpretação dessa realidade escolhida como foco. Ainda, a investigação está localizada no Sul geográfico, fator que segundo Santos e Meneses (2009, p. 13) se sobrepõe em parte com o Sul metafórico, uma vez que a região é também onde está a maior parte da população mundial que foi atingida pelo colonialismo europeu e não conseguiu desenvolver-se social e economicamente como o Norte do globo.

Segundo os autores, a sobreposição não é total porque no interior do Norte geográfico há diversos grupos sociais que sofreram e sofrem a dominação capitalista e colonial e, além disso, no Sul geográfico há pequenas elites que exercem esse poder sobre grupos subordinados.

A ideia é trabalhar numa perspectiva de pensamento pós-abissal, respeitando diferentes pontos de vistas acerca do objeto de pesquisa, além da valorização dos legados históricos e culturais africanos e afro-brasileiros, uma vez que

O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2009, p. 44-45).

Outro objetivo em se eleger a visão pós-abissal para orientar a presente investigação também se relaciona com uma reflexão acerca do tipo de conhecimento que se quer produzir, para quê e para quem se deseja colocar esse saber a serviço, e ainda, com as relações de poder que envolvem os papéis desempenhados pelos indivíduos dentro da academia, pois

Como produto do pensamento abissal, o conhecimento científico não se encontra distribuído socialmente de forma equitativa, nem poderia encontrar-se, uma vez que o seu desígnio original foi a conversão deste lado da linha em sujeito do conhecimento e do outro lado da linha em objeto de conhecimento. As intervenções no mundo real que favorece tendem a ser as que servem os grupos sociais que têm maior acesso a este conhecimento (SANTOS, 2009, p. 48).

Assim, torna-se relevante debater sobre esse cenário, pois no caso da presente investigação, que foi realizada por uma pesquisadora negra, esse fato representa não só a afinidade com a perspectiva pós-abissal da ecologia dos saberes e da epistemologia do Sul, mas principalmente o deslocamento do sujeito “do outro lado da linha” de objeto de estudo para o papel de produtor de conhecimento. Nesse sentido, é importante essa discussão porque a condição de ser uma pesquisadora afro-brasileira à frente de uma pesquisa que trata das relações raciais no país envolve uma série de aspectos relativos ao contexto racial no Brasil de um modo geral e especificamente na academia, ao histórico de lutas das populações negras e dos movimentos sociais negros organizados, e ainda á credibilidade e função do conhecimento produzido nessa situação. O intelectual negro, mesmo o que não produz

conhecimento sobre as relações raciais, por sua condição étnico-racial, enfrenta os desafios de se inserir em um contexto universitário racializado e que historicamente não representa o “lugar” atribuído ao negro pela sociedade. No entanto, os pesquisadores negros que se ocupam do estudo de temas raciais se defrontam ainda com os questionamentos a respeito da credibilidade do conhecimento que produzem, o qual entra em conflito com um modelo de ciência canônico que acredita na neutralidade científica. Por outro lado, como foi apontado, essa inserção na academia representa uma mudança do ponto de vista acerca dessas questões. Conforme aponta Gomes (2009),

Ao realizarem suas pesquisas e tematizarem a questão racial nas mais diversas áreas do conhecimento, com ênfase nas ciências sociais e humanas, esses sujeitos produzem um conhecimento pautado não mais no olhar do “outro”, do intelectual branco comprometido (ou não) com a luta antirracista, mas pelo olhar crítico e analítico do próprio negro como pesquisador da temática racial. Não mais um olhar distanciado e *neutro* sobre o fenômeno do racismo e das desigualdades raciais, mas, sim, uma análise e leitura crítica de alguém que os vivencia na sua trajetória pessoal e coletiva, inclusive, nos meios acadêmicos. Essa inserção, sem dúvida, traz tensões. Enriquece e problematiza as análises até então construídas sobre o negro e as relações raciais no Brasil, ameaça territórios historicamente demarcados dentro do campo das ciências sociais e humanas, traz elementos novos de análise e novas disputas nos espaços de poder acadêmico. É também colocada sob suspeita por aqueles que ainda acreditam na possibilidade de produção de uma ciência neutra e descolada dos sujeitos que a produzem (GOMES, 2009, p. 422, grifo meu).

Refletindo essa questão da relação entre o pesquisador, a escolha do tema de pesquisa, e o contexto histórico, social e cultural em que se situa esse processo, pode-se dizer que o pesquisador negro, ao assumir sua identidade étnica e optar por estudar os fenômenos ligados às questões raciais, de certa forma também atua como um militante no espaço acadêmico. Esse entendimento só é possível “se tivermos uma concepção mais alargada e menos estereotipada de militância negra que nos possibilite extrapolar, mas não desconsiderar o ativismo político do Movimento Negro” (GOMES, 2009, p. 433). É importante ressaltar aqui que essa atuação de militante e pesquisador, que ao mesmo tempo não deixa de ser objeto da própria investigação, não invalida o caráter científico do conhecimento produzido nesse processo, pois a

Militância entendida, aqui, como uma forma de produzir conhecimento na academia tão válida e tão científica quanto outras que já existem na universidade. Militância entendida também como produção de um conhecimento que não se esgota em si mesmo, mas propõe reflexões teóricas que induzem ações emancipatórias e de transformação da realidade. Uma realidade de grupos sócio-raciais com histórico de discriminação e exclusão e cujos meios acadêmicos, em algum momento da história,

contribuíram com pseudoteorias raciais que ajudaram a alimentar essa situação (GOMES, 2009, p. 433).

Dentro desta perspectiva das epistemologias do Sul e considerando a produção de conhecimento também como uma forma de militância, a presente pesquisa é embasada ainda na corrente dos estudos culturais latino-americanos (JACKS, 2008; MARTÍN-BARBERO, 2008; COGO, 2009; OROZCO GÓMEZ, 2011). Assim, a comunicação é compreendida enquanto prática social (MARTÍN-BARBERO, 1987) e processo que não pode ser reduzido e condicionado à simples passagem de etapas (produção – mensagem- recepção). No presente trabalho investigativo, o deslocamento do eixo da emissão é considerado o aspecto mais relevante na experiência comunicacional, uma vez que o papel do receptor se complexifica na medida em que ele, simultaneamente, é reconhecido como produtor de sentidos ativo. As fronteiras entre emissores e receptores não são mais tão definidas (COGO, 2009) e essas funções se intercalam, ou até são desempenhadas ao mesmo tempo durante a comunicação, principalmente neste momento em que as tecnologias de informação e comunicação se constituem como mediadoras e mediações.

O sujeito em comunicação cada vez mais ganha protagonismo na interlocução com os meios de comunicação neste contexto da sociedade em rede, onde atualmente se ampliam as possibilidades de colocar em circulação os valores simbólicos construídos nessa relação. Sobretudo quando se trata dos diversos espaços inseridos no ambiente da internet. Esse cenário tem contribuído para intensificar a construção de projetos de intervenção comunicacional por atores e movimentos sociais, como é o caso do objeto da pesquisa desenvolvida para a construção desta tese, e ainda suscitou reordenações nos focos das análises dos estudos de recepção, apropriações e usos das mídias, que estão entre as principais vertentes dos estudos culturais latino-americanos. Conforme ressalta Martín-Barbero (2008), dentre essas reordenações mais significativas está o deslocamento da análise do consumo ou da leitura dos meios, para os estudos acerca dos processos de “empoderamento” ou de produção de “políticas do sujeito” gerados a partir de experiências comunicativas com as tecnologias de comunicação e informação, como a produção e publicação de conteúdos e a constituição de redes e interações sociais.

Desse modo, o percurso metodológico construído para esta investigação tem caráter qualitativo, perspectiva escolhida por mostrar-se a mais apropriada para trabalhar com valores, crenças, atitudes e representações; questões que vêm à tona com o problema de

pesquisa. Dentro deste viés, a estratégia metodológica para análise e interpretação dos dados é o Estudo de Caso. Assim, o trabalho compreende um Estudo de Caso da atuação da Agência Afroétnica de Notícias Afropress. O objetivo do uso dessa estratégia metodológica é possibilitar a análise aprofundada sobre um caso determinado, pois esse é um dos métodos de investigação que permite a combinação de diversas técnicas de construção de dados e a relação constante entre teoria e empiria. Além disso,

O estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: quem são seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais (BECKER, 1999, p. 118).

Outro elemento que favorece, principalmente na presente pesquisa, a escolha do Estudo de Caso é a possibilidade que essa estratégia metodológica oferece de trabalhar tanto com diversas técnicas de construção de dados, quanto com os fatos novos que podem emergir do campo durante a investigação, gerando “consequências importantes e úteis”, nas palavras de Becker (1999, p. 119), pois,

Prepara o investigador para lidar com descobertas inesperadas e, de fato, exige que ele reorientar seu estudo à luz de tais desenvolvimentos. Força-o a considerar, por mais que de modo rudimentar, as múltiplas inter-relações dos fenômenos específicos que observa. E evita que ele faça pressuposições que podem se revelar incorretas sobre questões que são relevantes, ainda que tangenciais, para seus interesses principais (BECKER, 1999, p. 119).

Como técnicas de construção dos dados empíricos, foram utilizadas a Observação, tanto da rotina de trabalho da Afropress, quanto da materialidade do objeto representada pelo seu site, a Entrevista, e ainda as pesquisas bibliográfica e documental.

A técnica Observação foi utilizada porque

dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, e portanto é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso (BECKER, 1999, p. 118).

Inserido no contexto de investigação, o observador acompanha durante determinado tempo os pesquisados de modo a captar de que forma atuam cotidianamente (BECKER, 1999,

p. 120). Dessa maneira, foram realizados dois períodos de acompanhamento do trabalho da Agência Afropress em São Paulo, um em outubro de 2011 e outro em novembro de 2012. Nesses dois momentos, a pesquisadora presenciou o dia-a-dia da redação da Agência e a apuração de pautas externas, sendo possível acompanhar o cotidiano do trabalho do editor-chefe, seu relacionamento com as fontes e outros integrantes da sua rede de contatos, as coberturas de algumas matérias, os processos de produção e distribuição das notícias e os tipos de recursos mobilizados para tal. A observação do site foi realizada do ano de 2011 a 2013. Período em que diariamente o conteúdo foi acompanhado, e semanalmente foram armazenadas as páginas principal e as de cada seção, através do recurso *print screen*, que captura a imagem do espaço online que está sendo acessado no momento. Também foram arquivados os textos da matéria em destaque no geral e das matérias em destaque em cada seção.

A técnica Entrevista foi escolhida para fazer parte desse percurso metodológico por ser uma das mais apropriadas para acessar o universo de significações dos atores, e ainda possibilitar o contato com ações que não foram presenciadas pelo pesquisador. Essas ações podem estar localizadas em um tempo presente ou passado dos atores, ou de terceiros (GUBER, 2004). O modelo utilizado na condução da investigação foi o da Entrevista Semiestruturada.

Além do discurso do entrevistado, a entrevista permite ainda verificar outros elementos que podem ser relevantes para a investigação nesse encontro com o pesquisador. Destaca-se aí a importância da Entrevista presencial, já que

Entendida como relación social a través de la cual se obtienen enunciados y verbalizaciones, es además una instancia de observación; al material discursivo debe agregarse la información acerca del contexto del entrevistado, sus características físicas y su conducta (GUBER, 2004, p. 203).

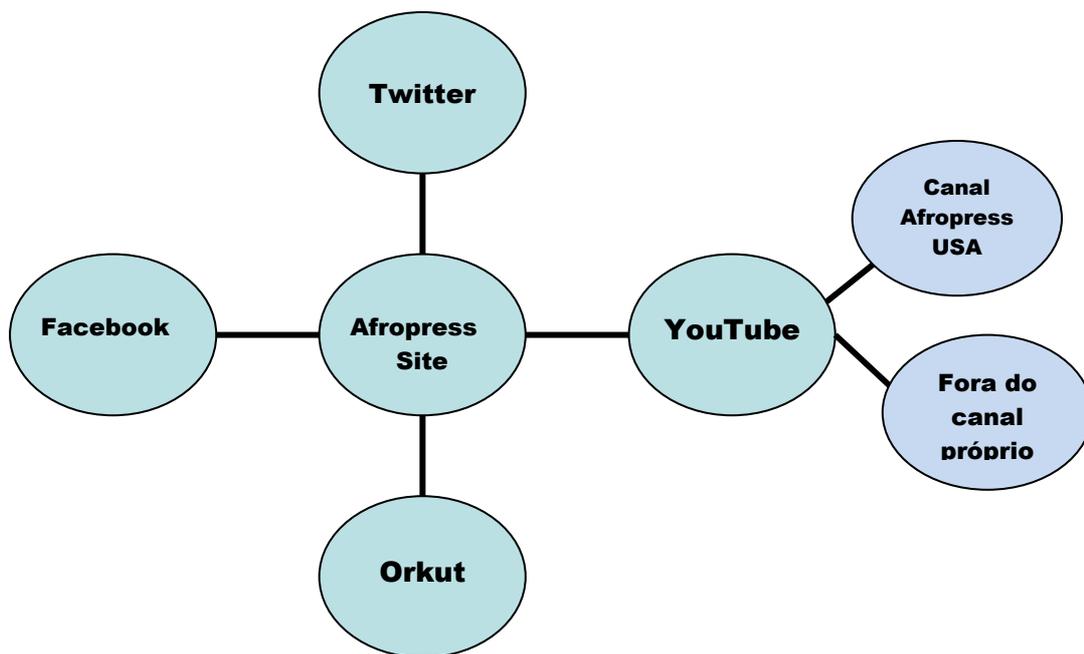
Assim, as entrevistas presenciais foram divididas por eixos de questões abordadas. O ponto de partida foram as entrevistas realizadas com o editor-chefe Dojival Vieira dos Santos, as quais foram mais longas e detalhadas e em maior número do que com os demais entrevistados. O objetivo foi aprofundar mais as informações a respeito da Afropress e de seu editor-chefe e fundador. O primeiro contato foi realizado por telefone em junho de 2011, quando foi gravada uma entrevista sobre dados mais gerais relacionados à Agência, como surgimento, funcionamento, recursos humanos e financeiros envolvidos etc. Em outubro do

mesmo ano aconteceram o primeiro período de observação da rotina de trabalho da Afropress em São Paulo e as primeiras entrevistas presenciais com Dojival dos Santos.

O roteiro proposto para direcionar as conversas com o editor-chefe continha os seguintes eixos temáticos: Trajetória de vida familiar e profissional, percepções acerca do racismo, militância em organizações de movimentos sociais (negros ou não), consumo midiático e relação com as tecnologias de informação e comunicação, percepções sobre o negro na mídia, mídias direcionadas aos afrodescendentes e ao combate ao racismo, e o último eixo foi criação da Afropress. O percurso das entrevistas foi pensado na perspectiva de buscar indícios das motivações tanto para a criação da Agência, quanto para seu funcionamento, para, a partir desses subsídios, construir um mapa da rede envolvida nos seus processos comunicacionais no cenário atual permeado pela internet e pela convergência midiática.

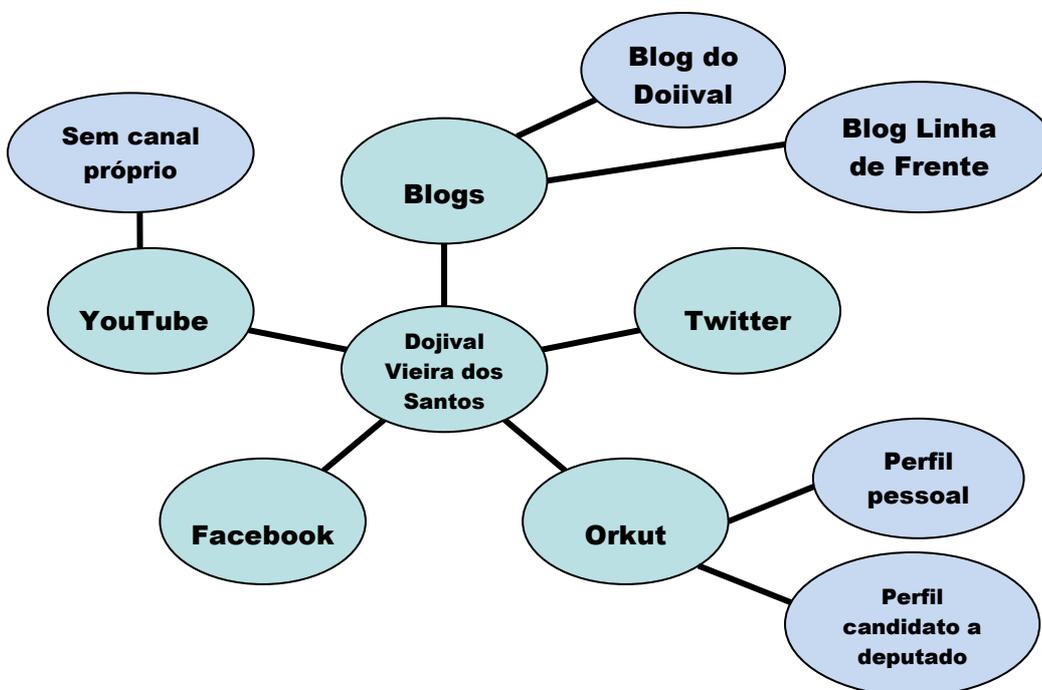
A partir desse objetivo, também foram escolhidos os demais entrevistados, e formatados os roteiros das entrevistas. No primeiro período de observação da rotina da Agência, em 2011, com a análise dos dados obtidos, a qual fez parte do texto de qualificação da pesquisa de tese, foram construídos quatro diagramas: dois abordando os principais espaços na internet onde estavam presentes a Afropress e a figura do editor-chefe, outro abordando as dimensões das redes envolvidas nos processos de produção e circulação da Agência, e o último retratando as relações da Agência e de Dojival Vieira dos Santos nos campos sociais.

Diagrama 1 - Presença da Afropress na internet



Fonte: Pesquisa exploratória para qualificação da pesquisa de tese

Diagrama 2 - Presença de Dojival Vieira dos Santos na internet



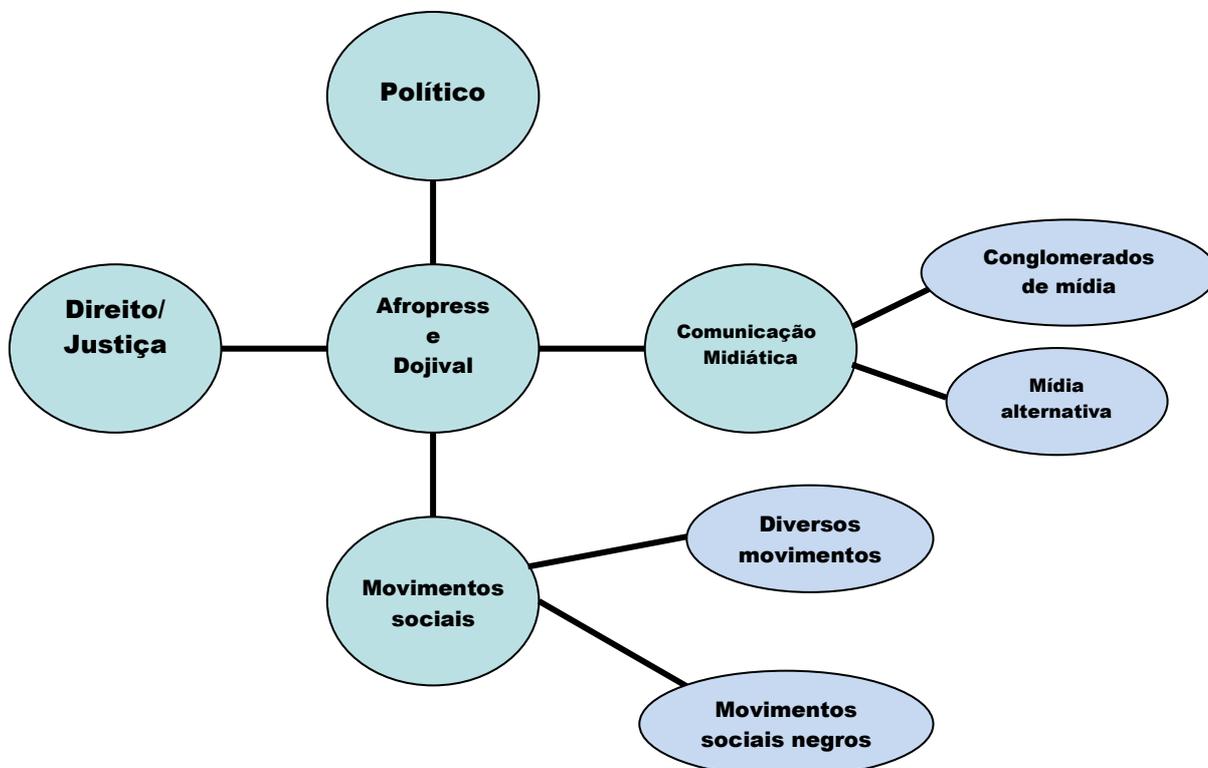
Fonte: Pesquisa exploratória para qualificação da pesquisa de tese

Diagrama 3 - Dimensões das redes envolvidas nos processos de produção e circulação da Afropress



Fonte: Pesquisa exploratória para qualificação da pesquisa de tese

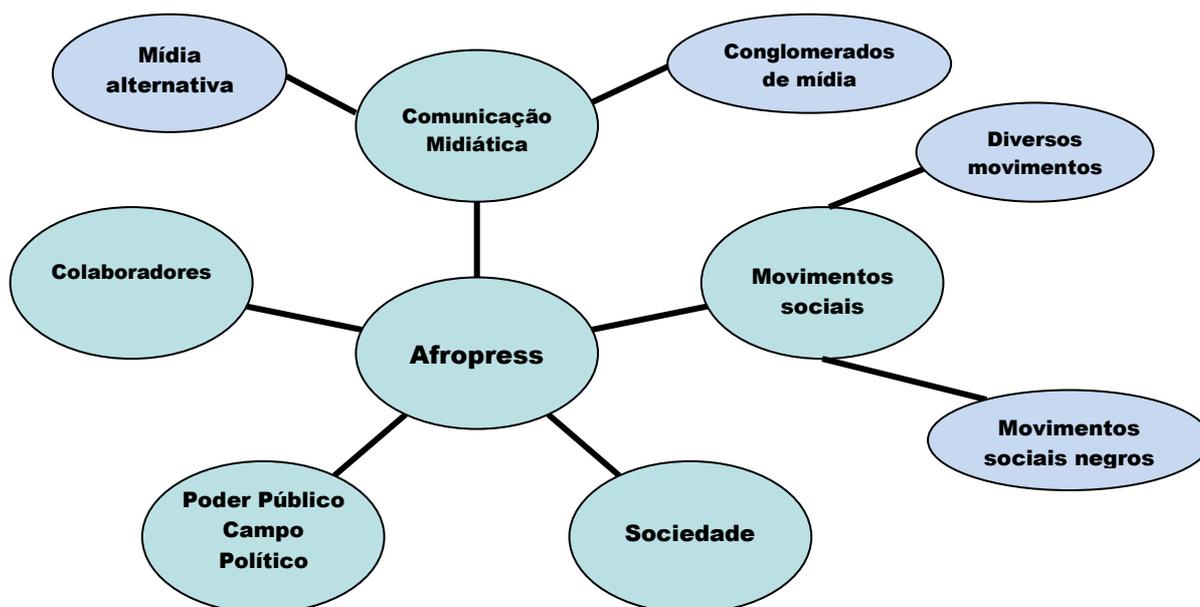
Diagrama 4 - Relações da Afropress e Dojival nos campos sociais



Fonte: Pesquisa exploratória para qualificação da pesquisa de tese

Com base nesses esquemas e nas análises dos primeiros contatos presenciais exploratórios com o campo empírico, foram elencadas as principais dimensões sociais constituintes das redes envolvidas nos processos de funcionamento da Afropress.

Diagrama 5 - Dimensões sociais constituintes das redes envolvidas nos processos de funcionamento da Afropress



Fonte: Pesquisa exploratória para qualificação da pesquisa de tese

Os entrevistados foram escolhidos de forma a buscar contemplar as áreas indicadas no esquema e, conseqüentemente, deveriam ter contato com o material produzido pela Agência. A ideia foi diversificar os pontos de vista a partir desses setores para entender qualitativamente o funcionamento, as conexões e tensões dos processos comunicacionais da Afropress. Foram entrevistados presencialmente, em seus ambientes de trabalho, seis profissionais, além de Januário Alves de Santana, o homem que sofreu a agressão motivada por racismo no estacionamento do hipermercado Carrefour em São Paulo. Ainda, outros seis profissionais foram entrevistados via internet, um pelo programa Skype e cinco deles por e-mail. Nesse grupo de 12 profissionais estão colaboradores da Afropress e jornalistas de veículos dos grandes conglomerados de mídia e da comunicação alternativa, lideranças sociais e políticas. As identidades desses entrevistados e seus locais de trabalho foram preservados. Os nomes desses profissionais foram substituídos, porque eles foram questionados principalmente sobre o trabalho da Agência, assim o objetivo foi dar-lhes maior

liberdade de expressar suas opiniões. Ressalta-se ainda, que as identidades dos colaboradores estão públicas no site da Afropress, mas aqui na presente investigação foram substituídas pelo motivo já explicitado.

Além das entrevistas presenciais, a que foi realizada pelo Skype também contou com o apoio de um roteiro detalhado. Os eixos abordados foram: trajetória profissional (com algumas questões referentes à trajetória familiar), percepções sobre o racismo, militância em organizações de movimentos sociais (negros ao não), percepções sobre o negro na mídia brasileira, percepções sobre mídia direcionada aos afrodescendentes e ao combate ao racismo, e, por último, relação com a Afropress. As entrevistas realizadas por e-mail tiveram um roteiro mais enxuto com perguntas pontuais, como formação profissional, como conheceu a Agência, como se relaciona com o veículo, etc. A internet também foi o recurso utilizado para acompanhar o evento promovido em 26 de novembro de 2013, em São Paulo, pela Afropress para celebrar os oito anos de atuação da Agência. A programação foi transmitida ao vivo pelo site da Assembleia Legislativa de São Paulo via *streaming*, tecnologia que permite a transmissão instantânea de áudio e vídeo pela internet. No decorrer do trabalho o assunto do evento será retomado.

Conforme já foi mencionado, na última parte do trabalho será abordado o caso de discriminação racial seguida de agressão física sofrida por Januário Alves de Santana, em função da representatividade que teve na história da Afropress, na atuação do editor-chefe, e para sociedade. Pois promoveu o debate público sobre o problema do racismo e a geração de práticas, como a inédita decisão judicial que estabeleceu o indiciamento dos agressores por crime de tortura motivada por discriminação racial. Assim, na entrevista com Januário Santana foi utilizado um roteiro que também incluiu alguns eixos específicos sobre o caso, com o objetivo de tratar mais detalhadamente da situação. Foram abordados os seguintes eixos: Trajetória de vida (familiar e profissional), percepções sobre racismo, vivências pessoais de casos de racismo (consigo e com outras pessoas da família ou amigos, etc.), militância em organizações de movimentos sociais (negros ou não), e caso específico de racismo e a relação com a Afropress.

4 A EXPERIÊNCIA DA AFROPRESS

4.1 Trajetórias e dinâmicas de constituição

A Afropress é uma das primeiras agências de notícias que tem como principal tema de pauta a diversidade étnica e a luta contra o racismo, conforme já foi mencionado anteriormente. A instituição foi concebida em 2004 no espírito das Resoluções da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em 2001 pela ONU em Durban, África do Sul. Nasceu com o nome de Agência Afroétnica de Notícias Afropress que, segundo o editor-chefe, foi designado para batizar a organização com o objetivo de marcar a abordagem das questões relativas às populações afro-brasileira e afrodescendente em geral. Mais tarde, o editor-chefe não soube precisar quando exatamente, a denominação foi modificada para Agência de Informação Multiétnica, com a ideia de aumentar a abrangência dos temas tratados, discutindo também assuntos relacionados a outras etnias. Porém, em 2012 a Agência voltou a assumir a denominação Afroétnica, termo que foi considerado novamente o mais adequado para definir o propósito do trabalho desenvolvido.

O principal idealizador da Afropress, gerenciando o trabalho da organização desde a sua fundação até os dias atuais, é o jornalista e advogado Dojival Vieira dos Santos. Dessa forma, para entender com profundidade as motivações para a constituição e atuação da Agência é fundamental conhecer um pouco da história de vida deste profissional.

Nascido em 12 de julho de 1956, na fazenda onde os pais trabalhavam na cidade de Salgado, Estado do Sergipe, Dojival é o filho mais velho entre os nove irmãos. A mãe era dona de casa e trabalhadora da roça, o pai era vaqueiro e repentista de cordel, ambos semianalfabetos. No ano de 1968, a família mudou-se para a cidade de Cubatão, em São Paulo, em busca de melhores condições de vida. Dojival tinha 12 anos de idade na época. Dois anos mais tarde, ele conseguiu um emprego na função de “guardinha mirim”, que era uma espécie de jovem *office boy*, o qual recebia um treinamento do governo e era destacado para trabalhar em diversos órgãos públicos. Ele foi enviado para trabalhar na Biblioteca Pública da prefeitura de Cubatão. Essa experiência o levou a escolher o jornalismo como profissão desde muito cedo.

“Essa descoberta do mundo via leitura foi a minha tábua de salvação. Aí eu percebi e vi que havia outros mundos, havia outras possibilidades. Essa ideia, e

esse mundo que eu descobri nos livros foi o que me empurrou para o gosto de escrever, porque aí eu comecei também a querer escrever, e a querer ser jornalista, a fazer jornalismo. Mas qual era a ideia que eu tinha de jornalismo? A ideia de jornalismo que eu tinha era do jornalista que cobria guerras, frente de batalhas, que era própria do jornalismo romântico, essa visão romântica do jornalismo. Nada a ver com redação, com horários rígidos, e tudo mais. Aí eu pensei: quero ser escritor e jornalista” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Em 1976, aos 20 anos de idade, Dojival ingressou na Faculdade de Comunicação Social da Universidade Católica de Santos, na cidade de Santos, São Paulo. Já nos primeiros dois anos de curso, ele foi contratado pelo Jornal Cidade de Santos, hoje extinto, que pertencia ao grupo da Folha de São Paulo. Por cerca de cinco anos trabalhou nesse veículo. Nesse período, também começou a atuar no movimento estudantil da faculdade e deu início a sua formação militante e política. Formou-se bacharel em Jornalismo no início da década de 1980, quando participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1982, o jornalista passou a coordenar o primeiro diretório estadual do partido e elegeu-se vereador. Ainda foi lançado pelo PT como candidato a prefeitura de Cubatão nas eleições de 1985 e 1988, mas não venceu nenhum dos pleitos. Sobre a origem e os objetivos do partido Dojival aponta:

“Mas qual era a ideia do PT que a gente tinha? Por que a gente queria o partido? Primeiro era a recusa à política tradicional, e à figura do político tradicional. Por isso é tão triste esse tempo que estamos vivendo agora. O PT nasceu recusando isso e afirmando que era possível fazer política de outro jeito. A política como exercício de direitos, como instrumento de transformação social, para mudar a vida, nunca como profissão, como carreira. Por isso que é muito triste de a gente ver esse partido que nasce com esse ideário, virar isso que está aí. É uma derrota, é uma derrota horrível” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

No início da década de 1990, o jornalista se afastou da carreira política voltando a trabalhar na comunicação, no jornal O Diário do Grande ABC. Também foi nessa época que ele concluiu o curso de Direito, na mesma universidade onde se formou em Jornalismo, a Universidade Católica de Santos, obtendo em 1996 a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil. Em 1997 foi convidado, e aceitou a proposta, para trabalhar em Brasília, no Ministério da Educação, como secretário adjunto do então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Em 2002, ainda ligado ao Ministério da Educação, coordenou o programa Diversidade na

Universidade, que buscava promover a equidade e diversidade na educação superior a afrodescendentes e indígenas. O programa deu origem à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

Apesar de seu longo percurso na militância política em prol de causas diversas, e de ter exercido cargos públicos, foi somente durante sua trajetória em programas de promoção da igualdade étnico-racial no Ministério da Educação que Dojival relata ter começado a atentar para questões relativas ao racismo e às desigualdades raciais, e iniciou o processo de construção de sua identidade étnica. Antes desse momento, numa perspectiva marxista, ele atribuía as diferenças sociais somente às “contradições fundamentais do capitalismo”, acreditando que todos os problemas da sociedade eram resultantes do sistema de classes. O jornalista conta que sempre passou por episódios de discriminação racial, mas antes de adquirir conhecimento e informações sobre o assunto, e de “reencontrar a própria história”, não havia desenvolvido entendimento e sensibilidade para perceber e compreender tais situações.

“A primeira expressão, o primeiro impacto do racismo sobre mim acontece muito precocemente, que é o que acontece com todas as crianças negras no Brasil, a destruição da autoestima. Eu era um garoto pobre, nordestino, com a autoestima zerada praticamente. [...] Sabe qual foi a estratégia que eu usei? Utilizar o intelecto pra me defender, mostrar que eu sabia fazer bem, que eu podia ter espaço onde eu estava. [...] Mas já velho eu descobri que só que isso não segura a onda. [...] O intelecto não poderia substituir a minha integridade toda. [...] Porque uma pessoa que se sinta feia é como alguém que não está confortável na sua pele. E você não pode tirar a sua pele.

[...] Foi a partir de 2001 que eu começo a entender que no Brasil, nesse capitalismo tardio que temos aqui, não dá pra esquecer que nós somos a herança de quase 400 anos de escravidão. Aqui a questão de raça, a questão do racismo, dessa herança maldita de quase 400 anos de escravidão, é um elemento estruturante da desigualdade social.

[...] E aí aconteceu uma coisa fantástica. Eu me reencontrei com a minha história. Eu comecei a entender porque eu me sentia feio. Eu comecei a entender o que é aquilo da autoestima zero. Eu comecei a entender a história dos padrões de beleza, e dos modelos de beleza, e porque eu jamais poderia utilizar como padrão de beleza os padrões eurocêntricos. Eu não era Brad Pitt e nem Gianecchini. Eu fiz a viagem de volta. [...] A destruição da autoestima faz parte do reforço a esse padrão de beleza único e dominante.

[...] Então eu fiz uma viagem de volta e foi fantástico, porque mudou minha vida. Aí você começa a entender as coisas e você começa a viver as coisas. Esse foi um pouco o meu processo, de como me entender como negro num país racista” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Após esse processo de descoberta, em 2003 Dojival continuou trabalhando em projetos de promoção da diversidade e inclusão educacional de afrodescendentes como consultor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Voltando para São Paulo no ano seguinte, trabalhou na Secretaria de Educação da prefeitura de São Bernardo do Campo, e na Secretaria do Trabalho do Município de São Paulo, na qual presidiu a Comissão Intersecretarial de Monitoramento e Gestão da Diversidade (CIM-Diversidade), entre os anos de 2006 e 2008. Foi nesse ano de 2008 que o jornalista e advogado decidiu concorrer novamente às eleições, candidatando-se a prefeito da cidade de Cubatão, porém agora pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Dois anos mais tarde, em 2010, pelo mesmo partido, ele candidatou-se outra vez, mas à vaga de deputado estadual de São Paulo. Em ambas as campanhas ele passa a se identificar como “o candidato contra o racismo e pela inclusão”. A seguir as imagens da comunidade no Orkut e do blog desenvolvidos para a campanha de Dojival para deputado estadual.

Imagem 2 – Perfil no Orkut e Blog

The image displays two screenshots from a computer screen. The top screenshot shows the Orkut profile page for 'DOJIVAL VIEIRA - Dep. Estadual'. The profile includes a photo of Dojival Vieira, a description of the community's purpose to support his candidacy, and details about his background as a journalist and activist. The bottom screenshot shows the homepage of the blog 'dojival65788.blogspot.com.br', featuring a red background with a photo of Dojival Vieira speaking at a podium and a news article snippet about human rights.

Fonte: www.orkut.com.br; <http://dojival65788.blogspot.com.br/>

Não obteve vitória em nenhuma dessas eleições. Depois dessas tentativas, decidiu desligar-se do partido e se distanciar das candidaturas. Em seu relato sobre a saída do PT e o

contexto da política partidária no Brasil de uma maneira geral, Dojival deixa transparecer certo desencantamento.

“[...] Com o partido descambando pra uma outra linha, pra linha da acomodação às estruturas, eu fiquei sem espaço. Na verdade eu estou sem espaço até hoje politicamente, por isso que me afastar foi a coisa mais sensata que eu fiz e estou fazendo. Eu não tenho espaço nisso, então deixa eu ficar no meu lugar e fazer as coisas que eu acredito, não tenho que ficar me filiando a partido, disputando eleições, não tem jeito isso aí, desse jeito não. Desde então eu fiquei sem espaço, lá atrás. Uma voz que diz coisas, que fala de coisas, que defende o que é correto, mas que o sistema vai expelindo. Eu fui sendo expelido pelo sistema paulatinamente, até que eu me convenci: Eu estou fora, ok!” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Em meio a todos esses acontecimentos, desilusões no campo político e descobertas sobre sua identidade étnica, Dojival Vieira dos Santos, juntamente com sua esposa, a também jornalista Dolores Medeiros, começaram a plantar as primeiras sementes que gerariam a Afropress: a Organização Não Governamental (ONG) ABC Sem Racismo. A concepção da instituição é fruto do contato do jornalista com as questões étnicas que emergiram de seu trabalho nos projetos governamentais ligados à igualdade racial, e também de seu contato com as resoluções da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001.

A ONG foi criada na cidade de São Bernardo do Campo com o objetivo de pensar projetos de inclusão racial a partir da realidade da região, pois a ideia inicial era abranger a região do ABC paulista, porém com amplitude, uma vez que o estatuto da organização foi inspirado no relatório da Conferência de Durban. Atualmente a ABC Sem Racismo está sediada na cidade de São Paulo e seu nome passou a representar questões educacionais, às quais o trabalho da entidade se direciona mais especificamente.

Dentro desse escopo de promover projetos de inclusão racial, sob o guarda-chuva da ABC Sem Racismo foi criada a Agência de Informação Afroétnica Afropress. Unindo as percepções e o conhecimento acerca dos mecanismos que geram o racismo e as desigualdades raciais no Brasil e no mundo, o papel do jornalismo e a proximidade com a profissão, e os poucos recursos financeiros disponíveis para custear a estrutura do projeto, Dojival, com a participação de sua esposa, Dolores Medeiros, idealizou a Afropress e o campo de atuação da organização. Além das trajetórias de vida desses dois profissionais, as motivações para a

criação da Agência foram fundamentadas principalmente em seis das 219 resoluções listadas na Declaração e programa de ação da Conferência de Durban. São elas:

88. Reconhecemos que os meios de comunicação devem representar a diversidade de uma sociedade multicultural e desempenham um papel na luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Neste sentido, chamamos a atenção para o poder da propaganda;

89. Lamentamos que certas mídias, ao promoverem imagens falsas e estereótipos negativos dos indivíduos e grupos vulneráveis, particularmente de migrantes e refugiados, têm contribuído para difundir os sentimentos racistas e xenófobos entre o público e, em alguns casos, têm incentivado a violência através de indivíduos e grupos racistas;

90. Reconhecemos a contribuição positiva que o exercício do direito à liberdade de expressão, particularmente, pelos meios de comunicação e pelas novas tecnologias, incluindo a Internet, e o pleno respeito pela liberdade de buscar, receber e conceder informações podem trazer para a luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; reiteramos a necessidade de se respeitar a independência da imprensa e a autonomia dos meios de comunicação neste sentido;

91. Expressamos profunda preocupação com relação à utilização de novas tecnologias de informação, tais como a Internet, para propósitos contrários ao respeito aos valores humanos, à igualdade, à não discriminação, ao respeito pelos outros e à tolerância, em particular para a propagação do racismo, ódio racial, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e que, sobretudo, as crianças e os jovens que têm acesso a este material se vejam negativamente influenciados por ele;

92. Reconhecemos também a necessidade de se promover o uso de novas tecnologias de informação e comunicação, incluindo a Internet, para contribuir na luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; as novas tecnologias podem auxiliar na promoção da tolerância e do respeito à dignidade humana, aos princípios da igualdade e da não discriminação; (Declaração e programa de ação da Conferência de Durban, 2001, p.18)²⁶.

Como é possível verificar, os elementos centrais das resoluções apontadas são a comunicação midiática, e o uso das “novas tecnologias de informação”, principalmente a internet, como meios de difundir informações para o combate da discriminação racial e a promoção da igualdade. Além disso, a invisibilidade dos negros na mídia também foi um dos motes que embasaram a construção da Agência, conforme relatou Dojival:

“Eu e a minha mulher somos jornalistas, a questão da invisibilidade na nossa mídia é uma realidade e faz parte da estratégia de nos invisibilizar do ponto de vista da nossa presença no espaço público, essa é a questão. O mecanismo ideológico de invisibilização tem na mídia, na nossa invisibilidade na mídia, um elemento determinante. Nós somos invisíveis no espaço público. Hoje, nessa sociedade do espetáculo, a mídia é um elemento central para visibilizar o espaço

²⁶ Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/Durban_1.htm>. Acesso em: 19 jun. 2012.

público. Se nós estamos invisíveis na mídia, isso só corrobora a nossa invisibilidade no espaço público geral, a nossa não presença no espaço público. Então nós percebemos que trabalhar com a mídia, trabalhar com a comunicação era fundamental. Aí a gente busca inspiração também na Conferência de Durban, que incentiva o uso das modernas tecnologias como instrumento estratégico de combate ao racismo. Isso não seria possível há 30 anos, sem a internet não seria possível. Eu não teria capital pra fazer um jornal como a Afropress, porque isso implica impressão, então um jornal em papel, um jornal impresso não daria pra fazer. Um jornal impresso demandaria uma estrutura...”(SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

No início do projeto, participaram da redação da Agência junto com Dojival Vieira dos Santos, Dolores Medeiros, e os filhos dela, Maria Julia Medeiros, jornalista, e Gabriel Silveira, *web designer*. Atualmente Dolores Medeiros, Maria Julia Medeiros e Gabriel Silveira estão temporariamente afastados da Agência em função de compromissos profissionais.

Após a fundação, o início efetivo do trabalho da Afropress foi marcado pela realização da sua primeira cobertura jornalística, em junho de 2005, na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, promovida em Brasília pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) da Presidência da República. Desde essa época, a Agência mantém ininterruptamente no ar seu site, no endereço eletrônico **www.afropress.com**. Trata-se da principal interface de atuação e visibilidade da organização. Além de fornecer informações online, a Agência se propõe a ser um espaço de diálogo de negros de todo o mundo e povos de outras etnias.

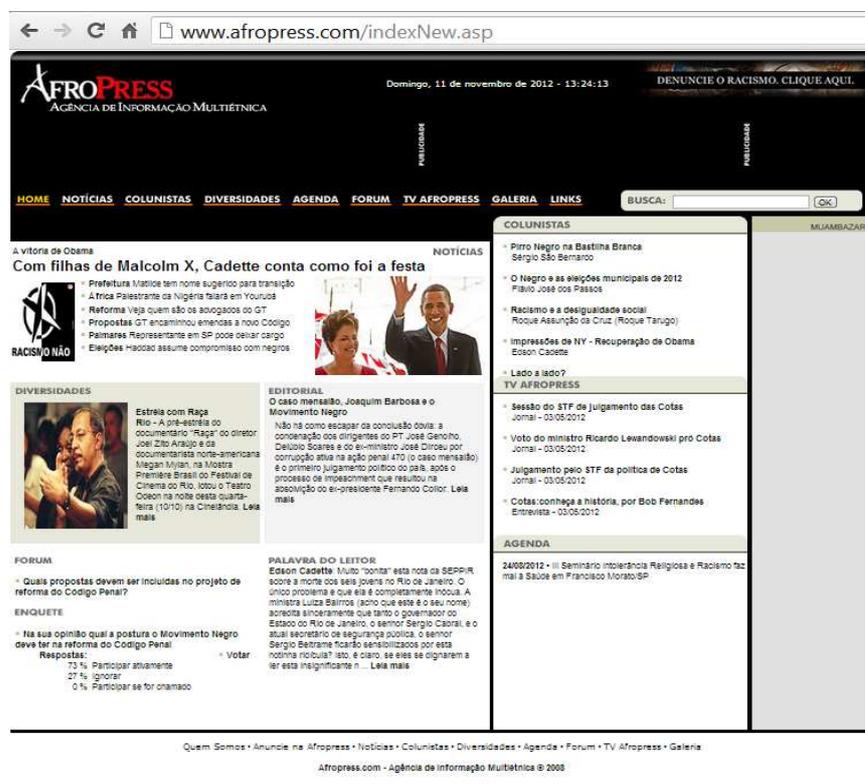
Inicialmente, o site era hospedado na web pela empresa Rede Tiwa (www.tiwa.org.br)²⁷, um projeto de serviços para a Internet sem fins comerciais e voltado exclusivamente para instituições sem fins lucrativos da sociedade civil. No entanto, após o site sofrer sucessivos ataques de *hackers*, que serão abordados mais adiante, o serviço de

²⁷ A experiência da Rede Tiwa é pioneira no Brasil e resulta de um trabalho que teve início em 1984 no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), com a criação do Alternex em 1989, o primeiro provedor de serviços de Internet aberto ao público no país. Posteriormente, a proposta seguiu sendo desenvolvida pela Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), através do projeto Ritsnet, hoje já extinto. Dando continuidade à iniciativa, sediada na cidade do Rio de Janeiro, a Rede Tiwa foi criada e é mantida pelo Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação (Nupef), com a participação de fundadores do Alternex. O Instituto Nupef é uma organização dedicada “à reflexão, análise, produção de conhecimento e formação, principalmente centrados em questões relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e suas relações políticas com os direitos humanos, a democracia, o desenvolvimento sustentável e a justiça social”. Os trabalhos desenvolvidos pela Rede Tiwa são oferecidos através de parcerias mediadas pelo Nupef com organizações e instituições “com missão e objetivos compatíveis com os do Núcleo, e envolvem o compartilhamento de custos dos serviços envolvidos”. Informações dos sites do Instituto Nupef, www.nupef.org.br, e da Rede Tiwa, www.tiwa.org.br. Acessos em 17 de maio de 2012.

hospedagem teve que ser feito por outra empresa. Atualmente está sob a responsabilidade da Locaweb, empresa de caráter comercial que está no mercado há 14 anos.

Em 2012, além do www.afropress.com, também foram registrados os domínios www.afropress.com.br, www.afropresscomunicacao.com e www.afropresscomunicacao.com.br, tornando-se possível acessar a página na *web* pelos quatro endereços. No início do projeto, o site foi desenvolvido pelo *web designer* Gabriel Silveira. A seguir a *print screen* do antigo site:

Imagem 3 – Primeira versão do site

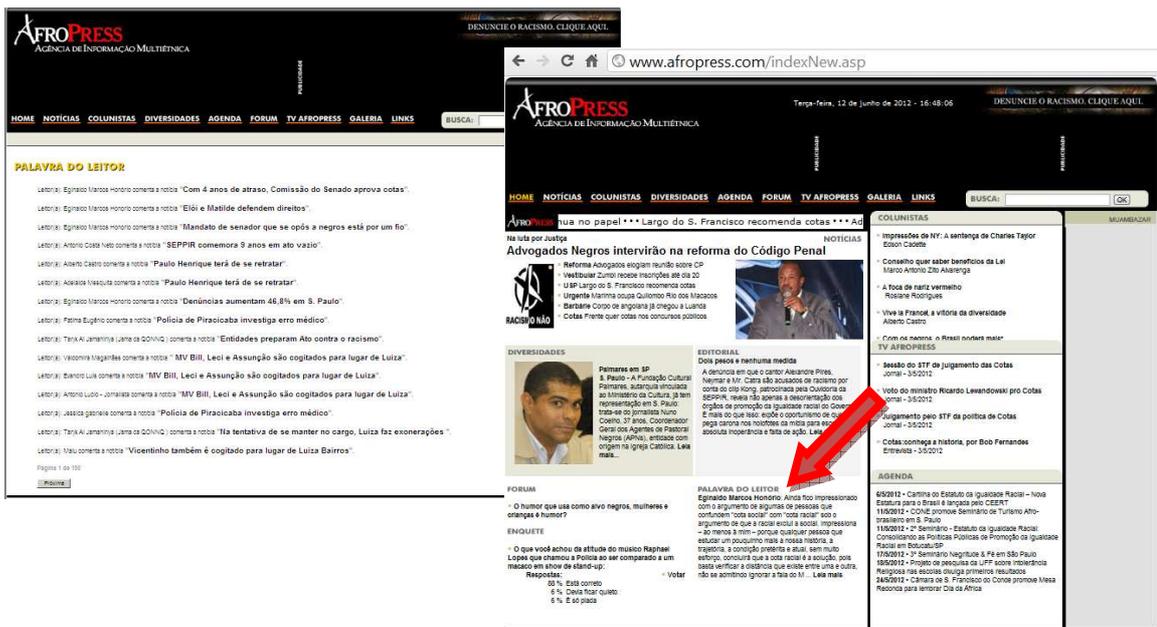


Fonte: www.afropress.com

Com uma interface mais estática, a primeira versão do site abrigava 11 seções com as editorias do veículo distribuídas ao longo da página (Notícias, Colunistas, Diversidades, Agenda, Fórum, Tv Afropress, Galeria, Links, Palavra do Leitor, Enquete e Editorial) e recebia cerca de 20 mil acessos por mês. A navegação entre os links era bastante simples, uma vez que ao acessar a seção os conteúdos de cada editoria eram distribuídos por data de publicação. Todas as seções tinham a mesma estrutura, a única parte que parcialmente diferia era o espaço para o leitor fazer comentários.

No final de cada notícia, havia um espaço em que era possível comentá-las. Ao clicar no link “comentar a notícia”, uma *pop up* (pequena janela) se abria com campos para identificação do comentador e para redação do comentário, que deviam ser preenchidos e enviados para apreciação na Agência. Os links para leitura dos comentários ficavam dispostos abaixo da notícia, identificados pelo nome do comentarista e, ao clicar neles, o site direcionava o leitor para a seção “Palavra do Leitor”, onde era possível ler a mensagem postada. O acesso a essa seção também podia ser feito via página inicial do site, conforme indica a seta na imagem a seguir:

Imagem 4 – Espaço para comentários das notícias

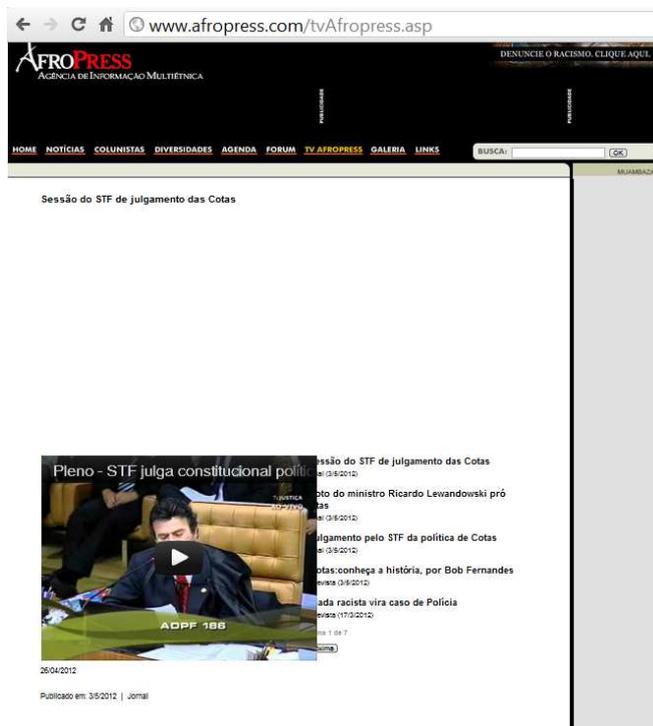


Fonte: www.afropress.com

De acordo com Dojival Vieira dos Santos, todos os comentários são postados na página, exceto os que se enquadram ao seguinte aviso expresso no site: “A Afropress se reserva ao direito de não publicar comentários com teor abusivo, obsceno, vulgar, insultuoso, ameaçador, de ódio, sexualmente tendencioso ou qualquer outro que possa violar as leis vigentes”. Uma das situações em que alguns comentários deixaram de ser publicados ocorreu durante o período em que o site da Agência esteve sofrendo ataques de *hackers* e os integrantes da redação foram ameaçados pela internet e por telefone.

Em geral, as matérias publicadas tinham textos mais longos e não eram ilustradas por imagens. Raramente, os textos eram ilustrados por vídeos, que apareciam ao final das notícias. Havia também uma seção especialmente dedicada aos vídeos, a “Tv Afropress”, que exibia materiais gravados pelos integrantes da redação e também outros veiculados pela televisão ou por sites. Porém, o espaço apresentava frequentemente problemas de configuração, exibindo o conteúdo de maneira desordenada.

Imagem 5 – Seção Tv Afropress



Fonte: www.afropress.com

Na parte superior e na lateral direita da página *web* havia ainda espaços reservados para anúncios, que eram estáticos. É possível visualizar o espaço na imagem a seguir:

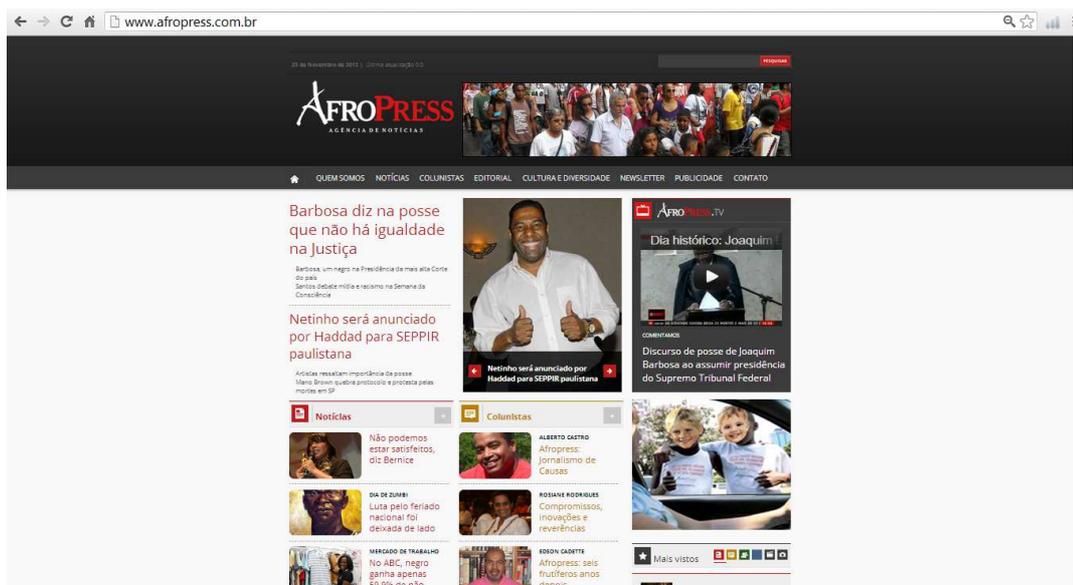
Imagem 6 – Espaço para anúncios na primeira versão do site



Fonte: www.afropress.com

No ano de 2012 o site da Afropress teve seu layout reformulado. A nova versão da página na internet da Agência entrou no ar dia 18 de novembro daquele ano, com uma interface mais dinâmica, com caracteres e imagens mais amplas e cores mais claras, mas ainda mantendo a identidade visual da versão anterior. A seguir um *print screen* da página:

Imagem 7 – Nova versão do site



Fonte: www.afropress.com

De acordo com Dojival Vieira dos Santos, a reforma no site marca uma nova fase da Afropress em que serão colocadas em prática medidas em busca de aumento do público atingido e de obtenção de rendimentos para manter o projeto em funcionamento. A reforma foi financiada com recursos do próprio editor-chefe da Agência.

“Um dos nossos objetivos é aumentar o número de acessos. Se agora temos de 20 a 30 mil acessos por mês, quando a Afropress atingir 100 ou 200 mil acessos, vão começar a bater na nossa porta. Por isso fizemos o investimento na reforma do layout, para fazer maior interatividade com as redes sociais, porque nós queremos aumentar, e aumentar muito o número de acessos, e com isso despertar o interesse do mercado. Eles não vão anunciar na Afropress pelo nosso trabalho simplesmente, pelos nossos méritos, esforço e dedicação. Eles vão fazer isso na medida em que seja interessante comercialmente. No momento em que perceberem que anunciar na Afropress é atingir um público que eles não atingem na grande mídia, então eles vão anunciar. É nesse sentido essa mudança, sem mudar o projeto, nem as características, nem a linha editorial, mas a gente quer começar a disputar mercado para tornar o projeto autossustentável” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 8 de novembro de 2012).

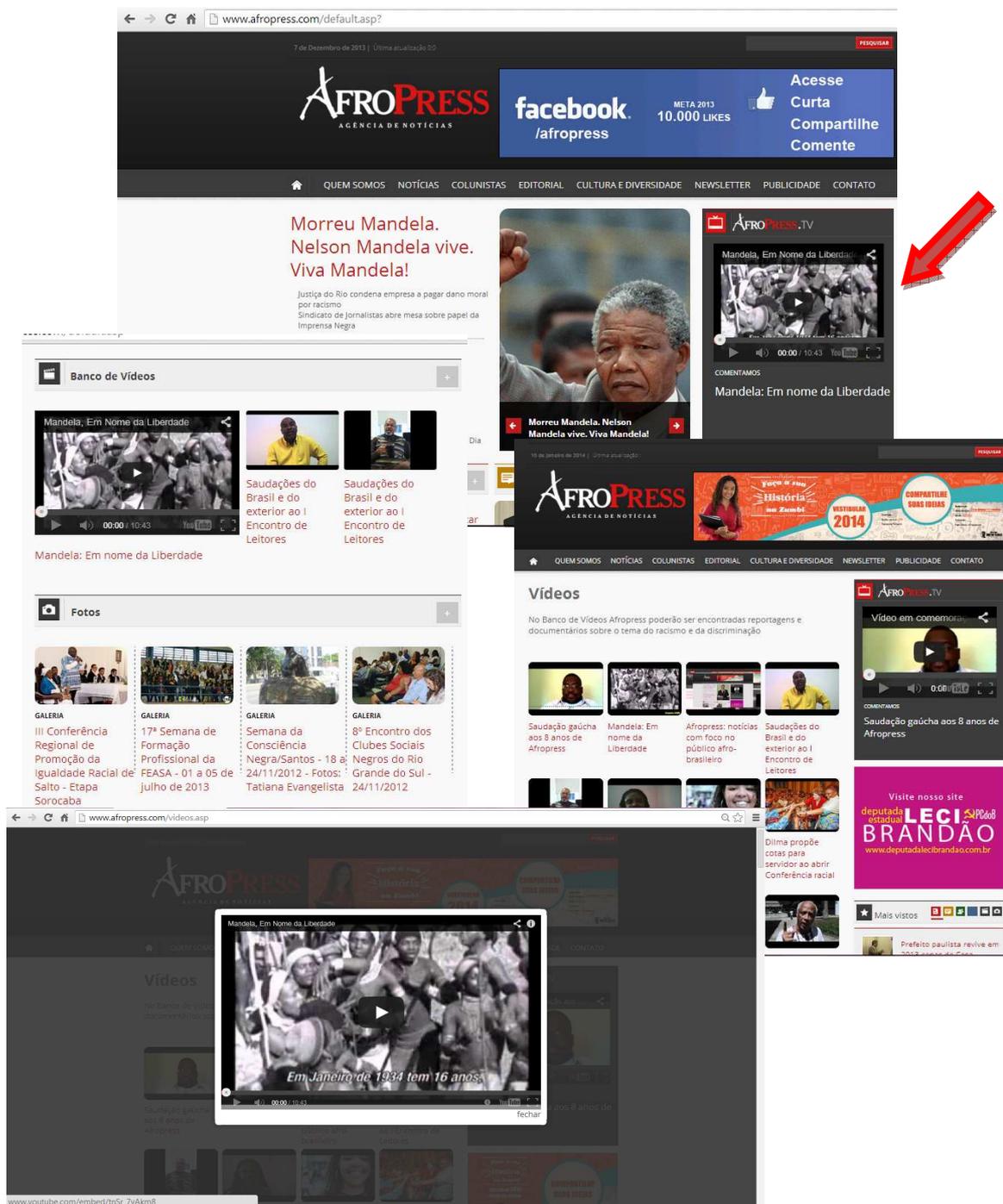
Na nova página da Afropress há sete seções onde estão distribuídas as editorias (Notícias, Colunistas, Diversidades, Afropress Tv, Banco de Vídeos, Fotos, e Editorial). As editorias Fórum, Links, e Enquete foram eliminadas, Galeria teve seu nome modificado para Fotos, e Palavra do Leitor se transformou em Comentário, com link direto para a rede social na internet Facebook, e deixou de ter um espaço exclusivo no site da Agência, onde todas as opiniões eram agrupadas.

Cinco manchetes das diversas editorias da Agência recebem destaque com a foto principal ao centro da página, que vai revezando as imagens a cada 10 segundos, conferindo mais dinamismo ao site. Outras duas matérias da seção Notícias também são destacadas diariamente com caracteres maiores e com cores diferentes. Nos demais espaços do site, aparecem os títulos dos textos mais recentes com imagens ilustrativas. A inclusão de fotos na maioria dos textos é uma das marcas do novo layout.

Outra transformação que qualificou o site da Agência, trazendo melhorias na organização, no design e mais dinamicidade, foi a modificação da seção Afropress Tv. Na nova versão, na página principal há sempre um vídeo em destaque, o qual fica disponível para ser assistido neste mesmo espaço, sem haver redirecionamento para outra plataforma, como o YouTube, que ainda serve de suporte para disponibilizar os materiais, porém agora no próprio site da Afropress. O ponto negativo nesse espaço é o tamanho da imagem, que é

relativamente pequeno para veicular um vídeo, entretanto esse incômodo é resolvido acessando, na parte inferior da página, a seção Banco de Vídeos, onde se encontram disponíveis de maneira organizada todos os materiais da Afropress Tv, os quais podem ser assistidos nesse espaço e em resolução maior.

Imagem 8 – Seção Afroress TV



Fonte: www.afropress

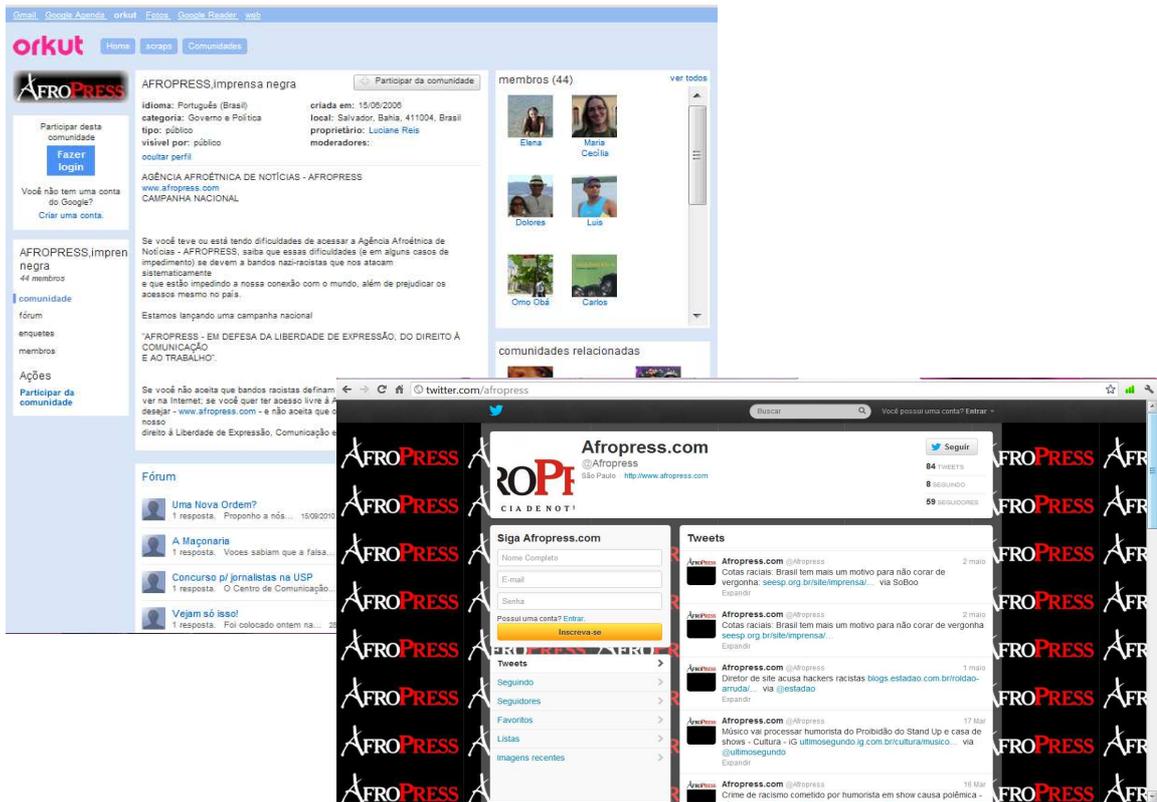
Em busca de mais interatividade com as diversas redes sociais na internet, conforme foi pontuado pelo editor-chefe, além do espaço para comentários com conexão com o Facebook, em todos os textos ainda foi disponibilizada uma lista de cerca de 300 links para plataformas online que possibilitam diversas formas de compartilhar e armazenar os conteúdos publicados. Entre esses links também é oferecida a opção de imprimir as matérias a partir do site. De acordo com o relatório apresentado pela Locaweb sobre a atividade no site entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2013, o gráfico que registra o número de impressões de páginas realizadas nesse período apontou que 1.793.857 páginas foram impressas, uma média diária de 4.805,20.

O relatório da empresa comprovou também que ao longo de 2013 visitaram o site 369.270 pessoas, o que contabiliza pouco mais de mil acessos por dia, cerca de 30 mil acessos ao mês. Na primeira versão do site eram registrados 20 mil acessos mensais. De acordo com o relatório, além do Brasil, os acessos partem de outros países da Europa, África, América do Sul e Estados Unidos.

A Afropress possui ainda perfis nos sites de relacionamento Orkut, Facebook e Twitter. Todos já existiam antes da reforma no layout, e na nova versão do site receberam links diretos para acesso a essas contas na página principal. As mudanças surtiram efeito positivo para a conta da Agência no Facebook, pois o número de “curtidas” subiu de 200 para 2.486, o que pode significar um aumento no número de acessos ao site do veículo. De acordo com Dojival Viera dos Santos, o objetivo é chegar a 10 mil “curtidas”.

Imagem 9 – Perfis da Afropress no Facebook, Orkut e Twitter



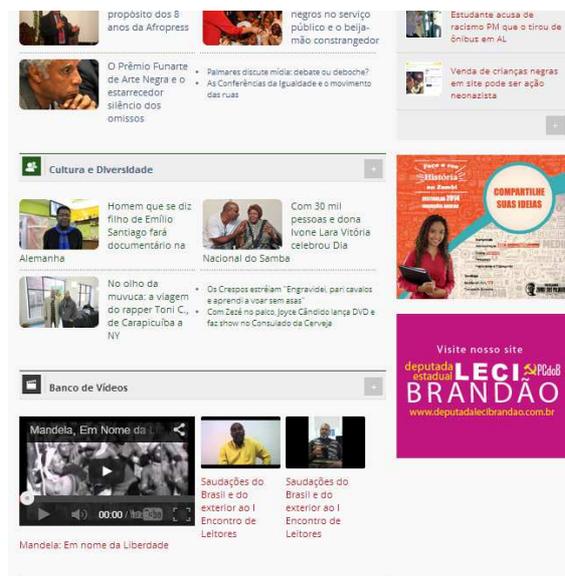


Fonte: www.afropress.com; www.facebook.com.br, www.orkut.com.br; www.twitter.com

Na nova versão do site os espaços para anúncios continuam posicionados na parte de cima, ao lado da logomarca, e na lateral esquerda da página. A imagem da parte de cima continua estática, porém os três boxes - um mais acima da página e outros dois posicionados mais abaixo - abrigam três anúncios diferentes que, dentro de um período determinado, trocam de posições entre si.

Imagem 10 – Espaços para anúncios na nova versão do site





Fonte: www.afropress.com

A abertura de espaços para anunciantes no site é uma estratégia utilizada desde o início do trabalho da Afropress, pois a mesma não conta com suporte financeiro de organizações públicas e nem de outra natureza. Os recursos que mantêm a estrutura física da Agência são fornecidos por Dojival Vieira dos Santos, que desenvolve o trabalho a partir de um dos quartos da própria residência, onde há uma pequena biblioteca com títulos sobre variados temas, duas mesas de escritório, um computador de mesa, um notebook, uma impressora, um modem de internet banda larga e um roteador wireless, conforme é possível ver nas fotos a seguir:

Imagem 11 – Redação da Afropress



Crédito das imagens: Leslie Chaves

A Afropress conta também com uma rede de cerca de 20 colaboradores, ou colunistas, como são chamados pelo editor-chefe. Destes, alguns enviam materiais regularmente e outros escrevem de maneira mais eventual para o site. Esses profissionais trabalham de forma voluntária, sem remuneração financeira, atuam em várias áreas e estão localizados em diversas partes do Brasil. Há colaboradores com curso superior, como sociólogos, jornalistas, pedagogos, historiadores, advogados, psicólogos, e outros sem essa formação.

Também participam dessa rede, integrantes de diversos movimentos sociais e de organizações significativas no contexto da militância contra o racismo e pela igualdade racial, como, por exemplo, a Revista Raça Brasil²⁸, a Faculdade Zumbi dos Palmares²⁹, e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)³⁰. Estão ainda entre os colaboradores, profissionais que ocuparam ou ainda estão em posição de comando em entidades governamentais ligadas à promoção da igualdade racial, tanto no Estado de São Paulo, como em nível federal, entre outros. Igualmente somam-se ao grupo cinco correspondentes que estão fora do país. São dois na Alemanha, um na Inglaterra, uma na Venezuela e um nos Estados Unidos. Na presente pesquisa, foi realizado contato com dez dos 20 colaboradores mais ativos. Destes, seis concordaram em participar da investigação. Entre os participantes, cinco se identificam como afrodescendentes.

Essa rede de colaboradores foi sendo construída ao longo da trajetória pessoal e profissional de Dojival Vieira dos Santos e também a partir do trabalho desenvolvido na Afropress. As formas como os colunistas foram tomando contato com os conteúdos da Agência são variadas. Um dos colaboradores mais assíduos, Anderson, radicado em Nova Iorque desde 1990, onde fez o curso técnico em Administração de Empresas e trabalha no sindicato dos porteiros e dos funcionários que lavam janelas de edifícios, conheceu a Afropress através de outro meio de comunicação.

“Em 2006 eu li na Folha de São Paulo uma matéria sobre a Afropress, falando de mídias sociais. Na época tinha o Irohín também, que era uma outra mídia social,

²⁸ Revista direcionada ao público negro. Está no mercado editorial brasileiro desde 1996.

²⁹ “Primeira faculdade do Brasil e da América Latina que visa a inclusão e a manutenção do negro no ensino superior do país, e, com este perfil, uma das poucas no mundo”. A instituição, fundada em 2003, tem caráter comunitário, e reserva 50% das vagas para estudantes afrodescendentes. São oferecidos os cursos de Administração, Direito, Publicidade e Propaganda, Pedagogia e Tecnólogo em Transportes Terrestres. Informações do site www.unipalmares.edu.br – Acesso em 3 de jun. de 2012.

³⁰ O CEERT é uma organização não governamental fundada em 1990, que desenvolve “projetos nas áreas de diversidade no trabalho, educação, direito e acesso à justiça, políticas públicas, saúde e liberdade de crença.” Informações do site www.ceert.org.br – Acesso em 3 de jun. de 2012.

mas eles não existem mais. Eu achei interessante a Afropress, aí entrei em contato com o Dojival. Falei pra ele meu nome, disse que já morava em Nova Iorque na época há uns 15 anos mais ou menos, e falei que gostaria muito de mandar matérias.

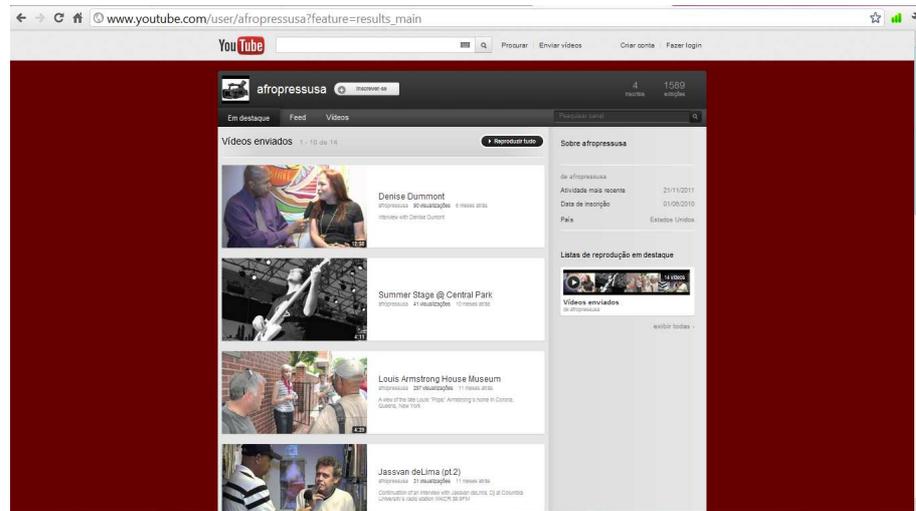
Aí nós conversamos e ele falou: “Olha, tudo bem, mas é somente colaboração, porque a gente não tem verba, não posso pagar”. Aí eu falei: não tem problema, porque, como eu já morava há 15 anos aqui, culturalmente eu conheci muito Nova Iorque, e aprendi muito aqui, principalmente sobre a cultura afro-americana e também sobre a história do Brasil. Eu leio muito, gosto muito de ler, livros, jornais e revistas. Aí conversando com ele, ele me disse que eu poderia mandar matérias, aí comecei a mandar. [...] Isso é uma coisa espontânea que eu faço, eu acredito no projeto, porque é uma mídia muito importante, independente. Então nós fazemos jornalismo mesmo. A gente não está vinculado a nenhum partido, e o patrocínio é ínfimo, isso dá uma independência, é muito bom” (Anderson. Entrevista concedida em 7 de novembro de 2013).

Desde 2011, Anderson, por iniciativa própria, passou a produzir vídeos para ilustrar seus textos, e criou um canal na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube, o “Afropress USA”, exclusivamente para postar esse material. Anderson produz os vídeos com o auxílio de um amigo brasileiro, que tem um estúdio e câmera profissional.

“Quem me ajuda a fazer os vídeos é o Fernando, um brasileiro que conheci aqui num evento. Ele tem um estúdio, eu falei do trabalho e nós começamos a fazer os vídeos. Quando eu tenho oportunidade eu dou uma colaboração financeira, e ele falou: “Eu entendo a sua situação.” Mas sempre que eu tenho oportunidade eu procuro dar uma ajuda de custo porque dá trabalho. Ele tem que carregar a câmera pesada, ele tem que fazer a edição, e tudo isso gera custo, não é tão simples. Eu procuro fazer o melhor que eu posso, o mais profissional. Os vídeos a gente faz geralmente numa tomada, porque o tempo é curto. Geralmente eu decoro o que eu vou falar, aí eu solto no ar. Aí depende da localização, ele faz a tomada do lugar onde nós estamos” (Anderson. Entrevista concedida em 7 de novembro de 2013).

A seguir a *print screen* da página na internet do canal “Afropress USA”:

Imagem 12 – Canal Afropress USA no YouTube



Fonte: www.youtube.com

A colunista Mercedes, venezuelana residente em seu país de origem, na cidade de Caracas, onde é socióloga, feminista, investigadora e ensaísta nas áreas de estudo do gênero e afrodescendência, conheceu a Afropress a partir do convite de um amigo para publicação de seus artigos.

“Llegué al sitio por un compañero periodista de Portugal que leyó uno de mis artículos sobre el tema de la afrodescendencia en alguna web y me escribió a mi e-mail solicitándome autorización para traducirlo al idioma portugués y publicarlo en Afropress, pues el artículo respondía a el interés y temáticas trabajadas en dicha web. Acepté la publicación de mi escrito en Afropress, pues es uno de los periódicos digitales con mayor alcance en el tema étnico-racial, y la necesidad de colaborar en este proceso de informar sobre la situación de los y las afrodescendientes en el mundo” (Mercedes. Entrevista concedida em 11 de setembro de 2011).

A partir deste convite feito em 2011, Mercedes continua contribuindo para a Afropress, enviando artigos que são traduzidos. Em função do tempo necessário para a tradução dos textos, a colaboração da colunista ocorre a cada três meses.

Já João, jornalista, escritor e militante dos movimentos sociais negros, teve conhecimento do trabalho da Agência a partir de sua atuação profissional em um importante órgão federal ligado à promoção da igualdade racial e valorização da cultura afro-brasileira.

“Cheguei a Afropress a partir de meu trabalho. Conheci seu idealizador em Brasília, em eventos no Congresso Nacional e também durante a Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Nos tornamos amigos e sempre passei a colaborar com seu trabalho, apoiando algumas ações, apoio institucional com o envio de matérias que realizávamos pela Assessoria de Imprensa do órgão onde eu trabalhava. Me interessei e aí então me ofereci para ser colaborador da Afropress” (João, Entrevista concedida em 26 de agosto de 2011).

Os diversos colaboradores que formam a rede de colunistas da Afropress contribuem com conteúdos de forma variada, tanto nos gêneros dos textos, quanto na periodicidade em que enviam os materiais para publicação. Esse grupo não é fixo, uma vez que a frequência de participação oscila, gerando também uma rotatividade entre os integrantes, mas é possível dizer que, em média, cerca de 20 profissionais geralmente se mantêm atuantes.

Em geral, os assuntos abordados pelos artigos escritos pelos colaboradores oferecem uma visão pessoal dos autores, com frequência, sobre temas e discussões que estão presentes na seção Notícias, mas também sobre assuntos que fazem parte dos contextos de vida (profissional e pessoal) deles. Além dos textos de opinião, eles também participam enviando matérias mais factuais sobre acontecimentos dos locais onde estão inseridos. Ainda é importante ressaltar que na maior parte das vezes os tópicos debatidos se referem a questões mais ligadas à luta contra o racismo e à busca de igualdade racial. No entanto, ainda que com menor frequência, por vezes são tratadas questões que não têm ligação direta com o tema, como a distribuição dos royalties do petróleo brasileiro, ou o cenário político atual da esquerda no país, entre outras. Em alguns momentos, também ocorrem debates dos colunistas com o editor-chefe Dojival Vieira dos Santos, o qual eventualmente escreve na seção Colunistas para refletir sobre assuntos que o instigam. Além dos leitores, através do site os colaboradores igualmente interpelam o editor-chefe sobre as opiniões que divulga.

Todo o material veiculado na Afropress é produzido pelos colaboradores e por Dojival Vieira dos Santos, que revisa e posta as matérias na internet. Qualquer produto destinado ao veículo passa pela avaliação do editor-chefe, e, em alguns casos, é editado por ele antes de ser publicado. Sobre as matérias oriundas da redação da Agência, o processo de produção desses conteúdos não segue uma rotina rígida, sendo adaptado ao cotidiano de Dojival, que é o jornalista responsável por grande parte dos textos veiculados na seção Notícias. Entretanto, mesmo que haja variações de acordo com a demanda diária, é possível pontuar algumas ações mais frequentes no processo de produção.

De acordo com o editor-chefe, a primeira ação do dia é a verificação de e-mails e informações junto à rede de contatos dele e nos meios de comunicação para apuração de pautas afins aos temas de abordagem da Agência. Depois, com as pautas listadas, as informações são checadas, as fontes são procuradas e consultadas, muitas vezes no local onde está se passando o acontecimento a ser divulgado, e as notícias são redigidas e postadas no site. Posteriormente, as matérias são distribuídas para um *mailing*. Esse procedimento tem ligação com o propósito que a Agência declara ter com a comunicação, conforme relatou seu editor-chefe.

“Nós fazemos jornalismo e ativismo focado. Mas não é focado apenas na gente, é focado na gente falando para o Brasil. A Afropress não quer falar só para os negros, nem pro movimento negro, que é uma parcela organizada dos negros. A Afropress quer falar para o Brasil, refletindo os pontos de vista, a visão, a realidade, a situação histórica, social, econômica e política dos negros brasileiros, que são, antes de qualquer coisa, cidadãos brasileiros. Portanto, o nosso público é o Brasil. Essa visão que alguns setores têm de falar pra dentro, é a visão do gueto, é a visão de falar para o nosso próprio umbigo. É claro que é importante falar pra nós, mas é importante falar para quem não entende o que está acontecendo. Quando a gente fala de comunicação, a gente está querendo comunicar não com uma parcela, a gente está querendo comunicar com a sociedade brasileira e com o mundo. Aliás, não seria diferente, com o mundo hoje conectado pelas redes sociais, no mundo inteiro” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Então, esse *mailing* é bastante diversificado, contém endereços de e-mail de entidades e ativistas dos movimentos sociais negros e outros movimentos, como os de defesa dos Direitos Humanos. Também estão incluídos profissionais dos mais variados meios de comunicação, como o jornal Folha de São Paulo e a Revista Caros Amigos; sites, como o Portal Todo Dia Online; órgãos públicos, como a TV Assembleia, da Assembleia Legislativa de São Paulo; entre outros. Dojival ressaltou que o site da Agência é visitado com frequência pelas redações de diversos veículos de comunicação, para onde os conteúdos produzidos são enviados através do *mailing*. De acordo com o editor-chefe, a afirmação se comprova no aumento do número de acessos ao site depois do envio de notícias pelo *mailing*.

O jornalista relata ainda que, dependendo do tema da matéria, concomitante ao envio por e-mail, também são realizados contatos telefônicos com profissionais da rede de relações dele, ou não, pois também são procurados outros contatos junto aos veículos de comunicação, para apresentação dos materiais produzidos e a busca de outros espaços de publicação. Nas

palavras do editor-chefe da Afropress, “há um trabalho de ativismo junto com o jornalístico, um trabalho de pressão pacífica nas redações”. Muitas vezes, esse esforço resulta em divulgação das pautas propostas, como ilustrou o caso Januário Alves de Santana, que será abordado mais adiante. Nem sempre é citada a fonte Afropress, mas há casos, como o de Januário, nos quais é possível se ter mais certeza de que a iniciativa partiu do trabalho de divulgação da Agência, uma vez que o acontecimento não havia sido noticiado por nenhum outro meio anteriormente.

Assim, é possível depreender que a circulação dos conteúdos produzidos pela Afropress se amplia para além do site. Isso acontece através do envio pelo *mailing* e do trabalho de ativismo na apresentação das matérias para as redações dos veículos de comunicação, em função da relevância dos casos tratados, mas também pelo fortalecimento da rede formada pelos colaboradores da Afropress e pelos profissionais que estão inseridos nas demais dimensões sociais envolvidas nos processos de funcionamento da Agência, citadas anteriormente. Esses profissionais oferecem suporte tanto na construção das pautas, fornecendo informações, quanto na divulgação das notícias produzidas pela Afropress, abrindo espaço nos veículos em que atuam.

Em alguns casos a Afropress mantém parcerias com veículos para troca de material. Um dos exemplos é o trabalho conjunto entre a Agência e um dos mais importantes veículos de comunicação alternativa do Brasil, conforme relatou seu editor-chefe na época da pesquisa, Antônio:

“Quando eu vim pra revista pra ser editor; porque antes eu era colaborador, tinha uma coluna mensal e não participava diretamente do trabalho na redação; logo depois o Dojival me procurou propondo uma parceria com a Afropress. A parceria na verdade não envolve recursos financeiros, nem contrato escrito, é simplesmente uma solidariedade recíproca. Ele nos manda material que sai na Agência, material às vezes das viagens que ele faz, que ele escreve matéria e manda pra Afropress e pra nós. A gente recebe esse material como material especial. Ele tem me passado algumas matérias que são do interesse da luta dos movimentos que a Afropress dá espaço, e a gente tem divulgado no site ou na revista. Então é uma parceria que a gente fez com a Afropress de troca de material, porque ele também divulga no site, no material da Agência, coisas que saem na revista que sejam do interesse do público dele” (Antônio. Entrevista concedida em 9 de novembro de 2012).

A Afropress ainda se configura como fonte de outros veículos que também tratam da temática referente à luta por igualdade racial, contra a discriminação, e pela valorização da

cultura afro-brasileira. Do mesmo modo, a Agência se utiliza desses meios para se abastecer de informações. Mara, jornalista que faz parte de uma importante instituição ligada à causa negra e que mantém um conjunto de veículos de comunicação, contou um pouco sobre a relação com a Afropress:

“Eu, particularmente, quando entrei aqui, ajudava a fazer notas para o nosso site. Era onde a gente divulgava todas as notas, mais em âmbito nacional, como o caso do banco que retratou Machado de Assis branco em uma propaganda. Muitas vezes os veículos de grande divulgação, a não ser que seja algo tão gritante como esse caso, não fazem uma grande cobertura. Aí eu ficava atrás de onde saíam coisas, assuntos voltados pra negritude. Em uma das minhas buscas tecnológicas eu encontrei o site da Afropress. O pessoal aqui já conhecia o Dojival, que é próximo desde o início. A partir daí eu comecei a fazer consultas. Foi em um período logo depois daquele caso do supermercado, em que o Dojival acompanhou bastante e foi o advogado do Januário. Aí eu ficava acompanhando os desdobramentos do caso pela Afropress, sempre mantendo contato com ele. Às vezes, nos assuntos daqui ele também faz a cobertura lá pela Afropress. Então a gente mantém esse contato direto, e até hoje continua sendo uma fonte de pesquisa pra gente, assim como agora é pra ele a nossa agência” (Mara. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Outro veículo especializado na abordagem de questões étnicas que tem uma parceria com a Afropress é o Portal Áfricas. O site publica algumas das notícias da Agência literalmente com citação da fonte, e o diretor do Portal contribui com a Afropress participando do grupo de colunistas.

A seguir uma das matérias publicadas em Afropress e reproduzida pelo Portal Áfricas.

Imagem 13 – Matéria da Afropress reproduzida pelo portal Áfricas

The image is a screenshot of the Afropress website. At the top, the logo 'AFROPRESS' is visible, along with the tagline 'AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO MULTIÉTNICA'. A navigation menu includes 'HOME', 'NOTÍCIAS', 'COLUNISTAS', 'DIVERSIDADES', 'AGENDA', 'FORUM', 'TV AFROPRESS', 'GALERIA', and 'LINKS'. A search bar is located on the right side of the menu. The main content area displays a news article with the following text:

Advogados Negros intervirão na reforma do Código Penal
 Por: Redação - Fonte: Afropress - 10/02/2012

Brasília - Um grupo de advogados negros, alguns com atuação destacada em casos de discriminação racial, se reúne no próximo dia 26 deste mês, em Brasília, a convite da Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) para discutir propostas a serem enviadas à Comissão que discute a reforma do Código Penal.

A reunião, que terá a liderança de um dos mais importantes juristas do Movimento Negro brasileiro e ex-secretário de Justiça de S. Paulo, Hélio Silva Jr., entre outras propostas, deverá discutir a inclusão da discriminação e do preconceito raciais e da intolerância religiosa como circunstâncias agravantes genéricas - "capaz de fazer aumentar a pena em qualquer crime no qual se verifique aquele tipo de motivação", frisa Hélio.

Ele destacou que um outro tema a ser abordado será a política migratória e a necessidade de aperfeiçoamento do Estatuto do Estrangeiro, "de modo a não permitir que haja qualquer tipo de arbitrariedade na admissão de africanos no território brasileiro". Lamentavelmente, no último período, vem aumentando as denúncias de violência praticada contra africanos. Eu não diria que se trata de uma escalada mas com certeza são fatos que merecem acompanhamento por parte dos órgãos de inteligência e de segurança pública", destacou.

Entre os convidados para o encontro - que terá como tema Racismo e a Reforma do Código Penal - estão o jornalista editor de Afropress e também advogado, Dojival Vieira, Jorge Terra, procurador do Rio Grande do Sul, Sérgio São Bernardo, da Bahia, Eduardo Silva, de S. Paulo, e André Luiz Moreira, do Espírito Santo.

Segundo o ex-Secretário de Justiça de S. Paulo, o encontro deverá produzir uma intervenção qualificada no debate sobre a Reforma do Código Penal.

Na entrevista à Afropress Hélio - que é advogado do Consulado Geral de Angola e diretor acadêmico da Faculdade Zumbi

The screenshot shows a news article on the website 'Africas'. The main headline is 'Advogados Negros intervirão na reforma do Código Penal' (Black lawyers will intervene in the reform of the Penal Code). The article is dated 11/06/2012 and is by 'Da Redação'. It features a photo of Hélio Silva Jr. and text from 'Afropress' reporting on a meeting of black lawyers in Brasília. The article discusses the inclusion of racial discrimination and religious intolerance in the Penal Code, and mentions the participation of various legal professionals and activists. A sidebar on the right contains a section titled 'FORMAÇÃO CLUBES NEGROS' with a graphic for 'CLUBES SOCIAIS NEGROS SÃO PAULO' and a 'NOTÍCIA - MINUTO A MINUTO' section listing other news items.

Fonte: www.afropress.com; www.portalafricas.com.br

Muitos profissionais dos veículos pertencentes aos conglomerados de mídia, igualmente estão acompanhando o trabalho da Agência. A maioria acaba usando o site como fonte de pesquisa e de pautas, conforme afirmou Cesar, jornalista há mais de 20 anos em um dos maiores jornais do Estado de São Paulo:

“Eu não me lembro exatamente como conheci a Afropress. Não sei se foi o Dojival que me mandou um e-mail... Porque ele tem um sistema que, quando ele coloca algum post novo, alguma coisa mais interessante, ele vai montando uma lista de pessoas pra quem ele envia e-mails avisando. Então eu não me lembro como é que foi, se alguém me indicou, ou se ele me procurou. Até porque eu já cobria a questão do movimento negro. Por exemplo, eu cobri no jornal durante bastante tempo, alguns anos, a questão religiosa, e nessa cobertura eu comecei a dar destaque às religiões de origem afro. Eu comecei a criar algumas fontes nessa área, e comecei a incluí-las nas matérias que falavam de religião, porque eles não eram incluídos.

Então eu não me lembro exatamente se foi alguma dessas fontes que me sugeriu ligar para o Dojival, ou se ele me mandou um e-mail porque alguém sugeriu pra ele. Mas eu sei que comecei a receber as coisas dele e imediatamente eu passei a consultar o site. Eu incluí na lista de sites que eu consulto, que de vez em quando eu dou uma repassada pra saber se acrescentou algum post, se tem alguma novidade. É uma lista com sites de coisas de movimentos sociais e a Afropress começou a fazer parte disso. Eu comecei a procurar pauta ali, ver se tem alguma coisa, ele também passou a me ligar dizendo: ‘Olha, eu tenho uma coisa interessante, dá uma olhada lá no site’. Então ele tem esse papel de me permitir acompanhar o que está acontecendo nessa área e de me ajudar a me pautar” (Cesar. Entrevista concedida em 10 de novembro de 2012).

Esses são apenas alguns dos nós da variada rede que participa do funcionamento da Afropress e delinea seu perfil. Trabalho que é mantido sem suporte financeiro de instituições de qualquer natureza, conforme já foi mencionado. Dessa forma, de acordo com o editor-chefe, torna-se oneroso manter a Agência e dificulta a ampliação e aperfeiçoamento do projeto. Segundo Dojival, entre seus planos estaria a criação de uma equipe de redação fixa, com profissionais colaborando de maneira regular a partir de diversas regiões do país e a organização de um espaço exclusivo para o funcionamento da Agência.

Assim, com o objetivo de angariar recursos que mantenham a estrutura de trabalho, foi desenvolvido um plano de negócios. Entre as primeiras medidas adotadas através do plano está a mudança da razão social da Afropress, que deixou de ser uma Organização Não Governamental vinculada à ABC Sem Racismo, para atuar de maneira autônoma, tornando-se uma pequena empresa prestadora de serviços de comunicação. Essa modificação aconteceu em agosto de 2012.

A reforma do layout do site também faz parte dessa nova fase da Agência, que ainda prevê mais transformações:

“Dentro do plano de negócios pra dar sustentabilidade nós vamos, numa terceira etapa, lançar um premio nacional Afropress de jornalismo, e o conselho editorial da Afropress. No conselho editorial a ideia é juntar lideranças, ativistas, gente das mais variadas áreas, e convida-las a fazer parte do conselho editorial. A atribuição deles seria escrever pelo menos um editorial por mês, ou dentro do tempo da sua agenda. Porque queremos a visão deles. Hoje um dos problemas que a gente tem pra ampliar e ser cada vez mais plural, sem perder o foco, é o fato de que eu faço os editoriais. Todos os editoriais sou eu que faço. Além da carga de trabalho, isso acaba dando a minha visão sobre coisas. A Afropress não deve ser a minha visão sobre as coisas, deve ser a visão ampla, plural. Então, agora obviamente o que a gente quer é convidar personalidades para fazer parte do conselho editorial, dentro de um leque de pessoas que estejam sintonizadas com o tema, sintonizadas com a agenda, independentemente de filiação partidária, de postura ideológica ou de simpatias ou antipatias” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 8 de novembro de 2012).

Dentro deste espírito, a Afropress comemorou seus oito anos de trabalho com a realização do “I Encontro de Leitores de Afropress”, em 26 de novembro de 2013. O evento aconteceu no auditório Paulo Kobayashi, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), que forneceu apoio através do serviço SOS Racismo, da Comissão da Verdade Rubens Paiva e da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da

Participação e das Questões Sociais. A Assembleia ainda transmitiu ao vivo, através de seu canal na internet, o evento, que foi aberto ao público. Sobre o apoio da ALESP ao encontro, Dojival explicou que:

“Não há relação de apoio nem pessoal, nem do veículo a qualquer candidato, a qualquer partido. Fizemos uma iniciativa em que tivemos apoio de órgãos institucionais, no caso a Assembleia Legislativa de São Paulo. Claro que temos diálogo, e estamos abertos a ter diálogo com qualquer parlamentar, de qualquer partido que esteja disposto a apoiar iniciativas em favor do combate ao racismo e em defesa da igualdade. Mas nosso posicionamento é o que você já conhece. Independência de partidos, de governos, de parlamentares. Mas, disposição ao diálogo de todos os que tenham disposição de apoiar a luta e as iniciativas para superação do racismo e na defesa de um país com igualdade” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 27 de novembro de 2013).

A abertura do encontro foi um debate sobre o tema "A História da Imprensa Negra: desafios e perspectivas"³¹. Nessa primeira parte os palestrantes falaram sobre o tema a partir de suas perspectivas profissionais e apresentaram também um panorama atual do papel da imprensa negra e da participação dos negros na imprensa brasileira.

Na segunda mesa³², formada para debater especificamente a linha editorial da Afropress, Dojival Vieira dos Santos iniciou as discussões falando sobre o projeto de criar um conselho editorial para a Agência, com o objetivo de pluralizar os pontos de vista no veículo através da publicação de editoriais escritos pelos integrantes desse grupo. Os demais participantes da mesa falaram sobre a importância do trabalho da Agência no combate ao racismo e no uso da comunicação como estratégia de luta. Eles também parabenizaram Dojival pelos oito anos da Afropress e relataram como ela está inserida nos diferentes espaços que eles estavam representando no evento. Entretanto, não foi realizada uma avaliação especificamente da linha editorial do veículo.

³¹ Participaram da mesa o jornalista e escritor Oswaldo Faustino; o jornalista da Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial – Cojira SP, Flávio Carrança; o editor executivo da Revista Raça Brasil, Maurício Pestana; a jornalista do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT), Juliana Gonçalves dos Santos; o fotógrafo da Kultrafro - Rede de empreendedores, artistas e produtores de cultura negra, Luiz Paulo Lima; o editor assistente da Revista Isto É Dinheiro, Rosenildo Gomes Ferreira; e o presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, José Augusto Camargo.

³² Além de Dojival, participaram dessa mesa a deputada estadual, integrante da Comissão de Educação e Cultura da ALESP, Leci Brandão; o presidente da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão da Verdade Rubens Paiva da ALESP, Adriano Diogo; a coordenadora de Políticas para as Populações Negra e Indígena da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, Elisa Lucas Rodrigues; e o militante dos movimentos sociais negros, professor doutor em economia, administração e finanças, e presidente do Instituto Brasileiro da Diversidade, Hélio Santos.

Na última parte do encontro foi lançada a campanha “Corra atrás do seu direito: em defesa dos negros perseguidos pela ditadura militar”. O objetivo é orientar ativistas e militantes negros a se organizarem para ingressar com processos com base na Lei 10.559/2002, que regulamenta a anistia e a reparação econômica dos anistiados políticos. De acordo com o editor-chefe da Afropress, autor da iniciativa, a campanha visa a atingir principalmente os ativistas que atuaram entre os anos de 1976 e 1985.

“A proposta é chamar a atenção para a situação de invisibilidade a que ficaram relegados centenas, talvez milhares, de militantes que se envolveram na fase final de combate à ditadura e na fundação do PT, com atuação nos movimentos sindical e popular e que não estavam organizados em outras estruturas partidárias e não tinham vínculos com entidades sindicais. A maior parte desses ativistas são negros, estão nas periferias dos grandes centros e foram esquecidos” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 27 de novembro de 2013).

Ainda fez parte do lançamento da campanha, o depoimento do encanador Antônio Marques Santana, que foi militante do movimento sindical entre os anos de 1978 e 2000, dirigente do diretório do Partido dos Trabalhadores em Cubatão, São Paulo, até 1992, membro da Oposição Sindical da Construção Civil e diretor do Sindicato da Montagem. Ele relatou suas dificuldades de conseguir emprego na área da Refinaria Presidente Bernardes. De acordo com o encanador, quando as empresas descobrem seu envolvimento com a militância no passado, quando liderou a maior parte das greves ocorridas no período no parque industrial de Cubatão, o demitem ou nem chegam a contratá-lo. Santana, hoje afastado da militância, entrou na justiça, que condenou a Petrobrás a pagar multa diária de R\$ 250,00 toda vez que barrasse o encanador. Porém, a medida não surtiu efeito, pois agora ele é eliminado dos processos seletivos já na fase de análise de currículos.

Segundo Dojival, há muitos casos como o do encanador, e outros em que os militantes desconhecem que têm o direito de acionar a justiça em busca de reparação, entre esses, ele afirma que a maioria é negra. Por esse motivo foi criada a campanha.

De uma maneira geral, a iniciativa de realizar o “I Encontro de Leitores de Afropress” parece demonstrar um esforço da Agência em buscar pluralidade de visões em seu discurso, na medida em que se propôs a debater sua linha editorial. Entretanto, a discussão não ocorreu de fato neste primeiro evento, que acabou se aproximando mais de uma celebração do

aniversário de oito anos da instituição. Tal discussão poderia ser um marco importante para fazer um balanço desses anos de trabalho ininterruptos e receber contribuições para continuar.

Outro ponto positivo do encontro foi o lançamento da campanha “Corra atrás do seu direito”, que pode denotar que a Afropress procura promover e implementar ações em busca da igualdade racial, contra a discriminação e pela valorização da cultura afro-brasileira, indo além do discurso e da denúncia.

Segundo Dojival, a ideia é que sejam organizadas outras edições do evento.

A partir do resgate da história de constituição e do modo de funcionamento da Afropress, foi possível perceber que as trajetórias de vida e profissional de Dojival Vieira dos Santos, principalmente, e das demais pessoas que participaram da concepção da Agência, foram fundamentais na configuração da identidade mesma. As trajetórias dos colaboradores também são muito importantes nesse processo, uma vez que suas contribuições, além de visões de mundo, também expressam suas trajetórias pessoais e profissionais, as quais igualmente integram o processo identitário da Afropress.

Ainda, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e o momento histórico afirmativo que o Brasil continua vivendo, em que as discussões sobre racismo e discriminação, políticas públicas pela igualdade racial e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros se intensificaram e tornaram-se mais presentes na agenda política e midiática do país, contribuíram para a construção da Agência e trouxeram elementos para sua caracterização, ao criar uma atmosfera favorável para o surgimento de projetos de ativismo com essa temática.

4.2 Articulações e tensões

As articulações foram elementos fundamentais para a constituição, vitalidade e fortalecimento da Afropress. Acompanhando periodicamente o site da Afropress e a rotina da redação em São Paulo, foi possível perceber que o trabalho da Agência é desenvolvido a partir da articulação em rede entre os profissionais e as instituições envolvidos no processo. Essa rede possibilita a troca de informações, cooperação técnica, e o desenvolvimento de projetos em parceria. Dojival Vieira dos Santos, como editor-chefe do veículo, representa o nó principal dessa rede, estabelecendo conexões e hierarquias com os demais atores participantes.

A rede construída por Dojival foi estabelecida ao longo de sua trajetória de vida e profissional, e também a partir da experiência do trabalho desenvolvido na Agência desde a fundação do projeto. O trânsito do editor-chefe por diversos campos, entre os quais os mais relevantes estão o da Comunicação, o do Direito, o político e ainda o relativo à militância nos movimentos sociais negros, tornou possível o estabelecimento de uma rede social bastante variada, que é importante para o desenvolvimento do trabalho da Afropress e acaba permitindo e estimulando a inserção da Agência nessas esferas. Nesse processo, o uso da internet potencializou ainda mais a ampliação dessa rede, uma vez que há uma possibilidade maior de serem estabelecidas conexões, sem a preocupação com a distância física. Essa rede se reforça e se amplia na medida em que o veículo conquista mais credibilidade.

A primeira rede que se constrói, e a mais próxima da Afropress, é a formada pelos colaboradores do veículo. Muito diversificada quando se trata das diversas regiões geográficas e das áreas sociais das quais se originam os colaboradores, conforme já foi mencionado. O que se repete entre as características desses profissionais engajados no trabalho da Agência é a sensibilidade para a temática das desigualdades raciais, do racismo e da valorização dos afrodescendentes. Entretanto, tal sensibilidade se manifesta de diferentes formas e a partir de pontos de vista também diversos. Entre os 20 colunistas mais ativos durante a realização da presente investigação, 10 foram convidados a participar deste estudo, seis deles aceitaram o convite. Destes seis, cinco se autodeclararam afrodescendentes. Quanto ao número total de colunistas, não é possível definir quantos são afrodescendentes e quantos não são, uma vez que nem todos foram consultados e o critério utilizado para coletar essa informação é a autodeclaração, pois há uma série de variáveis possível de ser envolvida nesse processo, como aparência física, posicionamento político, descendência, condição social, etc.

Alguns dos colaboradores conheceram o trabalho da Afropress através da participação em entidades dos movimentos sociais negros. É o caso do jornalista e doutor em antropologia Paulo, que na época da entrevista residia em Austin, nos Estados Unidos, e contribui com artigos para a Agência desde 2009. A identidade negra desse profissional e seu comprometimento com a luta contra o racismo o aproximaram da Afropress.

“Trabalho com populações marginalizadas desde a década passada, em São Paulo. Minha experiência pessoal, como jovem negro, levou-me para o movimento negro e minha consciência racial informa a minha pesquisa.

A Afropress tem sido uma alternativa ao insidioso bloqueio midiático no que diz respeito à luta social dos negros e negras. A Agência tem atuado de maneira interessante na divulgação de notícias da comunidade negra, dando visibilidade às pautas específicas deste segmento social” (Paulo. Entrevista concedida em 27 de agosto de 2011).

De modo semelhante, a socióloga venezuelana Mercedes também se aproxima da Afropress a partir de sua identidade negra e da militância pela igualdade racial, que para ela tem três dimensões:

“[...] una personal, que como afrodescendiente conozco y experimento la realidad de afrodescendiente, una dimensión teórico-filosófica la cual asumo desde la sociología y la investigación y profundización en la naturaleza, origen y proceso de esta temática, y una dimensión política-activista, con miras a la transformación de la situación de discriminación e inequidad étnico-racial” (Mercedes. Entrevista concedida em 11 de setembro, 2011).

Segundo Mercedes, contribuir com a Agência significa

“Transmitir la necesidad de igualdad racial, que no es un asunto que compete solo a las personas afrodescendientes, sino a toda la sociedad, la necesidad de construir igualdad desde espacios de diferencia, sin invisibilizar nuestras experiencias y nuestra historia, el reconocimiento de nuestros derechos” (Mercedes. Entrevista concedida em 11 de setembro de 2011).

João, jornalista que também tem participação nos movimentos sociais negros, mas desde muito cedo, dentro da própria família que tem um histórico de militância, começa a colaborar em 2008 com a Afropress, a partir de sua identificação como negro e com as lutas que fazem parte do universo do ativismo pela igualdade racial, mas também porque entende que a Agência:

“É o único espaço onde a militância pode expressar a sua opinião. Onde se fala abertamente sobre o racismo e onde você pode publicar matérias que falem sobre o racismo, o qual é bastante presente e ainda é uma chaga em nossa sociedade. Decidi colaborar também pela oportunidade de apoiar o trabalho do Dojival Vieira. Um lutador que, assim como eu, luta pela democracia nos meios de comunicação. Democracia a qual é utopia neste país” (João. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2011).

Para Luiz, português graduado em jornalismo e em Política e História da África, o interesse pela militância negra nasceu a partir do encontro de sua identidade afrodescendente com a realidade brasileira. Residente em Londres, na Inglaterra, Luiz passou uma temporada de férias viajando pelo nordeste do Brasil em 2007, conforme relatou:

“Na verdade não tinha muita ligação com movimentos sociais ou ativismo. O meu interesse maior para com o assunto nasceu praticamente no Brasil, mais precisamente em Salvador, na Bahia, durante umas férias em 2007. Fui para 15 dias e acabei por ficar cerca de três meses viajando um pouco por todo o Brasil, no nordeste em particular, para tentar conhecer e compreender melhor um país que eu conhecia apenas de estereótipos que são vendidos para todo o mundo. Em Salvador comecei a ver e a perceber uma sociedade extremamente racista e excludente numa cidade majoritariamente de origem africana. Foi uma descoberta muito decepcionante e dolorosa para mim como afrodescendente. Durante a minha estada no Brasil, raramente vi negros nos melhores restaurantes e shoppings que frequentei, nos hotéis e resorts em que me hospedei, nos voos que peguei e nem mesmo nalguns ônibus em que viajei. Isso apenas para citar alguns exemplos. Uma invisibilidade chocante. Perguntei-me a mim mesmo onde estavam os "como eu". Só os via marginalizados nas ruas e estradas, nas favelas ou bairros degradados que visitei. Fiquei indignado e desde então decidi juntar-me as vozes que se elevam para lutar contra e denunciar o racismo e o preconceito racial no Brasil. Foi uma descoberta realmente muito dolorosa e foi assim que iniciei contatos com alguns ativistas e Ongs, particularmente de Salvador, para saber de seus trabalhos” (Luiz. Entrevista concedida em 31 de agosto de 2011).

Entre as Ongs que Luiz passa a fazer contato está a Afropress, que foi descoberta pelo jornalista casualmente.

“A minha relação com a Afropress surge por mero acaso e igualmente em Salvador. Lembro-me de ter recebido um e-mail de um companheiro jornalista português, igualmente afrodescendente, que na altura estava com o investimento de uma pousada em São Luis do Maranhão. Não me lembro mais do teor do e-mail, mas foi através dele que conheci o trabalho de Dojival Vieira e da Afropress. Fiz depois o contato com Dojival e desde então venho colaborando ocasionalmente com esse meritório projeto dele e apoiando sempre que possível o seu ativismo por um Brasil mais igualitário e justo, mesmo eu sendo um estrangeiro” (Luiz. Entrevista concedida em 31 de agosto de 2011).

Colaborador da Afropress desde 2007, além de enviar textos para a Agência, Luiz também divulgou o trabalho do veículo e acabou convidando outros profissionais a participar. Esse é o caso de Daniela, advogada e doutora em Ciências Sociais, que mora em Maceió,

Alagoas, não é afrodescendente, mas se diz sensibilizada pelo tema das relações raciais. Ela colabora com a Afropress desde 2011.

“Eu não tinha nenhuma relação com a Agência antes de integrar o grupo de colaboradores. Conheci o jornalista Luiz, residente em Londres, que se entusiasmou com meu trabalho sobre os direitos humanos, particularmente com meu livro publicado recentemente. Decidi colaborar com a Afropress pela seriedade com que os assuntos sobre relações interétnicas e raciais são tratados pela Agência, especialmente pelo alto nível dos textos publicados” (Daniela. Entrevista concedida em 1º de novembro de 2011).

A advogada trabalha junto a ONGs desde a adolescência, e tem atuado também em órgãos como a Cruz Vermelha Brasileira, Clube Rotary Internacional, e nas comissões permanentes da seccional Alagoas da Ordem dos Advogados do Brasil, que desenvolvem trabalho voluntário. Para Daniela, a Agência:

“é uma forma de divulgar a realidade de uma sociedade baseada, teoricamente, em normas altamente avançadas de proteção, promoção e defesa dos direitos humanos, particularmente do direito à igualdade e à liberdade, mas que, na prática, não passa de um engodo, pois as violações aos direitos das minorias, como as discriminações raciais, permeiam todas as esferas sociais, afetando agressores e vítimas. Os primeiros por permanecerem sob o manto da impunidade, orgulhosos da condição em que se encontrem, dificultando o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e causando danos irreversíveis a todos, inclusive a eles, pois os índices de violência e criminalidade aumentam em sociedades injustas, desiguais e sem liberdade. Quanto às vítimas, ficam à mercê de um sistema ineficaz e evitam fazer denúncias que não produzirão efeitos positivos, ou seja, cujos agressores provavelmente não sejam punidos” (Daniela. Entrevista concedida em 1º de novembro de 2011).

Já o técnico em Administração de Empresas, Anderson, tem uma relação mais distante da militância, e o que o aproximou do trabalho da Afropress foi sua identidade negra e a percepção dos conflitos raciais brasileiros vistos a partir de seu envolvimento com a cultura norte-americana em Nova Iorque, onde reside atualmente.

“Você é socializado no Brasil acreditando que não tem problema racial, e que tudo só depende de você. Você estuda e vai alcançar aquilo que almejar. Mas depois você descobre que não é bem assim, e vai enfrentando alguns problemas de conotação extremamente racial, mas acha que não é racial. Aí eu ouvia piadas em alguns lugares... Como eu vinha de uma família classe média baixa, mas

frequentei escolas particulares, fiz cursos de inglês, já tinha viajado outras vezes pra Nova Iorque, fui pra África também, e a realidade de uma pessoa negra no Brasil, há vinte poucos anos atrás, ainda era pior do que é hoje, em muitos lugares onde fui trabalhar eu era a única pessoa negra. Eu trabalhei na Varig, trabalhei no Unibanco, e eu era a única pessoa negra no meio de um mar de pessoas brancas brasileiras. Pessoas que às vezes têm a tua tonalidade de cor e não se consideram pessoas negras, elas acham que são pessoas brancas. Então eu sempre tive uma consciência, mas não de militante, ou de ativista. E passei a ter uma visão mais crítica realmente do Brasil quando eu vim morar em Nova Iorque, que eu comecei a ler mais. O livro que me abriu muito a mente foi a biografia do Malcon X, sou fã incondicional, li muitos outros livros sobre ele. A partir daí eu fui lendo cada vez mais e assistindo programas que têm essas discussões. Se tem uma coisa que norte-americano discute é o problema racial, eles colocam o dedo na ferida” (Anderson. Entrevista concedida em 7 de novembro de 2013).

Para Anderson, o espaço oferecido pela Agência para publicar as discussões relativas à situação dos afrodescendentes no Brasil e também nos Estados Unidos, é essencial para privilegiar enfoques que em geral não estão presentes nos meios pertencentes aos conglomerados de mídia. O colaborador destaca o caráter independente do veículo como uma de suas principais qualidades.

“É de uma importância vital para o debate sobre a igualdade racial o trabalho da Afropress. Por não estar atrelada a interesses econômicos, nem tão pouco políticos, a Afropress esta livre para poder informar a seus leitores tudo aquilo que é importante e afeta diretamente a comunidade afro-brasileira. Como sabemos, para a grande mídia só existe um grupo de cidadãos no país, é o do cidadão branco com origem europeia. O afro-brasileiro e sua historia ainda estão para ser descobertos pela população em geral. O papel da Afropress é trazer a tona muitas destas histórias” (Anderson. Entrevista concedida em 30 de agosto de 2011).

Outra rede formada em torno da atuação da Afropress é a integrada por contatos que o editor-chefe realizou ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, muitos dos quais se tornaram amigos dele e apoiam o trabalho da Agência de diversas formas. Esse é o caso de Antônio, jornalista, professor universitário e na época da pesquisa editor-chefe de um importante veículo de comunicação alternativa.

“Eu e o Dojival a gente se conhece há muito tempo. Na primeira eleição que o PT participou, eu fui candidato a deputado estadual e ele foi candidato a vereador lá em Cubatão. Então nos conhecemos desde 1982, é uma coisa antiga o nosso

contato. Claro, eu tive uma trajetória, ele outra, a gente ficou muito tempo sem contato, mas logo depois que ele começou com a Afropress eu já vinha vendo o trabalho. Um dia um aluno meu convidou ele para fazer parte de uma banca de TCC como avaliador do trabalho, e aí a gente se encontrou e trocamos endereços e retomamos os contatos” (Antônio. Entrevista concedida em 9 de novembro de 2012).

A partir desse reencontro, mais tarde estabeleceram a parceria para troca de material entre os dois veículos, já mencionada anteriormente.

Ex-preso político e torturado durante o período da ditadura, jornalista, militante de direitos humanos e membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE – SP), Carlos faz parte de um grupo de contatos mais recentes, que se construiu com a atuação da Afropress e sua inserção nos espaços da militância negra. O jornalista e militante apoia a Agência compartilhando informações, e chegou a contribuir com um artigo que foi publicado no veículo, apesar de não fazer parte do quadro de colunistas.

“Eu tomei contato com a Afropress e principalmente com o Dojival por um fato muito interessante. Como militante da questão dos mortos e desaparecidos, estávamos fazendo o traslado do corpo de um companheiro nosso, Luiz José da Cunha, nome de guerra Crioulo, porque ele era negro. E para fazer o traslado nós convidamos várias entidades negras para participar. Dissemos: ‘Olha esse é um companheiro, é uma coisa que diz respeito a vocês’.

No dia, uma pessoa lá, que agora não me lembro quem, levanta e diz: ‘Carlos, eu estou muito feliz em saber que tinha um negro na luta contra a ditadura’. Aí eu falei: ‘Espera aí, antes de você continuar deixa eu te dizer uma coisa. Um negro?! O Marighella que cor era? Negro. O Osvaldão, comandante do Araguaia, que cor era? Negro. Marco Antônio Silva Lima, Elenira Resende, mulher negra lá no Araguaia, comandante da guerrilha, Ieda Santos Delgado, José Veloso, Ventania...’ Eu fui dando vários nomes, aí ele disse: ‘Pô, eu não sabia disso’.

Aí o Dojival se aproximou de mim e falou: ‘Pô, eu acho interessante isso que você falou’. Aí eu falei: ‘Dojival, entenda o seguinte, essa mentira que foi pregada, que quem lutou contra a ditadura era branquinho, zona sul, classe média, do Rio de Janeiro, é mentira! Isso foi um babaca chamado Fernando Gabeira que inventou essa mentira!’

Aí ele [Dojival] me pediu pra escrever um artigo pra Afropress. Eu já conhecia, já sabia da existência, mas não tinha a frequência de ler. Então escrevi pra ele esse artigo. E depois vários amigos meus negros disseram: ‘Pô Carlos, eu recebo a Afropress e não sabia que você estava ligado, muito interessante essa história da participação do negro, e eu não sabia...’

Isso me incomodou muito que eu, conversando com o ministro Paulo Vannuchi, que é meu amigo e foi companheiro de cadeia inclusive, falei: ‘Paulinho, você precisa fazer um livro sobre a participação dos negros, porque nós precisamos

contar pra comunidade negra que existiu luta e que eles participaram’. Ele disse: ‘Faz uma relação de negros que você lembra’. Eu fiz a relação e saiu o livro. Ele fez rapidamente. Saiu essa publicação graças a essa conversa sobre o comandante Crioulo. Foi aí também que eu descobri como a Afropress é lida pelos meus amigos negros, porque muitos vieram conversar comigo e dizer que viram o artigo. Como é importante ter um meio de comunicação específico, que fale ao coração, que fale à raça” (Carlos. Entrevista concedida em 6 de outubro de 2011).

Como integrante do Condepe e militante de direitos humanos, Carlos se atualiza lendo os conteúdos da Afropress e também já ofereceu suporte para ações desencadeadas pelo trabalho da Agência.

“Eu acompanho muito a Afropress, porque o Dojival me mantém a par dos processos que têm, e eu ajudei ele no caso do Januário. Nós fomos lá e obrigamos a delegada a fazer o reconhecimento, a fazer a reconstituição e principalmente dizer: ‘Olha, isso aqui é um caso de tortura, não é um caso de espancamento só’. Depois disso tiveram outros casos em outros supermercados e eu fico sabendo. Por causa do Condepe e por causa da minha militância nos direitos humanos, eu preciso saber dessas histórias, então eu estou sempre me mantendo informado. Como recebo as notícias do movimento LGBT, dos menores, da Afropress também é muito importante pra me dar uma visão da sociedade, como é que anda” (Carlos. Entrevista concedida em 6 de outubro de 2011).

Através de seu trabalho de ativismo no envio de conteúdos para o *mailing* e na realização de contatos nas redações para apresentação dos materiais enviados, a Agência vai estabelecendo novas conexões nos meios de comunicação, além de manter laços mais antigos construídos pelo editor-chefe ao longo de sua trajetória como jornalista. Essa rede envolve profissionais que integram equipes de veículos dos conglomerados de mídia, mas também da imprensa alternativa. Esses veículos, muitas vezes, pautam a Afropress e também são pautados pela Agência.

Um dos exemplos do movimento desse sistema de retroalimentação foi o da reportagem produzida pelo Jornal Brasil de Fato, sobre os casos de violência contra consumidores negros em grandes redes de hipermercados em São Paulo. Os jornalistas Jorge Américo e Eduardo Sales de Lima redigiram uma matéria falando sobre os três casos de racismo e agressão denunciados pela Afropress e que Dojival Vieira dos Santos foi o advogado das vítimas. Ele também concedeu entrevista para a produção do material. A reportagem rendeu ao jornal e aos jornalistas o 1º Prêmio Abdias do Nascimento de

Jornalismo na categoria Mídia Alternativa e Comunitária, em novembro de 2011. Para a Afropress a publicação resultou no estabelecimento de dois novos contatos de jornalistas na sua rede de produção e distribuição de conteúdos, e para Dojival o reforço de sua imagem de advogado especializado em casos de racismo e como fonte referência sobre o assunto. A seguir as imagens do texto publicado e da matéria da Agência anunciando a vitória dos jornalistas no concurso.

Imagem 14 – Matéria Jornal Brasil de Fato e matéria Afropress

The image shows two screenshots of news articles. The left screenshot is from the website www.afropress.com, displaying a news article titled "Reportagem sobre racismo em supermercados vence Prêmio". The article text includes details about the award, the authors (Jorge Américo and Eduardo Sales de Lima), and the subject matter (racism in supermarkets). The right screenshot is from the website www.brasildefato.com.br, displaying a news article titled "Supermercado ou pelourinho?". This article also discusses racism in supermarkets and includes a photograph of a supermarket interior. Both screenshots show the respective website headers and navigation menus.

Fonte: www.afropress.com; www.brasildefato.com.br

Já José, jornalista funcionário do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, tem uma relação menos recente com o editor-chefe da Afropress, o conheceu durante o período em que ele atuava nos meios de comunicação, antes da criação da Agência. A troca de informações e a abertura de espaços para divulgação da Agência são os modos de cooperação oferecidos pelo sindicato através de José, que avalia que lidar com as diferenças ideológicas é o principal desafio de Dojival.

“Eu trabalhei com o Dojival, que é o criador da Afropress, e acompanho essa manifestação importante. Não acompanho diariamente, mas dentro do que eles conseguem se divulgar, eu acompanho. Uma vez eu também noticiei no nosso

jornal a Afropress, que às vezes muita gente não conhece. É um instrumento que tem muita importância. O movimento negro também tem suas nuances, não é tão simples criar um instrumento de comunicação como a Afropress. O movimento de mulheres também tem divergências, o movimento negro, o movimento de esquerda, o PT... A vida é feita de divergências e as pessoas às vezes têm que conseguir se organizar atrás de um determinado veículo, de alguma entidade. Mas não é uma experiência fácil, a democracia é difícil. E a experiência da Afropress também é uma experiência difícil. Possivelmente tem divergências internas e externas. Veja que situação: Me parece que a Afropress inclusive, que muitos pensam que não tem poder, foi alvo. Uma vez os neonazistas picharam a parede da Afropress lá, ameaçaram o Dojival várias vezes. Então essa é a questão que é mais importante. A luta política é real e tem caras que se incomodam quando existe uma imprensa que diz que o Brasil é um país que não tem racismo. Tem bastante racismo, é um país miscigenado, mas conservador, e os grupos que se opõem a experiências como a Afropress eles existem, não é brincadeira” (José. Entrevista concedida em 7 de novembro de 2012).

O episódio dos ataques sofridos pela Afropress que José citou, foi um dos momentos da trajetória da Agência em que foram gerados tensionamentos quanto à relação entre liberdade e controle de expressão na internet; quanto à intolerância étnica e racial, que se tornou mais evidente no caso; e no campo político, uma vez que a resolução do problema foi cobrada das autoridades publicamente e judicialmente.

Os ataques dirigidos à Afropress começaram no ano de 2005, quando a ONG ABC Sem Racismo iniciou uma campanha contra a proliferação de sites e mensagens que pregavam o ódio racial na internet. O estopim para a promoção da campanha foi a descoberta de uma comunidade no site de relacionamentos Orkut, intitulada “Vingue-se no Pretinho”, onde foi estampada a foto de um menino negro de 13 anos, que morava em São Paulo. Indignada com a violência e temendo que a intolerância racial também motivasse uma agressão física, a família do menor procurou a ONG ABC Sem Racismo para tentar cobrar providências das autoridades.

Como parte da campanha contra o racismo na internet, o episódio envolvendo o menor e outros casos detectados foram denunciados para a polícia e para o Ministério Público. Uma ação do Ministério Público de São Paulo identificou os autores de alguns desses sites e mensagens, entre eles estava Marcelo Valle Silveira Mello, na época estudante de Ciência da Computação, na Universidade Católica de Brasília, e calouro do curso de Letras – língua japonesa, na Universidade de Brasília (UnB). A Afropress fez matéria sobre a investigação e

divulgou os nomes dos acusados. Uma medida, que segundo Dojival, fez jus ao direito à informação.

“Nesse processo de invisibilidade se naturalizou a ideia de que autores de crimes racistas deveriam ser protegidos pelo anonimato de suas identidades, e a gente sempre se insubordinou contra isso. Partíamos da seguinte ideia: O direito à informação impõe que, se alguém é acusado de um crime, a sociedade tem o direito de saber quem é e que crime é esse.

É muito comum a gente ver ainda hoje matérias assim: ‘Um comerciante acusado de racismo...’ Ou então aparecem só as iniciais. Mas só se usa as iniciais, ou se omite o nome, somente quando se trata de pessoas inimputáveis. Mas nenhuma lei protege no anonimato, ou garante o anonimato de racistas, ou de pessoas acusadas de cometer crimes raciais. Então colocamos a matéria no ar e demos os nomes dos acusados nessa investigação. Uma semana depois disso, sofremos um ataque devastador. O ataque foi tão forte que causou danos até no provedor que hospedava o site” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 7 de outubro de 2011).

Os ataques ao site da Agência foram tão intensos que em seis meses foi necessária por três vezes a troca de provedor de hospedagem. Já após o primeiro ataque, Dojival recebeu um e-mail do *hacker*, que assumiu a autoria do delito e fez ameaças, assinando com o codinome “Br0k3d - o justiceiro”. Os ataques se intensificaram e as mensagens por e-mail e no site de relacionamentos Orkut assumiram um tom cada vez mais violento, pois o editor-chefe da Afropress, sua esposa e a filha dela, Maria Julia Medeiros, que também trabalhavam no veículo, passaram a ser ameaçados³³ de morte, tanto pela internet, quanto por telefone, por “Br0k3d - o justiceiro” e por uma rede de *hackers* que se diziam amigos dele. Também nesse período, Dojival e a delegada Margarete Correia Barreto, titular da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi) de São Paulo, tiveram suas fotos publicadas no site da organização neonazista “White Power – SP” e foram apontados como inimigos da organização.

A partir do codinome assinado nas mensagens, Dojival e a esposa investigaram por conta própria na internet. Cruzando dados, encontraram o mesmo codinome sendo usado para efetuar uma compra num site e se identificando como Marcelo Valle da Silveira Mello. Com a descoberta da identidade do *hacker*, ele foi denunciado na polícia por Dojival, que também encaminhou uma solicitação para que a investigação fosse transferida ao Ministério Público

³³ Algumas das ameaças feitas por e-mails, recados na rede de relacionamentos Orkut e comentários de notícias estão disponíveis nos anexos ao final do texto desta tese.

do Distrito Federal, pois o acusado residia em Brasília. Além da denúncia encaminhada pelo promotor de São Paulo, inúmeras outras haviam sido feitas em Brasília, onde Mello já estava sendo investigado. Entre as acusações que geraram mais repercussão, está a série de comentários discriminatórios e ofensivos aos negros feita pelo estudante em um fórum de discussão sobre o sistema de cotas da UnB, no site de relacionamentos Orkut.

Depois de oferecida a denúncia pelo Ministério Público em 2005, o processo tramitou na justiça durante cerca de três anos. Nesse período, continuaram os ataques ao site da Agência e as ameaças à vida do editor-chefe do veículo e de sua família. A situação o levou a cobrar providências mais efetivas das autoridades através de um documento³⁴, protocolado junto ao Ministério Público de São Paulo, no qual foram responsabilizados na época o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Saulo de Castro Abreu, e o Ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, pela integridade física dessa equipe que trabalhava mais diretamente na Afropress. O documento foi enviado diretamente às autoridades citadas e sua existência também foi divulgada no site da Afropress e compartilhada em outros espaços da internet. Antes, os ataques já haviam sido noticiados por diversos meios de comunicação, como os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, a revista Caros Amigos, entre outros.

De acordo com Dojival, o envio e divulgação do documento tiveram um papel importante no caso:

“Eu fui pra cima. Você pode dizer: ‘Pô, mas isso os caras [as autoridades citadas] nem chegaram a tomar conhecimento’. Chegaram a tomar conhecimento sim, porque isso se tornou uma coisa pública. Que havia um ativista sendo ameaçado continuamente por grupos neonazistas, que havia um site mantido por este ativista, uma agência de notícias, que estava sendo permanentemente atacada, isso ficou público nacionalmente. E foi essa reação, na minha avaliação, que fez com que essa situação adquirisse maior visibilidade. Quiseram em um determinado momento me incluir no programa de proteção a testemunhas. Eu falei não. Eu não quero perder a minha privacidade. Imagina você ficar com alguém permanentemente na sua casa, um policial tomando conta. É uma forma de prisão isso. Eu falei: ‘O que eu quero é que vocês utilizem a inteligência [setor da polícia] pra identificar, prender e punir quem está fazendo isso’”. (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 7 de outubro de 2011).

Certamente a ação do editor-chefe da Afropress causou uma tensão no campo político, espaço onde o jornalista e advogado tem conhecimento dos mecanismos de funcionamento

³⁴ O documento e alguns de seus anexos estão disponíveis nos anexos ao final do texto desta tese.

em função de sua trajetória profissional na área. Outro fator que favoreceu a atitude tomada por Dojival foi sua formação em Direito, que lhe possibilitou saber dos caminhos necessários para acionar a justiça, conferindo mais credibilidade a sua reivindicação. Esses dois elementos aliados à divulgação no campo midiático geraram a repercussão e a tensão entre as autoridades, que tiveram que oferecer uma resposta ao problema apontado.

Concluídas as investigações do processo, Marcelo Valle da Silveira Mello foi condenado em segunda instância em 2009 pelo crime de apologia ao racismo, previsto pela lei 7.616/89, que determina a punição de crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Lei que foi reformulada em 1997, quando foram acrescentadas as categorias etnia, religião e procedência nacional, às já previstas raça e cor. O *hacker* foi condenado a um ano e dois meses de reclusão e multa pelo artigo 20 da Lei 7.716/89, o qual determina como crime “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”³⁵. A pena foi transformada em prestação de serviços à comunidade. Foi o primeiro caso no Brasil de condenação por crime de racismo na internet.

Após a sentença, os ataques diretos à Afropress cessaram por algum período, porém depois voltaram a acontecer, embora passassem a ser mais esparsos. O que demonstra que, apesar da ação da justiça, os neonazistas continuaram atuando na internet, ainda que de uma forma menos intensa. Quadro que com o tempo foi se modificando e as manifestações racistas foram ganhando força novamente. Uma nova investigação foi realizada em 2011, a Operação Intolerância. Empreendida pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Cibernéticos, da Polícia Federal, a operação identificou os autores de mensagens discriminatórias a negros, homossexuais, nordestinos e judeus. Além de pregar a discriminação, as mensagens, que eram publicadas no site silviokoerich.org, também continham apologia a crimes de violência contra mulheres e a abuso sexual contra crianças. Em março de 2012, foram presos em Curitiba, Paraná, o empresário Emerson Eduardo Rodrigues e o reincidente Marcelo Valle Silveira Mello, acusados de serem os responsáveis pelo conteúdo do site. Também foram encontrados indícios de que os rapazes pretendiam agredir, com armas de fogo e uma bomba, estudantes do curso de Ciências Sociais da UnB. De acordo com as investigações, atuava em conjunto com eles uma rede formada por *hackers* e neonazistas de São Paulo, Brasília e Curitiba, coordenada por Mello. Até a data da prisão dos acusados, o Ministério Público Federal declarou que já havia recebido cerca de 70 mil denúncias sobre o caso.

³⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm - Acesso em 20 de janeiro de 2014.

A Lei 7.716/89 novamente serviu de base para a Justiça Federal condenar pelo crime de racismo os dois acusados em 2013, que também responderam pelos crimes de incitação à prática de crime, artigo 286 do Código Penal, e de publicação de fotografia com cena pornográfica envolvendo criança ou adolescente, Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Marcelo Valle Silveira Mello foi condenado a seis anos e sete meses de prisão, mais 192 dias-multa, o equivalente a R\$ 3.508,03; e Emerson Eduardo Rodrigues terá que cumprir pena de seis anos, seis meses e cinco dias, e 106 dias-multa, no valor de R\$ 1.936,72. As penas de ambos estão sendo cumpridas em regime semiaberto.

Além de ter sido a primeira condenação por crime de racismo na internet no Brasil, o caso é representativo também do ponto de vista da militância negra, uma vez que a condenação dos acusados teve grande repercussão midiática, tornando-se exemplar, o que acaba prestando um serviço importante à luta contra a discriminação. Em relação à Afropress especificamente, a situação demonstrou que a relação entre liberdade e controle de expressão na internet ainda é complexa e que, até o momento, não é possível assegurar totalmente o direito à cidadania comunicativa de todos. As leis e as autoridades que têm o papel de proteger o exercício desse direito no espaço da internet ainda estão se adaptando para tentar acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas.

Uma das barreiras mais significativas que impede o exercício da cidadania comunicativa na internet, é a intolerância étnica e racial, que foi expressa de maneira intensa, explícita e violenta no caso em questão. Fato que voltou a se repetir contra a Agência em abril de 2012, durante a cobertura jornalística da preparação e dos desdobramentos do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da constitucionalidade do Programa Universidade para Todos (ProUni)³⁶ e do programa de cotas para negros e indígenas da Universidade de Brasília (UnB). As ações, a do ProUni movida pela Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino (Confenen) – representante das instituições particulares – e a do programa de cotas movida pelo Partido Democratas, foram julgadas conjuntamente.

³⁶ Desde sua implantação em janeiro de 2005 até o primeiro semestre de 2014, o ProUni já ofereceu mais de 1,2 milhões de bolsas integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior no Brasil. O programa é dirigido para estudantes oriundos das escolas públicas ou das escolas privadas na condição de bolsistas integrais. Há reserva de cotas para estudantes autodeclarados afrodescendentes e indígenas de acordo com a presença de habitantes dessas cores/raças nos Estados, segundo o IBGE. A primeira edição de 2014 bateu recorde de inscritos, 1.259.285 pessoas disputaram as 191,6 mil bolsas de estudo (131,6 mil integrais e 59,9 mil parciais) oferecidas. O ProUni é uma ação considerada de grande relevância para a educação superior no Brasil, porque mudou consideravelmente o perfil dos universitários no país, inserindo na universidade uma gama de estudantes de outras classes sociais e de outras cores/raças. Fonte: <http://siteprouni.mec.gov.br>. Acesso em: 03.02.2014.

Após três dias de julgamento, em 26 de abril de 2012, tanto o ProUni, quanto o programa de cotas da UnB foram considerados constitucionais, este último por unanimidade de votos dos dez ministros que julgaram as ações. Caso o STF tivesse julgado pela inconstitucionalidade do ProUni e do programa de cotas da UnB, todas as universidades que adotam os sistemas precisariam suspendê-los, pois a medida teria efeito em todo o território nacional, prejudicando milhares de estudantes.

A cobertura desse momento histórico e importante para os movimentos sociais negros e para o Brasil de uma maneira geral, rendeu à Afropress diversos ataques ao seu site, que ficou fora do ar durante 12 horas no dia 26 de abril. Os ataques começaram já no primeiro dia de julgamento do STF, 24 de abril, segundo a equipe de suporte da Rede Tiwa, que hospedava o site na época. Há suspeitas de que essas investidas contra o site da Agência possam ter partido de grupos racistas e neonazistas ligados aos presos Mello e Rodrigues, porém nada foi comprovado.

Além de enfrentar os embates relativos à intolerância étnica e racial para abordar a temática da luta contra o racismo, e pela igualdade e valorização da contribuição histórica e cultural dos afrodescendentes, a Afropress também busca preencher uma lacuna nos meios de comunicação dos conglomerados de mídia. Trata-se da falta de espaço ou da abordagem insuficiente e descontextualizada desse tema realizada por tais veículos, que pode gerar uma informação incompleta, ou ainda carregada de estereótipos e preconceitos. A questão da invisibilidade dos afrodescendentes no campo midiático foi um dos principais fatores que influenciaram na criação da Agência. Porém, apesar de se posicionar como um “veículo de mídia focada”, portanto com um caráter mais alinhado à perspectiva de mídia alternativa, a Afropress apresenta uma relação peculiar com os tradicionais veículos dos conglomerados de mídia. Ao mesmo tempo em que critica o modo de funcionamento e a cobertura jornalística feita pelos meios tradicionais, ao ponto de construir um veículo que se propõe a ser capaz de suprir as falhas do anterior na abordagem da questão étnico-racial, também busca inserção nestes meios.

“O jornalista da Folha de São Paulo, da Globo, e de outros jornais diários da grande mídia ele também foi formado sob o mito da democracia racial. Então ele não tem a visão, ele não tem a noção de como é que vai apresentar essa questão num contexto de uma sociedade democrática de um Estado democrático de direito. Ele vai apresentar reproduzindo e replicando o mito da democracia racial. Você pode pegar as matérias que se vê nos jornais, mesmo quando elas

destacam, mesmo quando você lança visibilidade, se pode ver qual é a leitura que eles fazem. Não é culpa do jornalista, ele teve essa formação. É culpa nossa que não atuamos, que não intervimos no sentido de fazer com que os jornalistas da grande mídia não sejam vistos como inimigos nossos, mas sejam vistos como potenciais aliados para fazer com que essa cobertura tenha amplitude de 100 e não se limite aos 50. Estou me referindo ao contingente da população brasileira” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Essa situação acaba gerando um tensionamento entre as concepções de mídia alternativa e mídia hegemônica na atuação da Afropress, uma vez que em cada um dos modos de trabalhar a mídia os enquadramentos das notícias são diferentes. Por outro lado, tais tipos de enquadramentos, de certa maneira, também podem dialogar, e até se misturar nas notícias produzidas pela Agência. O gesto pode ser considerado uma forma de militância, pois o veículo assume o papel de prospectar e contextualizar as notícias sobre o universo relacionado à temática étnico-racial, buscando inseri-las em diversos meios, incluindo os da mídia hegemônica, em nome do objetivo de garantir o direito à informação e promover uma mudança social.

“Esse país é marcado pelo racismo, pelos ecos da Casa Grande. Ou a gente ajusta contas com isso, ou esse hiato entre pobres negros de um lado e muito ricos brancos de outro vai continuar. Por isso, um movimento transformador, um movimento negro que de fato se reporte ao Brasil e queira ser um instrumento de transformação, tem que estudar, tem que conhecer a história, não pode achar que repetir clichês basta. Senão, na verdade, acaba soando como alegórico, porque esta inclusão que nos propõem é uma inclusão subalterna, nos admitem como simbólico, como alegórico só. Então, ter uma mídia capaz de contextualizar tudo isso e de levar a informação é uma contribuição que eu acho que só daqui a algum tempo vai ser melhor avaliada, mas já está começando esse processo. Porque informação é poder. Quem sabe pode. Quem sabe, sabe que pode e como pode, quando pode e quanto pode. Informação é poder. Se você suprime o direito à informação você aborta qualquer processo de transformação. Por isso que é fantástico o momento que a gente está vivendo hoje, apesar de toda a cinza que há, porque as redes sociais possibilitam que qualquer um de nós faça as nossas ideias chegar do outro lado do mundo” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Outras entidades que abordam a questão racial e trabalham com a comunicação também relatam a falta de espaço para divulgar o tema. De acordo com Mara, jornalista de uma instituição ligada à causa negra que mantém um conjunto de veículos de comunicação, a

parceria entre organizações militantes é uma das saídas que podem dar suporte à produção e circulação das informações.

“Acho que quem faz uma cobertura com o viés que nós fazemos, com a questão do negro, encontra dificuldades. Se não estiver em contato com os sites coirmãos, com as pessoas que também fazem este trabalho, e não estiver atuante realmente, tendo contato com as pessoas, se depender só da grande mídia, vai ficar desatualizado. Porque se não for algo muito gritante não ganha destaque, não está lá nos grandes jornais. É uma busca constante mesmo. Você tem que estar o tempo todo em alerta pra verificar o que chegou de novo, o que aconteceu agora. Se não é o momento, por exemplo, próximo ao 13 de maio, ou ao 20 de novembro, você não acha tantas informações assim” (Mara. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Entretanto, a relação entre tais organizações nem sempre é harmônica, conforme relata Dojival a respeito do uso não autorizado do material produzido pela Afropress. Segundo o editor-chefe da Agência, já houve casos de entidades bem aparelhadas que utilizaram integralmente as matérias produzidas pelo veículo sem propor ou aceitar um acordo de cooperação.

“Não acho justo que ONGs, empresas, universidades, que têm estrutura, que têm dinheiro, que têm poder, que têm apoio internacional, utilizem a produção jornalística que a gente faz sem qualquer contrapartida, poderia ser uma parceria institucional. Não me refiro a blogs, não me refiro a pessoas que replicam as nossas matérias com um caráter militante mesmo, elas não têm apoio, não têm estrutura. Agora, quem tem estrutura não pode fazer isso, porque está pirateando, está desrespeitando, violando o direito autoral” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 7 de outubro de 2011).

A queixa de Dojival também se relaciona ao modo como a Afropress se sustenta financeiramente. Como já foi comentado, os recursos que mantêm a Agência vêm principalmente do editor-chefe, e os colaboradores trabalham voluntariamente. O editor-chefe sinaliza que as dificuldades para obter apoio financeiro parecem decorrer de diferenças ideológicas.

“Tudo sai do nosso bolso. Então é um trabalho voluntário, não tem nenhuma fundação norte-americana bancando isso aqui. Bancando os custos. Não seria nenhum favor se fizessem isso, muito pelo contrário, seria obrigação fazerem isso. Acontece que a nossa independência incomoda. Esse pessoal que está nos

governos, que está nas fundações, ainda não está preparado pra ter uma mídia focada e independente. Eles querem uma mídia chapa branca” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Esses conflitos são mais frequentes entre a Agência, instituições governamentais ligadas à promoção da igualdade racial, e organizações dos movimentos sociais negros, que muitas vezes são ligadas a partidos políticos. A partidarização das lutas contra o racismo e pela igualdade é a principal crítica de Dojival.

“Então, pra que servem esses espaços [políticos]? Servem pra acomodar interesses de negros que militam nesses partidos. Não tem noção, visão de política pública pra todos. E nossa postura incomoda, por isso que a gente não tem apoio dessa gente. E quer saber: se esse apoio significar transformar a Afropress em mídia chapa branca, nós não queremos. A razão de ser da Afropress é a independência, e é também a independência a nossa maior credibilidade. Se a gente precisar fazer matéria que vai soar desagradável, ou não vai ser bem vista pelo Serra, pelo Lula, por Dilma, por Tarso, ou por quem quer que seja, desculpe a expressão chula, a gente não tem rabo preso mesmo, a gente faz. Claro, não é questão de ser imparcial ou neutro, é questão de ser honesto. Se eu estou dizendo que determinado agente público está cometendo um desvio, está fazendo uma coisa que é equivocada do ponto de vista desta população que a Afropress cobre prioritariamente, se eu estou dizendo que está havendo desvio de recurso, eu, por questão de honestidade, tenho que dar o direito desse outro setor, desse agente público dizer que não. O tal outro lado, mais do nunca, tem que ser ouvido sobre isso” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Sobre essa questão dos enquadramentos e tratamento da notícia, essa opinião de Dojival sobre a Afropress não é consenso. Um dos leitores da Agência mais assíduos que faz uma avaliação diferente é Otávio, trabalhador autônomo, militante do movimento negro há mais de 30 anos, atualmente é acadêmico do curso de Direito, e integrante da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), em Porto Alegre³⁷.

Otávio relatou que começou a acompanhar o trabalho da Afropress a partir da I Conferência Nacional da Igualdade Racial em 2005, quando participou como integrante da UNEGRO do processo de construção do evento. Desde então, além de ler as notícias, também

³⁷ Otávio também integra o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial do Rio Grande do Sul, e dois órgãos ligados ao Estado do Rio Grande do Sul especializados em promoção da saúde da população negra, são eles o Comitê Técnico do Conselho Estadual de Saúde e a Comissão Técnica da Secretaria Estadual de Saúde. Além disso, também participa da organização de eventos, presta assessoria e consultoria em projetos sociais ligados à questão negra, e atua em outras áreas, como a política e a defesa dos direitos humanos.

procura contribuir com o veículo enviando informações sobre o que acontece no cenário da militância negra do Rio Grande do Sul, tema que, de acordo com o militante, é pouco abordado pela Agência, que costuma privilegiar os acontecimentos do entorno de São Paulo. Outra crítica que Otávio fez às notícias veiculadas pela Agência é a apresentação de poucos ângulos das informações, por outro lado, reconheceu que o espaço dos comentários é uma ferramenta de diálogo.

“[...]A gente passa a acompanhar então a Afropress. A própria pressão que a Afropress sofria naquela época pelas denúncias que fazia, os ataques que sofria... E também começamos a ter um contato direto com o companheiro Dojival, de contribuir mandando informação daqui pra lá, mas sentimos o seguinte: Uma grande dificuldade da relação da Afropress com os outros Estados, porque ela tá muito focada na cidade de São Paulo. São assuntos de São Paulo, são assuntos que acontecem no entorno do companheiro Dojival, coisas mais do interesse dele, mas mesmo assim vimos que era uma fonte importante, como depois surgiu a página do Geledés, se não me engano, e aí veio a revista Raça e outros tantos. A gente passa então a tentar a acompanhar essas fontes de informação, pra saber um pouco do que está acontecendo e socializando através dos comentários, até pela dificuldade dos companheiros em abrir espaço pra informação de outros Estados, mas pelo menos nos comentários que a gente fazia com relação às matérias que eram publicadas lá a gente tentava transmitir um pouco do que estava acontecendo aqui no Rio Grande do Sul” (Otávio. Entrevista concedida em 29 de novembro de 2013).

Para o jornalista Cesar, que utiliza a Afropress como fonte de informação e trabalha há mais de 20 anos em um dos jornais mais importantes do Estado de São Paulo, as tendências de opinião, ou partidárias, aparecem com frequência quando o assunto em pauta é ligado a questões políticas, como é o caso dos movimentos sociais. Com a Agência não é diferente:

“Eu sou ateu, e cobri religião durante quase dez anos. Eu tenho um monte de fontes importantes, interessantes, converso com gente de várias vertentes religiosas. Em primeiro lugar eu demonstro muito respeito pelo pensamento deles, pelas coisas deles, procuro entender da melhor maneira possível, e nunca tratei desrespeitosamente as convicções deles.

Em segundo lugar, quando você lida com os movimentos sociais eles têm um engajamento, têm uma militância, que eu como jornalista não posso ter. Então eu estou o tempo todo observando isso. Por exemplo, várias vezes o Dojival me liga, me conta uma coisa, mas eu não vou publicar diretamente, eu vou checar com mais uma ou duas fontes. Às vezes, o que eu percebo é que se trata de um ponto de vista do Dojival, não é necessariamente o fato que está em questão. Mas isso não acontece só com ele, como eu trabalho na editoria de política isso é muito comum. Mas acho que não é uma coisa específica do meu trabalho, isso é

específico do jornalismo. É necessário checar com mais de uma fonte, confirmar. Isso não desqualifica a fonte, mas você tem que fazer esse trabalho necessariamente. Isso enriquece seu trabalho” (Cesar. Entrevista concedida em 10 de novembro de 2012).

Sobre o compromisso do jornalismo em mostrar mais de um aspecto dos temas que aborda, Dojival afirma que nas matérias veiculadas pela Afropress há essa preocupação, no entanto nem sempre ela se concretiza.

“Editorialmente a gente tem um posicionamento sim. A Afropress tem posição, mas esse fato não significa que a gente não deva ouvir todos os lados. O problema é que esse outro lado se esconde” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Segundo o editor-chefe, em alguns casos as autoridades ou lideranças envolvidas se recusam a dar declarações sobre os assuntos debatidos pelas notícias. É possível citar dois episódios em 2011 que receberam maior repercussão na Agência, em que houve recusa das autoridades em falar. Um deles foi a atuação da ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros. No primeiro mês após assumir o cargo, Bairros concedeu uma entrevista exclusiva à Afropress falando sobre as expectativas e planos da nova gestão. Mais tarde, cerca de nove meses no cargo, a ministra foi entrevistada novamente pela Agência para falar sobre as críticas que recebeu a respeito de sua atuação, as especulações publicadas sobre sua saída da Seppir e a possível aglutinação do órgão a um ministério dos Direitos Humanos que havia a hipótese de ser criado. Nessa última conversa, em resumo, Bairros disse que não teria nenhuma declaração sobre as especulações e que só falaria a respeito depois que as discussões se tornassem oficiais no ministério. Após essa fala, ela se recusou a dar outras entrevistas à Afropress.

O outro caso citado envolve as polêmicas em torno do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre o livro “Caçadas de Pedrinho”, escrito por Monteiro Lobato, e distribuído nas escolas públicas brasileiras através do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). O parecer emitido recomendava que o livro deixasse de ser adquirido com dinheiro público e distribuído nas escolas, por conter trechos que expressam racismo e posicionamentos etnocêntricos em relação aos personagens negros da fábula. A outra alternativa citada pelo parecer exigia que as editoras inserissem no livro uma nota explicativa a respeito dessas passagens consideradas de teor racista na obra.

Esse parecer, que gerou diversas discussões, incluindo a acusação de censura ao livro, foi rejeitado pelo Ministério da Educação, que recomendou a sua revisão. O texto então foi reescrito pela relatora, Nilma Lino Gomes. Na nova versão, a obra volta a ser incluída no PNBE, e é sugerida a contextualização histórica do livro na escola. A Afropress fez cobertura sobre o caso e se mostrou favorável à primeira versão do parecer, procurando a relatora para entrevistá-la sobre o assunto, que decidiu não se pronunciar.

Dojival atribui essa postura apresentada por algumas autoridades e lideranças dos movimentos sociais negros, ao receio de expor as divergências internas do movimento. Mesma razão pela qual a Agência não obtém apoio financeiro de algumas instituições públicas e fundações ligadas à promoção da igualdade racial, de acordo com o jornalista.

“A Seppir não nos apoia por uma razão simples: Porque o apoio da Seppir, na concepção de quem está lá, teria que vir acompanhado de um compromisso meu de não falar mal da Seppir. Mas eu não falo mal da Seppir. Não é a questão de falar mal. Você percebe como se rebaixa o debate público a idiossincrasias pessoais? Ora, não se trata de falar mal, estou falando de um órgão público de Estado. Estou falando de uma questão de Estado. Não estamos numa república? É um direito do cidadão apontar o que está errado. Como é um direito deles dizerem: Não, isso está certo. Possibilitem ao menos o contraditório, mas nem isso nós temos. Olha isso dá uma conversa grande, dá um debate... Porque há uma recusa desses seguimentos, que dizem liderar o movimento negro brasileiro, a se expor ao contraditório, a expor suas diferenças, a defender suas políticas. Há uma recusa, eles não querem isso” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

As notícias que geram maior polêmica entre os leitores e também com as fontes, com frequência, envolvem assuntos que comportam um enfoque com viés político partidário. A vivência de Dojival no campo político e no contexto dos movimentos sociais negros brasileiros, e seu conhecimento sobre os meandros inerentes a esses setores sociais, que também se interseccionam em diversos momentos, podem favorecer uma abordagem mais incisiva dos temas por parte do jornalista, e ainda o reconhecimento dele em função de suas trajetórias militante e política.

O jornalista Cesar avalia esse lado da experiência da Afropress e sugere que seria interessante uma expansão do projeto.

“Acho que a Afropress é muito partidária ainda. Seria necessário que ampliasse a visão para que o meio se tornasse referência, porque é necessária a existência de um meio referência. O trabalho do Dojival é importante, é interessante e de resistência e militância, mas poderia abrir mais, se ampliar para ser referência, aumentar a equipe talvez e apresentar outros lados das questões. Sempre checo a informação que o Dojival me passa por causa disso. Por isso ele não é ‘a fonte’, mas uma das minhas fontes” (Cesar. Entrevista concedida em 10 de novembro de 2012).

Com opinião semelhante, o militante Otávio percebe na Agência espaços de interlocução para os leitores, porém afirma que seria necessário estender as perspectivas dos temas tratados nas matérias e a região de abrangência do veículo.

“Nessa parte [dos comentários] a gente não tem dificuldade. Ao ler algumas matérias e ver algumas posições a gente coloca as nossas opiniões lá. Vêm às vezes os contrapontos, mas eu vejo assim: A gente não consegue identificar nessa discussão da matéria a ampliação. Eu entendo que quando um jornalista coloca uma posição, ou um colunista coloca uma posição e tu abres um debate, cabe ao setor que cuida desse espaço do jornalismo ouvir as duas partes. [...] Mesmo assim, eu respeito o espaço, acho que é um espaço importante, mas pra se transformar realmente em um espaço de manifestação da população negra, também tem que ver onde é que o Dojival quer chegar. Se ele quer chegar só na região Sudeste, ou se ele quer chegar em todos os Estados do país. Bem, se é uma imprensa negra que fala e ouve todas as referências no Brasil inteiro, acho que a Afropress deveria então criar um mecanismo, ou criar subsidiárias, não sei se seria esse o termo correto, ou colocar pessoas nos Estados, ou por região, que ficariam com a tarefa de estar ouvindo e contribuindo para que todas as demandas da questão racial onde trabalha a linha da Afropress estivessem representadas dentro desse espaço” (Otávio. Entrevista concedida em 29 de novembro de 2013).

A questão do aumento da equipe foi tratada por Dojival durante a pesquisa. De acordo com o editor-chefe, essa intenção existe desde que o projeto começou a ganhar mais repercussão e sentiu-se a necessidade de tratar de assuntos que se desdobravam em regiões distantes da redação localizada em São Paulo. O objetivo de chegar a esses outros lugares é, além de “falar para fora do movimento negro”, fazer a cobertura jornalística dos temas referentes à valorização da diversidade étnica e à luta contra o racismo em todo o Brasil. No entanto, a ampliação da equipe da Afropress esbarra na falta de recursos para manter esse trabalho, que hoje é realizado de acordo com a disponibilidade de voluntários. Com isso, as atividades acabam ficando mais centralizadas no editor-chefe. Segundo Dojival, as

dificuldades para obter apoio financeiro e conseqüentemente dispor de uma estrutura melhor preparada para disputar mercado, além de estar relacionadas a divergências ideológicas, conforme foi citado anteriormente, também refletem o racismo institucional.

“Os grandes veículos de comunicação do Brasil, eu estou falando de Folha, Estadão, Globo, Record, Veja, a fonte de financiamentos deles são recursos da assessoria de comunicação do Estado, são as estatais. Observe: Ora, porque um veículo de conteúdo jornalístico focado, como é o nosso, não tem acesso a esses recursos? Fazendo um parêntese, o fato de ter acesso a esses recursos para veicular, por exemplo, propaganda institucional do governo não significa comprometimento da nossa independência, muito pelo contrario.

Então há aí sim um componente de racismo institucional embutido nessas decisões. É obvio que não estou me comparando com ninguém, nós somos do nosso tamanho. Mas, me diga por que o Conversa Afiada, do Paulo Henrique Amorim, tem 40 mil reais mensais da Caixa? Só a Caixa Econômica Federal, que é uma estatal, um banco do Estado, descarrega 40 mil reais no Conversa Afiada! Ora, com 40 mil reais mensais eu mantenho a rede nacional de comunicação, de produção de conteúdo, porque nós já temos a expertise disso, a Afropress tem isso. Então há aí um componente de racismo institucional das instituições mesmo, que não têm um olhar para entender que a comunicação que nós fazemos é jornalismo.

A gente quer disputar mercado. Nós queremos nos apresentar ao mercado como empresa prestadora de serviço, que tem conteúdo, que faz uma produção de conteúdo jornalístico relevante para o Brasil. Afinal de contas 50,7% da população brasileira é preta e parda” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 8 de novembro de 2012).

Como forma de dar continuidade à busca de recursos para manter o trabalho da Afropress, após a reforma de layout, os espaços para anúncios foram preservados no site. Dois, dos cinco blocos para publicidade estão ocupados com propagandas institucionais dos deputados estaduais por São Paulo Leci Brandão, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Adriano Diogo, do Partido dos Trabalhadores (PT). Sobre essa relação com os deputados, Dojival explica que é um contrato comercial de venda do espaço, como faria com outros partidos ou empresas.

“Nossa linha editorial é inegociável. Não há compromisso político-partidário com ninguém. Nem haverá. A Afropress é isso. Nos recusamos ao papel de mídia preta chapa branca. Aliás, tenho oferecido para outros parlamentares de outros partidos, o espaço de anunciantes. Mas isso eles pagam, um valor simbólico, mas pagam. É o espaço da publicidade de qualquer veículo de informação. É a

garantia de credibilidade do veículo e essa não tem preço” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 27 de novembro de 2013).

Outro ponto de tensão associado aos recursos envolvidos no trabalho da Agência é a conciliação do desempenho de Dojival como jornalista e advogado. Como jornalista, o editor-chefe da Afropress atua na coordenação da Agência, gerenciando e produzindo notícias. A atuação dele como advogado é oficialmente independente da sua atuação como jornalista. No entanto, as duas funções acabam se entrelaçando, uma vez que o trabalho como jornalista na Agência possibilita o convívio mais próximo com pessoas que passaram por situações de discriminação racial e racismo, casos em que muitas vezes as vítimas buscam reparação judicial, onde com frequência participa a figura do advogado.

O trabalho de Dojival como advogado tem início no caso Januário, que será detalhado mais adiante. Até se deparar com esse caso de tortura motivada por discriminação racial, o jornalista, apesar de ser habilitado a advogar, nunca havia exercido a função. A partir desse episódio, seus serviços na advocacia passaram a ser solicitados por outras pessoas que viveram experiências parecidas, tornando-o um dos profissionais referência nessa área. Por outro lado, também acabou sendo intensificado na Agência o caráter de denúncia da discriminação e do racismo.

Para Dojival, seu trabalho como advogado tem raízes na militância e no jornalismo.

“O caso do Januário e o meu exercício da advocacia pra mim foi um reencontro, um aprendizado, porque hoje eu tenho presente pra mim que toda a minha vida foi advogar. Eu advoguei durante a minha vida inteira. Antes de ter a OAB eu já era advogado, eu já estava na luta defendendo as causas justas, me equivocando, acertando, advogando... Depois com a OAB, é interessante isso... Porque a OAB ao invés de empoderar em mim essa condição de advogado, eu não tive esse foco. Foi o caso do Januário que me colocou novamente na frente disso aqui [dizia segurando na mão o cartão de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil], que te abre portas, mas também te dá a responsabilidade de fazer valer esse título aqui. Você é um advogado e, portanto, um advogado que tem lado. E como ativista, advogado e jornalista, você não pode não fazer valer essas prerrogativas que são conquistas” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Tanto as articulações, quanto as tensões constituídas ao longo da atuação da Afropress são fundamentais para delinear o perfil do veículo. As articulações são importantes para construir os modos de funcionamento da Agência – em rede na produção e circulação de

conteúdos, colaboração voluntária dos profissionais. Os tensionamentos, por sua vez, acabam orientando as características editoriais, o posicionamento do veículo diante de outros meios que tratam dos mesmos temas, de meios alternativos em geral, e de meios pertencentes aos conglomerados de mídia. As tensões participam ainda da construção do papel que a Agência representa no contexto multifacetado dos movimentos sociais negros, na sociedade de uma maneira mais ampla, e em meio às divergências inerentes ao campo político, espaço diretamente envolvido nas lutas da militância. Portanto, tensões e articulações são dinâmicas e vão construindo a Afropress dentro da conjuntura social de cada momento e dos acontecimentos que se processam no interior da organização do veículo.

4.3 Produção de sentidos e práticas nos processos de atuação

Ao longo de sua trajetória a Afropress vai produzindo uma série de sentidos que participam da construção de sua autoimagem, dos significados das lutas contra o racismo e pela igualdade, e do que representam os movimentos sociais negros no contexto social brasileiro.

Através de seu trabalho, refletido nos conteúdos que elabora de acordo com uma agenda de temas desenvolvida a partir de sua posição ideológica marcada, a Agência constrói sua identidade. Conforme relata o editor-chefe Dojival Vieira dos Santos, o posicionamento político do veículo é claro.

“A Agência Afroétnica de Notícias, dentro da ideia de usar a internet, usar a rede mundial de computadores pra fazer jornalismo focado, faz jornalismo com lado. Porque nós, nas faculdades de comunicação, aprendemos algumas histórias da carochinha, como por exemplo, jornalismo neutro, imparcial. Mas como neutro? Como é possível alguém ser neutro numa sociedade dividida, cheia de interesses e contradições? Ninguém é neutro meu Deus! Se é neutro está morto, morreu! Não é verdade? Como é que a gente pode ser neutro? Nos ensinam isso: ‘nós somos neutros’... ou ‘nós somos imparciais’... O que é ser imparcial? Ser imparcial pode significar não ter um lado, ok. Mas se você não tem um lado, você é neutro? É isso? Você está acima então? Percebe? A gente não queria ser imparcial, nem neutro, e nem pode” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Esse lado, Dojival afirma que se refere a uma concepção mais ampla de mudança social do país, a qual tem no combate ao racismo e à desigualdade um dos seus pilares.

“O movimento que eu advogo, o movimento no qual se insere a linha editorial da Afropress, é na perspectiva de empoderar esse seguimento amplo da sociedade brasileira, majoritário dos excluídos, dos trabalhadores. Esse seguimento que é ocupado majoritariamente por negros que sofrem obviamente os efeitos da discriminação social e da discriminação racial. Os brancos sofrem a discriminação social, mas os negros sofrem a discriminação social e racial, por conta da história toda que nós sabemos. Então, nós temos que construir um arco de forças, estou falando agora de um projeto político, não partidário. Um arco de forças capaz de primeiro se colocar na agenda política do país, segundo de impulsionar transformações estruturais, que no Brasil são adiadas há séculos” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 8 de novembro de 2012).

Dentro desse ideário, a Afropress vai construindo sua imagem de contestadora que busca afirmar sua credibilidade nesse viés do questionamento e na valorização de seu caráter independente, tanto em relação a investimento financeiro, quanto no que tange a apoio partidário.

Entretanto, mesmo não havendo ligações da Agência com partidos políticos, as discussões referentes à atuação de profissionais e órgãos públicos dedicados à busca da igualdade racial, e ainda sobre os diversos grupos que representam a heterogeneidade dos movimentos sociais negros, são questões que com frequência são abordadas do ponto de vista político partidário nas notícias. Essa tendência nas pautas pode estar relacionada ao fato de o editor-chefe do veículo ter uma significativa trajetória no campo político, como um dos fundadores do PT em Santos, como vereador, como candidato a cargos públicos pelo PT e PCdoB, como coordenador e funcionário de diversos órgãos públicos, e ainda ao longo de sua militância nos movimentos sociais negros. A participação no campo político possibilitou ao jornalista conhecer os meandros e dinâmicas de funcionamento do setor, todavia, nem sempre o profissional consegue avaliar de maneira mais plural as situações a serem noticiadas.

Movimento semelhante ocorreu em relação ao trabalho de Dojival como advogado. A denúncia de casos de racismo é um dos temas mais recorrentes das pautas da Afropress, tornando-se uma das marcas do veículo. Entretanto, além de noticiar os diversos episódios de discriminação racial, o editor-chefe da Agência muitas vezes também orientava as vítimas sobre como proceder diante da violência. O conhecimento técnico e sua habilitação profissional possibilitaram que ele estivesse apto para interpretar os casos, indicar e acessar os caminhos necessários para reivindicar a reparação judicial.

Conforme já foi citado, somente a partir do caso Januário, Dojival passou a atuar como advogado, obtendo êxito nessa primeira causa. A cobertura do episódio pela Agência e pela

mídia em geral, revelou a produção de um sentido que contribuiu para modificar a ideia de que a denúncia do racismo não gera punição ao agressor. A repercussão do caso incentivou outras vítimas a denunciar e buscar reparação, pois mostrou que é possível obter resultados. Nesses processos, também vão sendo instituídas práticas, que são diretamente relacionadas aos sentidos gerados no campo simbólico. Na situação específica, os sentidos gerados em relação à denúncia do racismo, além de inaugurarem o trabalho de Dojival como advogado, o posicionaram como referência em representação de causas de discriminação racial.

De acordo com Dojival, um dos pontos mais importantes nos casos que a Afropress debate é a busca de ações de combate ao racismo que ultrapassem o âmbito do discurso.

Em todas essas batalhas que a gente travou, e que a gente trava, buscamos resultados. Não dá pra você ficar batalhando só. Então, de tudo que a gente fez não tem uma coisa que você não possa dizer: o resultado foi esse aqui. (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 7 de outubro de 2011).

Assim, desde a fundação da Agência o jornalista e advogado procura incentivar as pessoas que tenham sofrido discriminação racial a buscar seus direitos, já desenvolveu campanhas como a "Corra atrás do seu direito", que orienta ativistas dos movimentos sociais negros perseguidos no período de ditadura no Brasil a entrarem com ações de pedido de anistia e reparação; e a campanha de combate ao racismo na internet, que gerou desdobramentos como foi relatado no caso Marcelo Valle Silveira Mello.

Outra campanha realizada em São Paulo também foi gerada a partir da produção de sentidos relacionada à imagem contestadora da Afropress e seu papel de denunciar o racismo, porém a iniciativa não partiu da equipe de colaboradores do veículo. Os idealizadores foram os publicitários da Agência Publicis, Adriano Mattos, Rodolfo Sampaio e André Gola, que contataram Dojival e propuseram a criação de uma campanha contra o racismo em parceria com a Afropress.

A campanha foi lançada em 2006 em uma ação, promovida durante um dia no Parque Ibirapuera, em São Paulo, que compreendeu a participação de garotos negros usando máscaras com o rosto de um menino branco e vestindo uma camiseta com os dizeres: "Se eu fosse assim, você me olharia de outra forma? – Afropress contra o racismo". Os meninos ficaram posicionados em um dos sinais de trânsito do local. A proposta inicial era de que a ação acontecesse em mais pontos da cidade, entretanto, só foi realizada no Parque Ibirapuera,

onde foram registradas algumas imagens para uma breve divulgação. Essas imagens já têm mais de 17 mil compartilhamentos no site de relacionamentos Facebook, além de terem sido postadas em milhares de outros sites. Os publicitários e o editor-chefe da Afropress planejam um relançamento da campanha, mas com estrutura de mídia, release para jornais etc. A seguir as imagens da ação de lançamento da campanha e algumas publicações em sites.

Imagem 15 – Imagem original da campanha e publicações em sites



comunicadores.info/2007/05/11/racismo/

comunicadores

Comunicação Design Tecnologia Brasil Diversos

Racismo

11 mai'07 | Postado por Haendel Dantas em Variedades

Campanha da agência Afropress contra o racismo nas ruas brasileiras. Meninos de rua com uma máscara de meninos brancos abordavam os condutores. Na sua camiseta, dizia "Se eu fosse assim, você me olharia de outra forma?"

Será que olhariam? Acho que sim... de uma forma ou de outra, o racismo ainda ronda a nossa sociedade... infelizmente.

ponto criativo

DESTAQUES

Concurso de Canecas Criativas | Comunicadores + Uzinga

Como os hambúrgueres ficam tão bonitos nas fotos?

spot.com.br/2011/10/se-eu-fosse-assim-voce-me-olharia-de.html

V CONGRESSO DA CIDADE

PLANEJANDO E CONSTRUINDO A PORTO ALEGRE DO FUTURO

Informação | PROGRAMAÇÃO EVENTO FINAL | Reflexões | Resultados | Artigos

Galeria V Congresso da Cidade

Galeria de vcongressodacidade no Flickr

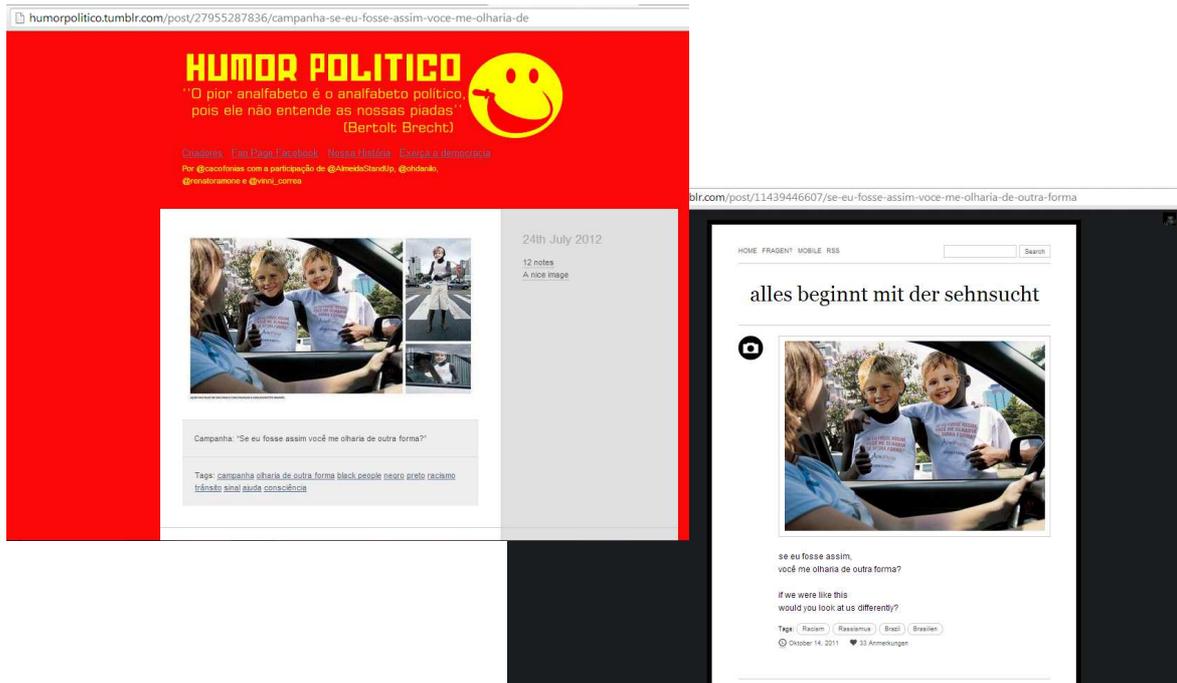
Twitter

V Congresso da Cidade

V Congresso da Cidade é uma oportunidade para os cidadãos de Porto Alegre discutirem as grandes questões e elaborar um plano conjunto sobre o desenvolvimento e de qualidade da cidade.

V City Congress

From march to department, Porto Alegre, on the south of Brazil, will participate in V City Congress, a process of collective reflection about the problems and the future of the city.



Fonte: www.afropress.com; www.comunicadores.info; <http://vcongressodacidade.blogspot.com.br>; <http://humorpolitico.tumblr.com>; <http://allesbeginntmitdersehnsucht.tumblr.com>

A produção de sentidos gerada a partir do trabalho da Afropress também influenciou a construção da imagem de Dojival Vieira dos Santos como ativista e profissional especializado nos assuntos que dizem respeito às lutas dos movimentos sociais negros e à história dos afro-brasileiros. Apesar do jornalista e advogado já ter uma significativa trajetória nesses âmbitos de atuação, com seu trabalho na Agência sua representatividade tornou-se mais expressiva, principalmente no campo midiático, pois com frequência ele é chamado para entrevistas e eventos para debater questões sobre os temas citados, tornando-se uma das principais referências como fonte na mídia e em outros setores.

As práticas, e parte da construção das imagens da Afropress e de seu editor-chefe, têm como mote os sentidos produzidos através dos conteúdos elaborados e distribuídos pela Agência. Entre os temas mais frequentemente abordados nas notícias estão as denúncias de casos de racismo e discriminação, questões políticas dos movimentos sociais negros e de órgãos públicos ligados à promoção da igualdade racial, situação socioeconômica do negro no país, iniciativas de combate ao racismo, cultura afro-brasileira. Os materiais elaborados pelos colunistas, além de abordarem os temas das notícias, também tratam de outros assuntos mais variados, como racismo e cultura negra em outros países de onde falam alguns dos colaboradores, crônicas e opiniões sobre acontecimentos do cotidiano, e alguns temas mais

amplos como liberdade de expressão, o julgamento do esquema do “mensalão”, entre outros. Esses materiais produzem os sentidos difundidos pela Agência e também os reforçam, na medida em que repetem os tipos de temas abordados e enquadramentos, pois obedecem ao padrão definido pela linha editorial do veículo.

4.4 O caso Januário Alves de Santana

Na trajetória de atuação da Afropress, uma das denúncias de racismo de maior relevância abordada pela Agência foi a da agressão sofrida pelo técnico em eletrônica e segurança da Universidade de São Paulo (USP), Januário Alves de Santana, no estacionamento do hipermercado Carrefour, na cidade de Osasco, região metropolitana de São Paulo. O caso é considerado um dos mais importantes pela violência da agressão motivada pelo racismo, pela grande repercussão midiática que gerou, pela decisão inédita da justiça em relação à classificação do crime, e ainda por inaugurar o trabalho de Dojival Vieira dos Santos como advogado. Em função dessas particularidades, o caso em questão foi abordado de maneira mais aprofundada com o objetivo de mapear nesse episódio específico os processos de produção de sentidos e práticas, e as tensões envolvidas nessas dinâmicas de busca pela igualdade racial empreendidas pela Afropress.

O caso tem início quando Januário Alves de Santana se dirigiu com a família ao hipermercado Carrefour na noite de 7 de agosto de 2009. Enquanto aguardava a irmã, o cunhado, a esposa e o filho de quatro anos fazerem compras no hipermercado, Januário ficou ao lado do automóvel da família, um Ford EcoSport, cuidando da filha de dois anos que dormia no banco de trás do veículo. O segurança da USP relatou que notou uma movimentação estranha no estacionamento da loja, onde homens circulavam de moto. Ele pensou se tratar de uma tentativa de assalto a alguém, por esse motivo ficou atento ao que acontecia no local. Até que um homem, sem uniforme ou identificação, correu e apontou uma arma em sua direção, o que o levou a tentar se proteger instintivamente, por supor se tratar de um assalto. Porém, o homem que perseguiu Januário era um dos seguranças do Carrefour.

O homem armado e Januário entraram no hipermercado lutando, até que outros homens se aproximaram e se identificaram como seguranças do Carrefour. Entretanto, ao invés de socorrer Januário, pisaram sua cabeça, o imobilizaram e o acusaram de tentar roubar uma moto e o próprio carro. Levado para uma sala por seis funcionários, enquanto tentava

explicar que se tratava de um mal entendido, Januário foi espancado por eles até a chegada da polícia, chamada para resolver a questão. Os três policiais enviados para a ocorrência não acreditaram na versão sobre o caso relatada por Januário e nem que o mesmo atuava como segurança há oito anos na USP, embora ele estivesse uniformizado.

Assim, um dos policiais afirmou que Januário “tinha cara de ter pelo menos três passagens pela polícia”, e outro dos oficiais o testou, questionando sobre qual seria o primeiro procedimento de um segurança. Ainda sob os impactos das agressões físicas sofridas, Januário respondeu: “o primeiro procedimento é proteger a própria vida para poder proteger a vida de terceiros”. Só depois da resposta correta, a documentação do carro foi conferida, apesar das inúmeras tentativas de Januário em mostrar os documentos do veículo para provar que era de sua propriedade. Depois da agressão, os policiais e os seguranças do Carrefour perceberam que Januário era inocente e falava a verdade. Então, sem prestar socorro, o deixaram no estacionamento do hipermercado.

“Eles só acreditaram mesmo que eu era o dono do carro a partir do ponto que o policial me perguntou por que eu corri. E eu disse que corri porque eu estava mais fardado que o rapaz que me atacou. Aí eles resolveram me levar até o carro e eu apertei o controle. Foi quando minha esposa estava chegando, porque estava me procurando já chateada porque eu tinha deixado a menina sozinha no carro no meio da confusão. Porque para minha esposa e para as outras pessoas que estavam no mercado estava havendo um assalto. Gritaram que estava tendo tiros, porque alguns viram a arma de fogo na mão do rapaz e a gente lutando, parecia cena de filme. Então as pessoas começaram a entrar em pânico e correram para o fundo do mercado, inclusive minha esposa, minha irmã e meu cunhado. Depois de toda a confusão, que eles saíram pela porta de emergência, minha esposa ficou me procurando. Nisso coincidiu de quando eles me levaram para confirmar que o carro era meu, a minha esposa chegar na hora e gritar pelo meu nome. Eu não sei o que ia acontecer comigo se ela não chegasse na hora.

Naquela noite dentro do mercado não aconteceu nada, nada. Na verdade eles inventaram essa história de assalto para disfarçar. Tanto que meu advogado, o Dojival, teve acesso ao relatório deles daquela noite, e não houve nada, só uma pequena discussão entre dois clientes.

Aí no estacionamento, a minha esposa pediu pra me prestarem socorro, mas o soldado disse que não podia porque estava empenhado na ocorrência. Disse ele, nas palavras dele, porque isso não foi constatado, que estava havendo um assalto lá e que tinha uma pessoa presa dentro da câmara fria. Conversa fiada! Não houve nada disso. O que houve foi que eu estava lá apanhando, eles achando que eu era ladrão roubando o meu próprio carro, e gerou toda essa confusão” (SANTANA, Januário Alves de. Entrevista concedida em 9 de novembro de 2012).

Por ter sofrido coronhadas com revólver, socos e chutes na cabeça, Januário Santana sangrou muito e sofreu três graves fraturas no maxilar, além de ter perdido alguns dentes. Sem condições de dirigir, chamou parentes para o levarem ao hospital onde precisou ser submetido a uma cirurgia de alta complexidade para reconstrução do maxilar e da arcada dentária. Dois dias depois do ocorrido, Januário procurou o Núcleo de Consciência Negra da USP e foi encaminhado pela entidade à Afropress para divulgação do caso. Antes, o segurança da USP já havia procurado a Rede Record para denunciar à imprensa as agressões que havia sofrido, porém não foi atendido. Ele também estava sendo assessorado pelo departamento jurídico da USP no caso, mas após receber de Dojival Vieira dos Santos orientações sobre como buscar reparação na justiça, o segurança lhe propôs que fosse seu advogado na ação. Conforme já foi mencionado, apesar de ser habilitado para a função desde 1996, o editor-chefe da Afropress nunca havia advogado, mas a partir do caso é gerada essa prática.

“Ele [Januário Alves de Santana] chegou aqui muito machucado ainda, pois veio dois dias depois de ter sofrido as agressões. Eu comecei a ouvir a história e fiquei chocado. Cada detalhe que ele contava eu pensava: ‘não é possível!’ E fui escrevendo. Aí ao mesmo tempo em que eu ouvia a história eu começava a me envolver. É impossível você não se envolver emocionalmente com aquilo que faz. No mundo que nos apresentam, te dizem que você não deve se envolver com o que você faz. Mas como é possível isso? Às vezes minha mulher me fala: ‘Dojival você se envolve emocionalmente’. Mas é claro que me envolvo emocionalmente, senão não tem sentido fazer!

[...] Aí são dessas coisas que acontecem na vida da gente, e são marcantes mesmo, porque eu tenho essa OAB desde 96, mas a minha atividade ou era como jornalista, ou era como consultor, eu não tinha na advocacia um exercício efetivo. O caso Januário foi assim: ‘Meu, você é advogado ou não?’ O caso me chamou às falas. Aí eu falei: ‘é comigo mesmo’. Eu tenho obrigação moral de defender esse homem, eu tenho obrigação moral de colocar esse conhecimento que eu adquiri, essa coisa aqui ó [dizia segurando na mão o cartão de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil], para fazer valer esse negócio. E foi isso que aconteceu.

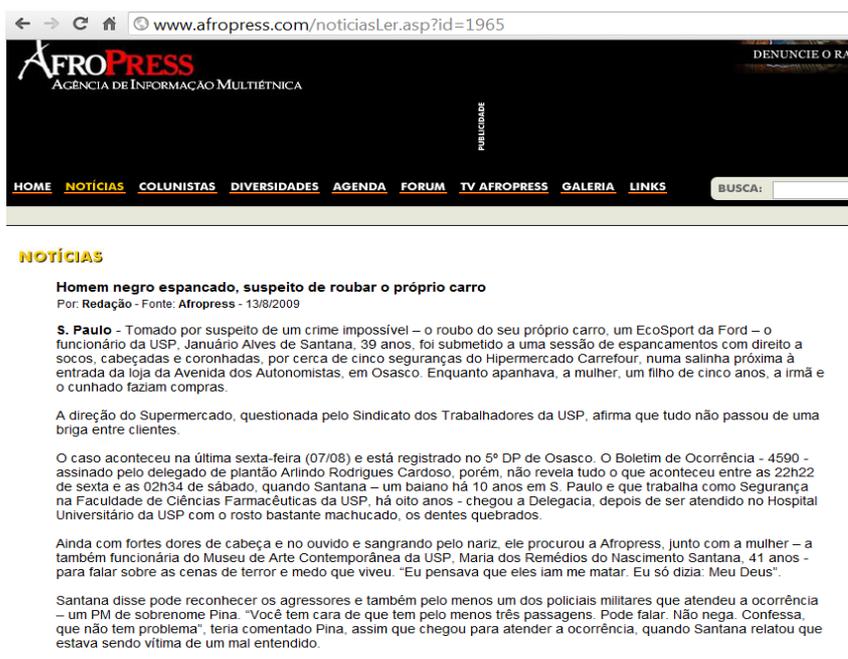
Ainda inseguro liguei pra ele, mas falei: ‘tudo bem’. Eu estava tão inseguro, que na realidade eu ainda tinha certa dúvida se eu deveria fazer. Mas sabe aquelas coisas em que você é colocado diante de um ‘ou vai, ou racha’? Daí pensei: ‘tudo bem, vamos lá’” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

As agressões e a discriminação racial sofridas por Januário tiveram grande repercussão na imprensa após o trabalho de divulgação da Afropress, na figura de seu editor-chefe. Além

de publicar a notícia no site contando o fato, Dojival³⁸ também distribuiu as informações para uma *mailing* com endereços de diversas redações de jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão e pesquisou, dentro e fora de sua rede de relações, contatos nesses veículos para buscar mais visibilidade para o fato. Dojival realizou um trabalho de ativismo para iniciar a divulgação do caso em diferentes mídias, incluindo aquelas vinculadas a grandes conglomerados midiáticos. A notícia era enviada para os veículos e em seguida o editor-chefe da Agência fazia contato telefônico dando mais informações e ressaltando a importância da pauta.

Após dez dias de trabalho intenso de divulgação pela Agência, tanto em seu site, quanto através do *mailing* e dos contatos telefônicos, foi publicada uma pequena matéria falando sobre o ocorrido no jornal O Estado de São Paulo³⁹. A partir dessa primeira publicação fora da Afropress, outros veículos procuraram a Agência para buscar mais esclarecimentos e publicar a notícia. O caso então ganhou notoriedade pública a partir de sua divulgação nos principais meios de comunicação dos conglomerados de mídia brasileiros, assim como na mídia alternativa, na imprensa internacional e em outros sites informativos. Além da internet, a notícia foi publicada em impressos, em telejornais e rádios. A seguir a publicação da Afropress e a repercussão em alguns meios de comunicação:

Imagem 16 – Repercussão do caso Januário Alves de Santana na imprensa



³⁸ Sobre a cobertura da imprensa sobre o caso ver <http://www.youtube.com/watch?v=zS99xEBO9vU>

³⁹ <http://www.estadao.com.br/>

ticias/geral,cliente-apanha-acusado-de-tentar-roubar-o-proprio-carro,421229,0.htm

ESTADÃO.COM.BR

NOTÍCIAS POLÍTICA ECONOMIA ESPORTES LINK DIVRITA-SE Ex- PME Opinião Assunto Rádio JT Esporte ESPN Flavia Classificados - ZAP - ILUM

18x Paulo Brasil Internacional Saúde Educação Planejamento Cultura Paisagem Áreas Biop - Comércio - Viagem - Foco - Imprensa - Turismo - Hospedagem

AGORA NO ESTADÃO

Fernando Collor e PC se reconstituem, diz Rosane

Jogadores destacam força do Palmeiras após empate

Brinquedo Lego é inspiração para projeto inovativo

Metabúrgers param os GM de São José dos Campos

Chuvvas já mataram 28 pessoas no sul do zapão

Você está em Notícias

Cliente apanha acusado de tentar roubar o próprio carro

19 de agosto de 2009 | 10:42

Notícia

Assine a Newsletter

42 - Agência Brasil

O segurança e técnico em eletrônica Januário Alves de Santana, de 39 anos, foi agredido por seguranças do supermercado Carrefour, em Osasco, na Grande São Paulo. Ele foi confundido com ladrões e considerado suspeito de roubar seu próprio carro. O caso foi registrado no 5º Distrito Policial (DP) da cidade. Nos próximos dias, seu advogado, Deival Vieira, vai ajuizar uma ação de indenização por danos morais contra o supermercado e o Estado. "Esse caso é emblemático e precisa ser punido com vigor para que outras situações de discriminação racial não venham a ocorrer", Santana é negro.

Segundo o cliente, enquanto a família fazia compras, na noite do dia 7, ele esperava no carro com a filha de 2 anos. O alarme de uma moto disparou e ele viu dois homens correndo. O dono da moto chegou em seguida. Santana desceu do carro e achou que os bandidos tinham voltado. Um desses homens sacou uma arma e Santana correu. No chão, chegaram a lutar até que um terceiro homem, que se identificou como segurança da loja, retirou a arma e pisou na cabeça de Santana. Segundo ele, cinco homens, que não vestiam uniformes, o levaram até um quatinho onde o espancaram.

"Eles falaram que eu ia roubar o EcoSport e a moto. Quando disse que o carro era meu, batiam mais". Quando três policiais viram que ele estava

www.brasildefato.com.br/node/5782

BRASIL DE FATO

Uma visão popular do Brasil e do mundo

NACIONAL INTERNACIONAL ENTREVISTA CULTURA OPINIÃO CHARGES VIDEO

Expediente: Anúncio Contato Nas bancas Assine o Brasil de Fato Receba o boletim

Índice » Brasil registra 1º indiciamento por tortura motivada por racismo

Brasil registra 1º indiciamento por tortura motivada por racismo

Seguranças do Carrefour agrediram o vigilante Januário Alves de Santana em 2009

24/02/2011

Jorge Américo
Radioagência NP

Em uma decisão inédita, no início deste mês, a Polícia de São Paulo indiciou seis seguranças da rede de supermercados Carrefour pelo crime de tortura motivada por preconceito racial. Eles agrediram o vigilante Januário Alves de Santana, em agosto de 2009, apontado como suspeito de roubar o próprio carro no estacionamento de uma das lojas em Osasco, na Grande São Paulo.

Também em Osasco, a dona de casa Clécia Maria da Silva, de 56 anos, foi parar no hospital depois de ter sido acusada de furto por seguranças da rede Walmart. Ela havia pagado pelas mercadorias, assim como um garoto de 10 anos, que foi ameaçado com um estilete por um segurança do supermercado Extra - que pertence ao grupo Pão de Açúcar. As ameaças ocorreram em uma salinha nos fundos da loja. Em ambos os casos, as vítimas eram negras.

Carrefour, Walmart e Pão de Açúcar são as três maiores redes de supermercados que atuam no Brasil. Juntas, elas lucraram R\$ 71,5 bilhões em 2009. Em entrevista à Radioagência NP, o advogado Deival Vieira, que acompanha os casos citados, revela os métodos utilizados pelos agentes de segurança dessas empresas para proteger seu patrimônio. Entre outras revelações, ele relata as agressões e humilhações que ocorrem nas chamadas "salinhas de tortura", para onde são levados os acusados de furto.

Radioagência NP - Os agressores do vigilante Januário foram indiciados por tortura. Qual a importância dessa decisão?

Deival Vieira - É a primeira vez na história do Brasil que há um enquadramento, um indiciamento, no crime de tortura motivada por discriminação racial. Ou seja, a aplicação da Lei 9453/97 de forma exemplar. É uma decisão histórica, importante, ainda que, obviamente, seja apenas o começo, já que a partir do indiciamento, da conclusão do

o-paulo/noticias/-tenho-do-deles-diz-vigia-espancado-em-supermercado-sobre-

R7 NOTÍCIAS

Página Inicial Notícias Entretenimento Esportes Vídeos Rede Record Shopping

Buscar

Você está aqui: Página Inicial/Notícias/São Paulo/Notícias

16 de Julho de 2012 publicado em 13/08/2010 às 11h15: Texto: AA

"Tenho dó deles", diz vigia espancado em supermercado sobre seus agressores

Januário Santana foi agredido por cerca de 30 minutos em estacionamento em 2009

Júlio Varella, do R7

Um ano após ser espancado em um supermercado em Osasco, na Grande São Paulo, o vigilante Januário Alves de Santana disse em entrevista ao R7 ter pena dos seguranças que bateram nele. Os agressores desconfiaram que Santana tivesse roubado o próprio veículo, um EcoSport - veículo que estava sendo quitado em 72 parcelas de R\$ 789 -, e o levaram para um quarto isolado, onde foi espancado por cerca de 25



As dores diminuíram, mas nesta quarta-feira (19) o segurança e técnico em eletrônica Januário Alves de Santana recebeu uma má notícia do dentista: as agressões afetaram o maxilar. Ele conta que foi espancado por seguranças do supermercado Carrefour, em Osasco, na Grande São Paulo, ao ser confundido com um assaltante. Segundo ele, os agentes acharam que Santana queria roubar uma moto e o próprio carro onde estava.

Veja site do Jornal Nacional

globo.com

notícias esportes entretenimento videos

buscar no g1

/ são paulo / agressão

19/08/09 - 20h40 - Atualizado em 20/08/09 - 08h03

'Pelo amor de Deus, o carro é meu', disse homem confundido com criminoso

Homem negro afirma que foi agredido e humilhado em Osasco. Ele esperava a família que fazia compras em um supermercado.

Do G1, com informações do Jornal Nacional



As dores diminuíram, mas nesta quarta-feira (19) o segurança e técnico em eletrônica Januário Alves de Santana recebeu uma má notícia do dentista: as agressões afetaram o maxilar. Ele conta que foi espancado por seguranças do supermercado Carrefour, em Osasco, na Grande São Paulo, ao ser confundido com um assaltante. Segundo ele, os agentes acharam que Santana queria roubar uma moto e o próprio carro onde estava.

Veja site do Jornal Nacional

www.youtube.com/watch?v=3wbMW7r6lJU

YouTube

Homem negro é confundido com ladrão em SP....

alucinadus Inscrever-se 7 vídeos



21386

Enviado por alucinadus em 20/08/2009

Fonte: www.afropress.com; www.estadao.com.br; www.globo.com; www.r7.com.br; www.youtube.com.br; www.brasildefato.com.br

Após três meses, a propagação exaustiva do caso pelos meios de comunicação e a entrada do processo na justiça resultaram em um acordo extrajudicial, que gerou uma indenização, que não teve seu valor divulgado, e um pedido formal de desculpas a Januário por parte da direção do Carrefour.

“Começou a negociação em setembro, e foi até novembro. Três meses de negociação. E essa negociação terminou com a assinatura de um contrato extrajudicial, e um pedido de desculpas pela alta direção do Carrefour, e o pagamento da maior indenização por crime dessa natureza que eu tenho conhecimento no Brasil. Não posso revelar valores, mas posso te dizer que foi uma indenização superior a aquilo que o Reino Unido pagou à família do Jean Charles. Foi muito superior, mas a gente não divulga por uma questão de preservação do Januário e também porque nós estamos presos a uma cláusula de confidencialidade no próprio contrato. Isso tudo num acordo extrajudicial. Veja você que normalmente uma indenização por danos morais demora de cinco a 10 anos no Brasil. E saiu em três meses a negociação extrajudicial. Também, normalmente uma indenização por danos morais no Brasil são, desculpe a expressão, merreca. Dez, 15, 20... esse é o tamanho das indenizações, exatamente porque quem sofre dano moral são os pobres e os negros. Se é no Direito norte-americano algumas empresas quebram em situações desse tipo. Aqui a jurisprudência adotou o maior cinismo do mundo, que nesses casos o juiz ao fixar os valores da indenização deve levar em conta que a vítima não pode se enriquecer sem causa. Os três princípios são: a indenização deve ter como critério o tamanho do agressor, pois você não vai fixar a mesma indenização pro Seu Zé da padaria da esquina e pro Carrefour; ela deve ter caráter pedagógico para quem cometeu a agressão; mas ela não deve provocar o enriquecimento sem causa da vítima” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Além da indenização, também foram determinadas no acordo extrajudicial a concessão de 50 bolsas de estudos na Faculdade Zumbi dos Palmares (Unipalmares); a liberação de recursos para o Fórum Regional Oeste Metropolitano de Promoção da Igualdade Racial (FROMPIR), um grupo de entidades da região da cidade de Osasco; e a elaboração de um plano de conscientização e treinamento dos funcionários sobre as questões do combate ao preconceito e discriminação racial e de quaisquer naturezas. Inicialmente, em 2010, esse plano compreendeu a realização de palestras sobre o tema com os funcionários das unidades do Carrefour em São Paulo. Por meio da contratação da ONG ABC Sem Racismo, Dojival foi o palestrante desses primeiros encontros e também após a ação ter sido ampliada, com a criação em 2011 do projeto Embaixadores Sociais. A iniciativa deixou de ser uma medida

exigida pelo contrato extrajudicial com Januário, para tornar-se uma atividade permanente da rede de hipermercados.

No projeto, funcionários das diversas unidades do Carrefour em todo o país, com perfil de liderança e que têm bom relacionamento com os colegas, são convidados a serem Embaixadores Sociais. Esse grupo recebe capacitação para atuar em variadas ações sociais da empresa, e tem a tarefa de multiplicar com os demais colegas o conhecimento adquirido e motivá-los a participar. Dentro dessa proposta foi incluído o Programa de Valorização da Diversidade, que debate a questão da discriminação racial através de cursos de capacitação, os quais foram ministrados no ano de 2012 por Dojival em diversas capitais do Brasil. A ideia é que o projeto se amplie para os funcionários de empresas terceirizadas que trabalham para o hipermercado, mudança que abrangeria os vigilantes das lojas, que são contratados nessa modalidade.

Desde a primeira iniciativa de criação de um plano de conscientização e treinamento dos funcionários do Carrefour até a ampliação dessa ideia, com o Programa de Valorização da Diversidade, é possível dizer que essas são algumas das práticas que têm suas origens na atuação em rede da Afropress.

Além das práticas geradas, a partir desse caso de discriminação diversos sentidos também foram construídos e outros evidenciados, como as dificuldades do reconhecimento das situações de racismo cotidiano no Brasil, um traço característico das relações raciais no país que dificulta uma discussão mais ampla sobre o tema na sociedade, e os processos de mobilização individual e coletiva em torno das lutas por igualdade racial, conforme aparece expresso no relato de Januário.

“Quando saiu no site e depois em toda a mídia, o assunto estourou. Aí foi bom porque o povo passou a ver que isso acontece todos os dias. Na verdade o que aconteceu naquele dia é que eles acharam que ia ser só mais um, mas não foi assim. Pudemos mostrar pra sociedade e para as autoridades competentes que isso acontece todos os dias, fica escondido, mas a gente tem que aproveitar, tomar coragem e reagir.

Por que eu reagi? Eu pensei: ‘Poxa, através desse preconceito, que não é a primeira vez que acontece, pois eu já estava até de saco cheio de entrar em um lugar e ser discriminado, de sair com o carro e a polícia vir atrás’. Mas antes eu não relatava, eu achava que era uma coisa normal, porque a gente convive tanto com isso que acha que é normal. Só que nesse episódio do mercado, quando eu percebi que eu poderia ter morrido, e a minha menina de dois anos poderia ter morrido também, eu pensei: ‘Agora não!’ A partir de hoje, aconteça o que acontecer, eu vou lutar contra isso. Porque pessoas podem morrer por uma coisa

que você poderia lutar contra, e poderia acabar com isso. E se você tem oportunidade de acabar e você não acaba, você deixa outras pessoas correrem risco, e você passa a ser uma espécie de culpado, de cúmplice, porque você deixa as coisas acontecerem com outras pessoas. Então a partir daquele dia decidi lutar contra o racismo” (SANTANA, Januário Alves de. Entrevista concedida em 9 de novembro de 2012).

A luta de Januário não foi em vão. Em fevereiro de 2011, os seis seguranças que participaram da agressão foram indiciados pela Polícia de São Paulo pelo crime de tortura motivada por discriminação racial, previsto pela lei 9.455/97 do Código Penal brasileiro. O inquérito policial concluiu que os seguranças cometeram o crime de tortura motivada por discriminação racial e os três policiais que atenderam a ocorrência praticaram o crime de omissão de socorro. Em dezembro do mesmo ano, com base na conclusão do inquérito, o Ministério Público ofereceu denúncia contra três dos seguranças à Justiça de São Paulo, que acatou a decisão e abriu processo pelo crime de tortura motivada por discriminação racial. Como advogado de Januário, Dojival solicitou também a inclusão dos nomes dos três policiais no processo.

A decisão da justiça é inédita no Brasil e pode se tornar exemplar para outros casos semelhantes. O julgamento tem previsão para iniciar em novembro de 2014. Em caso de condenação dos acusados, a pena prevista é de oito anos de reclusão.

“Do ponto de vista cível esse caso do Januário é emblemático. É um caso emblemático que demonstra que a gente também pode ganhar, que a nossa sina de negros não é só morrer, ou ser executado, ou perder, é também ganhar, pode ser ganhar, tem que ser ganhar. Porque do ponto de vista cível é uma vitória extraordinária, mas não para aí. E do ponto de vista penal? Como é que fica a situação dos agressores?

Bom, o boletim de ocorrência registrado, o inquérito que foi instaurado era pra apurar lesão corporal dolosa, artigo 129 do Código Penal. Sabe qual é a pena por lesão corporal dolosa? Um ano. Era um crime de baixo ou pequeno potencial ofensivo, não aconteceria nada, era pizza total. Do ponto de vista penal, de 2009 até aqui, nós conseguimos fazer com que a autoridade policial que presidiu o inquérito alterasse a classificação do crime e aceitasse a classificação como crime de tortura motivada por discriminação racial. Todos foram indiciados com base na lei 9.455 de 97, que é a lei da tortura, e isso é inédito no Brasil” (SANTOS, Dojival Vieira dos. Entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Nessa busca pela punição dos agressores, se construiu um sentido significativo para a luta pela igualdade racial: A denúncia dos casos de discriminação gera resultado. Esse sentido

acrescenta elementos diferentes à imagem do negro dentro do debate sobre discriminação. A perspectiva de vítima, frequentemente difundida, cede lugar ao empoderamento que representa um negro que procura garantir seus direitos e não tolera o racismo. Essa mudança de postura em relação ao racismo se reflete no discurso de Januário.

“Isso foi muito importante pra gente ver que nós temos um aliado, que é a imprensa, que nós temos uma arma que é a atitude, é tomar coragem e denunciar mesmo, e não aceitar, não importam as consequências. A consequência é natural, pra toda ação existe uma reação. Então, o que representou pra mim é que tudo aquilo que vem contra você, você tem uma arma pra se defender, que nesse caso seria a imprensa, seria você se manifestar pra lutar contra aquilo, não se deixar ser levado, e não achar que aquilo é natural como eu achava. Então isso representou saber que temos um aliado fortíssimo, que é a imprensa do seu lado, a coragem que você tem, e saber que funciona” (SANTANA, Januário Alves de. Entrevista concedida em 9 de novembro de 2012).

A classificação do crime como tortura motivada por discriminação racial foi uma prática conquistada pelo trabalho de militância de Dojival como advogado da causa, em conjunto com a mobilização da rede de comunicadores e de movimentos sociais, como os de luta pela igualdade racial e os de direitos humanos, presentes através da figura de Carlos que participou das tratativas com a polícia para a reclassificação da agressão sofrida por Januário. A seguir as imagens de um protesto realizado alguns dias após o caso de racismo ser divulgado nos meios de comunicação. Foi estendida no estacionamento da loja do hipermercado Carrefour onde aconteceram as agressões, uma faixa com a frase “onde estão os negros?”, e alguns carros estacionados no local exibiam protetores de para-brisas com os dizeres “Carrefour racista”. Os manifestantes, muitos deles negros, também penduraram placas no pescoço que continham a frase: “Eu tenho um Ecosport”.

Imagem 17 – Manifestação no estacionamento do hipermercado Carrefour, Osasco, SP



Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,manifestantes-protestam-contra-racismo-no-carrefour-de-osasco,422983,0.htm> – Crédito das imagens: Evelson de Freitas

O processo em torno da reclassificação do crime colaborou com a construção do empoderamento na representação do negro. Entretanto, também deixou transparecer a tensão com o mito da democracia racial e o racismo velado, que nesse episódio especificamente contribuiu para enquadrar o negro como o suspeito padrão, e ao mesmo tempo negar a existência do racismo no momento do registro da ocorrência policial. Esse tema está entre os mais abordados pela Afropress, através da denúncia de outros casos de agressão a afrodescendentes em redes de supermercados e outros estabelecimentos, e do debate sobre a frequência dessa prática, aspecto que em função do trabalho em rede da Agência, também foi abordado por outros meios de comunicação, como foi o caso já mencionado do jornal Brasil de Fato, que ganhou o Prêmio de Jornalismo Abdias do Nascimento com a publicação da notícia sobre o assunto. Além da denúncia, a Agência também discute ações que possam

reverter esse problema, como a participação, em junho de 2012, de um grupo de advogados negros em uma reunião em Brasília para a elaboração de propostas antirracistas para intervenção na reforma do Código Penal. Dojival Vieira dos Santos também participou da reunião e foi um dos articuladores na formação do grupo.

Mais ações sociais de combate ao racismo relacionadas com o caso de agressão sofrida por Januário poderão ser colocadas em prática. Com o objetivo de dar assistência e orientação psicológica e judicial às pessoas que sofreram discriminação racial, o segurança da USP e o editor-chefe da Afropress planejam criar uma entidade para atender as vítimas desse tipo de violência e buscar a punição dos agressores. Outro projeto de Dojival é contar o caso em um livro, que seria lançado junto a um filme sobre o episódio. A produção cinematográfica está nos planos do cineasta Jeferson De, que pretende dirigir a obra.

A partir desse caso concreto, é possível verificar que a Afropress utiliza a comunicação como instrumento principal de sua estratégia de combate ao racismo. A internet é o ambiente onde são desenvolvidos seus processos comunicativos, e onde são construídas e disseminadas as informações que promovem o debate público sobre as agendas de luta contra o racismo e pela igualdade racial.

O trabalho da Agência é desenvolvido a partir da articulação em rede com pessoas e instituições de diversos setores da sociedade. Essa rede é acionada na construção e circulação dos conteúdos, ou seja, na produção de sentidos, e também participa da geração de práticas advindas desses processos comunicacionais. Entre os sentidos mais significativos engendrados com essa experiência estão o reforço da ideia de que racismo é crime e a denúncia pode ser um caminho eficaz para buscar a garantia de direitos e reparação; e o deslocamento da vitimização para o empoderamento na maneira de retratar a imagem do negro que passa por situações de discriminação. Em relação às práticas, as que mais se destacam no contexto das lutas contra o racismo são o andamento do processo na justiça, com o inquérito policial e a denúncia oferecida pelo Ministério Público; a mudança da classificação do crime para tortura motivada por discriminação racial, reforçando a gravidade de atos discriminatórios; e a instituição dos cursos de capacitação sobre preconceito de cor ou raça e valorização da diversidade para os funcionários da rede de hipermercados Carrefour, demonstrando o interesse em propor ações efetivas de mudança indo além da denúncia.

Entre as práticas se evidenciam ainda o início da atuação de Dojival como advogado, que acabou ingressando no campo do Direito e o tornando referência em causas de

discriminação racial, reforçando seu papel como fonte midiática; e a participação de Januário no ativismo de combate ao racismo, no qual antes ele não se envolvia, mas após a agressão que sofreu passou a oferecer informalmente apoio e orientação a pessoas que também passaram por situações semelhantes, e planeja criar uma entidade para esse fim.

5 SEMPRE UM PONTO DE PARTIDA

O encerramento de um processo de pesquisa, com o cumprimento dos objetivos e atingidas as dimensões a que se propôs o estudo, não se trata do esgotamento da questão pesquisada, pelo contrário, representa um novo ponto de partida para outras investigações. Isto porque uma pesquisa revela uma interpretação embasada em um ponto de vista e referenciais específicos selecionados e combinados pelo pesquisador. Essa constatação, que pode ser considerada óbvia, é importante de ser lembrada, pois é a partir dela que se compreendem com profundidade os sentidos construídos pela investigação e o papel que ela intenciona desempenhar.

Assim, o presente estudo, desde a construção do objeto até a estruturação e interpretação dos dados, foi embasado na perspectiva das Epistemologias do Sul (SANTOS, 2009), situando-se “do outro lado da linha”, onde se procura respeitar a diversidade de facetas do objeto de pesquisa e de pontos de vistas acerca de sua interpretação, além de valorizar os legados históricos e culturais africanos e afro-brasileiros. Esta investigação acaba envolvendo ainda o deslocamento da posição de um sujeito pertencente ao “outro lado da linha”, que de objeto de estudo passa a assumir a função de produtor de conhecimento, por estar à frente do estudo uma pesquisadora que se identifica como negra. Entretanto, ao longo do processo de pesquisa foi possível perceber que, mais do que um deslocamento de posição, esses papéis acabam coexistindo, uma vez que a realidade dos afrodescendentes sempre vai dizer algo a respeito desse pesquisador negro; seja nos desafios que enfrenta para se inserir em um espaço que historicamente não é atribuído ao negro pela sociedade, seja nos obstáculos que muitas vezes encontra ao propor a discussão do tema étnico-racial, provocados pela sombra do mito da democracia racial, ou por ser colocada em cheque a credibilidade desse conhecimento por um modelo de ciência canônico que prega a neutralidade científica.

Dentro deste horizonte, a ideia do trabalho foi debater na academia um problema social que perpassa a história de formação da nação brasileira e se mantém intenso até hoje nos diversos âmbitos da sociedade. Para além da denúncia, buscou-se refletir sobre propostas de combate ao racismo, preconceito, discriminação e desigualdades raciais. Dentro do amplo espectro de ações existentes, através da análise da Agência Afropress, uma das iniciativas geradas no seio dos movimentos sociais negros, foi focado no estudo o papel da comunicação em rede pela internet na militância afro-brasileira, pelo entendimento de que se trata de um

importante elemento de ampliação e visibilidade do espaço público, de construção e reconstrução de valores, identidades, visões de mundo, e de circulação desses sentidos.

Ajudaram a iluminar os dados da investigação a perspectiva dos estudos culturais latino-americanos (JACKS, 2008; MARTÍN-BARBERO, 2008; COGO, 2009; OROZCO GÓMEZ, 2011) e a visão de que a comunicação é um processo (MARTÍN-BARBERO, 1987) que cada vez mais se complexifica, na medida em que estão difusos os limites entre as funções de produtor e receptor de sentidos (COGO, 2009), fato intensificado pela inserção das tecnologias de informação e comunicação como mediadoras e mediações dos processos comunicativos. Dentro dessa concepção, que considera que o receptor assume também o papel de produtor ativo de sentidos, a abordagem dos processos de “empoderamento” (MARTÍN-BARBERO, 2008) ou de produção de “políticas do sujeito” gerados a partir de experiências comunicativas com as tecnologias de comunicação e informação, também foi fundamental para a interpretação do objeto de pesquisa da presente tese.

A partir desse conjunto de concepções, se amplia a noção de comunicação e os atravessamentos que ela pode apresentar com a cultura, cidadania, identidade, entre outros campos, tornando-se possível analisar as diversas nuances da experiência da Agência Afropress, enquanto projeto que utiliza a comunicação como elemento estratégico na construção e difusão de uma identidade negra, na estruturação e visibilização de uma agenda de combate ao racismo e pela igualdade racial, na criação de vínculos entre instituições e atores para a formação de uma rede de relações, na promoção de ações de intervenção social contra a discriminação, e como espaço de discussão para a sociedade em geral e para os diversos setores dos movimentos sociais negros.

Assim, com a realização dessa análise, a ideia foi refletir sobre os usos da internet pelos movimentos sociais negros em rede na comunicação das agendas de luta pela igualdade racial. Para isso, buscaram-se elementos para responder a questão de pesquisa: Que práticas e agenciamentos são gerados a partir do uso da internet pelos movimentos sociais negros na comunicação em rede, para a criação de fluxos informacionais em torno da militância contra o racismo e pela valorização dos afrodescendentes? Os norteadores do processo de busca pela solução dessa questão foram os objetivos específicos propostos no estudo: a) Verificar as motivações para a construção da agenda de lutas e ações da Afropress; b) identificar e analisar pontos de tensões em um ambiente de comunicação em rede; c) entender como a Agência estabelece articulações em rede envolvendo seus colaboradores, os diversos setores da

sociedade, as entidades e os ativistas dos movimentos sociais negros e os conglomerados de mídia; d) compreender os usos da internet pela Agência; e) mapear os processos de produção e circulação das notícias produzidas pela Agência.

A partir dos objetivos específicos da pesquisa, foi possível obter subsídios para a compreensão dos principais limites e possibilidades da experiência da Afropress enquanto projeto de usos da internet na militância negra. A comunicação se mostrou como a principal estratégia de trabalho da Afropress. Através de sua atuação comunicacional, a Agência procura inserir temas e participar dos debates no espaço público. Torna-se importante ressaltar o papel da comunicação porque o sistema midiático como um todo tem participação significativa na constituição identitária dos sujeitos, seus referenciais e concepções acerca da realidade. Por seu modo de atuação, a Afropress exerce a função de mídia jornalística engajada na promoção da igualdade racial e na luta contra o racismo, também oferecendo contribuições para outros veículos midiáticos. No entanto, a Agência é mais do que uma mídia, configurando-se também como um espaço de empoderamento dos movimentos sociais negros, de visibilidade e de debates em torno das agendas de luta pela igualdade racial, ainda que seja necessária uma ampliação nas discussões; e como uma entidade que busca implementar ações de intervenção social de combate ao racismo, em conjunto com o trabalho no campo simbólico do discurso, o qual é fundamental na construção de novas representações, e na desconstrução de estereótipos e preconceitos, através da informação.

A organização da comunicação em rede permeia os processos de apuração de pautas, de elaboração e circulação dos conteúdos simbólicos construídos pela Afropress. Essa rede também é a base da constituição da Agência - como na formação do grupo de colaboradores - e da atuação da entidade nas ações de intervenção social. A figura de Dojival Vieira dos Santos aparece como o nó principal da rede mobilizada pelo trabalho da Afropress. O editor-chefe do veículo é o articulador entre os outros nós situados nos diversos campos sociais que esse jornalista, advogado, militante negro, e ex-político tem trânsito.

Nesse processo, o uso da internet e tudo que se relaciona com esse ambiente; como os custos relativamente baixos para ter acesso, a possibilidade de comunicação com um grande número de pessoas localizadas em diferentes partes do mundo, e a relativa liberdade para expressão de ideias; potencializaram características e modos de agir já presentes nos movimentos sociais negros. É o caso da ligação dos movimentos com o desenvolvimento da imprensa negra e a atuação em rede, incrementada com o uso da internet, uma vez que pode

favorecer o fortalecimento de laços antigos, e o estabelecimento de novas conexões, muitas vezes mais amplas, pois se diminui a preocupação com a distância física para o contato. Para a existência e operação da Afropress foi fundamental o uso dessa tecnologia da comunicação e informação como espaço de construção e circulação de sentidos, de visibilidade, empoderamento, e como afirmação do trabalho em rede com outras entidades dos movimentos sociais negros e de outros movimentos, com profissionais, lideranças sociais e políticas, meios de comunicação e outras entidades. Essa inserção da internet representou ainda uma oportunidade para Dojival, enquanto articulador da rede mobilizada na atuação da Afropress, manifestar seu protagonismo de receptor produtor de sentidos, uma vez que foi a partir de sua experiência de recepção da mídia, que ele decide produzir conteúdos. Tal processo reflete ainda a presença do fenômeno da convergência midiática na atuação da Agência, tanto na mistura entre os papéis de receptor e produtor de conteúdos, desempenhados pelo editor-chefe do veículo; quanto no modo como essa produção circula por diferentes canais comunicacionais, seja em relação aos formatos de tais canais (internet, jornal, televisão etc.), seja referente aos seus posicionamentos e tamanhos (veículos pertencentes aos grandes conglomerados midiáticos, alternativos, militantes etc.). Ainda, dentro desse processo, os enquadramentos das notícias produzidas pela Agência também se mesclam entre perfis mais característicos de mídias alternativas, de mídias focadas em um tema específico (como as lutas dos movimentos sociais negros), e de mídias pertencentes aos grandes conglomerados midiáticos.

Além de buscar inserção na agenda nacional de lutas contra o racismo e pela igualdade racial, através de sua atuação, a Afropress também acaba construindo uma agenda própria de militância. Tal agenda baseia-se principalmente nos acontecimentos do campo político partidário que envolvem a participação de integrantes dos movimentos sociais negros, e o desempenho de órgãos públicos e medidas governamentais de promoção da igualdade racial; na denúncia de casos de racismo e busca de reparação; e na implementação de ações de intervenção social promovidas pela Agência. A luta pelo cumprimento dessa agenda se realiza com base na promoção da identidade negra construída e difundida pelo veículo, a qual se alinha a uma imagem contestadora e reivindicatória de direitos, se afastando de uma perspectiva vitimizada dos afrodescendentes; e em um projeto de cidadania que vai além da exigência de igualdade de condições socioeconômicas, buscando também o respeito à diferença e a valorização da cultura e história dos negros. A vinculação da cultura à luta social

é uma característica relevante dos chamados novos movimentos sociais (aos quais se agregam os movimentos sociais negros), pois representa simultaneamente uma perspectiva coletiva de garantia de direitos, no caso, relacionada ao legado socio-histórico dos afrodescendentes; e individual, como, por exemplo, os diversos modos de ser negro no Brasil.

Outro ponto que se destaca nos embates pela igualdade racial que a Afropress participa é a judicialização da cidadania, um dos meios utilizados constantemente pela Agência na reivindicação de direitos e reparação, principalmente nos casos de discriminação e racismo. A busca da justiça como legitimadora e como estratégia para a garantia de acesso aos direitos, além de objetivar o cumprimento destes, também reflete as assimetrias sociais no Brasil, nesse caso mais especificamente as desigualdades raciais, que fazem com que seja necessário esse tipo de medida. Conseqüentemente, reflete também duas perspectivas da imagem no negro, uma que diz respeito ao empoderamento desse cidadão que luta pelos próprios direitos e defende um projeto de cidadania amplo; e outra face que revela a posição de subalternidade que a sociedade brasileira, em geral, ainda atribui aos afrodescendentes, que acabam lançando mão do recurso judicial para reverter através de atitudes esse pensamento.

Com a geração e difusão de conteúdos, a Afropress procura gerar um fluxo informacional que dê visibilidade aos temas que aborda, e abra um espaço maior de interlocução com a sociedade e com o poder público, com vistas a encontrar formas de promoção da igualdade racial. Acionando a rede que está em constante articulação ao longo das trajetórias de vida de Dojival Vieira dos Santos, e de atuação da Agência, são gerados sentidos que com frequência instituem práticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial. Entre os sentidos que aparecem com maior incidência estão o reforço da ideia de que racismo é crime, e de que a denúncia pode ser um caminho eficaz para buscar a garantia de direitos e reparação; e o deslocamento da vitimização para o empoderamento na maneira de retratar a imagem do negro que passa por situações de discriminação.

As práticas acompanham esses sentidos, como foram os casos dos diversos processos movidos na justiça em busca de reparação a pessoas que sofreram discriminação racial, e das denúncias feitas formalmente ao Ministério Público de São Paulo sobre a proliferação de manifestações racistas na internet, ações de judicialização da cidadania, mencionadas anteriormente. Outras práticas acabam atingindo um caráter mais amplo, que podem incidir diretamente em normas e leis brasileiras, como a formação do grupo de advogados negros que propôs medidas antirracistas para intervenção na reforma do Código Penal. O editor-chefe da

Afropress foi um dos articuladores da formação do grupo, além de ter participado dos debates. Essa maneira de atuar da Agência, além de denotar sua habilidade de trabalhar com a militância no campo do discurso, através da criação de fluxos informacionais, ainda revela seu esforço de propor ações de transformação que se direcionem a efetivação das reivindicações presentes nas agendas de lutas dos movimentos.

As tensões também estão presentes na atividade da Afropress, tanto no âmbito interno da entidade, quanto no externo, relacionado às relações com os movimentos sociais negros, com a sociedade em geral e especificamente no ambiente da internet. A Agência constitui-se em uma experiência de processo de empoderamento na comunicação em rede, da qual fazem parte hierarquizações, disputas, centralizações e descentralizações. A distribuição de funções e organização do trabalho, a escolha das pautas, a busca de recursos para manter o projeto, são pontos que geram algumas tensões em função do modo como se estrutura a Afropress, que não dispõe de receita capaz de financiar as despesas, contando com a participação voluntária de seus colaboradores, o que acaba por concentrar a coordenação das atividades na figura do editor-chefe do veículo, fator que dificulta a diversificação do leque de vozes, de temas abordados e a amplitude da cobertura jornalística no território nacional. Crítica que também foi feita por alguns militantes dos movimentos sociais negros e jornalistas, em relação ao modo como a Agência discute os acontecimentos relacionados ao campo político. Na opinião desses atores seria necessário pluralizar mais os debates.

Essa avaliação, além de refletir a centralização da organização do veículo em um só profissional, também evidencia as divergências políticas inerentes à heterogeneidade dos movimentos sociais negros. Por outro lado, representa também os desafios que a equipe da Afropress enfrenta, sobretudo Dojival Vieira dos Santos, para manter o projeto em funcionamento com poucos recursos econômicos e humanos, uma realidade compartilhada por muitas entidades dos movimentos sociais que passam pelo mesmo problema de sustentabilidade. Além dessa questão, outro importante ponto é a competência necessária para o desenvolvimento do trabalho, que envolve a aquisição de conhecimento sobre o tipo de trabalho que se propõe a executar, sendo um fator de influência, embora não determinante, para o sucesso de um projeto.

No caso da Afropress, o fato de Dojival, o idealizador e editor-chefe da Agência, ter sua formação em jornalismo favoreceu a organização e funcionamento do veículo. Entretanto, a repercussão da atuação da Afropress deve-se ao trabalho de articulação que Dojival

desempenha desde a fundação da Agência e continua realizando para mantê-la operando. O contexto racial afirmativo que o Brasil vive desde o início dos anos 2000, momento em que o tema das desigualdades raciais, da discriminação e do racismo estão sendo discutidos mais abertamente e políticas públicas de promoção da igualdade racial estão sendo construídas, debatidas e implementadas; também foi favorável para a consolidação da Agência, uma vez que emerge na sociedade a necessidade de informações mais aprofundadas sobre o assunto, e os movimentos sociais negros buscam ocupar espaços de interlocução na esfera midiática.

Assim, na contemporaneidade, essa experiência de empoderamento na comunicação em rede se associa ao uso da internet, abrindo e expandindo espaços de visibilidade, e para o exercício da cidadania comunicativa dos afro-brasileiros na militância de enfrentamento do racismo, discriminação e preconceito, e no debate público e busca do cumprimento das agendas de promoção da igualdade racial no Brasil. Entretanto, mesmo nesse espaço que parece mais livre, a tensão entre liberdade de expressão e controle em alguns momentos vem à tona com intensidade. No caso da experiência em análise, a tensão aparece quando os sentidos construídos pela atuação militante da Afropress entram em conflito com a ideologia de grupos contrários, como os neonazistas. Esses conflitos, que muitas vezes cercearam o direito à comunicação da Agência, através de ataques de *hackers*, e também incitaram a violência física, resultaram da intolerância racial ainda existente na sociedade, a qual infelizmente é exposta com o mesmo vigor com que se tornaram mais acessíveis as diversas culturas ao redor do planeta, posicionamentos, estéticas etc., com o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e informação, a globalização econômica e o aumento dos deslocamentos humanos pelo mundo. Ainda se faz necessário que os diversos grupos sociais construam modos de estar juntos baseados no respeito às diferenças, no diálogo e no interconhecimento de que fala Boaventura de Souza Santos (2009, p. 45).

A partir do estudo de caso da Agência de Notícias Afroétnica Afropress, foi possível verificar que a comunicação continua sendo uma estratégia importante na militância negra, e tem se afirmado cada vez mais nos processos de lutas pela igualdade racial, com a inserção das tecnologias da comunicação e informação, especialmente da internet, a instrumentalização dos atores e o aperfeiçoamento do trabalho nesse campo. O fortalecimento do trabalho em rede também se ressaltou nessa experiência como elemento importante para o êxito de projetos comunicacionais semelhantes. Outro ponto que se destacou foi a promoção de práticas em conjunto com o âmbito do discurso em busca do cumprimento das agendas da

militância. Tal fato pode sinalizar a maturação desses processos de empoderamento capitaneados pela comunicação, e transformações nos modos de militar e construir agendas dos movimentos sociais negros. Esse é um ponto de partida para novas investigações, que pode trazer contribuições para o entendimento mais amplo do panorama do ativismo negro em um momento em que o movimento consolida uma série de conquistas, como a implementação do sistema de cotas nas universidades e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial; e por outro lado se torna mais constante na mídia a divulgação de casos de racismo e discriminação racial, que felizmente têm se desdobrado na busca de punição aos responsáveis e reparação às vítimas.

REFERÊNCIAS

ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Imprensa e Racismo: Uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: ANDI, 2012.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 30, p. 151-162, Rio de Janeiro, dez. 1996.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1974.

BARROS, Antônio Teixeira de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa. In: BARROS, Antônio, DUARTE, José (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006, p.32–50.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 25-57, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza editorial, 2009.

CHAVES, Leslie Sedrez. **O papel do produtor-receptor de conteúdos via internet no ativismo pela equidade racial: Estudo de caso da Agência Afropress**. In: Anais da I Jornada Gaúcha de Pesquisadores da Recepção, Porto Alegre, p. 137-148, 2012.

_____; MACHADO, Sátira Pereira. Comunicação alternativa em rede e busca de visibilidade no ativismo pela igualdade racial: estudo de caso da Agência Afropress. In: Beatriz Dorneles; Carlos Gerbase. (Org.). **Papel e película queimam depressa: Como o cinema e o jornalismo impresso tentam escapar da fogueira midiática do novo século**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2012, v. 1, p. 171-184.

_____; COGO, Denise. Ativismo pela igualdade racial no Brasil, comunicação em rede e internet: a Agência de Notícias Afropress. **Index.Comunicación**, Madrid, v. 3, n. 2, p. 211-245, 2013.

COGO, Denise; MACHADO, Sátira. **Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros**. Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), Caxias do Sul, v. 1, p. 1-16, 2010.

_____. **Pesquisa em Recepção na América Latina: perspectivas teórico-metodológicas**. Portal de la Comunicación. Instituto de la Comunicación (InCOM) de la UAB (Universidade Autônoma de Barcelona), 2009. Disponível em: <http://www.portalmunicacion.com/por/_n_aab_lec_1.asp?id_llico=48>. Acesso em: 29 mai. 2012.

CONT, Valdeir Del. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiæ zudia – Revista Latino-americana de Filosofia e História da Ciência, departamento de Filosofia da USP**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008.

DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEUS, Zélia Amador de. **A questão racial no Brasil**. In: SABOIA, Gilberto Vergne, GUIMARÃES, Samuel Pinheiros (orgs.). Anais de Seminários Regionais Preparatórios para Conferência Mundial contra racismo, discriminação, xenofobia e intolerância correlata. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001, p. 179-190.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Niterói. v. 12, n. 23, p. 100-122. 2007.

_____. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Revistas Dimensões**, Vitória, v. 21, n. 21, p. 101-124, 2008.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. 207 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa para a Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. J. Olympio, 1933.

GARRETÓN, Manuel. Democracia, ciudadanía y medios de comunicación: un marco general. In: ALFARO, María. **Los médios: nuevas plazas para la democracia**. Lima: Calandria, 1994. p. 91-108.

GOHN, Maria da Glória. Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 10-17, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 419-441.

GUBER, Rosana. La entrevista antropológica: Introducción a la no directividad. In: _____. **El salvaje metropolitano: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo**. Buenos Aires, Paidós, 2004, p. 203-249.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia Racial. **Cadernos PENESB 4**. Relações Raciais e Educação: temas contemporâneos. Niterói: UFF, 2002. p. 1-22.

JACKS, Nilda. Recepción y usos sociales de los medios. **Revista anthropos: Huellas del conocimiento**, n. 219, p. 199-202, 2008.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

JOHNSTON, Hank; LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. Identidades, ideologias y vida cotidiana en los nuevos movimientos sociales. In: LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. **Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 2001. 2ª Ed, p. 3-42.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2004.

_____. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2006.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul./dez., p. 248-285, 2007.

MACHADO, Sátira. **Clubes negros e imprensa negra: elo social para a mobilidade afro-gaúcha**. Portal Clubes Sociais Negros, Porto Alegre, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.clubessociaisnegros.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Portal-Clubes-S%C3%A1tira-Machado.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2012.

MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, jul. 1999.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987.

_____. **Claves de la investigación en las políticas de la comunicación y la cultura**. Barcelona: Fundación CIDOB/Cátedra UNESCO de Comunicación (InCom-UAB), 2008.

MATOS, Marlise, RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização, direitos humanos e cidadania. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra, ZENAIDE, Maria Nazaré Tavares, COSTA, Célia, NUNES, Itamar (orgs.). **Direitos Humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos nas ciências sociais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. Vol. XXIII, n.2, jul./dez., p.142-155, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Lutas contínuas concretizam mudanças sociais e raciais. In: RIBEIRO, Matilde; PIETÁ, Elói (orgs). **Direitos Humanos como direito de todos, sem exceção**. Coleção 2003-2010 - O Brasil em transformação. v. 6. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n. 50, p. 209-224, jan./abr. 2004.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. La condición comunicacional contemporánea – Desafios Latinoamericanos de la investigación de las interacciones en la sociedad red. In: JACKS, Nilda (coord.). **Análisis de recepción en América Latina** – un recuerdo histórico con perspectivas al futuro. Quito: CIESPAL, 2011, p. 377-405.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTAVENELE, Fabiana; CARVANO, Luiz Marcelo (orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça**. - Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laerser) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). Rio de Janeiro: Garammond, 2010. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/portal/comunica/2011-12/inclui_publicacoes/01_Relatorio_2009-2010_desigualdades%20raciais.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2012.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951–1974). **Revista UFG**, ano XI, n. 6, p. 145-160, jun. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

_____; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento (orgs.). **Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa - Pelotas (1907-1957)**. Pelotas: Editora e gráfica Universitária, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008.

SILVA, Paulo V. B. e ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In.: DIJK, Teun van. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: UNESCO-Editora Contexto, 2008, p.73-118.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SKIDMORE, Thomas S. Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil. **Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 79, p. 5-16, nov. 1991.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *media* no Brasil. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p.363-385.

TILLY, Charles. Los movimientos sociales entran en el siglo veintiuno. **Política y sociedad**, v. 42, n. 2, p. 11-35, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2005.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. São Paulo / Rio de Janeiro: Record, 2001.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. São Paulo: Papyrus, 1998.

**ANEXO A – DOCUMENTO PROTOCOLADO JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO
POR DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1

**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE INCLUSÃO SOCIAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Expediente n. 25/2006

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 06 de novembro de 2.006, por volta das 15:00 horas, neste Grupo de Atuação Especial de Inclusão Social do Ministério Público do Estado de São Paulo, localizado na rua Riachuelo, 115, 3º andar, Centro, São Paulo, Capital, compareceu **DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, separado judicialmente, portador da cédula de identidade RG 8.407.351-2/SP, jornalista e advogado, domiciliado na Rua Alberto Tanganelli Neto, 711, CEP 05540-030, fone 3368.1574, que prestou as seguintes declarações: que é o jornalista responsável pela AFROPRESS, AGÊNCIA AFRO-ÉTNICA DE NOTÍCIA, www.afropress.com, projeto da ONG ABC SEM RACISMO; essa agência tem como objetivo dar visibilidade à temática racial e étnica, com uso das modernas tecnologias (internet), no espírito do plano de comunicação aprovado pela 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e a Intolerância Correlatas, realizada pela ONU em 2001, em Durban, na África do Sul; que essa agência já existe há cerca de dois anos, e há um ano e 04 meses, vem operando em tempo real, ou seja, com uma edição diária que é enviada para educadores, ativistas de direitos humanos e pela igualdade racial e meios de comunicação em geral; que em julho de 2005, a AFROPRESS noticiou o resultado de investigações desenvolvidas pelo Promotor de Justiça Cristiano Jorge Santos, então do GAECO, segundo as quais fora identificado o quinto acusado pela manutenção de sites e mensagens racistas na rede mundial de computadores; que por conta dessa



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

2

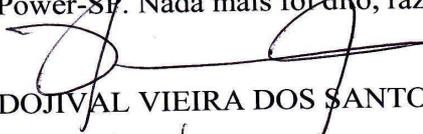
notícia em que era revelado o nome e sobrenome do acusado, a AFROPRESS passou a ser sistematicamente atacada, primeiro pelo próprio acusado conforme provas obtidas posteriormente pela identificação do codinome “BrOk3d-o justiceiro”, como sendo de Marcelo Vale Silveira Melo; essa pessoa de Marcelo, diante das investigações feitas, chegou a admitir a autoria dos ataques perante o Ministério Público de Brasília, onde foi oferecida denúncia aceita pela Justiça, em processo criminal que tramita perante a 6ª Vara Criminal do Distrito federal pela prática de crime previsto na Lei 7716/89; após esses fatos, os ataques continuaram seguidos de ameaças de morte e de ataques a integridade física do próprio declarante, contra sua esposa e familiares (filhos e neto), por pessoas que se apresentavam como agindo em defesa do acusado Marcelo, conforme cópias de documentos apresentados pelo declarante nesta oportunidade; que essas ameaças jamais cessaram, sendo que na verdade elas vem ocorrendo numa escalada crescente de gravidade e intensificação dos danos prometidos, demonstrando inclusive, que seus autores conhecem os nomes de familiares do declarante e onde vivem; que já há inquéritos tramitando junto à Delegacia de Crimes Raciais (onde a delegada Margarete Barreto também foi ameaçada), junto à Polícia Federal e representação junto ao Ministério Público Federal, com o Dr. Suiama; no entanto, o declarante desconhece qualquer resultado de todas essas investigações, bem como, nada sabe sobre qualquer providência efetiva que tenha sido tomada para cessar esses ataques e ameaças; que a preocupação do declarante com sua segurança pessoal e de sua família justifica-se tendo em vista que a organização criminoso autodenominada “White Power-SP” passou a estampar na sua página na internet a foto do declarante, bem como foto da delegada Margarete Barreto, chefe da Delegacia de Crimes Raciais, apontando a ambos como inimigos da organização; que tal fato é ainda mais preocupante porque passados mais de dez dias desde a denúncia dessa foto no site, conforme B.O. registrado no dia 25 de outubro, a página continua normalmente no ar até o dia de hoje, 06/11/06, com as fotos de ambos estampadas ali, e as ameaças da referida organização continuam sendo enviadas por e.mail, num crescente escalada; que a exposição da foto do declarante, além de representar uma ameaça explícita a sua integridade física e de sua família, pode significar uma senha para ataques à sua pessoa

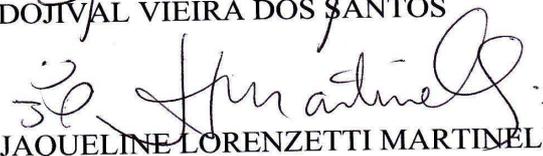


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

3

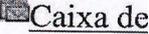
e de sua família, e à violência aberta, por parte de qualquer integrante dessa organização declaradamente neo-nazista; que por conta disso, o declarante protocolou na última 4ª feira e enviou por e.mail ao Ministério da Justiça, representação em que responsabiliza as seguintes autoridades: Dr. Saulo de Castro Abreu-Secretário de Segurança Pública de São Paulo e Dr. Marcio Thomaz Bastos-Ministro da Justiça, pela sua integridade física e de sua família, ante a inércia do Estado e a demora em apurar os fatos de há muito noticiados de forma exaustiva; que o declarante, apesar de tudo, espera que as autoridades brasileiras, a quem cabe zelar pelas garantias individuais inerentes ao Estado Democrático de Direito, tomem as providências devidas no sentido da identificação e desmantelamento da facção criminosa que age em aberto desafio às leis e às autoridades constituídas, não apenas atacando a pessoa do declarante como membro da comunidade negra, mas também a outros segmentos como judeus, nordestinos e homossexuais. Nesta oportunidade, o declarante entrega cópia dos seguintes documentos: dossiê encaminhado ao Secretário Especial dos Direitos Humanos, Ministro Paulo Vanucchi, em abril de 2006, contendo cópias das ameaças até então sofridas pelo declarante, sua esposa e família; boletins de ocorrência registrados em 10/09/2006-51º DP-BO n. 3828/2006, em 12/09/2006-Del. Crimes Raciais-BO n. 034/2006, em 25/10/2006-Del. Crimes Raciais-BO 72/2006; matéria publicada em 18/07/2006 pelo jornal "São Bernardo Hoje"; reprodução da página da White Power-SP em que sua foto está estampada com a foto da delegada Margarete; e-mails da organização com pedidos de contato para entrevistas encaminhados em 28/07/2006 e 03/11/2006; e.mail de remetente não identificado com certeza, contendo ameaças pesadas ao declarante, datado de 31/10/2006, mas fazendo sempre referência à organização White Power-SP. Nada mais foi dito, razão pela qual encerro o presente termo.


DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS


JAQUELINE LORENZETTI MARTINELLI
Promotora de Justiça

ANEXO B – AMEAÇA A DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS POR E-MAIL

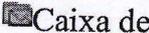
Esse foi o primeiro email em que ele assume a autoria do ataque:

De: br0k3d <ojusticeiro@gmail.com>  Caixa de
 Responder para: br0k3d <ojusticeiro@gmail.com>  |  |  | Entrada
 Enviado: terça-feira, 2 de agosto de 2005 13:00:52
 Para: abcsemracismo@hotmail.com
 Assunto: Relaxa que ainda vai falir

Olá,

Pode ficar calminho que o ataque desse fim de semana só foi o primeiro de muitos. Só vou me contentar quando eu falir essa porra de afropress.com, mexeu com a pessoa errada seu bosta.

E esse foi o segundo email, ameaçando de continuar atacando:

De: br0k3d <ojusticeiro@gmail.com>  Caixa de
 Enviado: quarta-feira, 3 de agosto de 2005 14:24:04  |  |  | Entrada
 Para: DOJIVAL VIEIRA
 <abcsemracismo@hotmail.com>
 Assunto: Re: Relaxa que ainda vai falir

Espere esse próximo fim de semana, que eu vou te mostrar o que é seguro negão, usar teu site pra fuder com o nome dos outros é legal né ... já que é assim vou mostrar do que eu sou capaz, não preciso nem te dizer quem sou eu, né? Ou preciso?

De qualquer jeito ... não existe "servidor seguro" quando um maluco tem controle de mais de 200 maquinas com links de 10/100 mbps, vc vai cair denovo, e denovo, e sempre, até se desculpar com o que tu me fez ..

Sem mais,

Vc tem até o proximo sabado pra tirar, se não, já sabe o que vai acontecer!

Fonte: Anexos do documento protocolado junto ao Ministério Público de São Paulo por Dojival Vieira dos Santos.

ANEXO C – AMEAÇA A DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS POR COMENTÁRIO DE NOTÍCIA NO SITE DA AFROPRESS

doutorpaulo@advogado.net 

Adicionar endereço

Para:	abcsemracismo@yahoo.com.br
Assunto:	Comentário de Notícia.
Data:	Mon, 11 Sep 2006 19:17:55 -0300

COMENTÁRIO DE NOTÍCIA

ID: 771

Nome: Doutor paulo

Email: doutorpaulo@advogado.net

Comentário: é seu preto filho da puta, null rotearam o trafego de sp pro seu site, relaxa que nós ainda não terminamos o show, vamos atacar agora com maquinas de brasil, belo horizonte, do sul e do nordeste. hahahahahhahhahhhhhhhhhhhhhhhhh

darkw00t@vai.se.fuder 

Adicionar endereço

Para:	abcsemracismo@yahoo.com.br
Assunto:	Comentário de Notícia.
Data:	Fri, 1 Sep 2006 19:14:39 -0300

COMENTÁRIO DE NOTÍCIA

ID: 762

Nome: darkw00t

Email: darkw00t@vai.se.fuder

Comentário: O réu assumindo tudo é fácil demais, agora pegar alguém como eu, isso que é difícil, não é Dojival, não é mesmo, seu negro filho da puta. Vou te contar um segredinho: 1 - O MP tá pouco se fudendo pro teu site, eles tão pouco se lixando pra tua situação, só tão processando o br0k3d é por que ele assumiu, por que se tivesse negado, voce e eu sabemos que não haveria processo por que nem voce, nem o mp, nem policia nenhuma tem capacidade pra investigar crime de internet no país. 2 - Eu e metade dos packet kiddies, warez0r, hax0rs, e entre outros compraram a briga do br0k3d, ou seja, voce se meteu com quem nao devia. 3 - Se voce achou ruim o cnpj da sua ONG ridicula no serasa, vai odiar o que estamos planejando para voce. Ass:Darkw00t pode me denunciar para o mp, pf, gradi, secretaria de promoção racial e o diabo a 4, aliás, cada vez que voce escreve um texto falando dos ataques nós se cagamos de rir aqui atrás da tela, hehehehehehe.

Fonte: Anexos do documento protocolado junto ao Ministério Público de São Paulo por Dojival Vieira dos Santos.

ANEXO D – AMEAÇA A DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS PELO ORKUT

Página de recados de Dojival

primeira | < anterior | próxima > | última

: VOCE E SUA ONG SÃO NEGRÓIDES
QUE NECESSITAM SER
URGENTEMENTE EXTERMINADOS.
LUGAR DE NEGRO É NO PRESIDIO E
NÃO EM UNIVERSIDADE.

10:07
22/9/2005 [apagar](#)

EU VOU SER O SKINHEAD QUE VAI TE
MATAR, SEU CRIOULO DE MERDA
: VAIS MORRER MACACO, TU ÉS O
PIOR DA ESPÉCIE, PARECES UM
CHIPANZÉ.

MACACO ASQUEROSO, PRETO DE
MERDA, ÉS TUDO QUE ÉS, IREMOS
TE MATAR .

10:05
22/9/2005 [apagar](#)

SKIN 14/88 WHITE PRIDE SP

: CURIOSAMENTE EU ESTOU
LANCHANDO UMA BANANA, ACHEI
QUE VC GOSTARIA DE UMA ,VC QUER
UMA BANANA ?

05:58
21/9/2005 [apagar](#)

: OS SKINHEADS ESTÃO DOIDOS
PARA TE CONHECER, SABIA DISSO ?
ELES ESTÃO MUITO INTERESSADOS
NESSA SUA ONG, PRINCIPALMENTE
NESSA POLITICA DE
"DISCRIMINAÇÃO POSITIVA" .

05:56
21/9/2005 [apagar](#)

SE EU FOSSE VC EU TOMARIA
CUIDADO AO ANDAR NA RUA, O
MUNDO ESTÁ MUITO VIOLENTO HOJE
EM DIA.

: NOSSA, TU É FEI BAGARAI

Fonte: Anexos do documento protocolado junto ao Ministério Público de São Paulo por Dojival Vieira dos Santos.

**ANEXO E – AMEAÇA À ESPOSA, DOLORES MEDEIROS, E À ENTEADA DE
DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS, PELO ORKUT**

**Página de
recados de
Dolores**

primeira | < anterior | [próxima](#) > | [última](#)

: Qual és o órgão do corpo de tua filha que mais gosta ? Iremos mandá-lo para vc , não se preocupe . 20:11 23/9/2005 [apagar](#)

: Só para terminar, um amigo nosso negro, isso é, com o sangue 80% negro e de pele escura viu o site de vcs, vou repetir as palavras dele: "TINHA QUE SER ESSES FILHOS DA PUTA, É POR ISSO QUE NÓS SOMOS DISCRIMINADOS NA RUA"

O engraçado da história, sabe qual é, é que normalmente nessas ongs afro, movimentos sem-terra, as pessoas que realmente precisam sempre se fodem, normalmente, quem tá lá só são aqueles desocupados que querem ganhar algo .

Ou seja, elas não fazem parte da ong por que sofreram racismo, e sim porque querem ganhar dinheiro processando pessoas e invadindo terras e depois a vendendo, no caso dos sem terra . 12:25 21/9/2005 [apagar](#)

Tinha que ser no Brasil isso. Tenho uma idéia colega: Vamos pegar um fuzil e exterminar com toda a raça branca, o que vc acha, BLACK POWER 4REVER, COMO É MESMO AS GIRIAS, AXÉ , "VAMO EXTERMINA OS TRUTA" ...é pra rir ou pra chorar

recado está dado velhinha, se os afro-nazistas encostarem em nosso amigo , quem paga o rolo é a ong de vcs, corta o mal pela raiz

: O que é ser negro no Brasil : Dançar axé e usar dreadlocks ? O que é ser negro em um país fruto de uma miscigenação racial ? 12:17 21/9/2005 [apagar](#)

Ser negro agora é pertencer a uma ong maluca que persegue os outros e quer exterminar os brancos .

Agora eu quero se negro, tenho algo que 55% de sangue negro correndo nas minhas veias, posso entrar pra equipe ? Vou fuzilar todos os brancos que ver na rua, vou processar todos que verem, se uma mulher me der um fora , vou processa-la, é racismo

È racismo tudo agora, entrar no shopping de chinelo aonde tem uma placa do tamanho do caralho escrito : "NÃO ANDE DE CHINELO" , se eu for negro é racismo , tudo é racismo

o racismo agora só vale pra negro, se não for negro não é racismo, se eu for um japonês aí não é racismo .

Pq vcs não pagam um costureiro para fazer uma farda "afro-nazi" para vcs, ela poderia ser com as cores da jamaica, ter em vez da suástica um simbolo da cultura negra.

: Sabe por que o seu marido casou com vc, pq ele é um bosta que tomou fora de negras que preferiam os brancos. Dai com a cabeça de merda dele, ele resolveu formar uma pseudo OnG que luta contra o racismo com o verdadeiro intuito de promover a "superioridade racial negra" . A versão negra do nazismo no Brasil . Onde qualquer um que vá contra as idéias é sumariamente processado e fuzilado .

12:11
21/9/2005 [apagar](#)

Analisei o site de vcs, e quer saber, não sei como ninguém atacou vcs antes, só pode ser falta de conhecimento , por que era uma merda que devia ta a muito tempo off

Resumidamente: Nós Brasileiros não temos culpa se existem alguns negros que se acham piores que os brancos, eles que vão procurar um psicólogo : E quer saber, sou contra as cotas também, e sabem quem são os racistas: SÃO OS PRÓPRIOS NEGROS .

Vejo todo dia negros contando piadas de loiras, eles são processados por isso, NÃO ! E se o branco contar uma piada de negro, ele é processado por isso ? SIM.

Anda vagabunda, me processa, vem me pegar vem, vem processar a comunidade warez toda, processa nossos amigos japoneses que nos enviam anime, processa nossos amigos americanos que nos mandam os releases de filmes .

12:07
21/9/2005 [apagar](#)

SE ENROSCA LÁ COM AQUELE PROMOTOR FILHO DA PUTA QUE SE ACHA UMA MERDA PQ É NEGRO.

Existem negros bons , tanto quanto existem brancos bons. Mais existe o contrário também, por exemplo, vc é uma branca muito filha da puta que tá pedindo para "tomar no cú", junto com o seu marido que é um negro com problema de alto-estima que levou fora de negras e agora quer promover a segregação racial nesse país .

: Se algo acontecer ao nosso amigo por causa da OnG de vocês, e quando digo algo, digo pessoalmente e legalmente, pois se vocês não sabem, tudo não passava de uma brincadeira dos semeadores da discórdia

12:00
21/9/2005 [apagar](#)

Foda-se, não estou aqui para explicar, estou aqui para avisar, se algo

acontecer com ele ou a família dele
nessa UNB, quem vai receber vão ser
vcs.

Não achem que no Terra estão
seguros não, vocês não nos
conhecem.

Eu juro por deus que vou me vingar
por br0k3d, ele pode até ir para
cadeia, mais eu vou ficar aqui
caçando essa OnG junto com o resto
dos amigos dele .

Não somos racistas nem nazistas,
somos pessoas que promovem a
distriuição de filmes e músicas gratis
na internet. Usamos-se de maquinas
hackeadas para este fim .

Querem ir atrás do racismo, que vão
atrás dos skinheads e das
comunidades de orgulho branco aqui.
Como vcs são "frouxos" e não
conseguem peitar um skinhead, vão
pros fracos que são contra as idéias
de vcs

AS APARENCIAS ENGANAM ...

: OU DENTUCA, MEXEU COM OS
NOSSOS AMIGOS, NÃO SOMOS
RACISTAS NEM NAZISTAS, MAIS
NOIS VAI COMER SEU CÚ E DA TUA
ONG , MEXEU COM A GALERA DO
WAREZ SE FUDEU FILHA DA PUTA

VAMU POR SUA ONG DOWN POR
NOSSO BROTHER
SACOU, CUIDADO COM QUEM TU
MEXE

Fonte: Anexos do documento protocolado junto ao Ministério Público de São Paulo por
Dojival Vieira dos Santos.

**ANEXO F – AMEAÇA A DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS POR UM E-MAIL
HACKEADO DE OUTRA PESSOA**

----- Original Message -----

From: Rafael Ayan Ferreira
To: dojival@afropress.com
Sent: Monday, April 03, 2006 4:45 PM
Subject: LIGA PRO SERASA

LIGA PRO SERASA E PERGUNTA ASSIM:

OLÁ POR FAVOR, MEU NOME É DOJIVAL VIEIRA, CEO DA ONG ABC SEM RACISMO, CONSTA ALGUMA DIVIDA NO CNPJ DA MINHA ONG ?

APENAS FAÇA ISSO.

E O SITE, AGUENTANDO OS ATAQUES, BLOQUEAR TRAFEGO DO EXTERIOR FOI BEM INTELIGENTE, AGORA VAMOS VER SE ELES AGUENTAM ATAQUES VINDO DE DRONES DENTRO DO BRASIL, AI EU QUERO VER NÃO VOU DAR 15 MINUTOS PRA ESSE DATACENTER TE COLOCAR PRA FORA COMO TODOS OS OUTROS.

----- Original Message -----

From: Rafael Ayan Ferreira
To: Dojival Vieira
Sent: Tuesday, April 04, 2006 1:30 PM
Subject: OLHA ISSO SEU PRETO FILHO DA PUTA

DOCUMENTO CONSULTADO: CNPJ 06.874.060/0001-10

CONFIRMEI

RAZAO SOCIAL: ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL ABC SEM RACISMO

DATA DO CNPJ OU FUNDACAO: 23/07/2004
 SITUACAO DO CNPJ EM 16/01/2006.: ATIVA

NOME FANTASIA: ONG SEM RACISMO
 UF / MUNICIPIO: SP / SAO BERNARDO DO CAMPO

CONCENTRE

QTDE	ANOTACAO	PERIODO	OCORRENCIA MAIS RECENTE
LOCAL			
1	PENDENCIA: PEFIN	JAN06-JAN06	R\$ 10.000,00 GLOBALSTAR
SAFP			
0	FALENCIA/RECUP/CONCORDATA	NADA CONSTA	

0 PARTICIPACAO EM FALENCIA NADA CONSTA
 0 CHEQUE SEM FUNDOS NADA CONSTA

 0 PENDENCIA:REFIN NADA CONSTA
 0 ACAO JUDICIAL NADA CONSTA

 0 PROTESTO NADA CONSTA
 0 DIVIDA VENCIDA NADA CONSTA

PENDENCIA:PEFIN

DATA	MODALIDADE	AVAL	VALOR	CONTRATO	LOCAL
11/01/2006	DUPLICATA	N R\$	10.000,00	500061234-600	SAFP

seu preto filho da puta, vamos fazer da sua vida um inferno. Espera só eu pegar

uma conta do serasa que identifica cpf, como disse anteriormente, vamos colocar toda sua familia como devedora, cada uma com dividas maiores. HAHHAHAHAHA, depois de fazer isso, ainda troco os logins com o cara do SPC e te cadastro lá. SABE O QUE VAI ACONTECER ? Teu cartão de credito vai ser bloqueado,

bancos vão te ligar, tu nao vai poder comprar mais nada a prestação, ou seja, tu vai ser SUJO... além de preto vai ser sujo. Vao te tratar feito um preto caloteiro como tu é, sua vida vai virar um inferno . HAHHAHAHA

ATÉ SEU NOME SAIR DISSO, É NO MINIMO 1 ANO, ESPERA SÓ EU CATAR TEU CPF, ESPERA , mais tu já tá avisado, ahahah hahahaha, a ONG nois ja mato ... já ta como devedora, tenta soltar um cheque dela , hahahahaha hahahaha

CHAMA A POLICIA PRETO FILHO DA PUTA, CHAMA A POLICIA, HAHHAHAHA , LIGA PRA GRADE , AQUELES IDIOTAS NÃO SABEM NEM O QUE É UM COMPUTADOR, NÃO PRECISAMOS TOCAR EM VC PRA FAZER DA SUA VIDA UM INFERNO, TEMOS ACESSO AOS BANCOS

DE DADOS DAS MERDAS, SABEMOS TUDO SOBRE VC ... CHAMA A PF TAMBEM, QUE TAMBEM JÁ PENSAMOS NISSO. VC VAI FICAR AI NA MERDA SEM TER QUEM CULPAR, NÃO VÃO CONSEGUIR NOS RASTREAR, VAI SER IGUAL O SEU SITE LÁ, IPS SEM NEXO,

QUE PARTIRAM DE MAQUINAS HACKEADAS, OU SEJA, NÃO VÃO CHEGAR A LUGAR NENHUM.

ISSO EH POR TU TER ZUADO COM O NOSSO BROTHER, VAMOS TE PERSEGUIR PELO RESTO DA VIDA .

Fonte: Anexos do documento protocolado junto ao Ministério Público de São Paulo por Dojival Vieira dos Santos.